FELIX CONTREIRAS RODRIGUES

NOVOS RUMOS POLITICOS E SOCIAES

FELIX CONTREIRAS RODRIGUES

NOVOS RUMOS POLITICOS E SOCIAES

EDIÇÃO DA LIVRARIA DO GLOBO - PORTO ALEGRE

UMA GRANDE BIOGRAFIA

NAPOLEÃO

por EMILIO LUDWIG

ASSUNTO: Uma esplendida biografia de Napoleão Bonaparte. Segundo a opinião unanime da critica mundial: a melhor de todas as biografias do grande vulto da História. Ludwig revela-se um biografo á altura da epopéa napoleonica. Algumas centenas de paginas em que não ha palavras vãs ou literatura gratuita. Um livro em que, a partir do biografado, tudo é grandioso, arrebatador, passionante e inesquecivel. NAPOLEÃO — a maior e a mais bem feita das biografias!

PREÇOS

1 vol. br.:	**20$000**
enc. pano:	**25$000**
" ½ couro: ..	**30$000**
" couro	**40$000**

A S. A. Imperial
D. Pedro Henrique
off.to do autor
F. Coutinho Rodrigues

NOVOS RUMOS
POLITICOS E SOCIAES

F. CONTREIRAS RODRIGUES

NOVOS RUMOS POLITICOS E SOCIAES

1933

EDIÇÃO DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PORTO ALEGRE
— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

OBRAS DO AUTOR

Velhos-Rumos-Politicos (Globo).

Gaùchadas e Gaùchismos (regionalismo por Piá do Sul). (Globo).

A Qùestão-Social (Globo).

Compendio-d'Economia-Politica — (Traducção do Principes d'Economie Politique de Ch. Gide, adaptado ao Brasil 4.ª Edição), (Globo).

Ementario Orthographico-Etymologico — (Projecto de Orthographia systematizada e racionalizada, para a lingua portuguesa), (Globo).

INDICE

PRIMEIRA PARTE

Onde Estamos em Sociologia e Politica.

Capitulo I — Tres Politicos ..... { Ruy-Barbosa / Silveira-Martins / Assis-Brasil }

Capitulo II — Tres Sociologos ..... { Oliveira-Vianna / Jackson-de-Figueiredo / Tristão-de-Athayde }

SEGUNDA PARTE

Para onde Vamos em Sociologia.

Capitulo III — Fundamentos Sociaes.
Capitulo IV — Fundamentos Sociologicos.

TERCEIRA PARTE

Para onde vamos em Politica.

Capitulo V — Applicações desses fundamentos á Economia-Social.
Capitulo VI — Applicações desses fundamentos á Politica.
Capitulo VII — Applicações desses fundamentos á Economia.
Capitulo VIII — Synthese final ou Esboço constitucional.

PRIMEIRA PARTE

ONDE ESTAMOS EM SOCIOLOGIA E POLITICA

CAPITULO I

TRÊS POLITICOS

RUY-BARBOSA
SILVEIRA-MARTINS
ASSIS-BRASIL

RUY-BARBOSA

E' de rigor, nesta dissertação, começar pelas idéas de quem creou, no Brasil, uma ordem de cousas que foi a causa immediata das revoluções ultimamente desencadeadas. Ruy-Barbosa, politicamente considerado, é a personificação da Constituição de 24 de Fevereiro; e o verbo altiloqùente que não cansou de defender os seus principios. Arregimentado na Democracia, o grande orador e politico foi um systematico do Presidencialismo. Ora, tendo-se revoltado a nação contra a sua obra, em ultima analyse, é contra elle mesmo que se debate.

Federação larga como forma; Democracia, como regime; Presidencialismo, como systema; tudo ruiu, com tal ruido, que ficaria Ruy offuscado no estardalhaço da derrocada, si não soasse perennemente a sua voz de orador, de incomparavel artista da palavra.

Foi Ruy-Barbosa ainda maior artista do que politico; por isso vive nas asas da belleza verbal que produziu, ainda que succumba sob os escombros do monumento que legou aos seus concidadãos, como a mais alta expressão da verdade.

Para o sociologo e para o politico brasileiro já pouco interessa o autor mais responsavel da Constituição abolida. Passou annos atacando déspotas, sem perceber que elle mesmo fôra o creador delles, creando as instituições que os tornaram possiveis.

Muito mais interessante é a figura de Silveira-Martins, outro democrata incorruptivel, o mais interessante dos politicos da Republica, que teve a felicidade de ser o primeiro a partir a fundo contra a Constituição ora abolida.

Previu males, e esses males aconteceram; apontou reme-

dios, e esses remedios estão sendo dosados pela conciencia brasileira.

Para não repisarmos sobre uma obra, fartamente conhecida, contra a qual Ruy-Barbosa não soube apontar drasticos efficazes e resolutivos, passamos de largo, lembrando apenas o seu venerando nome de politico mallogrado; certos, porem, de encontrarmos seu glorioso vulto perpetuado nos monumentos da arte brasileira.

Quanto a Silveira-Martins, como já escrevemos sobre elle e suas idéas, graças aos poucos elementos deixados e colligidos por seu filho e historiador, limitamo-nos a transcrever aqui esse juizo que continua a ser o mesmo.

Mas, dos tres politicos brasileiros da Republica, o mais exposto á crítica, é, sem duvida, Assis-Brasil. Enquanto de Ruy-Barbosa tivemos ataques ligeiros contra as instituições, sem a intenção de reformal-as, como demonstramos em Velhos-Rumos-Politicos; enquanto Silveira-Martins usava de argumentos exclusivamente politicos contra a Constituicão a reformar; Assis-Brasil busca o meio termo, numa construcção scientifica, com base na Sociologia, na Philosophia e na Moral. Enquanto na obra doutrinaria de Ruy-Barbosa encontramos o politico militante a defender a ordem existente; enquanto na de Silveira-Martins o politico de principios a debater-se contra a mesma; na de Assis-Brasil encontramos já o sociologo, a justificar com mais profundeza o seu pensamento. E foram, precisamente, os golpes vibrados por estes dous ultimos que solaparam e inutilizaram a obra de Ruy-Barbosa.

SILVEIRA-MARTINS

Longos annos subtrahida á curiosidade dos biographistas, a documentação relativa á vida e obra de Silveira-Martins, ou porque sua existencia se tivesse esvaído em palavras faladas e poucos fossem os vestigios de obras suas, ou porque os documentos estivessem avarentamente vedados á circulação do juizo de seus concidadãos, o caso é que só em 1929 appareceu o livro — Silveira-Martins — assignado por seu filho — Dr. José-Julio. Desse trabalho, que veiu preencher uma lacuna immensa da Historia e da Politica contemporanea, valemo-nos nós para proceder ao balanço das idéas do grande republico e orador. Nestas considerações, escriptas logo após o apparecimento da obra do Dr. José-Julio, dissemos o que vai reproduzido aqui.

A) *Gaspar e a Patria*

Uma cousa, re-salta, sobretudo, da vida de S. Martins. E' a constancia com que a imagem da Patria é surprehendida na sua consciencia de homem publico, como objecto de devotamento. E havia, de facto, qualquer cousa de mystico, que emprestava á sua dedicação ao Brasil o cunho de devoção. Descrente do sobrenatural, fez de sua adoração a maior entidade que conhecia neste mundo — a Patria. Para elle o Brasil estava acima de tudo e do Brasil a sua querida Provincia — o Rio-Grande-do-Sul. Era a necessidade do maravilhoso que empolgava esse épico da tribuna.

E não é dizer que fosse sempre recta a sua directriz. Censurando a sua attitude na — Qûestão-Servil — disse Nabuco que Silveira-Martins andava a fazer zig-zags, o que o Tribuno recebeu como elogio:

"Tenho seguido os processos naturaes, não dirigindo a minha marcha no terreno accidentado da Politica por uma inflexivel linha recta. Para subir ao cume de uma montanha a linha

recta seria impraticavel. E' preciso descrever curvas para vencer a altura e galgar o desejado cimo. O piloto que demanda um porto tambem se esbarraria de encontro aos parceis, si tomasse por norma navegar invariavelmente em uma só direcção."

Comprimido de bom senso, esta contestação a Nabuco contem uma licção a todos os romanticos da Politica, que vivem a sonhar com a illusoria linha recta, com a mesma attitude em todos os casos, como si a Politica, complicado aspecto da complexa vida de uma socialidade, apresentasse phenomenos periodicos quaes os da biologia. O que se resolve pela *identidade* nos organismos individuaes corresponde ao *análogo* nas organizações sociaes. Alem disso, encerra o arcabouço de uma doutrina que se destinaria mais tarde a abrir fendas na escola mesma de Gaspar — *a doutrina do Opportunismo-organizador,* segundo a qual a cada situação corresponde uma attitude. O que, porem, nas suas curvas, nos seus desvios de meteoro, aos choques com todos os elementos da atmosphera politica e com outros meteoros de egual grandeza, não perdia de vista era o interesse da Patria ou — *a Patria — tout court.* Uma força o attrahia nessa gravitação irregular — a grandeza do Brasil — que só se pode construir sobre as bases do passado aproveitando os factores da occasião. Para organizar é mister não perder as opportunidades. E de uma acção bem intencionada, de um gesto eloqùente, de uma palavra expressiva, de um atomo moral, tiram-se poderosos elementos de edificação social.

Este traço da vida de Gaspar é um *leit-motif* a chamar seguidamente a attenção do leitor para o lado moral dessa imane personalidade. O lado moral, sim, porque não se sabe o que foi maior em Gaspar, si a sua intelligencia aperfeiçoando um systema politico, si o seu coração amando a Patria.

Aproximando capitulos, phrases, palavras, factos separados, no livro, pelas paginas e na Historia pelo tempo, em que ou de que Silveira-Martins apparece como autor, ver-se-ão outros aspectos da sua estructura psychica que justificam a opinião de Tachard, chamando-o de *"monstro"* pela sua resistencia physica e mental, que lhe davam feições de collosso do bem, de força humana irresistivel, desencadeada para as grandes regenerações, como os tufões que refrescam a temperatura canicular, como os temporaes que humedecem e fertilizam; e

por tudo isso dignos da admiração dos seus pósteros — a potencia intellectual, a vivacidade, a memoria, ao mesmo tempo que a audacia, o orgulho, a combatividade, o cavalheirismo, a probidade e a justiça. Estudado a esta luz o seu vulto historico, isto é, encarado o homem a cavalleiro dos factos, ficaria completa a vida de quem foi um dos maiores estadistas do Imperio, e de quem deve ser um dos modelos do homem publico para a presente e futura gerações. Pela somma de documentos que exhibe o sr. José-Julio, illustrado historiador do seu immortal ascendente, não parece difficil esse emprehendimento indispensavel á educação nacional. Então ficaria patente, aos olhos de todos, aquelle que foi um dos maiores politicos do mundo.

Que outro grande homem, grande estadista, tinha tão perfeito equilibrio entre as faculdades cardiaes? Qual outro era tão grande no talento, como no caracter, como no amor á Patria? Podemos collocal-o em parallelo digno até no patamar da escada dos valores em que a Historia nos aponta a pleiade dos reis, e na região dos varões illustres, que são da estatura dos reis, porque chegaram a influir sobre os seus concidadãos, sobre a sua Patria, sobre a sua época, sobre a Humanidade, do baixo degrau da sua condição de simples homens, só com a irradiação das qualidades innatas. Como estes, Gaspar nasceu rei, possuido da majestade de todas as virtudes civicas, como o soberano convencido de que sua grandeza só podia provir da grandeza da Patria.

Era esse holocausto constante á entidade — Patria — era o sacrificio a ella do seu — eu — que o fazia extraordinario e admiravel, como o santo absorpto na Divindade vencendo-se a si proprio, como o heroe arrebatado por um ideal, vencendo as cousas e os homens.

Não tivemos a dita de conhecel-o em vida, mas temol-a através da Historia, onde é visto tão grande nas virtudes civicas como o proprio Rei a quem serviu, êmulo que foi de D. Pedro na dedicação ao Brasil, no empenho de fazel-o melhor, na clarividencia com que enxergava o seu futuro.

Costuma-se dizer que foi um talento. E, por que não dizer que foi um caracter, e que foi um enamorado da Patria? Sim, isso se pode affirmar de Silveira-Martins, porque nasceu dotado do mais classico equilibrio que se possa imaginar. Viveu

em plena floração do Romantismo, quando o amor dominava a vida social, sob a protecção de todas as licenças, quando a preoccupação era equiparar, á luz da sciencia, o vicio á virtude, e estudal-o em vez de combatel-o; mas não abandonando nunca o seu feitio classico, deante das realidades da vida, acceitando as suas grandezas, sopitando os interesses individuaes, não justificando, mas combatendo, á luz da moral as fraquezas alheias, depois de victorioso e senhor de si nas luctas contra as suas proprias. Para elle não se resumia a vida em sonhos de amor e de ventura, mas na dureza do combate constante contra a adversidade. Classico desclassificado, deslocado da sua época, affirmou um dia, com o accento do maior estadista do seu tempo: *"Amo mais a minha Patria do que o Negro."*

Não sabemos si o leitor tem pesado bem esta sentença; mas vale a pena meditar sobre a sua dose de amor á Patria e sobre o que nella vai de dominio da razão sobre o romantico amor á Humanidade. Era pela abolição da escravatura, mas o seu enthusiasmo pela Humanidade era diffuso demais para ser preterido a elle o seu amor pelo Brasil. Enquanto o Imperador, a Regente e João-Alfredo visaram engrandecer a Humanidade com a sua campanha de abolição, Silveira-Martins decidiu-se pelos interesses do Brasil, que são tambem de humanidade, ameaçados por esse gesto desordenadamente sentimental de abolição total e simultanea.

B) *Gaspar e o systema parlamentar*

Referindo-se ao nosso altiloqùente tribuno, costuma dizer o sr. Assis-Brasil, que o combateu no terreno dos principios, sem que por isso o deixasse de admirar, que foi uma grande personalidade sem objecto correspondente, sem os problemas politicos que exigissem tão extraordinario cidadão. De facto, elle brilhou em periodo de remanso, na vigencia de um regime definitivamente assentado, depois da guerra do Paraguai, a nossa ultima guerra, depois de resolvidas as nossas pendencias com o Prata, que eram o nosso calcanhar de Achilles, ao lado de um Soberano que timbrava em ser o maior cidadão da sua terra. Pode dizer-se que, com as suas percucientes campanhas parlamentares lhe coube dar a ultima demão no systema constitucio-

nal que, por ter percorrido todo um cyclo, ficou sem horizontes e deveria desapparecer, como desappareceu, antes da necessaria readaptação que o vivificasse.

A elle coube reaffirmar inconcussamente que sob o Parlamentarismo são possiveis as grandes realizações moraes e materiaes. Pois elle mesmo do campo da opposição, só com a sua potencia politica, e graças ás possibilidades do systema, não conquistou reformas e não fulminou erros? E, si caiu o systema parlamentar, foi antes cedendo a uma crise dynastica, que indispunha as novas gerações, do que á sua inadaptação aos novos estádios da evolução politica. Com a descentralização administrativa teria o Parlamentarismo no Brasil esgottado todas as aspirações capitaes do Liberalismo, quer fossem realizadas pelo partido de João-Alfredo, quer pelo de Silveira-Martins. Conforme provamos em nosso trabalho — *Velhos-Rumos-Politicos* — os dous partidos foram liberaes no Brasil. Mas a queda do regime acarretou a do systema, antes que este tivesse tido tempo nem occasião de evoluir; tão identificado estava o regime monarchico no Brasil com o systema parlamentar; tão longe andavam ainda os novos ideaes que hoje surgem irresistivelmente como rebentos revigoradores da Democracia em geral — a Demophilia.

Em vão tentou esse vidente Brasileiro salvar o systema que, sob o regime republicano, poderia tomar novo aspecto, mais consentaneo com novos tempos. E bastava, dentro do proprio regime republicano, para a sua defesa, que fosse o Parlamentarismo o systema que melhor prepara os cidadãos para a vida publica. E, em materia de Politica, ás instituições pertence a maior somma de responsabilidade historica, porque das suas posibilidades depende o desabrochar dos grandes homens. Na atrophia da mentalidade brasileira, pela visão material do progresso, pela eternização dos homens no poder, e dos partidos, que têm sido prolongamentos de homens, está todo o mal e toda a culpa do Presidencialismo republicano.

Sem o Parlamentarismo não teriamos tido Silveira-Martins a deitar sentenças e exemplos edificantes de patriotismo, que hão de fructificar quando novo estado de cousas permitta aos Brasileiros ouvil-as e pratical-os. O mesmo Silveira-Martins, de campião da paz, nos torneios da palavra, com as armas da

cultura e os processos da civilização, tornou-se sob o Presidencialismo, o caudilho a expedir ordens de guerra ás suas legiões liberaes que, em vez dos titulos de eleitores com que tanto nobilitaram a Provincia, passaram a brandir espadas e punhaes, como nos tempos mais crús da barbaria.

E o tribuno, enquanto isso, emudecera afugentado e atordoado pelos canhões do Presidencialismo. A persistir no classicismo democratico, erro é, e grande, abandonar o systema que melhor o corporifica e espontaneamente evidencia os homens indicados para as situações. No abandono do Parlamentarismo não só se substituiu um systema democratico por outro; mas tambem foram afastadas todas as possibilidades para o apparecimento de grandes cidadãos. Na falta de cursos technicos de apprendizagem das funcções politicas, o Parlamento é uma escola. Lamentavel é que fosse eliminada em vez de ser melhorada até esgottar todos os recursos de sua adaptação ao povo brasileiro e á propria Monarchia. Sob a Republica, a pobreza de estadistas advem de que lhe falta essa escola que prepara e mostra os republicos, e uma personalidade bastante autorizada para os erguer acima da turba e das paixões partidarias.

C) *Gaspar e a Egreja*

Não está na nossa intenção sempre elogiar, nem é da nossa consciencia a convicção de que o grande tribuno tivesse acertado sempre. Não ha razão para um homem pensar isso de outro homem; nem seremos nós, mediocre e ignorante mortal, o primeiro a atirar-lhe pedras por seus erros. Mas Silveira-Martins errou mais de uma vez através do prisma do seu intellecto e da sua consciencia.

Não viu claro na — Qùestão-Religiosa — e não deu o devido valor á Monarchia.

Quanto á Qùestão-Religiosa, decidiu-se lamentavelmente pelo Governo, por si mesmo forte, contra inermes, porem denodados prelados que só contavam, para defender-se, com a grandeza da sua causa e com a justiça da Historia. Admira como o grande parlamentar tivesse combatido tão energicamente os illustres bispos que agiam limitadamente dentro do espiritual, prohibindo aos maçons de fazerem parte das irmandades e congrega-

ções catholicas. Neste ponto do firmamento da Historia patria o brilho de Gaspar cede aos de D. Sebastião-Larangeira, D. Pedro-de-Lacerda, D. Vital-de-Oliveira, D. Antonio-de-Macedo Costa, firmes no seu posto de mentores da disciplina e da moral religiosas. Ao governo civil, ao temporal, sim, não cabia intervir em semelhante campanha, nos dominios da consciencia.

Somos levados a crer que actuassem sobre o animo de Silveira-Martins as reminiscencias da Inquisição e a nefasta influencia clerical sobre a Politica. Elle via no poder religioso, com raizes no Vaticano, o poder, por excellencia, universal, diffuso e perenne, mais forte do que os poderes politicos dos países catholicos, circumscriptos, vulneraveis e pereciveis. D'ahi vem o seu partido pelo mais fraco contra o mais forte. A sua fórmula deveria ser no systema, para elle condemnavel da — União — o *religioso sob o politico* — com estricta applicação da lei, para evitar-se o perigo inquisitorial da fórmula contraria; ou, então, — a *Egreja livre no Estado livre* — que reflectia o seu definitivo modo de pensar; pois pregava, para evitar esse genero de males, que *"todo bom catholico deve pedir a neutralidade e não a intervenção do Estado nos cultos"*.

Nessa campanha, porem, apesar de ingrata para o Tribuno, o seu fim não foi sinão mostrar as conveniencias da sua doutrina, conforme pensa o sr. José-Julio: *"Elle empenhou-se na lucta não para defender o Governo ou com o proposito de aggredir a Egreja; mas para ver implantado na lei fundamental o principio da Egreja livre no Estado livre, que a Republica veiu a consagrar, afastando assim a posibilidade de conflictos como aquelle que, por espaço de tres annos, tanto commoveu e perturbou a collectividade brasileira."*

Ponderosa attenuante é esta consideração em favor de Silveira-Martins, embora continue a pesar sobre elle o erro de defender a applicação de uma lei condemnavel, e o de ter empregado violentas expressões contra quem, no cumprimento de divina missão, se collocava acima dessa lei humana. Por isso, discordamos do historiador quando, neste ponto, affirma que *"quem seguramente não errou foi Silveira-Martins"*. Bastava que tivesse atacado a lei e mostrado as suas funestas conseqüencias, para que ficasse refulgindo, com a sua gloria, a sua doutrina da — ***Egreja livre no Estado livre.***

D) *Garpar e a Monarchia*

Quanto á Monarchia, conformou-se com ella, porem não a prezou devidamente, conquanto tivesse apreciado menos a Republica presidencial. Da Monarchia chegou a dizer defendendo o Imperador da pecha de republicano "*Entre nós não ha opprimidos porque não ha oppressores. Haverá uma ou outra violencia; mas em que país não as ha? A administração é absoluta, com effeito, pela corrupção, pela degenerescencia do systema, mas o individuo é livre. Um soberano, si não tem sentimento monarchico, pode ser genio, mas não é homem de bem, como não é homem de bem o sacerdote catholico que não acredita na revelação christan e, no entanto, vai vivendo da cera da Egreja.*"

Isso disse da Monarchia. E da Republica, que disse?

"*Democracia tutelada nos quarteis. Irrisão. Mentira.*"

Outra vez disse "*Pelas doutrinas que pregam os republicanos brasileiros vejo que não têm a concepção verdadeira do governo livre. Visam uma Republica como a de Rousseau, tendo como conseqüencia pratica o Radicalismo que até hoje, em França, não quiz as liberdades locaes. Por isso admiram-se das attribuições das assembléas provinciaes, aspiração dos legisladores de* 1843. *Seguem a philosophia comtista que, em Politica, é o absolutismo mais feroz do mundo, e tanto assim é que Comte apresentou Nicolau da Russia como typo de homem de Estado. Assim, a Politica comtista não pode ser sinão o despotismo.*"

Isso disse da Republica, e acabou combatendo-a com as armas na mão.

Entretanto, nas horas de refrega, sem aquilatar o quanto devia ao regime monarchico, pelo qual o Soberano não tem por que deixar de ser magnanimo, como nunca deixou de ser Pedro II, fulminou raios contra o regime e contra o Imperador, como estes:

"*O architecto supremo das ruinas politicas da Patria, em odio ao partido liberal, arrancou o partido conservador do seu campo natural que é a resistencia, e atirou-o para a vanguarda dos liberaes a fazer reformas.*"

"*O nosso fim está falseado, nosso systema de governo está corrompido, pois, em vez do poder ter sido creado para assegu-*

rar a liberdade e manter a justiça, parece que o país foi creado para o governo".

Phrases lapidares, sim, mas clamorosamente injustas, sobretudo para quem olha essa situação dos tempos da Republica; injusta para com o regime, que era ambiente favoravel á expansão do seu genio, recinto propicio ao echo da sua palavra; injusta para com o Imperante, que governava sem odios e que no manejo do Poder-Moderador buscou sempre amparar o partido que mais possibilidades apresentava para realizar as reformas requeridas pela nação. Essa accusação formidavel leva-nos a pensar outra vez na opinião do sr. Assis-Brasil sobre Gaspar, que, por falta de objecto, desviava, ás vezes, o seu genio constructivo e se punha a destruir por necessidade congênita de acção o que havia de mais solido neste país — a majestade e a sabedoria politica de Pedro II.

Do Poder-Moderador disse uma vez que *"demolia os caracteres"* deslumbrado sempre pela majestade do povo que collocava acima da do Soberano; encantado sempre pelo que via e sentia na sua Provincia, cujo povo, *"altivo monarcha das cochilhas"* patenteava-lhe possibilidades moraes capazes de realizar a mais perfeita das Democracias. Sim, encantado, deslumbrado, pelo que elle encarava como causa e em grande parte não passava de effeito.

De onde vinha esse caracter *sui generis* do gaúcho? Sem duvida do *habitat* e do genero de vida identificado com a liberdade e a prosperidade; mas tambem e muito das glorias que lhe proporcionou a Monarchia. Em grande parte era uma irradiação da majestade monarchica essa majestade popular, essa potencialidade democratica, em que Silveira-Martins baseava a sua confiança e as suas aspirações. Tanto assim que sob o governo republicano foi subjugada essa potencia civica dos Rio-Grandenses, para não dizer que em mais de um caso teria sido subjugada a potencia moral de muitos individuos de indomaveis estirpes.

Silveira-Martins, neste ponto, tambem foi injusto e errou, porque não soube descobrir na sua grandeza o grau de monarchismo que havia. Faltou-lhe esse olhar introspectivo, de que resultaria a sua intuspecção. Mas as suas claudicações, a nosso ver, vinham da necessidade de dar largas á sua capacidade poli-

tica. E, que são essas faltas, que os Brasileiros estudiosos da Historia saberão perdoar, deante do que ha de organico e constructivo nas palavras do nosso maior tribuno, nos actos do politico que, quando errou, foi com a consciencia impolluta, enganado pela propria luz da verdade que se projecta, a miudo com essas irrisões, para que sinta o homem a falibilidade da sua razão? Que são alguns enganos, para a gloria de quem foi mestre irrefutavel da politica do seu tempo, e será sempre um modelo de conducta civica? Não pesam esses erros em confronto com a sua equilibrada attitude na campanha da Abolição, pela qual nenhuma responsabilidade lhe cabe na queda do Throno.

Grita-se em todo o mundo contra a Democracia; começou desde alguns annos a palavra dos pensadores a minar a acção democratica dos politicos, a dissecar e reduzir ás devidas proporções os dogmas da grande Revolução. E' o verbo que vai removendo a montanha democratica. Mas o que é totalmente cabivel em outros países pode não sel-o no Brasil, ao menos em parte, por ter nascido esta nação em ambiente democratico e, como um ser qualquer, não poder existir fora do seu elemento ou só resistir á mutação mediante lentas transformações.

Não é a Democracia o mal total do Brasil, mas o seu casamento com a Republica, com a qual ella não pode viver em conveniente equilibrio.

"La Monarchie peut être impunément démocratique; la République ne le peut pas" sentencia Carlos-Benoist, discursando aos estudantes franceses.

Pois bem, para salvarmos o que de Democracia possa sobreviver ás criticas contemporaneas, seria necessario restaurar ou *"instaurar"* a Monarchia, como dizem os monarchistas da — *Patria-Nova* — de São Paulo. Só assim continuariamos a nos agitar no nosso elemento democratico, ainda que deslocado do individuo para a associação, do interesse individual para o profissional.

Não tem tão pouca importancia o regime governamental de um povo, para affirmar, como fez o illustrado historiador, que *"Monarchia e Republica são palavras vans"* porque, segundo Silveira-Martins, *"assim como ha Monarchias com liberdades, assim tambem ha Republicas com despotismo"*. Não, preferimos a concepção de outro passo do mesmo discurso, for-

mulada nestes termos: *"Temos uma Constituição que, entendida á luz das praticas parlamentares dos povos cultos, offerece todas as garantias á liberdade do cidadão e ao progresso do país. Seria um crime tentar destruir tão livres instituições por amor de uma qùestão de forma. O amor verdadeiro da Patria e dos homens aconselha que é muito mais facil e de mais seguro êxito emendar, corrigir, melhorar, do que destruir para crear cousa nova com a incerteza do desconhecido. E' a razão por que me acho entre os liberaes."*

Aqui tocamos, já no fim da nossa divagação, a tecla da mesma preoccupação do opportunismo organizador, que da mentalidade do eloqùente tribuno fizemos re-saltar no principio. Era opportunista incontestavelmente, mas exaggerava quanto á condescendencia com os regimes governamentaes. Não se lhe pode negar o opportunismo, que é o feitio dos grandes estadistas. Mas, si opportunismo quer dizer poder passar de um regime a outro, onde ficam as bases da nacionalidade, que devem ser respeitadas como *"dogmas nacionaes"?* E' o regime politico de um povo sensatamente estabelecido, sobretudo quando consagrado pelo tempo, pela experiencia e pelo progresso, é um verdadeiro dogma nacional, conforme pensava Jackson-de-Figueiredo. Opportunismo sim, mas dentro de dogmas intangiveis que deem ás nações a impressão da immortalidade.

Conservar melhorando, disse Comte. Sim, mas o que é objectivo e real, não o que é subjectivo, como os regimes inventados e impostos aos povos.

Que se eternizem republicanos aquelles que nasceram saboreando os fructos da Republica e têm deante de si a possibilidade de tornal-os melhores. Mas, por que não dar o mesmo direito ás Monarchias?

Taes as considerações que nos inspiraram as paginas substanciosas do livro do sr. José-Julio-Silveira-Martins, que, conquanto tenham deixado ao leitor o trabalho da penetração psychologia da individualidade estudada, é um grande serviço prestado ao Brasil, sobretudo áquelles que buscam inspirar-se no passado e descobrir a razão por que o regime republicano tem demolido tanto o caracter nacional.

ASSIS-BRASIL

A) *Suas idéas geraes*

Estudar a obra doutrinaria de Assis-Brasil é atacar o reducto de um politico, de quem se conhecem vulgarmente as investidas e gazivas no campo da acção partidaria, mas de quem se ignoram geralmente os recursos de ataque e de defesa. Assis-Brasil não é somente um homem de acção, como o costumamos ver e julgar, desdobrando-se na vida interna e externa do Brasil. Na sua personalidade mora tambem o *pensador*, isto é, o espirito de quem investiga a verdade, de quem acredita tel-a encontrado e a demonstra e diffunde, para realizal-a, logo depois, embora á custa de reacções contra o corpo de idéas em voga em sua nação, e até contra a ordem politica estabelecida. E, como pensador, o que ha de interessante na sua obra é aquillo que não é commum, que não é generalizado e que, por isso mesmo, prova a sua *pessoalidade*, a sua *individualidade*, em saliencia na *socialidade* brasileira. Quando perdesse todo o prestigio politico, que lhe vem das idéas, e de que se vale para pôr em pratica as suas idéas, nellas ficaria vivendo sempre a sua pessoa. Certas ou erradas, são emanações de um espirito immortal, um dia em reacção e effervescencia no meio transitorio em que viveu. E são estas, precisamente, as suas idéas, as que nos interessam aqui, conquanto escudadas em outras mais geraes, e acceitas por elle como já demonstradas por philosophos e sociologos que toma por mestres.

Relativamente a estas, pode dizer-se que o nosso pensador procedeu deductivamente, posto que foram achadas e formuladas depois de induzidas pelos guias do pensamento universal dos ultimos seculos. Induzidas por Assis-Brasil são as suas idéas pessoaes que se confinam na Politica.

Quanto ás idéas geraes, porem, não obstante venham de trás, como verdades incontestaveis, convem, aponta-las summariamente, para que avalie o leitor a logica das suas illações e a procedencia da suas aplicações.

Para sabermos aonde vai é bom saber-mos de onde vem o illustre doutrinador brasileiro.

Na pista das idéas geraes do grande pensador patricio, fomos surprehendidos pelo facto notorio de ser elle autor não só de trabalhos sobre alta Politica que arrancam das generalidades da Sociologia e da Philosophia, como tambem de trabalhos sobre Agricultura, nos seus ramos agronomico e pecuario, que são especialidades baseadas em sciencias physicas e naturaes. O autor de *Governo Presidencial, Democracia Representativa, de Dictadura, Parlamentarismo, Democracia, de Idéa de Patria* escreveu tambem — *Cultura dos Campos* e *Granja de Pedras Altas,* nos quaes prova inteira familiaridade com os assumptos especiaes da Agricultura em todos os seus ramos — desde o conhecimento do solo e da Botanica até o das razões que militam em favor das melhores raças de animaes para o nosso meio.

Ao mesmo tempo fere-nos a attenção o ser Assis-Brasil politico realizador e politico idealizador; homem de meditação e homem de acção. Ora, dessas tres evidencias de sua vida — homem das generalidades do pensamento, homem de especialidades do conhecimento e até de officios, pois é habil carpinteiro, e homem de acção desde o meneio dos partidos até o manejo do cepilho e da enxó; dessas tres evidencias, não escriptas por elle, mas provadas pelo desdobramento de sua actividade, podemos concluir que seu espirito obedece á convicção da infinita *elasticidade* do ser humano. Sem isso, não se explicaria a sua presença em todos os campos da existencia, a sua ubicuidade pelos limites da capacidade humana. Dessa prodigiosa realidade, latente em sua consciencia, onde palpita como as cousas mais claras, á sua convicção de que os estadistas ou os chefes d'Estado devem ter uma educação generalizada, o caminho é suave e curto. O processo de demonstração dessa fecunda verdade e o de applicação de suas conseqüencias se opera em si mesmo, subjectivamente, conforme provam seus actos. E essa idéa,

das mais geraes, não podia faltar no desenrolar da sua personalidade.

De facto, affirma elle no *Governo Presidencial,* (pags. 286 — 7):

> "Quem governa não põe a mão em cousa alguma; nada faz por si; é um como regente de orchestra, que deve saber distribuir os instrumentos pelos individuos mais habeis na respectiva execução, reservando para si apenas a superintendencia geral, afim de que a harmonia não seja sacrificada"... "Essa capacidade só a podem possuir os homens equilibrados":

Mas, o seu pensamento, que paira, neste ponto, acima da convicção em voga, de governo por technicos, do reinado dos especialistas; o seu pensamento, que esboça com clareza a condição do homem de governo, do chefe, ficaria apenas esboçado, si não viesse precisal-a e dar-lhe a ultima demão, uma passagem de *Idéa-de-Patria* (pags. 25 — 6):

> "O gosto e a pratica dos estudos scientificos e especialmente dessas *humanidades*, que são o instrumento mais proprio para amaciar o homem"...

Sim, o estudo das humanidades, que ensinam a conhecer a vida do homem, a alma humana, quer encarada nos individuos, quer nas multidões, quer nos povos: sim, as humanidades, hoje em descredito na civilização materialista, que culmina no especialista, no technico, no conhecedor das forças physicas; as humanidades, que comprehendem a Historia, considerada *preciosa* pelo nosso autor á pag. 188 de *Democracia Representativa*, o estudo das linguas vivas, sobretudo da lingua materna, pelas quaes externam os povos o seu pensamento e o seu sentimento; o estudo das linguas originarias em que se expressaram as nações do passado; para nós o Latim e o Grego, cujos monumentos estão attestando que o elemento espiritual não ganhou perfeição nenhuma com o passar de seculos e seculos sobre a raça humana; que a humanidade de hoje é a mesma de ontem, com identico corpo e alma identica; sim, as humanidades, pelas quaes se cultiva a Philosophia, ou o caminho por onde o homem, dilatando o espirito, vai attingir os arcanos da consciencia, o

ponto em que o sentimento se funde no entendimento, em que o pensamento já é amor, em que se surprehende a unidade da vida; sim, as humanidades que ensinam a conhecer os homens e preparam os chefes de homens a empregar *the right man on the right place*, conforme entende o nosso pensador mesmo. Esse é o bom senso, o senso comum, aquelle que se difunde e se generaliza pelo conhecimento de uns homens pelos outros, o senso da humanidade, para o qual appella o nosso pensador, tantas vezes, como para uma fonte de sabedoria. Veja o leitor as pags. 281, 359, 360 de *Governo Presidencial*.

Pro-seguindo na perquisa das idéas mais geraes da doutrina politica de Assis Brasil, encontramos á pag. 225 de Democracia Representativa, 4ª ed., o reconhecimento de um dos principios mais prenhes de delicadas conclusões sociologicas, sobretudo politicas. E' o principio do bem e do mal coexistentes n'alma humana. *"Dans l'homme il y a toujours la bête"*, repete o nosso pensador o velho apophtegma, que resume a, talvez, mais profunda sentença do conhecimento. Si delle se vale um politico, nelle tambem se escuda toda a Moral. Para a Philosophia, no seu sentido classico, o principio do bem e do mal é um verdadeiro dogma, um axioma, que não se demonstra, porque se evidencia á consciencia de cada um e de todos. Admittido elle, parece que não poderia haver mais divergencias entre os pensadores, ou entre aquelles que se preoccupam com a sorte dos seus semelhantes; parece que, apontado o mal, não restaria mais do que dar-lhe na cabeça, para que preponderasse o bem; e teriamos consagrada a violencia necessaria e permanente. Mas tal não acontece; e a humanidade dividida entre os que obedecem cegamente ao bem, de um lado; os que obedecem cegamente ao mal, de outro; e os que vacillam entre os dous impulsos sem o preciso discernimento, de outro lado ainda; a humanidade se debate constantemente com alternativas de triumpho ora deste, ora daquelle campo.

O sr. Assis-Brasil, que admitte esse fecundo principio, acceita-o, porem, com restricções e não leva a lucta contra o mal mesmo de modo moralmente systematico, porque não o considera necessariamente generalizado. O mal é excepção, o bem é que é a regra.

> "Mas (diz elle na mesma pag. de Democracia) não estão no mesmo caso attentados isolados que possam assignalar-se em uma ou outra occasião, em um ou outro ponto;... "Esses podem ter correctivo na lei, ou melhor, devem ser por ella prevenidos".

Em outra pagina lemos esta tirada que vem reproduzindo um conceito de Rousseau: *Democracia Rep.* pag. 132:

> "E, como o coração humano é fundamentalmente bom, e o publico, como tal, é um amontoado de pessoas desroupadas de interesses pessoaes, esse publico está no caso de amar a virtude pela virtude e applaude-a sempre, ainda quando a veja exercida pelo truão da vespera, transformado hoje em tribuno estoico".

A' pag. 135 está mais resumido e preciso o pensamento do nosso grande politico:

> "Penso como já deixei esboçado, que o principio do bem prepondera na natureza humana".

E assim, fiél ao guia de suas lucubrações philosophicas, que é incontestavelmente o autor do Contracto-Social, rejeita a velha Moral absoluta, que se applica em combater o proprio mal, para acceitar a Moral evolucionista e relativa, aquella que as gerações vão recebendo transformada pelo bem da época, necessariamente vencedor, quer consista no prazer individual, segundo Spenser, quer nas conveniencias e aspirações sociaes, segundo Durkeim. Si algum mal, que venha oppôr-se a esse prazer e a essas conveniencias, subir á tona da vida, não será a Moral que o ha-de combater, mas as *Leis* e a *Justiça*.

"Esses podem ter correctivo na lei, ou melhor, devem ser por ella prevenidos", repetimos o que já escrevemos para re-saltar o papel preventivo das Leis, completado pela funcção repressiva da Justiça: "Onde estão as garantias de que se cumpram honestamente os preceitos da lei honesta?", pergunta o pensador brasileiro para responder linhas adeante, valendo-se de palavras do manifesto da Alliança-Liberal:

"As melhores leis serão innócuas ou damnosas, si ao seu lado não houver Justiça organizada que as cumpra e faça cumprir integralmente."

Eis-nos chegados ao poder supremo para os homens, a Justiça, que não combaterá o mal, já vencido naturalmente pelo bem, mas apenas os seus effeitos esporadicos. O fôro intimo escapa das sentenças humanas; e o homem fica entregue a si mesmo, aos influxos necessariamente victoriosos do bem que mora em seu coração.

Eis-nos chegados á concepção primeira de que parte Assis-Brasil para a sua viagem pela Politica. E affirmar que "tudo quanto é exigido pela natureza das cousas é verdadeiro e legitimo" (Dem. Repres. pag. 18) é continuar na logica das illações, segundo a qual o mal da natureza das cousas é imponderavel, por ser destruido necessariamente pelo bem da mesma.

Forçado por seus principios a considerar o homem entregue a si mesmo, ou desamparado deante das forças da vida, á espera do triumpho do bem, que chegará fatalmente, teria negado, *ipso facto*, todo valor á virtude, que gera a verdadeira felicidade tornando o homem superior ao animal, o espirito superior ao instincto; teria dispensado a virtude no seu systema de idéas, si a não tivesse encontrado no proprio conceito de *trabalho*, como os estoicos gregos, que a praticavam com o mero fim de a praticar, sem outra recompensa que a autarcia, o gôzo todo pessoal de ser capaz della; mas sem um remedio para combater o vicio do proximo dos que della nascem incapazes. Aqui tocamos o sublime da estoicidade, pela qual o homem se desprende dos interesses immediatos, da satisfação dos desejos mais agradaveis, na ansia de attingir a perfeição; mas tambem uma lacuna que somente a caridade theologal veiu prehencher. — Sê virtuoso e serás feliz e perfeito — prega um estoico — Virtuoso, tu não serás ainda perfeito, si, por caridade, não te preoccupares com a perfeição dos teus semelhantes, prega um christão. E esta missão, e este proselytismo, inherente á doutrina christan, imposto pela convicção de que "*dans l'homme il y a toujours la bête*, e de que a besta possa vencer o homem, é a revelação mesma da caridade, não da caridade publica, do vintem ou do tostão, mas da caridade theologal; é o imperativo que confirma a Moral absoluta, como sciencia e arte, destinada a dominar o mal da natureza humana. Pense o leitor na complexidade do problema e avaliará a importancia que adquire a organização social, quando se tenta resolvel-o. Toda a vida

humana, em todos os seus aspectos, se re-cente da luz que sobre ella projectam os principios abstractos, aquelles que, como este do bem e do mal e da prepoderancia de um e outro, são percebidos pela consciencia e acceitos pela intelligencia como substancia digna de attenção.

E a consciencia que os aponta, que vem a ser? E' a força humana que nos identifica moralmente aos nossos semelhantes, preparando-nos para sentir o que elles sentem, pensar o que pensam; é a janella pela qual toda a humanidade poderia enxergar o principio da sabedoria. A consciencia dos individuos generalizada e approvada pelo proximo é o senso commum, que se forma do bom senso de cada um. D'ahi parte a verdadeira philosophia para a sua penetração nos dominios do metaphysico. Têm valor secundario para a harmonia social os factos do pensamento individual, as visões puramente pessoaes, os sentimentos isolados, que para os semelhantes podem passar ou por manifestações de genio ou por manifestações de monstruosidade, quando não passam despercebidos.

O que vale precipuamente, como ponto de partida de uma organização e de uma ordem é o senso commum, filho do bom senso. E a este principio cheio de bons resultados no processo logico das operações mentaes concede assignalada importancia o autor de *Governo Presidencial*. Neste trabalho repelle os genios como candidatos á chefia do Estado, e opta pelos homens dotados simplesmente de *bom senso*, isto é, do senso que o commum dos homens approva. A' pag. 359, levado pela logica da sua philosophia social, justifica as revoluções; mas confessa que o exercicio desse direito "é um dos pontos fracos do ingenho humano. Só a educação da liberdade e *do bom senso* é que pode aconselhar os cidadãos na distincção dos casos em que convem usar de tão extraordinario direito."

E linhas adeante accrescenta, apoiado á mesma abstracção:

"Como a maior ambição deste livro é falar claramente ao *bom senso* e ao espirito pratico"...

Com a sciencia do illustre pensador brasileiro vem, portanto, acotovellar-se a velha sciencia relegada ás inutilidades do passado.

Mas ha vozes do senso commum que são repellidas *in limine*

pelos deterministas do Materialismo; e entre ellas a voz que brada em todos nós que somos livres, que as voliçoes do homem nao têm limite nem peias.

Obedecer a esta voz e proclamal-a como o bom senso de cada um é, porem, hoje uma heresia scientifica, um absurdo desprezivel. Para a sciencia hodierna não pode existir ninguem que não seja como dependencia completa, como determinação da sociedade.

Tudo é determinado no homem, desde os movimentos do corpo ate os movimentos do espirito; e os actos que não obedecem a essas imposições exteriores escapam do consenso scientifico e racional, como *metaracionaes,* ou fructos da demencia.

> "Vivemos, neste mundo, os individuos e povos, a nos illudir com a confiança no livre arbitrio." (Gov. Presid. pag. 269.)
>
> "O homem não é livre para fazer o que bem quizer. O livre arbitrio, a faculdade de agir arbitrariamente, sem obediencia a uma deliberação, que por sua vez é provocada por um motivo, só é comprehensivel nos loucos, como observou o philosopho inglês Maudsley." (Dict. Parl. Dem. 47.)
>
> "A observação manda reconhecer que a influencia de cada individuo irá sempre tendo menos possibilidade de se fazer sentir, á medida que se normalizar e se adeantar a sociedade onde tal individuo actuar. Parece mesmo que nos grandes povos não pode haver grandes homens, no sentido corrente desta expressão. Temos disso um exemplo na Suissa." (Gov. Presid. 276.)

Nestes tres passos está consubstanciada a opinião de Assis Brasil sobre o assumpto transcendente de que nos occupamos, e da qual não discrepam totalmente os espiritualistas, porque distinguem a liberdade volitiva da liberdade de acção, que, segundo elles, é medida e normalizada pelo bom senso de quem a toma e pelo senso commum, o mais alto tribunal humano, abaixo da consciencia individual. Ainda não é a Justiça legal; ainda não é a Justiça divina a scintillar na consciencia, mas, entre ambas é a Justiça do genero, quasi sempre manifesta em sentenças que o bom senso individual homologa. Ir de encon-

tro a ella é ir contra o meio, é commeter o que vulgarmente se chama loucura. O homem só deve fazer normalmente o que não prejudique a sociedade, como meio organizado favoravelmente ao cumprimento dos elevados fins do proprio homem; porque o homem é escravo da sociedade, como escravo é o commerciante da tenda que armou, como meio de ganhar o pão e o dia de amanhan. Do contrario, soffrerá a sancção da consciencia pelo mal exteriorizado e a sancção da lei pelo prejuizo causado.

Mas negar a livre-volição, a prova da vida interior, esse facto do mundo moral, onde se chocam as forças tenebrosas com as forças luminosas, já é desprezar o bom senso e o senso comum e esquecer a sublime licção de Christo, expressa no Sermão da Montanha. Quem negará que a besta hospedada no homem reclama seus direitos? E' um facto que o bom senso regista em todas as horas da vida; pois a essa besta sentimo-nos acorrentados constantemente.

E que seria do homem se uma força superior e determinante não estivesse alerta para romper esses grilhões?

A sociedade não consente, replicam os deterministas, que o mal se exteriorize. E que sociedade seria essa em que a maioria dos homens se entregasse ás tentadoras solicitações interiores? Uma sociedade feita á sua imagem; besta como os homens que a formassem, incapaz de conter ninguem, e, menos ainda, de inspirar os impulsos redemptores. Mas a sociedade, pela Justiça legal, ainda que rigorosa censora, apenas alcança os effeitos palpaveis da Moral, e não attinge o mal mesmo; o que quer dizer que, desprezando-o, admitte a sua existencia. Sim, os espiritualistas não negam o determinismo das acções, nem negam o determinismo das volições contrarias aos altos destinos do homem; mas affirmam a inteira liberdade do espirito que a esta doma, e áquellas normaliza, conciliando o homem com a sociedade, o meio com o fim.

Formada de homens, a sociedade é a imagem desses homens, com um corpo e uma alma, cuja intelligencia se manifesta pelo senso commum. Na opinião contraria, segundo a qual é o homem a imagem da sociedade que elle creou, não nos parece estar a verdade, como não estaria na affirmação de que o creador seja inferior á creatura.

Mas essa objecção, levantada com a alavanca do poder espiritual, não surprehende ao nosso pensador desprevenido. Versado nestes assumptos de alta transcendencia de que derivam os nossos juizos sobre as cousas e os factos, não lhe cabia lançar a sua doutrina sem esgottar completamente o conceito de livre arbitrio e determinismo; e appella para o classico argumento dos relativistas:

> "Em geral um só espirito domina uma época. Os homens dividem-se na maioria dos casos por formalidades." (Dem. Depr. pag. 15.)

E' ainda o espirito, aquelle que avoluma e dá corpo ao senso commum, aquelle que permanece algum tempo sobre a sociedade, censurando as nossas acções; talvez manifestação transitoria do espirito que está acima de todas as sociedades e de todos os tempos. Apurando um pouco mais o conceito, attingimos um espirito que permanece, de todos e de sempre, e que explica as possibilidades da nossa perfeição.

Ha uma differença profunda entre o conceito que do espirito fazem os espiritualistas e o dos deterministas. E' que, na absorpção total do homem pela sociedade está contido o perigo de que diminuida gradativamente a fonte do espirito, que é o homem, se apague pouco a pouco esse espirito relativo, e assim marche a sociedade inconscientemente para a degradação e o obscurantismo. Não comprehendemos como, seccando a fonte, engrosse a caudal. Entretanto a esse resultado chegamos, seguindo o caminho tracado pelos sociologistas, ou por todos aquelles, que, desde Comte até Marx, como o proprio pensador brasileiro, consideram o individuo susceptivel de perder a individualidade no meio social. Enquanto, para os espiritualistas o mesmo espirito permanece acceso com a mesma intensidade de luz, a illuminar o erro e a verdade, para os deterministas ella iria intensificando-se ao passo que o homem desapparece na sociedade, como si esta sugasse dos individuos toda a luz do espirito e com esse feixe formasse o facho da civilização e do progresso.

Ora, si a marcha da humanidade se opera no sentido de um progresso constante, segundo a crença evolucionista, e o fim do homem é sua fusão na collectividade, claro está que toda a sciencia social determinista descamba necessariamente para o Sociolo-

gismo, e as organizações sociaes que crear, para o Socialismo e Communismo, em que a sociedade é tudo e o homem um ser automato que acabará por não ter até idéas proprias. "O povo, unica entidade real" escreve Assis-Brasil, á pag. 93 de *Democ. Representativa*. Para lá caminham as Democracias impellidas por essa crença, cujo culto se pratica no Socialismo d'Estado, opprimindo o individuo com impostos e novas obrigações para com o governo, cerceando-lhe o direito de propriedade, dissolvendo a familia que crea livremente, forçando-o a não ter outras idéas, sinão as do seculo, inutilizando a sua liberdade numa teia complicadissima.

O nosso autor crê ainda na liberdade, "de que se declara amigo sempre que ella não offenda outra liberdade" (Dem. Repr. pag. 80); "na liberdade que no individuo ou no povo consiste na autonomia em que se opera a evolução de cada ser". (obr. cit. 14); crê numa liberdade que se vai retrahindo, como a *peau de chagrin*, primeiro quanto ás suas manifestações em actos, depois quanto á propria essencia, até ficar o espirito do homem reduzido ao espirito do seculo, e o homem mesmo mero fructo de seu meio e de seu tempo.

> "A observação manda reconhecer que a influencia de cada individuo irá sempre tendo menos possibilidade de se fazer sentir, á medida que se normalizar e adeantar a sociedade onde tal individuo actuar." (trecho citado). Tal a marcha para attingir a meta da perfeição — "um grande povo em que não possa haver grandes homens"; tal a organização que, sem duvida será mais complexa, porque representaria um aperfeiçoamento sobre as organizações anteriores; e, segundo o Evolucionismo, uma cousa é inseparavel da outra". Ao que dizeis sobre o aperfeiçoamento popular vos responde o nosso mestre Ch. Darwin — que em todos os organismos a complexidade acompanha o aperfeiçoamento" (Dem. Repr. pag. 19).
>
> "A complexidade é distinctivo dos seres superiores. Não ha instituições mais singelas do que as despoticas. Não ha mais complicadas do que as do *self-government*". (Gov. Presid. pag. 314).

Incontestavelmente, ou por evolução ou por creação os seres superiores, o homem como organismo, e os Estados modernos, como socialidade, são mais complexos que os outros seres; e entre os Estados, aquelles, cujo governo corresponda mais exactamente ás diversas modalidades da vida do povo, será o mais complexo e o mais perfeito. Ora, é esse precisamente o ideal lobrigado pelo pensamento humano, durante a década deste seculo, e do qual foram precursores Le Play, La Tour-du-Pin e Carlos Maurras, desde as ultimas décadas do seculo passado. Não negamos o valor do phenomeno democratico, contra o que prega o ultimo desses pensadores relativamente á França. Ao contrario, estamos atidos a elle como ao imperativo politico da organização brasileira. Um país que tem já o seu seculo de existencia e que viveu esses cem annos democraticamente, não pode sonhar em sair da Democracia, que já é elemento da sua natureza de nação. Mas, deante das conclusões theoricas da sciencia que a justifica, e deante dos resultados palpaveis da actualidade, a Democracia classica, como chamamos e que se pratica hoje, não tende para uma complexidade organizativa, e sim para a simplificação. Si o regime do governo da maioria representa uma complexidade sobre o Absolutismo, por outro lado, significa uma simplificação, na marcha do Individualismo, com todas as suas complicações ainda em voga, para o Socialismo e Communismo, que se caracterizam pela preponderancia das mais rudimentares exigencias da vida — as economicas, ou as da pelle e do ventre.

Sim, o regime que reduz a sorte de uma sociedade, a totalidade dos factos da sua vida, á vontade da maioria, por meio do suffragio, é um regime essencialmente simplificador; é um tessido de croché, que se desfaz por um fio só. E, sinão, supponhamos uma socialidade ideal organizada pela Democracia classica, em que não haja analphabetos, ainda que crivada de ignorantes, e dos incapazes de conseguir mais do que o pão de cada dia inseparaveis de toda sociedade; em que o elemento humano seja superabundante no meio physico, como já é em quasi todas as nações do Velho-Mundo; e essa socialidade pelo fio da maioria se transformará em tessido communista, segundo o espirito desta época; em tessido de qualidade muito inferior e muito mais singelo do que o producto constitucional das Democracias represen-

tativas, com seus choques de opiniões individuaes e collectivas, suas luctas commerciaes, profissionaes, seus prélios eleitoraes, etc., etc.

Que se evole agora o espirito desse povo e dessa época, librando-se sobre elle, para inspirar e impregnar todos os individuos, e temos a noção patente da decadencia de um povo, na desaggregação do tessido democratico pelo fio da maioria, sem nós que o prendam, sem separações estanques que o interrompam.

E, si neste seculo e meio de regime democratico não chegaram os povos a esse estádio historico, é porque uma centelha do espirito eterno, obumbrando o espirito da época, accende o facho que mantem o senso commum aquem do declive fatal. Com as idéas subversivas da estabilidade das nações ainda circulam as idéas dogmaticas da tradição. Ainda os grandes espiritos individuaes não se deixaram annullar pela massa dos pequenos, ainda ha campo para o florescimento das virtudes que só a liberdade perfuma; ainda ha liberdade de crenças, ainda ha familia, ha propriedade, e liberdade para adqüirir recursos com que aperfeiçoar o espirito pessoal, segundo a inclinação de cada um. Ainda não está perdida a humanidade, graças ao espirito do gênero, que é o mesmo sempre e em todos os povos, nem foi apagado pelo espirito contrario. Mas, sel-o-á, si os homens não reagirem a tempo; si quizerem passar verdadeiramente á condição de meras creaturas de uma nação e de uma época, como individuos de um rebanho.

No processo da salvação, porem, é que vamos encontrar a complexidade necessaria que caracteriza o aperfeiçoamento e o progresso. Que o povo se governe por meio de seus representantes é uma evidencia que não mais se precise demonstrar; mas que o povo reflicta no governo todos os aspectos do seu viver, tanto aquelles que são susceptiveis de evoluir ou desapparecer por inuteis, como aquelles cuja utilidade demonstrada pelo bom senso e approvada pelo senso commum, devem durar e perpetuar-se.

Quer isto dizer que, abaixo das fluctuações da maioria ha um pedestal inabalavel, com as columnas do espirito do gênero, que é perenne, traduzido em religiões e em moral; a do maximo interesse material do gênero, — a sua perpetuação — traduzida

na familia; e a do progresso material do gênero, traduzido na propriedade. Consentir na ondulação das maiorias é uma determinação do espirito, não ha como negar, como não ha negar que no povo está a fonte do governo, que a base do Estado é democratica, e que o seu fim é demóphilo. Mas acceitar que esses movimentos derruam até os fundamentos de uma socialidade seria o mesmo que admittir que as tempestades abalem a profundidade dos oceanos, e que o interesse de alguns prevalesça sobre o bem-commum.

Aqui tocamos o ponto em que começa a esbater-se a realidade democratica, em presença da sombra de outras realidades que complicam e completam o quadro. E, para nos valermos de um argumento dos mesmos evolucionistas partidarios da perfeição e da complexidade necessarias, diremos que estaria finda a funcção democratica, como orgão de aperfeiçoamento, si não encerrasse possibilidades de incorporar á Politica dos povos todos os factos sociaes. E' a isto o que chamamos complexidade e progresso de instituições politicas, e não á reducção de todos os phenomenos a um só — o da maioria das vontades individuaes — phenomeno que tende a transformar-se, pela annullação mesma dos individuos da communidade, em *unanimidade*. *Una* e *unánime* é a fórmula final do complexo politico, segundo o processo logico da Democracia classica.

Para terminar o nosso apanhado das idéas geraes, cuja região se descortina acima do plano politico do autor de *Governo Presidencial*, é indispensavel frisar a base fundamental do seu relativismo e do seu determinismo. Materialista, como não podia deixar de ser sem claudicações de logica, o sr. Assis-Brasil reporta o conjuncto biologico á materialidade da terra. O nosso sensato e equilibrado pensador é mesologista convicto. Entre as forças materiaes de que a raça, o homem é portador e as forças da natureza, isto é, do meio, dá preferencia a estas como factores de vida e evolução. E com elle está incontestavelmente o melhor fundamento do Materialismo. Pois não é o homem, segundo esta escola, porventura, filho do ar e da terra? No ar e na terra está, pois, a fonte de tudo, tanto dos alimentos para o corpo, como, mediatamente, das espiritualizações que o corpo produz.

"A acção da natureza é tudo, affirma elle á pag. 19 de *Idéa de Patria*. Ella se encarregará, si o meu juizo é certo, de transformar em realidade cada vez mais evidente o movimento evolutivo espontaneo que acabo de denunciar. O reconhecimento da soberana acção das forças naturaes não tira, entretanto, que seja dever dos estadistas trabalhar com ellas em linhas parallelas, e, inversamente, evitar o mais possivel contrarial-as".

"Como as plantas e os outros animaes, que chamamos inferiores, o homem está preso á terra e ao céu, ao planeta e á atmosphera que o envolve". (Idéa de Patria — 17).

Sem duvida, em favor do illustre pensador brasileiro não milita, neste ponto, somente a logica do seu systema de idéas, mas uma confirmação universal. A nenhum sociologo, a nenhum philosopho, occorreria negar a verdade desse postulado. Mas o que aproveita á vida animal do homem nem sempre serve para confirmação de sua vida superior; e as determinações da natureza physica que condicionam directamente a nossa alimentação, as nossas vestes e os nossos tectos, vão ficando tão distanciados da vida moral e espiritual, que apenas percebemos uma ligação entre ellas.

Apesar do admiravel esforço dos mesologistas, desde Buckle, para dar a esta concepção o valor de uma lei absoluta, não conseguiram affectar a evidencia da identidade do gênero em todos os logares do globo e em todos os tempos da Historia. O homem de hoje é o mesmo pintado por Herodoto, o mesmo que inspirou Budha, o mesmo do tempo de Moisés; e o Decálogo, que foi a sua primeira lei moral, é hoje a lei moral dos povos civilizados. E' que a natureza vai perdendo o seu reinado, ao passo que a vida humana se alcandora, e cedendo a primazia determinativa ás forças humanas manifestadas physiologicamente e psychologicamente pela raça, sociologicamente pela Historia e pela tradição, até o ponto em que nem estas podem actuar sobre os factos que revelam inteira liberdade — como os do faquirismo, do espiritismo, do ascetismo e do mysticismo — a

menos que sejam negados *in limine*. Deve haver entre as fronteiras da psychologia dos povos uma zona quasi neutra de influencia, na qual se chocam as forças determinantes provindas da natureza contra as forças determinantes provindas do povo, da raça, ou anthropologicas. Deve ser essa zona de factos sociaes, ainda indeterminados, onde está envelhecendo a doutrina determinista no esgottamento das controversias entre mesologistas e antropologistas. De facto. Que força determina a Democracia? Natural ou humana? Physica ou psychica? Que força determina o Presidencialismo? E a confusão é tão clara, que na observação das forças determinantes da Federação, facto natural por excellencia, os politicos em geral se decidem pelas forças anthropologicas, federando forçada e arbitrariamente factos que, pela sua espiritualização, succedem no geral e no uniforme, como a Justiça, que é quasi Moral, como a propria Politica substantiva, superior em dignidade á Politica adjectiva ou economica, commercial, financeira, etc.

B) *Suas idéas especiaes*

Aqui pomos fim ao estudo das idéas geraes do corpo de doutrina politica de Assis-Brasil, idéas que já têm mais de uma geração; mas que foram abraçadas sensatamente pelo illustre pensador, de accôrdo com a sua convicção de ser filho do seculo, inspirado pelo espirito do seculo. Não as adoptasse elle logicamente, e não seria o cidadão que é, representativo de um povo; feixe dos seus ideaes, e aspirações immediatas.

Estudadas as suas idéas adquiridas, passamos aos seus ideaes pessoaes. Isto é, passamos do campo deductivo do seu processo intellectual, para o campo das inducções de que lhe cabe a responsabilidade e a gloria.

Da sua concepção politica é ponto de partida — a Democracia — mas a Democracia representativa, a Democracia classica, e não a Democracia theorica ou ideal em que o povo, mais que senhor da soberania, seria tambem seu realizador directo.

> "O povo é apenas a fonte do poder" (Dem. Repr. pag. 20). "O governo directo do povo pelo povo é impossivel" (Dictadura, Parlamentarismo, Democra-

> cia, pag. 35).. "Chamo Democracia ao facto de tomar o povo parte effectiva no estabelecimento das leis e na designação dos funccionarios que têm de executal-as e de administrar a cousa publica". (Democr. Repr. — 15).

Nestes trechos está resumido o conceito de Democracia, repetido, *passim*, em todas as obras politicas do douto pensador.

Dizer que este é o unico ponto de partida para uma politica sensata no Brasil é affirmar quasi uma bananidade. A nossa nação formou-se já democratica, dotada de constituição escripta, com seus direitos definidos em face dos deveres dos seus soberanos. Mudar esta ordem de cousas por outra que fructifique melhor em outros povos seria uma insensatez que não cremos seja approvada pela maioria do povo brasileiro, sem seu abandono ao arbitrio dos governantes. Não vamos até affirmar que o nosso solo, a nossa natureza, tenha influido para isso; mas que hoje o phenomeno democratico seja uma determinação da Historia, da tradição, e fosse infundido á vida brasileira pelo espirito do seculo XVIII, não podemos negar.

A Democracia no Brasil obedeceu originariamente á determinação de um ideal, á força de uma idéa, do espirito, emfim; e hoje e determinada pelas forças *physiologicas*, si nos perdoarem a licença desta comparação, da nação em que ella, como alma, se incarnou. Puro espirito a principio está hoje condicionada ao corpo de que tomou a forma e as contingencias. Esse corpo democratico poderá conter principios de erro e mal e tendencias desastrosas, como toda creatura humana. Mas, por que negar-lhe a influencia de forças de equilibrio e salvação? Acaso existe um unico regime ordenativo, como meio de cumprimento dos mais altos fins do homem? Existem varios, e entre elles o democratico é o que nos toca, e não é dos menos improprios. Determinado por forças interiores ou determinado por forças superiores, elle é a nossa realidade. Si para os deterministas materialistas elle nasce exclusivamente ou da natureza ou do homem; para os deterministas espiritualistas nasce da propria creação das cousas. Para estes tambem o soberano é o povo, que só delega a sua soberania *in actu*, nunca *in habitu*, só para o seu exercicio, e nunca a essencia, que lhe é inherente, como objecto do *bem* a

que fica obrigado o soberano singular, o principe, o chefe d'Estado.

Raciocinando aprioristicamente tambem se chega ao mesmo resultado de ser o povo sujeito da soberania, fonte directa do governo, como condição necessaria da existencia social.

Tanto é assim para os proprios absolutistas da Philosophia e da Moral, que o Chefe da Egreja Romana encaminha a acção catholica universal no sentido de uma alta politica democratica. Para o Catholicismo o povo não pode ser sinão livre, como livre são os homens que o formam, para ordenar soberanamente a sua suprema finalidade. Decida de cima a força democratica, reflue para cima erguendo o povo, e com elle o homem. Para esse erguimento constante, porem, a alavanca espiritualista se apoia num ponto mais elevado que o povo mesmo; isto é, nas conveniencias moraes de cada pessoa que o forma.

Conscio dessa superioridade da concepção christan, estamos convencidos de que, segundo ella, se torna impossivel a degenerescencia ou a degradação social. Complicada pela noção de *demophilia,* uma organização desta natureza pode vencer a contingencia de satisfazer a vontade da maioria, desde que esta prejudique ou subverta os interesses totaes. Não é uma Democracia para a maioria; mas para satisfazer a totalidade da nação. Não é egualitaria de individuos; mas egualitaria por excellencia de interesses nacionaes ou patrios; uma Democracia para a constituição do governo, mas um totalismo para a administração da *republica.*

1) SEU SYSTEMA DEMOCRATICO

Admittindo, porem, tal organização como ideal longinquo, atenhamo-nos ao regime em voga e vejamos que systema propõe o nosso profundo pensador politico, para corrigir os seus defeitos de funccionamento.

Em primeiro logar, reconhecendo a incompetencia da massa popular para os actos mais complicados da soberania, empenha-se por afastal-a desse exercicio, limitando-a ao acto elementar da delegação da soberania em um corpo politico que se encarregue de tudo mais; isto é, da organização dos poderes, de que dependa a nomeação de todos os funccionarios e o impulso de todos

os serviços civis. O seu pensamento attinge verdadeiramente a noção de Democracia Representativa, por meio de uma depuração gradativa da incompetencia popular, em que, si reside a soberania, não pode residir a funcção de exercel-a mais do que no acto inicial. De facto, propõe o sr. Assis-Brasil 1) que seja eleito directamente pelo povo, e proporcionalmente ás suas opiniões, um corpo de representantes da soberania nacional incumbido de exercel-a em todos os momentos (Gov. Presid. 239-40); 2) que desse corpo se desmembre o Senado por meio de eleição proporcional realizada no proprio seio (Governo Presidencial, pag. 228), e fiquem os eleitores do Senado formando a Camara de deputados; 3) que as duas Camaras da representação nomeiem o Presidente da Republica (Obr. cit. 245); 4) que o Presidente nomeie os Ministros (obra cit. 296); 5) que os ministros nomeiem os funccionarios subalternos do Executivo, como as duas Camaras os do Legislativo; 6) que o Poder Judiciario se renove automaticamente, em vista do seu caracter todo especial, tendo como fonte unica o Supremo Tribunal Federal. (Dict. Parl. Dem. pag. 160).

Em primeiro logar, notamos neste systema politico o accentuado movimento de elevação por parte do autor. Na concessão do minimo possivel ao povo está o reconhecimento da sua incompetencia insanavel, ou do defeito mais grave do regime democratico — que é o rebaixamento do nivel de civilização, sempre que lhe forem dadas freqüentes intervenções no exercicio da sua soberania; e na possibilidade do maximo possivel ao *escól*, isto é, aos escolhidos, á *elite*, isto é, aos eleitos, está o remedio. O nosso grande republico não é, pois, um publícola, desses que attribuem ao povo todas as virtudes.

Em segundo logar, com seu systema beira as raias de uma Republica aristocratica, no dominio dessa aristocracia da competencia filtrada de eleições gradativas. Na reducção do numero dos fautores da cousa publica é sempre possivel uma approximação á *qualidade*, e uma fuga do puro dominio da *quantidade*, pela qual tende a resolver-se o problema democratico, sempre que não intervenham os recursos da maneira indirecta de praticar o governo do povo pelo povo.

Outro traço das idéas do autor de *Democracia Represen-*

tativa é a firmeza com que nega o voto aos analphabetos, áquelles cidadãos que, por essa circumstancia devem soffrer necessariamente uma *capitis-diminutis,* e ficar abaixo da categoria que em Politica merece a designação de povo sujeito de soberania. Considere o leitor que os Senadores não são eleitos, mas nomeados pelo corpo de representantes; que o Presidente é tambem nomeado pelo mesmo corpo; que o Poder Judiciario não tem origem popular; que o corpo de representantes, primeiro orgão de exercicio de poder, é eleito somente pelos cidadãos seleccionados, ficando sem gôzo de soberania toda a massa dos apedeutas; e terá o quadro de uma selecção gradativa, desde a massa popular, até o chefe do Estado. Desde a primeira edição de *Democracia Representativa* até o recente projecto de lei eleitoral do Governo Provisorio da Segunda Republica, vem o seu autor batendo-se pela negação do voto aos analphabetos; e desde a mesma épocha vem provando a superioridade da escolha e nomeação do Senado e do Presidente pelos Representantes do povo. Seleccionado o corpo eleitoral da nação, segundo o criterio do manejo das letras; seleccionado uma segunda vez, no corpo de representantes, segundo o criterio de capacidades e meritos revelados, culmina o seu refinamento na pessoa do Presidente e no Senado. Combinando este systema constitucional com a natureza do mandato dos representantes, o qual não deve ser imperativo, mas livre não só quanto á nomeação do Presidente e Senadores, como quanto á proposta e discussão das leis, temos o quadro completo da producção do governo de um Estado, segundo a Democracia representativa imaginada pelo sr. Assis-Brasil.

Aventamos linhas atrás a idéa de que ha uma zona neutra de phenomenos sociaes, na qual se chocam as influencias determinantes que vêm de baixo com as que vêm de cima. Em linhas geraes podemos definil-a como sendo aquella em que se processam actos que participam dos interesses economicos e de interesses immediatamente superiores. E, assim como logo abaixo predominam as forças naturaes, logo acima dessa zona predominam as forças anthropologicas — physicas ou psychicas, individuaes ou collectivas, actuaes ou historicas; originarias ou de imitação. Neste caso está a escolha do melhor systema para vestir o regime democratico no Brasil. Quanto a este mesmo, que for-

ça, sinão a da imitação, o impôs ao nosso país? Nascido em plena effervescencia democratica da primeira década do sec. XIX, foi como a alma da nossa Patria infundida ao ser gerada. Já foram prenuncios disso mesmo as revoluções que, desde a Inconfidencia, passaram como sopros de vida sobre a nação embryonaria.

E esse periodo precursor foi incontestavelmente o da gestação da Democracia no Brasil.

E, quanto ao que costumamos chamar de systema, para distinguir do regime, que outra força, sinão a da imitação, segundo as licções de Tarde, actuou na implantação do Parlamentarismo entre nós? Com trinta annos, apenas, de existencia, e sob a bandeira republicana, não podia influir ainda sobre um regime monarchico nascente a pratica da America-do-Norte. E adoptamos o systema que vinha sendo ensaiado em uma Monarchia liberal, como pretendia ser a nossa. Análoga consideração fizeram os Republicanos ao constituirem o país em 1891. Adoptar o systema francês, de 1875, depois de sessenta e septe annos de luctas parlamentares, que não corresponderam ás visões dos desaffectos á Monarchia, seria ficar ainda muito proximo della, tanto mais quanto, na França, o regime republicano triumphara; submettido ao suffragio da Assembléa Nacional, por um voto, sobre os partidarios da Monarchia. Alem disso, a França era centralizada e nós adoptavamos a Federação. A não ser para os Estados-Unidos, não tinhamos mais para onde appellar; e implantamos o Presidencialismo. Tanto em um como em outro casos foram os nossos systemas politicos determinados por forças anthropologicas, mais de natureza psychica do que physica, racial ou éthnica. O que admira, porem, é que os nossos estadistas republicanos tivessem desprezado preliminarmente um factor essencial em 1891, que não existia em 1823, — a pratica nacional, brasileira, tradicional, de duas gerações de politicos. Aos constituintes de 1823 não podia caber mais do que crear por imitação, a não ser continuando o Absolutismo; mas aos politicos de 1891 era-lhes forçoso *reformar melhorando*. A Patria brasileira estava creada e informada; cumpria-lhes apenas crial-a corrigindo-a. Mas, infelizmente, não foi isso o que fizeram; e deceparam-lhe membros mutilando-a, até convencel-a de que nos

artefactos e nas rodas do progresso material andaria mais ligeiro e commodamente do que pelas proprias pernas. E este é o principal traço da Republica do Brasil, o que mais profundamente desfigurou a face da nossa nação. Tratou de desenvolver o progresso material com auxilio de capitaes alheios que varias gerações ainda terão de pagar, á custa das qualidades moraes e intellectuaes dos tempos do Imperio, reveladas pelos actos dos varões illustres do nosso Parlamento, e desabrochadas ao sol do humanismo, em que se baseou o nosso progresso de então. E o Congresso da 1.ª Republica foi uma irrisão deante do Parlamento do Imperio.

Silveira-Martins foi o primeiro pensador politico que comprehendeu essa differença ainda no inicio. Dotado de condições favoraveis á fructificação das humanidades, o povo brasileiro requeria um systema de governo pelo qual ellas se expandissem — e esse era o Parlamentarismo.

Eis que surge Assis-Brasil influenciado pelo mesmo valor das humanidades, que não permittem periclitar as virtudes do homem, nem quando saccudido pelos azares da vida, e passa a criticar o systema presidencial adoptado, e a propor outro, que tanto se approxima do parlamentar, que delle pode receber por endosmose as suas virtudes. E' deste assumpto que vamos tratar nas linhas seguintes.

Não concordamos absolutamente com que ao tempo da promulgação da Constituição de 24 de Fevereiro, fosse o Presidencialismo determinado por outra força que não a da imitação. Para nós, aqui, teve inteira razão Silveira-Martins.

Mas já concordamos hoje com que, após quarenta annos de pratica presidencialista, haja este systema deixado marca no corpo nacional. E então chega plenamente a vez de imperar com sua doutrina o pensador de Pedras-Altas. Se o Parlamentarismo tem tradição, o Presidencialismo fez tambem a sua, com a qual deve contar o politico que quizer ser brasileiro onze decenios depois da Independencia. Abandonal-o, agora, pura e simplesmente eqüivaleria a soffrer novo recúo, a dar mais alguns passos de caranguejo. Fiel á nossa concepção da accumulação institucional, como principio regulador de sabia politica e garantia de felicidade nacional, através da evolução, entendemos que, hoje, o Presi-

dencialismo é um factor necessario da reconstitucionalização do nosso país.

Perguntará o leitor, como poderá um povo accumular em sua constituição tradição parlamentarista e tradição presidencialista? Corresponde a essa verdade paradoxal o sensato politico brasileiro na exposição da sua doutrina sobre o Governo Presidencial. Embora adoptado o systema parlamentar para a nova Republica, não o poderá ser hoje sem correcções dos seus vicios capitaes, dos quaes re-salta a instabilidade ministerial, que pode tornar-se catastrophica, e a dissolução do Parlamento que pode dar logar a abusos do Executivo. Achado o remedio para estes males, corrigidos estes defeitos da instituição, estaria resolvido o problema constitucional brasileiro; porque no Parlamentarismo reside a mais perfeita expressão da Democracia, e a maior aptidão para interpretar o complexo moral do nosso povo, inclinado ás querelas, aos debates, á discussão. E, bem aproveitada esta aptidão, torna-se um factor de primeira ordem para o progresso espiritual, como já foi sob o Imperio, apesar de seus reflexos nem sempre uteis sobre a boa marcha da politica.

Quanto á dissolução do Parlamento, ha o correctivo do plebiscito, como se pratica na Prussia; o qual corresponde exactamente á realidade democratica. No povo reside a soberania; ao povo deve, pois, caber a resolução desse acto essencial da sua soberania — a dissolução do corpo de representantes, que elle elegera, com a simples resposta — *sim*, ou *não* —. Quanto ao abuso de quedas ministeriaes repetidas, por que não fixar um praso minimo (2 annos, um anno mesmo) dentro do qual fique, por lei, garantida a estabilidade do Gabinete; para abrir-se, sómente após, a possibilidade da critica parlamentar de sua actuação, das interpellações, e moções de confiança ou desconfiança da maioria. Desta forma ficariam mais ou menos fundidos os dous systemas já tradicionaes no Brasil.

Mas ha outra forma de conciliação que chega ao mesmo resultado de dar largas á vocação parlamentar dos Brasileiros; e essa é a que aconselha o ponderado autor de *Dictadura — Parlamentarismo — Democracia.*

Seu systema não é sinão um reflexo das vozes da raça. Sempre inspirado na Constituição da America nórdica, apresenta as

vantagens da adaptação, que o systema relegado em 24 de Outubro de 30 não tinha. Do Presidencialismo frio e rijo de um povo anglo-saxão falquejou as asperezas mais irritantes, para dar-lhe a ductilidade que pudesse convir a um povo versátil e caloroso como o nosso, mais afeito ás cousas do espirito do que ás da materia. Lá o Presidencialismo abriu as valvulas para o escape da pressão ethnica ou nacional predominante — o amor ao progresso material. Aqui, fechou as valvulas da pressão espiritualista, sem ter proporcionado ao Brasil um progresso material compensador da estagnação moral que provocou.

Pois bem, no plano de Assis-Brasil vamos encontrar grande margem conciliatoria com as inclinações nacionaes; uma sensata obediencia á consideração de que não se contrariam as forças impulsivas de uma nação, ainda que apparentemente nocivas, sinão que se captam, guiam e aproveitam para resultados uteis.

Captar e utilizar as energias nacionaes para o bem da propria nação, eis o papel do legislador, do estadista. Somos trêfegos e loquazes? Pois, que se nos deem instituições que permittam aproveitar a nossa inconstancia e a nossa loquacidade. A inconstancia é um symptoma do descontentamento; e este pode ser o de aspirações ao aperfeiçoamento; a loquacidade é uma prova de expressão facil, e a facundia por si mesma prova abundancia de idéas, de ideaes, de espiritualidade.

Não são, pois, qualidades inteiramente negativas e desprezi-veis. Entendemos que nos senta admiravelmente o Parlamentarismo ou um systema que arranque delle, pelo qual possamos transportar para o scenario politico toda a vida que palpita nos cerebros e corações brasileiros.

O facto de apparecer esse *desideratum* complicado já pelo Presidencialismo, não é um óbice intransponivel, segundo evidencia o systema ideado pelo sr. Assis-Brasil, do qual disse Pedro Moacyr ser "como ponte em meio da qual se encontrassem todos os elementos de boa fé da opposição rio-grandense" (Dict. Parl. Dem. 273).

Hoje, com o alargamento, no espaço, da politica rio-grandense, poderiamos dizer, tambem alargando as idéas, — ponte em que se encontram os dous systemas experimentados no Brasil.

E de que ingenho se valeu o grande escriptor politico para

repassar o seu Presidencialismo de saibo parlamentarista? Propõe:

1) A eleição de um corpo de representantes, por meio de suffragio proporcional, privativo aos cidadãos que saibam ler.

2) Desmembramento dessa assembléa em Camara e Senado, por meio de uma eleição, ainda proporcional ás opiniões representadas, procedida pelos membros da assembléa entre si.

3) Nomeação do Chefe do Estado pela mesma assembléa.

4) Nomeação dos ministros d'Estado pelo Presidente da Republica; mas com a faculdade de comparecerem á Camara, para prestarem esclarecimentos aos interpelladores, e até para occuparem a tribuna em defesa de seus projectos de lei; mas sem voto.

5) Privilegio da iniciativa das leis orsamentarias conferido aos Ministros, como na Inglaterra.

6) Unidade ministerial, sob a presidencia de um ministro indicado pelo Presidente.

7) Em caso de conflicto legal entre Legislativo e Executivo, por haver aquelle negado a este as leis annuaes, attribuições ao Presidente da Republica para dissolver o Congresso, e recorrer a nova eleição de representantes, dentro de prazo fixado por lei; e depois de esgottado o prazo para a votação dos orsamentos que a Camara negou.

8) Si o novo congresso vier desfavoravel ao Presidente e Ministerio, no acto de negar ratificação aos poderes daquelle por maioria de votos, ficará *ipso facto* destituido de suas funcções o Chefe d'Estado.

Incontestavelmente, a ossatura deste systema é ainda presidencialista; mas nem por isso deixa de ser um esqueleto presidencialista vestido e aformoseado de carnes parlamentaristas. Embora teime o autor debatendo-se contra essa increpação, não poderá contestar o argumento de que, em conjuncto, essas praxes não são seguidas em nenhuma nação presidencialista, e o são por todas as nações de governo parlamentar. Prova é de que seu systema, fundado no Presidencialismo funccionaria com alma parlamentarista. Longe de ser um defeito, esse eclectismo é hoje uma grande virtude da sua construcção theorica, que, sem

razão de ser a trinta annos, adquire neste momento a mais palpitante das opportunidades.

Na constituição de um povo o eclectismo é antes um totalismo de reflexos do que uma formação hybrida. Basta indagar si a combinação de factos dará ou não fructos fecundos, como parece prometter o systema em qùestão. E' a ponte, imaginada pelo saudoso e nunca demasiadamente chorado Pedro Moacyr, que se extende sobre o abysmo cavado inconsideradamente, pelos constituintes de 1891, entre elles e o passado historico. Perlustre-a o leitor palmilhando-a detidamente, e sentirá todas as possibilidades intellectuaes e moraes que se abrem ao povo brasileiro no funccionamento desse systema, claramente elastico e malleavel, como convem a um governo democratico e ao proprio povo brasileiro.

Toda essa construcção politica se baseia, segundo vimos, na vontade popular, pois é essencialmente democratica. Mas na vontade popular expressa por meio de representantes e não directamente; e, ainda, de modo que as tonalidades da opinião se reflictam no quadro da representação. Na captação dessa vontade ou dessas vontades está, pois, o acto fundamental da funcção do Estado. Nenhuma Democracia será tal si não fôr a significação do querer do povo. Isso é o que já escreveu o autor de *Democracia Representativa*, e o que acaba de praticar, collaborando com outros especialistas na elaboração do Codigo Eleitoral, sanccionado em Fevereiro de 1932 pelo Governo Provisorio. Nessa Lei não só se definiu o empenho de identificar o eleitor para terminar com as mystificações individuaes, como o empenho de interpretar a opinião tão exactamente quanto possivel. Isto é, a nova lei que regula a representação para a Convenção Nacional é uma garantia da proporcionalidade da opinião publica nas espheras do governo. Encarecer o trabalho dessa illustre commissão é quasi uma banalidade; tão evidentes são as vantagens que elle encerra como processo da representação calcado nos moldes classicos. Mas ainda não é demais salientar a negação systematica do voto aos analphabetos, porque estes não representam força ponderavel; portanto, incapaz de determinar o quer que seja no conceito nacional. O voto de um cidadão em outro é um comprimido de tanta significação, que deve ser pra-

ticado com a maxima consciencia possivel. A Democracia classica é um governo feito de representação popular; não pode haver, pois, Democracia que não consagre o suffragio universal. Mas, assim como é inegavel esta realidade, é inegavel que esse fundamento mesmo da Democracia tem apparecido sempre como um dos seus pontos *sensiveis*.

Com sua inaptidão para resolver a Qùestão-Social, segundo os methodos classicos, o suffragio universal foi o outro ponto vulneravel que a fez vacillar durante todo o seculo passado, ao embate dos ataques de todos os seus adversarios. Uma eleição de representantes nunca é um acto extreme; ao contrario, tanto mais impuro, quanto mais ferve o enthusiasmo eleitoral. O governo sai sempre do voto popular, sim; mas freqùentemente da paixão popular, e não da vontade ponderada do povo. São do proprio co-autor da Lei Eleitoral do Governo Provisorio estas sensatas expressões:

> "A principal preoccupação dos partidos é vencer. A victoria, quando houver partidos equilibrados, só lhes poderá ser dada pelo elemento popular fluctuante, que pende para quem melhor o sabe attrahir. Por isso os partidos hão de levantar sempre nomes de guerra, homens de opiniões extremas e qualidades brilhantes, desses que são excellentes para deslumbrar as turbas; mas, em regra, negativos para as funcções praticas de governo". (Governo Presidencial 250).
>
> "O suffragio universal, arrebatando-se mais por emoções do que deixando-se levar por bem entendida utilidade..." (Obr. cit. 249).

Como vê o leitor, o proprio mestre de Democracia no Brasil não tem o mesmo enthusiasmo pelos actos directos do povo. D'ahi o escrupulo revelado no seu projecto de lei, eliminando os analphabetos; isto é, elevando o nivel dos eleitores, cercando o momento do voto de todas as garantias possiveis, por meio da secrecidade e por outros meios.

Mas, como dissemos, esse projecto, hoje essa lei, está calcado nos moldes classicos que fazem depender a representação do *acto de votar* embora figure nelle o *alistamento* como parte de real importancia no systema. Ora, não é durante o alistamento

que fervem as paixões e se deturpa a verdade da opinião; mas durante a *eleição mesma.*

E' o caso de perguntarmos: — Por que não attribuir mais importancia ao alistamento do que á eleição? Por que não deduzir delle a representação das opiniões?

1) Seria, então, de toda utilidade crear o *Livro do Partido.* Cada partido faria o registo dos nomes de seus eleitores no livro que lhe fosse destinado pela autoridade competente, e segundo as rigorosas precauções da lei.

2) Cada grupo de eleitores egual ao quociente da divisão do numero total de eleitores pelo numero total de deputados teria direito a um livro. Em um país de 1.000.000 de eleitores e 200 deputados seria esse minimo exigido de 5.000 eleitores.

3) Depois de encerrado o alistamento, a autoridade competente proclamaria o *numero* de deputados de cada partido, proporcionalmente á totalidade dos eleitores. Os restos seriam attribuidos ao partido que o deixasse maior.

4) A eleição se procederia com secrecidade, votando cada eleitor em tantos *nomes* quantos os candidatos de seu partido. Da eleição resultaria, pois, mera proclamação dos *nomes* dos deputados de cada partido, já que o alistamento deu o *numero* inalteravel pelo acto da eleição.

5) A autoridade competente proclamaria, depois da apuração, os nomes dos eleitos de cada partido pela ordem dos mais votados até attingir o *numero* proclamado antes da eleição. O maior numero de votos foi o criterio para precisar os nomes; assim como o quociente dos inscriptos precisou o *numero* de candidatos.

Como se vê, a paixão eleitoral que ferve no acto da eleição perderia a razão de ser; e dessa forma se afastaria a principal causa das falsidades democraticas. Sobre ser este systema baseado em ferrea proporcionalidade, seria muito mais economico do que o que se necessitou crear para pôr o systema classico á altura da verdade da opinião.

Não é nossa intenção objectar contra o projecto do systema eleitoral do Governo Provisorio a sua condição de careza, pois que pensamos haver elle attingido o maximo de perfeição, dentro do principio classico do suffragio universal, que attribue ao

acto da eleição toda a capacidade representativa. Não era possivel fazer nada melhor dentro desse molde. Mas nós acreditamos que modificando o principio basico, tudo se passaria com mais exactidão ainda.

2) O VOTO ÁS MULHERES

Afora este escrupuloso empenho para obter a representação de todas as opiniões ponderaveis, como meio de chegar á verdadeira ordem democratica, empenho que levou o nosso pensador a imaginar os *dous turnos* realizados em um só acto eleitoral, e que é creação sua, approvada por notaveis pensadores do Velho e Novo Mundo; afora esse traço dominante da sua concepção eleitoral, que completa admiravelmente o lemma de — *Representação e Justiça* — á voz do qual se fez a ultima revolução; afora isso, re-salta para nós, Brasileiros, o seu applauso ao voto ás mulheres. E neste ponto o Projecto, que saiu com restricções, poupando desse encargo as mulheres casadas, não consubstancia ainda todo o pensamento do illustre co-autor da Lei; pois vai até propugnal-o em toda a sua extensão:

> "A redacção da minha preferencia seria a que reconhecesse na mulher as mesmas possibilidades de exercicio do suffragio que se attribuem ao homem". "Concedo mesmo que tal opinião careça de maioria, entre os homens, e muito possivelmente entre... as proprias mulheres. Mas, alem de que o numero não é criterio infallivel, nem unico, uma cousa tenho por certa, e é que — todos estamos persuadidos de que o reconhecimento á mulher da faculdade de votar e ser votada se tornou uma idéa vencedora na civilização a que pretendemos pertencer". (Democracia Representativa, pag. 55-56).

"*Ses voeux ont été exaucés*". As reformas ao Projecto, de que foi co-autor o grande repúblico emendaram-no no sentido dos seus desejos, e foram sanccionadas pelo Governo. Temos, pois consagrado por lei o voto ás mulheres com excepção das analphabetas. Mas, encarada de perto a orientação syndicalista da Dictadura, resta indagar si essa approvação não visa fins que escapam completamente das intenções de um legislador individualista. E' bem possivel que esse direito ás mulheres tenha por

objecto envolvel-as não na politica partidaria, como seria pelo regime democratico, mas e tão somente na representação da familia, como grupo social. Neste caso, porem, o problema toma outra feição, pois os termos deixam de ser os mesmos. Não irá ella para as assembléas como individuo, representando individuos, e sim como representante do grupo social *sui-generis* — a familia — Não serão as mulheres representadas, mas as familias que ellas incarnam.

Quanto ao suffragio democratico, que é o do espirito do Projecto, outras são as conseqüencias.

Pela idéa em si, nada mais caberia oppôr ao brilhante pensador do que argumentos que mostrassem a sua discordancia com o corpo da sua doutrina. E nós somos o primeiro a reconhecer que o voto á mulher, em um regime democratico classico, ligado a uma ordem caracterizada pelo desmembramento da sociedade em individuos, é das conclusões mais evidentemente logicas. Não pode ser o homem mais individuo do que a mulher; nem é a mulher inferior ao homem. Na serenidade desse céu da doutrina, trespassado pela luz da razão, podem apontar-se com elevação de vistas as sombras que realçam e evidenciam a illusão de certas miragens, de que os homens não têm culpa, porque a culpada é a razão mesma, com seus prismas differentes. Mas, neste caso, essa serenidade crystallina parece não existir. Algo menos puro do que a logica tolda a argumentação do pensador gaúcho. No seu desprezo pela *maioria*, ao resolver este assumpto relativamente ao Brasil, dir-se-ia não ser o mesmo espirito que vimos acompanhando através de uma argumentação recta em favor da Democracia. De facto, até aqui, quando nos pareceu que tivesse errado, teria sido victima da falsidade dos principios a que se abraça. Mas, neste caso, vemol-o fora do seu dominio, declarando-se capaz de impôr uma instituição ao povo para que legisla, apesar da intuição de não estar apoiado pela maioria; só porque essa instituição representa um ideal vencedor nos povos da nossa civilização.

Esse é o processo das Dictaduras arbitrarias, á feição da napoleonica e da *mussolinica;* esse foi o processo de que usou o proprio Governo Provisorio, sanccionando a innovação do voto ás mulheres. Ideal vencedor nos povos saxonicos, está longe de o

ser nos povos latinos; e, quando fosse tambem nos povos latinos, falta-lhe tambem o apoio da maioria no Brasil, para realizar-se com a marca democratica. Ideal vencedor da nossa civilização é a organização politica com base nas classes e profissões; e mais do que na nossa civilização é hoje uma idéa vencedora no Brasil. Não obstante, será mais do que absurdo impol-a ao povo brasileiro, sem auscultar a sua vontade expressa por maioria ostensiva de manifestações. Tanto estamos fora da Democracia desrespeitando a vontade da maioria, como lá estamos, impondo leis de que a maioria não cogita, porque dellas não precisa. Mas, nós que não cremos na virtude da Democracia classica de resolver cabalmente todos os problemas sociaes; nós que enxergamos limites para os seus desdobramentos, sentimo-nos mais a gosto para negar a extensão que se pretende dar ao poder da maioria; e affirmamos que ella não pode ter acção contra as bases da sociedade — a crença, a familia, a propriedade, a Patria — sob pena de abalar a estabilidade nacional. E este passo dado pelo Governo Provisorio, prestigiado pelo co-autor do Projecto de Lei Eleitoral e seu Ministro, é dos taes que virão perturbar profundamente a vida social no Brasil, si, na Constituinte, os representantes do povo não o desautorizarem. Não negamos que a Lei se possa cumprir; mas affirmamos que, desnecessaria, será nefasta em nosso meio social.

Basta pensarmos que attinge a familia, na sua cohesão e pureza tradicionaes, já tão compromettidas pelo divorcio a vinculo. Envolver a mulher na politica, eqüivale a dar-lhe a possibilidade de abandonar a funcção tradicional em que a vemos reinar absolutamente — a funcção de senhora do lar, depositaria das forcas moraes que solidificam a sociedade, ainda mais uteis á civilização do que as leis politicas, sempre transitorias, muitas vezes falliveis e algumas immoraes e funestas. Extender o raio de acção da mulher é baixal-a de uma posição sagrada, para vulgarizal-a na multidão politica, que sempre teve por habito profanar os mais caros deveres do homem; é entregal-a, sem necessidade, a mais um mundo de paixões.

Dar á mulher funcção politica é o mais frio dos prosaismos do tempo presente. E não pensará ella que muito breve apparecerão os deveres correspondentes aos novos direitos? Não lhes

passariam ainda pela consciencia todos os desencantos desse presente grego? Hoje são eleitoras e cidadans, amanhan serão soldados, povoadoras dos quarteis; hoje são eguaes ao homem, quanto aos direitos politicos, amanhan não se merecerão os sexos o mesmo respeito; e a mulher, perdidos os encantos que envolvem o lar, perdido o amor que sublima a perpetuação da humanidade civilizada, será entregue a si mesma como individuo, e á bestialidade da reproducção como mulher.

Não pretendemos demonstrar que isso será immediato, porque pode não ser; mas, que a egualdade total entre os sexos impelle para lá é uma cousa tão clara como a luz deleteria que sobre a familia e a sociedade derrama o divorcio a vinculo. Bastam as estatisticas dos Estados Unidos para enxergarmos em toda a sua nudez rôto o véu do pudor tradicional, que humaniza e sublima a nossa multiplicação e perpetuação na terra. E o lar não é sinão o templo e a mulher a sacerdotisa desse culto da immortalidade do genero humano. Este lado poetico de encarar o assumpto não pode ser desprezado, porque é por elle que o catholicismo nos mostra a familia christan em todo o seu esplendor. E a ella nos temos de agarrar, como a um amparo da nossa civilização, evitando tudo quanto possa feril-a de longe, sobretudo modificar o papel sublime e respeitavel da mulher na vida social, como fonte do amor e das virtudes que retemperam os cidadãos. Não somos um puritano, muito menos um reaccionario, pois somos o primeiro a ver a nossa miseravel condição, a comprehender os nossos erros, a sentir os nossos deslizes; e, por isso mesmo, parece-nos agradavel apalpar o amparo necessario e a correcção justa, numa organização séria da sociedade em torno da familia inviolavel, da mulher intangivel no lar, superior e inaccessivel ás paixões da cidade. Não precisaria desse direito a mulher para valer a Democracia, pois o voto do homem representa as suas opiniões pessoaes e as de toda a familia, que fica atrás de si elaborando pedaços mais importantes da vida; e, politicamente, por uma ficção admiravel, unanime, indivisa, una. Não segue a nacionalidade do marido a mulher casada, por uma ficção tambem? E que mal ha que no direito publico interno siga ella a opinião politica do marido? Naquelle caso escraviza-se a mulher á nação; neste caso não se tolera a sua escravização á familia.

Nota-se claramente o empenho de sobrepôr a nação á familia, passando áquella todas as attribuições que constituem a força desta como factor social. E lá chegaremos necessariamente, si continuarmos a dissolver em individuos, a desaggregar, os grupos cohesos da sociedade. Quando a nação não seja mais do que uma poeira de particulas individuaes, que outro apoio restará para o homem, sinão a nação mesma? Ou será absorvido pela nação, sem direito e sem a minima parcella de liberdade, ou morrerá de isolamento e inanição. Mas esta campanha vem de longe, e obedece a forças profundas, como as que fazem tremer a terra e abalar os continentes. Preparada pela Philosophia, com desprezo da metaphysica, conforme demonstra brilhantemente Tristão de Athayde, a materia dissolvente da ordem christan está sendo manejada com efficacia pelos recursos do Judaismo. Aos Judeus, que aproveitaram a fenda iniciada, cabe a responsabilidade dos ultimos acontecimentos mundiaes, desde a Guerra até o Bolchevismo; desde as peçonhas do cinema até o voto individual ás mulheres. A Grande Guerra e o Communismo nada mais são do que pequenos episodios da tragedia desencadeada ha dous mil annos pelas scenas judaicas passadas na penumbra do palco universal. Recrudesceu a guerra sem treguas do Judaismo contra tudo quanto é christão; começou, portanto, a reacção christan em todo o mundo contra as arremettidas do Judaismo. Ora, nós que somos Brasileiro, não só amante da nossa terra, mas tambem da sua gente e do seu passado, vemo-nos com satisfacção ao lado daquelles que visam salvaguardar uma das mais caras instituições — a familia — tal qual nol-a formou o Christianismo. Para quem descobre claramente a origem das innovações actuaes, para quem vê os applausos pharisaicos a todas ellas, é uma questão de capricho e de dignidade — salvaguardar a familia brasileira — dos assaltos subrepticios de forças mais ou menos occultas. D'ahi o desassombro com que vamos expondo estes commentarios, e procurando collocar o problema em seus verdadeiros termos. Que fiquem os Musulmanos com seus costumes e sua moral; e os Judeus com os seus. Fiquemos nós, Brasileiros, filhos do Christianismo, com os nossos.

Nem ha razão para mudarmos, convencidos, como estamos, de que os costumes da nossa vida são amparados por um corpo

de doutrina, cuja alma, si não é a verdade mesma, é um sopro infundido pela verdade. Assim é como nos julgamos verdadeiramente Brasileiro.

3) A FEDERAÇÃO

Uma das idéas dominantes na concepção politica do incorruptivel democrata brasileiro é a da *Federação* como forma do nosso Estado nacional. Mesologista como é, outra não poderia ser a sua orientação. E quem existirá que, vendo a luz do sol, não enxergue a diversidade do meio brasileiro? Quem deixará de ser federalista no Brasil? Si todos o são, nem todos, porem, a concebem do mesmo modo e com a mesma intensidade.

Indicada pela natureza, os deterministas classicos levam a diversificação do Brasil até diversificarem as mais elevadas manifestações da vida brasileira, como se o sangue das nossas veias fosse a propria seiva da nossa terra, como si os estos de nossa alma fossem sopros de zéfiro ou rajadas do mesmo vento que assouta as franças da nossa floresta. Esses federam tudo, desde a economia até a justiça, desde o direito adjectivo até o substantivo, desde a natureza do Rio-Grandense-do-Sul até a do Rio-grandense-do-Norte. Para um espiritualista, porem, essa influencia, da natureza physica vai decrescendo ao passo que os phenomenos se immaterializam; e a Federação que se impõe no processo economico, não se torna necessaria em todo o processo juridico e politico; até tornar-se desnecessaria na justiça e condemnavel em religião. A este conceito de Federação costumamos chamar — Federação por baixo e unidade por cima. — A prevalecer a theoria do mesologismo, segundo a qual o meio physico determina a vida social, politica, intellectual e moral, as Federações, como o Brasil, seriam verdadeiros monstros internacionaes, porque seria de crer que só por um prodigio ficasse o filho do Amazonas sujeito ás mesmas leis substantivas que regem os filhos do Ceará ou do Rio-Grande-do-Sul. Lá o meio é humido, coberto de florestas, recorberto de grandes rios; alli o meio é secco, apenas salpicado de catingas; aqui temperado e descampado. Lá o homem é pescador, caçador, agricultor, alli e aqui o homem é pastor. E como vivem unidos sob as mesmas leis, á sombra da mesma bandeira, formando a mesma Patria?

A resposta é uma só: "por um vinculo mais sentimental que

politico", segundo diz o autor de "Gover. Presidencial"; isto é, pelo nexo humano, commum a todos os Brasileiros. Somos todos homens, e, como taes, queremos viver unidos; porque isso nos é agradavel e intelligivel; e, embora differenciados por baixo, mantemo-nos unidos por cima, conjugados pelo amor e a vontade que formam a trama do vinculo moral.

Entre esses dous conceitos extremos interpõe-se uma noção mais ou menos temperada de unitarismo. Nesta corrente achamos as idéas do illustre chefe do Partido Libertador, para quem "de todas as conquistas da revolução, que começou com a brilhante parada militar de 15 de Novembro de 1889, o principio federativo é o mais fecundo e mais solido". (Governo Presidencial, 133).

Mas a sua aversão á forma unitaria não vai ao ponto a que a levaram os ultimos constituintes e os politicos subseqùentes. Não, porque é temperada de concessões a este principio ou dictada pela preoccupação da unidade patria ou pela consciencia mesma de que os altos factos nacionaes dispensam a Federação. Já no terreno da Politica pura encontramos abrandamentos á sua idéa tão cara. Effectivamente, do seu celebre discurso de Sta. Maria pode ser citado este trecho: "A observação do funccionamento da nossa Federação tem-me convencido, porem, a mim como a muitos outros federalistas que levaram o principio ao mesmo ponto que eu, tem me convencido de que essa bella theoria não é ainda applicavel ao Brasil". (Dict. Parl. Dem. 155). "O mais que elles (os Estados) podem ter é a autonomia administrativa" (Obr. cit. 156).

Essa restricção politica é pelo mesmo pensador brasileiro extendida ao facto juridico, tanto no seu aspecto legislativo como no aspecto judiciario, o mais elevado phenomeno do exercicio politico. "A logica parece mandar que quem faz as leis e os seus regulamentos determine todos os meios de os tornar effectivos, decretando as respectivas formas de processo". (Obr. cit. 159).

Avançando um pouco mais no sentido da espiritualização, que é o dominio da unidade mesma, a ella parece ceder o ponderado e profundo orador de Sta. Maria: "Devem ser os juizes locaes nomeados pelo poder estadoal ou pelo federal? A que autoridade deve ser incumbida a tarefa de nomear juizes na União

ou no Estado? Eu, pessoalmente sympathizo: 1.º — com a nomeação pela autoridade federal; 2.º — com que essa autoridade seja o Supremo Tribunal Federal". (Obr. cit. 160).

Mas a luz que derrama o grande Brasileiro sobre este assumpto, ainda não resolvido nem comprehendido pela nação, vem de mais alto, da fonte mesma da unidade, do ponto em que o entendimento e o sentimento se fundem para proclamar uma verdade absoluta ou que não comporte contradicção, sem que esta venha inqùinal-a com laivos de erro. Referimo-nos á mansão do amor, mas do amor raciocinado e querido, que em relação á Patria se traduz por *patriotismo*. E nesta região estamos fora da propria Justiça, pois libramo-nos em plena Moral, intangivel já pelas leis politicas e sociaes. E' dessa fonte do conhecimento que brota a *sagesse* (não digo sabedoria porque a expressão portuguesa não completa a idéa) da tirada que vamos ler:

> "Ainda que tal não digam claramente, parece que os nossos mais conspicuos conterraneos têm sempre entendido que é preciso ser mais Rio-grandense que Brasileiro. Comprehende-se que tal concepção do patriotismo pode ser tudo, menos sympathica aos nossos irmãos das outras secções do territorio da Patria. Eu não; eu considero-me muito mais Rio-grandense, sendo Brasileiro, do que sendo apenas Rio-grandense". (Obr. cit. 49).

Ahi está a noção de Patria brasileira em seus termos verdadeiros: *Descentralização* quanto aos actos mais rudimentares da vida, presidindo sobretudo os da economia e os costumes sociaes e tradicionaes que a terra impõe a cada região; *união*, quanto á vida politica, juridica e judiciaria; *unidade* ou *centralização*, quanto ao sentimento. Amor á Patria para nós quer dizer — *amor ao Brasil;* quer dizer cultivo de uma qualidade moral, até a sua traducção em actos, exaltada pela diversidade mesma que embelleza e engrandesce o nosso territorio, o nosso país, com reflexos sobre a nação que o occupa, formando com elle a Patria. Que nos importa, pisarmos regiões differentes até o disparate, si ellas estão todas enfeixadas no coração de cada Brasileiro, do qual ella mesma tomou a imagem para figurar no mappa mundi?

Essa mesma conciencia do valor do sentimento como força independente da acção do meio encontramol-a confirmada á pag. 195 de *Dem. Representativa* nestas palavras:

> "incommensuravel collosso (Brasil), cujas provincias, *federadas por vinculo, mais sentimental que politico,* (o grypho é nosso), são mais diversas em muitos casos entre si que algumas nações independentes em relação a outras".

Com taes licções sobre o que deve ser a nossa Federação, isto é, a nossa Patria, é de extranhar que não tenham concordado immediatamente todos os bons Brasileiros e todos os cidadãos esclarecidos. A luz que se derrama sobre este problema nacional é tão clara, que não deixa mais duvida sobre a maneira de resolvel-o. E, si accrescentarmos a essa concepção uma rede federativa bancaria, á feição do que se pratica nos Estados-Unidos-do-Norte, com politica economica mais ou menos autónoma de cada região, sem prejuizo dos interesses nacionaes, teriamos um Brasil informado segundo as determinações da sua natureza e os dictames da razão. Unido indissoluvelmente pelo nosso amor, e pela Politica, poderia agitar-se livremente para realizar a sua vida financeira, economica e social, segundo os costumes differentes que crêa cada Provincia, cada Estado, cada Região.

Ser federalista não é bastante; cumpre saber sel-o; isto é, saber discernir entre os factores nacionaes os que separam e os que unem os povos da mesma patria. Tendo em vista o Materialismo e o Determinismo do nosso pensador, os quaes, si partem da associação da materia, chegam á dissociação da realidade; os quaes vão do monismo á desaggregação; partindo d'ahi, é verdadeiramente grato encontrar o pensamento do autor de "Dictadura, Parlamentarismo, Democracia" librado em um ponto, cujo fiel indica o bom-senso, portanto, a maxima satisfação espiritual para os patriotas brasileiros. Está cheio o Brasil de materialistas que vão alem da noção de Confederação, como a forma que mais conviria ao país, pois esses vão até ás secessões das suas Provincias, e á sua reducção a mera expressão geographica; porque a materia, que tudo informa, assim deveria informar o Brasil. Mas cidadãos, como o autor de "Idéa de Patria", que acham

meio de collocar humanamente o sentimento acima das determinações da materia, são escassos; e, como taes, devem ser caros aos Brasileiros, porque desses depende a unidade e a grandeza do Brasil, assim como a possibilidade de transmittirmos aos pósteros intacto o patrimonio que recebemos dos antepassados. E' que nas suas operações mentaes palpita a divina verdade, ao mesmo tempo que é ouvida e aproveitada pela sua conciencia. Assim começa elle a peroração do seu discurso sobre a Idéa de Patria, pag. 61: "Oxalá pudessemos accrescentar com convicção fundada: *et spiritus Dei perabatur super aquas*. Esse espirito seria o nosso espirito, o poder creador, porque na religião do patriotismo ha tambem mysterios como nas religiões reveladas. A Patria é nossa mãe e nós é que a creamos." De um vôo o nosso pensador eleva os seus concidadãos ao páramo em que a propria razão se offusca, deante de outra luz ainda mais affirmativa da humanidade — a luz do sentimento — que está evidenciando-nos sempre a nossa condição de homens, embora falhe o intellecto.

4) A QÙESTÃO-SOCIAL

Descendo outro degrau da escada dos ideaes, passando da Federação que, sí se processa ainda na esphera politica, já tem directa dependencia do meio physico, para os ideaes que visam a sorte material do homem, cuja expressão mais alta no mundo da doutrina é a Qùestão-Social, encontramos o pensador riograndense desprovido de theoria. Na sua obra achamos algumas rapidas passagens sobre o assumpto, as quaes, ligadas ao corpo da doutrina democratica, poderão apontar a sua possivel orientação. Neste ponto, pois, as nossas apreciações são pouco mais que conjecturas. Como pensa elle resolver a debatida e já premente qùestão que os espiritos, antes que a realidade, crearam no Brasil? Pela livre concorrencia, segundo a Democracia classica? Pelo Socialismo d'Estado, a rigor de leis e impostos, como no Uruguai, que nem por isso deixa de ver com assombro crescer o partido communista?

Pelo associacionismo livre sem representação de classes, como propôs Carlos-Gide? Pelo associacionismo livre ou decretado, com representação de classes, como pretendem as novas correntes constitucionalizadoras do país e o proprio Governo Pro-

visorio? Pela desapropriação das terras, segundo os Radicaes-Socialistas de todo o mundo? Pelo Communismo?

E' o autor de Governo Presidencial partidario da egualdade forçada entre os homens? Propugna pela diffusão da pequena propriedade, isto é, o Partilhismo? Sómente uma analyse escrupulosa dos trechos salpicados aqui, alli, em suas producções, poderá fixar a nossa opinião sobre a sua maneira de pensar. Inexistente no Brasil até bem pouco, essa magna qùestão parece ter surpreendido o grande politico de nossos dias. Mas, alguma cousa se colhe desse grão, no meio da seara abundante que tem semeado. Escreve o autor de Democracia Representativa, 4.ª ed. á pag. 73: "A allusão que constantemente se faz entre nós, Brasileiros, á representação de classes, ou por classes, parece menos inspirada nas nossas circumstancias peculiares que na suggestão recebida do velho mundo. No Brasil não ha propriamente as camadas sociaes definidas e definitivas que se caracterizam em classes. No Brasil e em todo o novo mundo." "A idéa da lucta de classes, que teve a força de inspirar systemas sociaes e politicos, vive hoje mais do prestigio tradicional do que do merito intrinseco".

Como se vê, o douto Brasileiro nega como preliminar, a existencia de classes em toda a America, porque "no novo mundo vieram confundir-se os espiritos mais energicos, que se estiolavam no velho, e aqui se expandiram na lucta pela vida, cujo triumpho ficou dependendo apenas do merito, contra o criterio das convenções deixado do outro lado do oceano." (Obr. cit. mesma pag.).

Re-salta destes trechos do mestre de Democracia no Brasil uma confusão de noções capaz de conturbar os espiritos primarios nestes assumptos. Classes existiram e existem. Na Edade Media e Moderna houve tres — clero, nobreza e povo. Na Edade Contemporanea, duas; porque o povo, que tomou a si a direcção dos Estados, se bifurcou em — burguesia e proletariado. A Burguesia absorveu os attributos e apanagios da nobreza, valendo-se dos capitaes que accumulou; e absorveu os attributos do clero, impondo ao governo e á escola as doutrinas scientificas que substituiram a acção directa do poder espiritual. E o povo, que desceu da categoria de *companheiro* do burguês, na officina

ou manufactura, á condição de *operario assalariado* na fabrica ou machinofactura, ficou manejado á vontade da burguesia, no campo da politica, graças ao individualismo, isto é, á desaggregação social. A burguesia, auxiliada por uma sciencia e uma moral á sua feição, dividiu e subdividiu para reinar. Perdida a cohesão antiga das *companhias* que se defrontavam com as *mestrias*, restou ao povo, como recurso contra os azares da competição individual, na lucta contra individuos ricos, o suffragio universal. Ora, não obstante o uso desta arma foi sempre derrotado, ou porque as leis eleitoraes têm sido imperfeitas, ou porque são violadas pela maior força, ou porque as eleições se prestam á corrupção infiltrada pelos poderosos. Ora, é isto o que o operariado repelle em nossos dias, cansado e desilludido pela burguesia que empunha o sceptro do mundo occidental; é isto a causa da reorganização operaria em syndicatos, e da lucta desses syndicatos contra a ordem existente. E' isto que tem mantido as duas camadas sociaes com o nome de *classes*, camadas que no Brasil se accentuam pelas differenças de raças, e pela ignorancia das raças immediatamente procendentes do Indio e do Negro, assim como, e mais claramente, destas mesmas.

São essas duas camadas sociaes, transportadas da Edade Moderna á Contemporanea, que formam as actuaes *classes* e cream os problemas politicos do tempo presente. São essas duas camadas, cujos movimentos de cohesão e separação formam as organizações chamadas *horizontaes*, isto é, de individuos da mesma condição social; e vão forçando os povos ao Socialismo d'Estado, onde domina a classe burguesa, e ao Communismo, onde domina a classe operaria. Ora, como se vê, estas soluções não contentam nem a uma nem a outra das fracções em lucta; nem se cogita de realizar representação dessas classes; porque, neste caso, a propria burguesia se suicidaria afogada no oceano do numero.

Não se trata da representação de classes neste sentido, que seria funesta, para a civilização annullando as condições progressistas de uma e outra classes.

Não. Quando se fala em representação de *classes*, emprega-se um synonymo de *profissões*, com referencia á classe dos sapateiros, dos medicos, dos militares, dos religiosos, etc. São estas

as classes que constituem o objecto da ultima corrente politica, no Brasil. São ellas que, organizadas separadamente, dão-nos as formações *verticaes*, isto é, em profundidade, desde o nucleo dos capitalistas, até o nucleo dos operarios da mesma classe, passando pelos nucleos dos capatazes, dos technicos, etc. Que a cada um desses nucleos se queira chamar de syndicato é plausivel; que ás federações horizontaes desses nucleos se queira dar representação particular ao lado das representações totaes das corporações de cada profissão é o que não está ainda bem assentado pela doutrina. Mas o principal é a representação das formações verticaes, porque a ellas está preso directamente o interesse material da nação, e nellas se apaga a lucta entre as formações horizontaes, ante a conveniencia geral da collaboração para o progresso de cada industria, de cada profissão.

Este é o problema, que parece não ter sido ferido directamente pelo nosso doutrinador politico. E tanto mais assentada é a nossa convicção quanto mais preciso se torna o seu pensamento no trecho que vamos ler:

> "Si, num dado país, houver realmente classes que desejem representação especial, não seria razoavel que a obtivessem antes de exhibirem numero de eleitores seus adeptos, que, segundo as bases legaes, attingissem um ou mais quocientes eleitoraes. Taes classes eqüivaleriam a partidos e não poderiam exigir quinhão de representação fora das condições geraes".

Bem comprehendemos os justos escrupulos de um democrata classico e ostensivamente aferrado ás suas idéas, em desviar-se da sua pureza subjectiva. Democracia é cúpola alterosa que repousa sobre as paredes do suffragio universal, e este sobre os alicerces do individualismo. A cada cidadão cabe um voto, a cada partido uma representação, desde que seja constituido de individuos, e significado pelos votos de cada um destes. Mas, a menos que se não torça a qüestão, levando-a para a representação pura e simples do syndicalismo horizontal, sujeitando a nação aos azares e ás voragens deste systema, guindando ao governo os odios da sociedade, o argumento do grande democrata não resolve, mas adia o problema. Este pede solução fora do individua-

lismo e do suffragio mas parallelamente a elle; não contra a Democracia, mas como seu complemento. Pedem representação não só os *individuos*, como numa sociedade cooperativa, mas tambem os grupos verticaes que corporificam os *interesses*, como numa sociedade anonyma. Estamos já em outro terreno de realidades — a cada interesse um voto. Não queremos teimar affirmando que seja de facil realizacão esse *desideratum*.

Bastante o tem debatido o illustre director do "Estado do Rio Grande" para que comprehendamos as difficuldades do caso; e bastante democrata ainda somos para comprehender que a representacão exclusiva de classes como meio de legislar seria uma revolucão tão profunda no Brasil, tão contraria á sua Historia secular, que exigiria da nação a manifestação de grande maioria, ou o arrôjo audacioso da minoria ou do governo que tomasse a si essa empresa.

Mas, através da nossa myopia, enxergamos um vulto, que não é mera sombra, e sim uma realidade, porque delineia cada vez mais os seus contornos — a opinião favoravel á representação por classes. Esta é a realidade que a Democracia brasileira terá de reconhecer democraticamente, para não lhe soffrer o embate que pode ser fatal.

Continuando na apreciação da maneira por que Assis-Brasil encara o problema social, depois de ouvil-o negar a sua existencia entre nós, ou reduzil-o a uma formula democratica, eqüiparando classe a partido politico; depois de surprehendermos o seu silencio sobre a verdadeira qüestão, que é a representação das classes organizadas em profundidade, podemos destacar de "Idéa de Patria" alguns trechos que melhor o definem:

> "Segundo a concepção destes senhores (Platão, Proudhon, Marx, os paes do Socialismo) a colheita total da communa, deve ser recolhida aos celleiros communs, e depois distribuida egualmente a todos os membros do corpo social. E' uma egualdade que não é egualdade, mas um leito de Procusto, sobre o qual se cortam as pernas aos que excederem da medida e se espicham os corpos dos que não chegam a ella. Quando a egualdade é confundida com o nivelamento torna-se uma tortura". (pag. 42).

5 — N. R.

Depara-se-nos nestas linhas uma affirmação por negação. — O autor de Democracia Repr. não é communista; portanto discorda da solução do problema social por meio da dictadura de uma classe sobre a outra. Si não fosse partidario da representação profissional ou corporativa, como parece não ser deante do seu silencio, e não sendo communista nem partidario do nivelamento social, haveria quasi certeza de, em Economia-Politica, tratarmos de um liberal puro, que vê na livre concorrencia o unico remedio para o desequilibrio do preço das riquezas e do preço do trabalho. Esta convicção poderia ser reforçada por estas affirmações, (de pag. 30, Obr. cit.):

> "Nenhuma objecção economica ou social tenho contra a accumulação de grandes fortunas individuaes. A liberdade é tão necessaria em Economia como em tudo. E' o ar sem o qual não ha vida. No regime da liberdade, forçosamente uns homens serão mais ricos que outros. E toda a vez que as fortunas forem conquistadas pelo trabalho, pela industria, pela assiduidade, da economia bem entendida, pelos esforços, emfim, do homem para vencer honestamente a concorrencia dos outros homens ou os obices hostis da natureza — ellas serão legitimas e respeitaveis".

De facto, aqui ha allusões ao individualismo e á livre concorrencia como meio de producção e distribuição das riquezas, portanto, do trabalho, que para liberaes sem jaça é tambem riqueza. Em tudo concorda este trecho de Economia-Politica com o anterior de Economia-Social e com o seu individualismo politico. Mas, passagens ha que temperam a crueza do seu liberalismo. Citemol-as: "Entre os meus defeitos, de que tenho consciencia e que são até certo ponto reunidos pela ingenuidade com que os declaro, ha este — uma especie de odio aos ricos". (Idéa-Patria, 29) "A riqueza, em passando das necessidades normaes do individuo, que são poucas e pouco dispendiosas, torna-se uma protuberancia incommoda, si della não fôr feito uso social conveniente." (Obr. cit. pag. 31).

Indubitavelmente, é uma correcção aos abusos da riqueza; mas uma correcção que escapa do Liberalismo, porque um re-

gime movido pelo interesse pessoal não a comporta. Cada um amontoará o que puder e fará de seu acervo o que quizer; tal é o espirito liberal em que se baseou toda a ordem contemporanea. E', antes, uma correcção descida de principios superiores ao subjectivismo democratico; nasce da Moral que normaliza os interesses totaes de uma nação, abrangendo os homens e o país — os interesses da Patria, que formam a mais elevada preoccupação de uma socialidade, como tal, depois de garantida a finalidade dos homens que a compoem. Ora, esses interesses estão acima do desdobramento das doutrinas muitas vezes praticadas á revessa da realidade.

No seu odio aos ricos ha uma profunda sabedoria que vem á flor da consciencia através do coração. De facto, são dignos pelo menos da aversão geral os detentores de capital que o immobilizam por avareza ou cedem-no, como os onzenarios, a 12 %, 14 %, 18 %, para não lembrar que ha prestamistas que não se vexam de emprestar a 24 %. Contra esse desmando proveniente da liberdade sem peia tem-se batido sempre a doutrina christan; e actualmente, como meio preventivo, no seu seio se avoluma o conceito de *propriedade-funcção-social*, ao qual corresponde exactamente o pensamento de Assis-Brasil, exigindo que da riqueza se faça "uso social conveniente". Mas, conforme dissemos, esta restricção é trazida de fora do Liberalismo, de uma região em que domina a Moral. Que exista a propriedade, o capital, sem duvida; mas que seus donos os façam produzir, prosperar e diffudir-se em boas obras. E só assim se corrigirão os abusos do capitalismo. Tal é o pensamento de Assis-Brasil.

A' pagina 73 de "Democracia Representativa" encontramos outra mitigação á concepção liberal, que vê a solução do problema social na livre concorrencia e na lucta entre os interesses individuaes. "O ideal, diz o autor, de toda a humanidade, e muito especialmente o nosso, gente do novo mundo, é a harmonia, não a lucta; é a cooperação, em vez do conflicto".

Si no trecho anterior topamo-nos com a noção de *dever*, para conter os poderosos detentores da riqueza, neste depara-se-nos a noção de um *recurso*, para os menos favorecidos, e de um *processo* para desenvolver o enriquecimento nacional e a paz social — a *cooperação*. Pretendemos vislumbrar nessa rápida allusão

ao problema social um apêllo á reaggregação dos individuos, por meio de entendimentos de que resultaria a cooperação, a associação livre. Somente por esse processo cessaria a lucta entre os individuos, creada pela livre concorrencia, exacerbada pelo liberalismo economico; somente por esse processo começariam a sahir da entaladela em que se metteram os povos forçados pelo regime que parte do interesse pessoal sem peias. Na associação livre; como meio de cooperação e harmonia, está tambem o meio de resolver livremente, democraticamente, a Qùestão-Social. Mas, a palavra *cooperação*, é túrgida de sentido, arrastra o espirito e com o espirito a conducta, para regiões que podem ficar afastadas do Liberalismo classico.

Nella se contem o conceito de renuncia, na renuncia o de moral, o de consciencia da força da profissão organizada para cooperar; e na força da profissão o germe de sua vida politica. Não é impunemente, sem renunciar caros ideaes, que saimos muitas vezes do caminho da logica doutrinaria. E' que a vida real, aquella que nos invade através dos sentidos, se apresenta complicada em taes paradoxos que difficil e, ás vezes, impossivel se torna simplifical-a e unifical-a nas operações do espirito. D'ahi vem a grande falha dos *monismos* materialistas imaginados para explicar todos os phenomenos do ser; d'ahi vem a necessidade de aceital-os todos como partes de uma concepção totalista e espiritualista, que leve á *unidade* substancial em vez de levar ao monismo material.

Sim, fora da lucta dos interesses similares, e dentro da sua cooperação, está o principio da saúde humana. Mas este principio, ainda que possa collaborar com as verdades eternas do individualismo, já está fora delle, por isso que parte do associacionismo, da renuncia espontanea, por isso que harmoniza os homens por força moral e não por força da lei, suavemente, e não em virtude do choque das liberdades individuaes, que se confinam á força, por dever nacional e não mais por direito individual.

Conforme dissemos, ao abordar este assumpto da Qùestão-Social, sentimos o nosso grande pensador politico tacteando e aflorando-o apenas, sem uma affirmação precisa que o colloque definitivamente, claramente, na velha Escola Liberal. Segundo os ultimos trechos citados, notam-se vislumbres de evolução no

seu espirito, no sentido dos *deveres* com prejuizo dos *direitos*. Mas, não passam de laivos de um possivel ideal nascente, que nem siquer permittem lobrigar uma orientação de republicano radical, com a convicção de que o homem se contem pela força do Estado, e de que a ultima forma da ordem nacional tem alma socialista creada pelo mesmo Estado. Os traços de sua sciencia moral a Durkheim levam a crer essa direcção, quando discute Politica. De facto, para o operario de Pedras-Altas, o individuo tende a desapparecer na sociedade, conforme vimos atrás; mas, ao discutir Economia, conserva ainda profundo enthusiasmo pelo individuo, dando a entender que elle se arranjará protegido pela lei da livre competição.

5) A QÙESTÃO ECONOMICA

Si lacuna achamos quanto á Economia-Social interna, outro tanto não podemos dizer em relação á Economia-Politica interna e internacional, a respeito das quaes o autor de "Idéa de Patria" manifesta uma lucidez meridiana. Seu plano fiscal não comporta retoques, porque evidencia as conveniencias nacionaes, que representam neste terreno a verdade mesma.

> "O que a melhor orientação economica aconselha é, enquanto a existencia das alfandegas fôr uma necessidade das nações, não abolir, mas restringir os impostos de importação dos gêneros que não forem de primeira necessidade e dos que não forem materia prima ou auxiliar de industrias nacionaes, capazes de vida propria e util." (Idéa de Patria, pag. 37)
>
> "A idéa de provocar o apparecimento da industria nacional pelo proteccionismo; isto é, pela applicação de tributos aduaneiros mais ou menos prohibitivos sobre a importação, poderia produzir a illusão da existencia de industrias nacionaes; mas a realidade flagrante será o encarecimento da vida, a decadencia da qualidade dos generos consumidos, a generalização da miseria." (Obra cit., 38)

Já se vê que o illustre politico brasileiro é partidario da especialização e localização das industrias; isto é, da politica pela qual cada região deve especializar-se na producção das ri-

quezas que lhe forem especiaes por natureza. Não devemos esquecer que agora estamos no dominio de uma atividade que depende directamente da natureza.

Si o Brasil tem condições para produzir certos bens melhor e mais abundantemente do que outros países, esses devem constituir a base do seu enriquecimento. Em troca dos valores dessa riqueza comprará outras que não possa produzir ou produza em condições de inferioridade.

Obedecendo ao imperio da localização das industrias nos logares mais favoraveis, realizar-se-ia o ideal do intercambio mais conveniente para os povos, e ficaria eliminada mais uma causa de guerra. São as alfandegas que em parte provocam os odios e os conflictos armados. São os impostos protectores de industrias artificiaes as causas longinguas das guerras. Desde fins do sec. passado generalizou-se uma exasperação nacionalista de feição economica, insuflada pelo empenho de bastarem-se os povos a si mesmos, a qual foi a causa mediata da Grande Guerra que infelicitou a humanidade. E, digamos de passagem, é um contra-senso republicano-democratico-liberal. Como explicar pela doutrina fundada nos direitos do homem, na egualdade dos povos, que se levantem barreiras para impedir a competição pacifica no terreno economico? Esta competição e esta pratica é cabivel nos imperios absolutos, cuja economia acompanha a politica de dominio e imperialismo exterior. Precisa bastar-se a si mesmo o Estado que pretenda viver de guerras e para a guerra; não as nações cujo fim é a paz e harmonia universaes.

Pela troca dos productos especiaes de cada país pode alimentar-se essa harmonia internacional, dando cada um como substancia dessa collaboração mais a conveniencia do que propriamente a amizade. "As nações não são pessoas physicas, que tenham coração, ou, pelo menos, nas quaes o coração prevaleça; são pessoas moraes onde a razão impera." (Idéa Patria, 40)

Estas concepções de quem fala já como estadista, levaram o sr. Assis-Brasil ás conseqüencias praticas possiveis:

> "Devemos cultivar systematicamente com os governos do Chile, Argentina e Uruguai uma especie de alliança (escripta ou não, mas de preferencia não

escripta em começo) que se traduza em factos positivos, como sejam:

1.º — abolição gradual das alfandegas entre os quatro estados;

2.º — suggestão constante e reciproca de que uma especie de confederação pode estabelecer-se entre as quatro potencias para fins puramente pacificos, principalmente para o intercambio de productos e a defesa commum." (Obr. cit. 53.)

Não é possivel dizer-se nada mais claro, nem mais classico, amistoso e conveniente do que as expressões desta tirada. E' um lance de politica de longo-tiro, que tem por si o apoio doutrinario e a base das realidades patrias. Praticar a amizade com os vizinhos não é só preceito dictado pelas conveniencias, mas é a sabedoria mesma. Para isso, porem, impõe-se uma revisão dos direitos de importação, depois do estudo e da resolução madura das riquezas que mais nos convêm produzir, para intercambiarmol-as com os nossos vizinhos em condições vantajosas a elles tambem. Passando da doutrina á pratica, da locução á acção, como estadista o pensador anda em vias de iniciar o Brasil nesse novo caminho internacional.

Completando esse quadro feito de sensatez e patriotismo, o pensador brasileiro bate-se contra todos os impostos que entorpecem a circulação das riquezas. Vimos a critica feita ao tributo de *importação,* quando proteccionista. Do imposto de exportação: "O imposto de exportação é barbaro em todos os sentidos, bem que ainda praticado por alguns povos civilizados." (Obr. cit. 38).

Outro imposto visado pela sua doutrina é o de *transmissão de propriedade.*

"Este é uma peia evidente que se põe a um dos mais interessantes meios de circulação da riqueza, é um embaraço á mobilização dos valores reaes." (Obra cit. 39). Destruido o systema fiscal em vigor, o autor de *Idéa de Patria* proporia como base de um systema fiscal — "o imposto directo sobre a terra e sobre o capital, ou melhor, sobre a renda." (Obra cit. 40).

Sobre este plano tributario, está edificada, no espirito do

nosso pensador politico, uma construcção economica rematada em todas as suas faces.

Quanto ao trabalho, é de opinião que se deve attender ao trabalhador brasileiro considerando-o colono, com os mesmos cuidados ou com mais ainda, que se dispensam ao extrangeiro: "Elle ainda precisa mais da disciplina e da protecção indirecta do Governo que o proprio extrangeiro." (Dictad. Parl. Dem. pag. 182).

Estamos a pre-sentir o seu espirito e o seu coração de patriota voltados para os milhões de desgraçados que vegetam pelo interior sem recursos por falta de instrucção, de elementos e de estimulo, e para os que se debatem contra as calamidades, como os do Nordeste. Que melhores colonos? Que politica mais justa e patriotica poderia ser objecto de uma administração?

Quanto á natureza, suas idéas de localização, que não excedem o justo termo de não privar o país de industrias machinufacturadas só porque seja um país essencialmente agricola e pastoril, levam a pensar que nós mesmos, validos dos nossos elementos proprios — como materias-primas, força hydraulica, braço nacional, poderemos desenvolver producções que sejam genuinamente brasileiras e não dependam da protecção alfandegaria. Eis o que ensina o bom senso e ao que se não pode deixar de bater palmas.

Para maior esclarecimento o leitor deveria percorrer as paginas de todo o paragrapho que começa á pagina 200 de *Dictd. Parl. Democ.*, onde encontraria verdades como esta:

> "Para o Brasil ter industria, mesmo em moderada extensão, é preciso algum amparo das tarifas, alem de outros." O proteccionismo é uma cousa ruim. Mas precisamente em virtude do principio alludido de que todas as cousas são relativas, não se segue d'ahi que elle deva sempre ser repellido."

E' o esboço, a traços fortes, de uma politica que nos daria sensivel desembaraço internacional; pois que, vehiculados para ella os nossos recursos empregados em industrias artificiaes, chegariamos a competir com outros países, apresentando no mercado mundial artefactos de coiros e de lan, do Rio-Grande; artefactos de algodão e outras fibras das margens do S. Francisco

fonte de energia; artefactos de borracha no extremo Norte, sem necessidade de enumerar entre as riquezas — a carne, o café, o açucar, o cacau, o côco, os productos da carnauba, etc. etc. Senhores da terra que temos, cheia de cascatas, prenhe de thesouros, possuida por dezenas de milhões de braços, não temos licença de ser desorientados e muito menos pobres.

Não estamos em contradicção connosco mesmo, por seguirmos o desdobramento da uma idéa a *priori*. Este ideal serve para o Brasil, porque a imensidade e a variedade do seu territorio comportam a applicação dessa theoria de machinofacturarmos as nossas materias-primas validos da energia dos nossos braços e das nossas aguas. E neste terreno, que convem á razão e é a realidade, proveriamos ás nossas mais immediatas necessidades. Quer dizer que, sem arremedar outros países, para os quaes o proteccionismo é o principal elemento de vida, o Brasil tem condições para bastar-se a si mesmo em caso de força maior. O Brasil tem o privilegio de ser um mundo capaz de justificar uma theoria. Na variedade e abundancia de suas riquezas ha dados e argumentos para isso. Si ella não é verdadeira nem convem a outros, tanto melhor para nós que podemos viver integrados na razão e na ordem natural das cousas.

Para a solução do problema economico não podemos evitar a relatividade nem o determinismo da natureza. Mas nós podemos dizer: O Brasil é capaz de produzir tudo e de seguir uma politica economica systematizada a *priori*.

C) *Conclusão*

Ao tocar o degrau da vida que roça o chão, pensamos haver tacteado todos os pontos da escala espiritual manifestada pelo sr. Assis-Brasil, desde o mais alto, implicado ainda nas crenças religiosas, envolta no conhecimento metaphysico e na consciencia do absoluto, até o mais baixo, que a physica social explica, e se forma da relatividade das cousas. Como ha-de ter notado o leitor, não acompanhamos, nesta viagem aprazivel pelo mundo das idéas, uma mentalidade totalmente encerrada pelo dogma determinista. Acima das determinações necessarias, impostas ás operações mentaes pelos principios do seu

materialismo, alguma cousa transcende que o colloca fora da cegueira do *Materialismo-Historico* ou da cúpola do Materialismo social. A miudo se nos deparam conceitos, que são verdadeiros postulados espiritualistas, emittidos forçosamente por uma consciencia que se surprehende superior a uma escola.

Neste momento em que todo o mundo descamba para o Socialismo seguindo o caminho indicado pelo Liberalismo classico, ler a doutrina do nosso ponderado idealista e meditar sobre ella, é perceber que nem todas as conclusões proclamadas nascem da logica de uma escola, ou são impostas pelos seus principios. E' uma prova de que a materia não tem o poder de obnubilar completamente o espirito. E são, sem duvida, mais interessantes, como homens, esses que se rebellam contra as coações do Materialismo, do que aquelles que a ellas se escravizam a pretexto de serem scientistas. Que não sejam entheus se explica, mas provam o equilibrio humano, por uma felicidade ou por graça, realizado no mundo da propria pessoa. Acima das escolas, acima do seculo, brilham como affirmações humanas, como soes eternos; e não como planetas sociaes que aos poucos vão esfriando e apagando-se na grandeza do todo.

E' verdade que ao nosso doutrinador ouvimol-o a fulminar sentenças contra o livre-arbitrio e preceituar que o homem é fructo da sociedade. Mas delle tambem é o conceito de que

> "o crescimento da sociedade é espontaneo, mas a sua organização deve ser intelligente." (Dem. Rep. 26).

Não acreditamos que essa intelligencia organizadora seja uma intelligencia do tempo, da épocha, unilateral e meramente agradavel ao meio social, forjada por elle, porque a essencia mesma da razão é ser abstracta, é existir alem do tempo, fora do espaço. Si dissesse que o crescimento da sociedade é espontaneo, e a organização que ella se dá é determinada por immanencia, e não podia ser outra, como o corpo dos animaes nascidos da mesma especie, da mesma variedade, da mesma familia, teria affirmado um conceito puramente materialista, desse materialismo-historico que pretende possuir o segredo das leis informadoras da sociedade. Mas, appellando para a intelligencia no momento da organização, o autor de "Governo Pre-

sidencial", exorbitada sua escola, e passa a falar como ser pensante, como homem livre.

Deixaria de ser intelligencia a força organizadora que não dominasse o todo social, que não brotasse do homem, mas da collecção dos homens; deixaria de ser intelligente, porque afeiçoando-se só á sociedade, a actividade do homem tende ao mechanicismo e a sua intelligencia ao instincto, como a actividade instinctiva das formigas e das abelhas. E nesse ponto pára o progresso, para começar o estacionamento. Não cremos, pois, que a essa intelligencia se refira o illustre pensador brasileiro; mas áquella que opera sobre a sua materia, forçando-o a tomar a forma conveniente á sua plena inflorescencia. Quanto mais attingimos o homem, tanto melhor sentimos o poder do espirito, através da força dos ideaes, tanto mais penetramos no terreno do geral e do absoluto; quanto mais nos confinamos na vida animal, tanto mais descemos ao parcial e relativo. Eis porque, depois do preceito de que ao economico cabe a ascendencia entre os factos sociaes, a cousa governamental desceu de nivel, perdendo a seriedade, caindo irremissivelmente no relativo, no particular, e no fraccionamento, que vai provocando a reacção do reaggregamento material, como expressão da unidade que toda vida reclama.

CAPITULO II

TRÊS SOCIÓLOGOS

OLIVEIRA-VIANNA
JACKSON-DE-FIGUEIREDO
ALCEU-DE-AMOROSO-LIMA

OLIVEIRA-VIANNA

A) *Sua idéa mais geral. O meio physico*

Continuando a estudar as obras capitaes da nossa cultura, toca a vez de Oliveira-Vianna, intellectual que, como Alberto-Torres, tenta refundir o conhecimento sociologico entre nós, sem buscar apoio fora dos velhos alicerces do Materialismo. Ao contrario, deste aproveita as soluções scientificas que lhe parecem assentadas como verdades eternas e basicas para qualquer construcção politica.

Como em relação aos politicos estudados, buscamos na sua já volumosa obra as idéas cardiaes, os fundamentos do seu edificio scientifico.

De onde parte o sr. Oliveira-Vianna? E onde chega? E' a indagação preliminar do critico que pretende saber si o seu caminho foi o mais claro e o mais curto, ou si soffre curvas inuteis, desvios dispensaveis, ou ainda si não viajou perdido na obscuridade, por sendas que, assim como o levaram a bom porto, poderiam tel-o levado a destino diametralmente opposto. Prescindindo da realidade do absoluto, adopta como *imperativo scientifico* o *absoluto da relatividade;* no que se confunde com todos os sociologos materialistas. E, como todos, parte da mesma concepção — o homem é filho do meio physico, a sociedade o producto necessario da multiplicação dos homens e, ao mesmo tempo, sua finalidade; a Historia é o desdobrar constante de influencias mesologicas directas e indirectas sobre o homem; as instituições politicas são resultantes da Historia de cada povo. Entretanto, uma lei geral que sirva para informar o Brasil, como essas do Evolucionismo e do Positivismo, já tentadas entre nós por politicos menos avisados, não está nas intenções do autor

induzil-a e formulal-a. Nas *"leis geraes da evolução dos povos"* não crê como verdades incontestes; antes, *"sente que esse unilateralismo falsea a verdade e nada explica"*. (*Evolução do Povo Brasileiro, pag.* 15). E, pags. adeante, declara-se até infenso ás syntheses precipitadas: *"Hoje, ao contrario, essa preoccupação deixou de ser immediata, porque se veiu a comprehender que todas as theorias ingenhadas até então haviam falhado justamente, porque aquellas sciencias não haviam collectado ainda elementos bastantes para essas grandes syntheses finaes. O que se procura hoje como objectivo immediato da investigação social, são os estudos locaes, os trabalhos monographicos, a analyse particularizada de cada aggregado humano. Só depois desse formidavel trabalho de investigações e analyses, será possivel á sciencia social elevar-se ás grandes syntheses geraes."* (Ev. Pov. Br. pag. 23).

Não está, pois, nos seus designios apresentar uma synthese do problema brasileiro, uma synthese precipitada, como aquellas que deram aos povos fructos tão amargos e venenosos, até seus estertores de 1914 e de nossos dias. Neste sentido, descobre-se na obra do sr. Oliveira-Vianna um traço que o caracteriza de principio a fim, como scientista — a sua indefectivel probidade, traduzida em escrupulos scientificos no balanço dos dados do problema.

Não é, pois, uma synthese que se deve buscar em sua obra, mas a analyse de todos os factores do *"quadro das realidades naturaes e sociaes, que nos cerca e em que vivemos."* (Evolução do Povo Brasil, pag. 34).

De facto, ao estudante de suas producções é difficil fazer dellas o apanhado geral, porque a dispersão imposta pela grande quantidade de factores sopesados perturba o espirito e lhe esconde o horizonte que o mesmo autor, sem duvida, enxerga crystallino. No meio de tantas e tantas particularidades estudadas, a mente de quem as lê perde-se no dédalo, porque o fio conductor é rôto pela analyse de distancia em distancia.

Mas, como avançamos de inicio, uma idéa geral se lobriga; e basta essa para seguir subjectivamente deduzindo, como quem desce o veio d'agua até encontrar a caudal.

Essa idéa geral é que, não collocando em contacto com o meio physico um homem animado de *absoluto*, é forçado a

acceitar esse absoluto como qualidade do meio physico, da materia.

O Sr. Oliveira-Vianna, não obstante a lucidez mental, o seu acendrado patriotismo, só chegará a conclusões politicas e sociaes praticas e uteis ao povo brasileiro, saindo das rotas que aponta a agulha do Materialismo integral.

E' o que procuraremos deixar claro neste apanhado.

E' secundario hoje, depois de tanto poder conquistado á materia pelo espirito humano, e pelo homem manejado, estudar e conhecer com tanta minucia o meio physico, com o fim de traçar por elle o destino de um povo. Si teve influencia preponderante na infancia da humanidade, impondo aos povos a dispersão, a miseria, a prosperidade, mais intelligencia aqui, menos alli, actuando no homem desde os actos instinctivos até os processos mentaes e moraes, como animador das potencias physica e psychica de que nasce elle dotado, hoje confina-se cada vez mais nas espheras inferiores da atividade.

Tem accentuada importancia o estudo do meio para a producção das riquezas de que necessita o homem civilizado, e para a adaptação de raras instituições de natureza politica e social; mas nada adeanta quanto á organização superior dos povos. A propria Historia está provando que os povos civilizados, isto é, áquelles que já conseguiram emancipar-se do meio e dominal-o, têm experimentado as mais disparatadas instituições e poderão experimentr todas as que o cerebro humano conceber, ao passo que forem desenvolvendo as potencias animicas, graças ao patrimonio accumulado pelos grandes homens. O filho do Amazonas vive sob a vigencia do mesmo Codigo-Civil e das mesmas leis politicas e sociaes que o filho do Rio-Grande-do-Sul, e poderão viver sob o Communismo, si um partido de maioria ou um accidente imprevisto o impuser; assim como poderemos viver numa Monarchia ou numa Republica corporativa, si a isso nos levar a razão. Os erros e os acêrtos provados pela Historia de um povo é que formam o principal objecto da meditação dos politicos e sociologos. No elemento humano e não no natural se encontra o mais importante material para as constituições nacionaes, porque é elle que nos ensina precisamente a dominar o meio, até fazer delle instrumento de nossas felicidades immediatas, assim como da su-

prema felicidade que é a finalidade daquelles que têm a ventura de enxergar mais longe.

Em vez de saltitar um povo experimentando constituições mais afeiçoadas ao meio, e apagando todos os decenios ou todos os seculos o rastro andado; por que não voltar sobre elle alguns passos; por que não parar um momento para não perder a direcção do futuro e os soffrimentos e as ditas do passado? Por que não parar para o expurgo de seus erros, para a extirpação de seus cancros depois de um olhar retrospectivo pela Historia já vivida? Por que não incorporar as novidades que os tempos vão creando fecundadas pelas necessidades e pela razão?

Dos elementos que compoem a vida social só o homem offerece ponto seguro de partida para o scientista, porque só elle encerra uma egualdade, uma identidade — *a alma* — que não foi a terra que creou, porque não teria creado duas eguaes. Si são todos deseguaes pela intelligencia, pelo sentimento, pela vontade, ainda existe em todos a mesma consciencia do que é *bem* e do que é *mal*. Por essa janella aberta em todas as almas, em todas as consciencias podem entrar os mais tenues raios de intelligencia, de vontade, de sentimento, e illuminal-os até inutilizarem os impulsos do mal e excitarem os do bem de modo a exteriorizal-os em acções favoraveis aos semelhantes ou não prejudiciaes a elles. Partindo dessa realidade, que é innegavel, qualquer sociologo pode affirmar sem errar — Para reformar as instituições, urge corrigir o mal desenfreado; para corrigir o mal, urge educar os cidadãos; isto é, dirigir para as almas os raios da intelligencia, do sentimento, da vontade de cada um por insignificantes que sejam.

Ahi está o principio de uni-sonismo indispensavel ás instituições nacionaes.

Nem outra cousa fazem os Russos, no empenho de fundarem o Communismo na alma das gerações vindouras; nem outra cousa fazem os Socialistas d'Estado em suas escolas leigas e unicas. Dirigem-se á alma da infancia. Mas esses materialistas abandonam o seu ponto de partida — a materia, e o meio physico, dispersivos por natureza e inspiradores da liberdade total, — e dirigem-se á alma, ao absoluto moral, o unico elemento capaz de universalização, unidade e coacção. Ora, a

liberdade e todas as construcções que se baseiam sobre ella, é para elles mesmos uma palavra van, uma idéa sem noção definida. Usaram das illações materialistas para destruir a ordem antiga, mas voltam-se para os processos antigos para solidificar a ordem presente; operam sobre a alma, conforme aconselham os sabios do passado, como si o corpo, com seus impulsos de liberdade, não contasse. Arma de dous gumes, o Materialismo destroe com o fio mais embotado e faceta os silhares da reconstrucção com o fio mais aguçado. Para chegar a esse resultado das organizações sociaes e das constituições politicas, através do trabalho sobre a alma humana, não havia necessidade de tanta tinta derramada, de tanta palavra perdida, de tanto sangue vertido. Era esse o caminho que já trazia a humanidade civilizada pelos preceitos do Christianismo.

B) *Suas idéas especiaes*

1) O LATIFUNDIO

Discutida a idéa mais geral que se pode apprehender da obra do notavel sociologo brasileiro, vejamos as suas concepções parciaes.

De todas a mais cara é a influencia illimitada do *latifundio* sobre o complexo brasileiro. *"Nós somos o latifundio"* diz o illustre pensador. (Pop. Mer. pag. 41). Do *latifundio,* isto é, da grande propriedade rural, porvêm todas as modalidades da vida, desde a forma do trabalho e a producção em grande escala (obr. cit. 63) até a organização e solidez da familia brasileira, (pag. 41) a possibilidade das entradas, moções, bandeiras, a conquista do territorio immenso que hoje assoalha a nossa Patria, (obr. cit. 80); e, por fim, (pag. 44 e 46) as nossas qualidades moraes, de que se fizeram depositarios os aristocratas das grandes fazendas — a *fidelidade* á palavra dada, a *probidade, a respeitabilidade,* a *independencia moral* (pag. 44). Para Oliveira-Vianna as sesmarias não informam somente a sociedade, o ser especial que o homem constitue, mas tambem o proprio homem, esse ser mysterioso que foi feito necessariamente brasileiro através do nosso ambiente rural, segundo o nosso grande pensador. E' infundida pelo latifundio a alma

do *homo brasilicus;* e este é o resultado que prova praticamente a evidencia do seu determinismo materialista.

Ao invés: Não caberia tambem considerar-se essa realidade social e moral como a creadora do latifundio? Tanto as qualidades da alma, como a familia monogamica preexistiam á descoberta da America, plantadas pelo Christianismo, e havia um e meio millenio, florescentes no coração dos occidentaes.

Com esse patrimonio aportaram aqui os Portugueses; com elle fundaram e enriqueceram seus dominios. Para que as illações scientificas do sociologo brasileiro fossem exactas, seria preciso admittir que o homem colonizador chegasse ao novo *habitat* como elemento neutro, apto a receber a infiltração da vida brasileira — individual e social.

Ora, sendo absurda esta hypothese; sendo inepto negar a actividade do elemento colonizador, para raciocinar somente sobre uma supposta passividade, perde *ipso-facto,* de importancia a consideração do meio como factor preponderante da nossa civilização. E' uma petição de principio affirmar que o latifundio é a *causa causarum* da civilização brasileira, quando elle é o proprio aspecto da organização economica determinada pela insignificancia da população promitiva em face da imensidade da terra a colonizar. Que a grande-propriedade tornasse, no Brasil, potentado aquelle que já era detentor de pequena-propriedade em Portugal, explica-se não só como effeito do factor moral que veiu com o homem, como do factor social que o accúmulo do trabalho gerou nas grandes fazendas; por fim, do factor material da riqueza. Mas o que o meio não explica é a diversidade de conducta entre esse proprietario de pequenas datas, no Reino e nas Ilhas, que foi capaz de se fazer sesmeiro no Brasil, o e plebeu reinol ou ilhéu que, na Colonia, continuou plebeu, ou assalariado ou artesão ou apenas buccelario, apesar da abundancia e da barateza da terra. O mesmo territorio teria identificado todos os colonos da mesma nação, si não trouxessem n'alma os germes da organização que floresceu e fructificou. Differentes capacidades portaram-se diversamente no mesmo ambiente. Grandes senhores tornaram-se uns, e os outros continuaram a mesma condição de servidores dequelles. E, deante da multiplicação

da riqueza, e deante da abundancia de mulheres amerindeas escravizadas, por que perpetuou-se a familia monogamica dos grandes senhores, quando teria sido facil e explicavel, como effeito do meio, a implantação da polygamia? Esta seria a primeira conseqüencia do latifundio e a mais clara, si o tamanho da propriedade influisse na organização de um povo trabalhado ha seculos pelas forças moraes do Evangelho. Para falar em linguagem mais do sabor da espiritualidade christan, podemos dizer que as qualidades que estimularam o nosso progresso e delimitaram a nossa Patria vieram do céu antes que da terra. Para nós, como para todos os povos do Occidente, accumularam-se através da tradição, sedimentando-se nas gerações. Esse factor, o moral, que o homem carrega consigo aonde quer que vá, como instrumento de vontade, de pertinacia, de astucia, de ingenho, de coragem, de paciencia, resignação, etc., etc., esse factor é o grande civilizador de povos, o dominador, por excellencia de *habitats* hostis, o afeiçoador da terra ao homem.

Dizer, por exemplo, que a exploração economica inicial da terra de Santa-Cruz, por sua extensão, e pelos perigos que offerecia, era condicionada á grande propriedade e ás agglomerações dos poucos habitantes nesses ganglios de defesa e ataque, é formular um postulado irrefragavel, porque nessa lucta desegual, a principio, entre o o homem e o meio teria vencido este, si aquelle não se velasse tambem dos processos proporcionados pelas faculdades que trouxe consigo. De forma que, até neste caso de aproveitamento economico, de actividade rudimentar, concorrem os dous factores — o physico e o moral — de modo a deixar duvidas ao espirito do investigador, si nessa esphera quasi exclusivamente material da vida ainda prepondera o factor — meio.

Relativamente a um povo civilizado, como já era o Português, a terra entra em lucta com elle virtualmente inferior á energias humanas, porque estas se organizam e se disciplinam facilmente no sentido do triumpho mais ou menos tardio. E assim foi. Em face da immensidade do Brasil, e em face da hostilidade dos habitantes autóchtones, cujo atraso serve de illustração ao postulado de que o meio prepondera somente na vida dos povos primitivos, o Luso levou tudo de vencida. Mas,

conquista que levou quatro seculos, por falta de meios materiaes efficazes, hoje talvez não levasse um, como está provando o surto de prosperidade da Amazonia, animado pela exploração da borracha, onde surgiram duas explendidas cidades; e onde, em nossos dias, os Americanos-do-Norte realizam em meses o que os Portugueses e Brasileiros levaram seculos — nucleos de população absolutamente senhores de um *habitat* que foi por sua vez, absolutamente senhor das tribos aborigenes, e que contrabalançou por seculos a acção do colono português e brasileiro. Nesses nucleos installam os filhos do Norte desde o radio e a energia electrica até as instituições sociaes mais recentes; e para alli trazem os costumes da sua Patria, e as qualidades moraes que darão, como resultados politicos, fórmulas completamente independentes do meio; mais de accôrdo com as determinações da Historia e as tendencias da America-do-Norte do que com as determinações do clima, da floresta, das caudaes, da alimentação na Amazonia. Para um povo, como o Americano-do-Norte, que maneja todos os processos de dominar e aproveitar a materia, o meio muito pouco influe; é hoje um factor de civilização que não merece esses longos e extenuantes estudos. Ao contrario, bem sopesado serviria antes para esclarecer como retrocedem certos povos do que provar como progridem outros.

2) ATTENUAÇÕES DO PARTICULARISMO

E' verdade que encontramos attenuações á crueza desse principio, na mesma obra do notavel sociologo patricio, attenuações que temperam o vicio do simplicismo tão inveterado no espirito dos deterministas-materialistas. Não pode haver conhecimento sociologico sem distincções numerosas quanto ao tempo, quanto ao espaço e quanto aos principios mesmos. E são, precisamente, essas distincções que a sciencia materialista, escrava das leis geraes de que necessita para explicar todos os phenomenos, não pode fazer sem comprometter essas mesmas leis; e são essas distincções que, em vez de caberem logicamente no mesmo corpo de doutrina, originam doutrinas novas, doutrinas diversas que a miudo se destroem. Não temos sociologos de uma Sociologia; mas Sociologias de

muitos sociologos. E nenhum delles conseguiu fórmulas geraes, universaes e eternas, depois que a Sociologia pretende partir da materia; nenhum sociologo conseguiu arrancar da materia a sua principial qualidade — a desaggregação, a dissolução — que sobe até a alma, desde que o homem se convença de que é filho da materia. Da endosmose materialista através dos tessidos e camadas da vida, esse, e só esse, pode ser o resultado supremo. Deante desta evidencia que naturalmente salta aos olhos do nosso illuminado concidadão, acceita elle attenuacões que procedem das forças misteriosas do genero, da totalidade, inexplicavelmente — uma — em relação ás parcialidades evidentemente differenciadas. Quer isto dizer que o autor acceita, mas sem tentar explicação, essa unidade, essa identidade que se percebe diffundida em todas as partes da humanidade, quer sejam ellas collectivas, quer individuaes; de forma que, depois da sua defesa da diversidade dos grupos humanos e dos individuos, cabe ainda uma objecção irrespondivel por um materialista: — Contudo, ha uma egualdade derramada por todo o genero humano.

Effectivamente, si á pg. 33 da *Evolução do Povo Brasileiro*, lemos: *"e tanto quanto as influencias da historia e da raça, essas reacções vindas do meio cosmico concorrem para dar á mentalidade de cada grupo humano certos attributos, que as (sic) tornam perfeitamente inconfundiveis,"* á pag. 30, tambem se lê: *"Ha, certamente, e seria absurdo que não houvesse, pontos numerosos de semelhança entre o nosso grupo nacional e os outros grupos nacionaes que habitam o mundo civilizado."*

Não é tudo, não é ainda a attitude mental de quem se dá á verdade sem restricções; mas já é muito confessar a existencia de forças que escapam á influencia do meio. Pouco adeanta a sciencia verificar que *"ha uma emanação subtil a fluctuar acima dos povos, uma civilização commum,"* (obr. cit. 31), segundo ensina Fabvre; pouco adeanta; porque a divinização do meio acabaria differenciando irremediavelmente, logicamente, os povos da terra, até fazer delles entidades distinctas, o que é, a final, a conclusão do mesmo Fabvre. Ora, está em desaccôrdo com a realidade, com a Historia. O que se nota é a existencia de uma identidade não só entre os povos civilizados como entre estes e os selvagens; e a tendencia

para a universalização, para a catholicidade, não obstante as forças contrarias ascendentes, aquellas que emanando da terra, se dirigem á alma através do corpo e dos instinctos por ellas instigados directamente. Não ha como negal-os; mas tambem não os ha capazes de desclassificar o homem do genero humano, nem pela intensidade de seus effeitos nem pela sua duração. Homens são os salvagens da America e da Africa dotados dos mesmos attributos, embora em graus differentes, que seus semelhantes — os civilizados; homem é o santo, senhor de sua cupidez e de todas as paixões; e homens o devasso e o bandido escravos das mesmas. O que é preciso indagar neste terreno não é si ha eqüipolencia no estado de civilização, mas si ha potencialidade em determinado povo capaz de proporcionar-lhe essa civilização em condições favoraveis de meio e de tempo. Sim, regenerar um criminoso, fazer de um selvagem um civilizado é acceitar a potencia intellectual e moral preexistente á sociedade; é admittir uma substancia universal geral, eterna, diffundida por todos os corpos humanos; é a prova de um progresso impossivel de obter fora do genero humano, e no sentido do genero humano. Catechizam-se e civilizam-se Indios e Negros no proprio *habitat*, sob a acção de forças moraes; entretanto é vedado ao homem obter dos animaes, dictos mais perfeitos, outro progresso que não seja instinctivo, medeante o distendimento da potencialidade peculiar a cada especie. Alem d'ahi não avançam os animaes por mais que os favoreça o meio physico. Pensamos que o estudo da Sociologia é ainda mais complicado do que o fazem os materialistas. Para o sociologo, no ponto de partida está o encontro de duas realidades — *o homem* e *o meio* —; e em todo o campo de suas lucubrações, está, como objectivo immediato, o precisar até onde vai a influencia do meio e até onde prepondera a influencia moral. Ora, será isto possivel um dia, sem cair o scientista no erro ou no engano de tomar o effeito pela causa?

3) OS FACTORES ETHNICOS

Entendendo que Oliveira-Vianna tenha exaggerado a importancia do meio physico como factor da nossa evolução, ca-

be confessar que sua concepção sobre o fator éthnico é das mais uteis para explicar a nossa Historia. Andará sempre mais acertado o sociologo que antolhar o desenvolvimento dos povos através do prisma humano, principalmente pela face moral, secundariamente pela face éthnica. Ora, na falta de harmonia moral de uma raça caldeada por velhos principios, tem o investigador por primeiro ponto de apoio a fusão das raças dispares que se encontram para a composição de uma unica nação. No estudo dessa fusão, para a qual contribue cada grupo éthnico com os seus attributos physicos e moraes, está a explicação de muitos phenomenos politicos e sociaes, que podem ser indicados pela designação mathematica de — *resultantes*. Este é o caso do Brasil, que o seu perseverante e profundo investigador tenta explicar tanto no Cap. VI de *Populações Meridionaes;* na *Segunda-Parte* de *Evolução do Povo Brasileiro;* e no *Typo Éthnico Brasileiro*, que não conhecemos, por ter sido publicado no Diccionario-Historico, obra de pouca circulação pelos extremos do país. Mas dos apanhados que tivemos a felicidade de ler nos outros dous livros, quantos ensinamentos brotam, quantos horizontes rasgados! Em primeiro logar, comprehende-se que, si a raça branca, valida de suas forças ancestraes tem conseguido vencer o meio formidavel do nosso *ecúmeno*, tel-o-ia vencido com muito mais rapidez, si não lhe embargasse os passos o choque de duas outras raças inferiores que ella precisou vencer ou educar para aproveitar. Qualidades negativas, que reflectiam a hostilidade mesma dos *habitats*, onde essas raças vegetam esmagadas pelo poder da terra, tiveram de ser domadas; e qualidades positivas, irreductiveis pelo meio, apenas latentes, tiveram de ser incorporadas e desenvolvidas. Não é, porem, sem recúo que uma força soffre o embate de outra; não foi sem prejuizo para a prosperidade brasileira a intervenção do Indio e do Negro. Imperceptivel a principio, enquanto as forças inferiores estiveram a serviço das superiores — os Indios, os Negros e os Mestiços — a serviço dos Brancos, — a intervenção desses agentes, dirigidos como instrumentos, auxiliou o processo da futura nação, no sentido da quantidade, a ponto mesmo de parecer cyclópico. Durante todo o periodo colonial, em que o progresso foi quantitativo, e durante o periodo imperial, em que

foi essencialmente qualitativo, pouco prejudicaram as raças inferiores, porque se mantiveram pela selecção social em posição subordinada. A raça branca com seus caracteres peculiares, ainda puros, dirigia os destinos da novel Patria, ora conquistando para ella um territorio immenso, ora desenvolvendo em seus filhos as qualidades nobilitantes de caracter, honradez, intelligencia, intrepidez, etc. Era, sem duvida, uma civilização qualitativa a que se forjava através das instituições e costumes inferiores; mas a que faltava uma qualidade reclamada já pelo maior numero — o *sentimento da egualdade*. Duas forças immensas e universaes trabalhavam profundamente o povo brasileiro no sentido de introduzil-a nas instituições, já que estava infundida no coração da massa nacional. Referimo-nos á doutrina christan e parallelamente a ella a doutrina democratica-liberal, cada uma com seus aspectos proprios, mas ambas tendentes ao mesmo fim, — a *egualdade;* a egualdade real, propugnada pela Egreja, sem prejuizo das desegualdades naturaes, uteis ou necessarias á ordem social e á prosperidade geral; a egualdade legal, propugnada pelo Liberalismo, sem contar com as desegualdades naturaes; a egualdade com base na moral para os catholicos; a egualdade sem peias para os liberaes. E os fructos desse trabalho conjugado foram a *Abolição* e a *Republica*. Depois de realizadas essas duas idealidades nota-se certa desorientação no progresso material, que brota directamente das qualidades do caracter; e certo estacionamento ou recúo no progresso moral, que implica a intelligencia e o proprio sentimento. Indubitavelmente, as caudaes de sangue vermelho e sangue preto derramadas nas torrentes do sangue azul dos brancos (o leitor perdoará esse tropo de linguagem) veiu trazer cambiantes inesperados ao quadro brasileiro. Nova mentalidade resultou da fusão; e á nova mentalidade seguiu-se a endosmose social, proporcionando a direcção politica aos typos éthnicos que aspiravam subir, apear o Branco. Estamos, precisamente, no mais agudo momento dessa crise de caldeamento, em que descem muitos dos que dominavam, apeados pela força de um ideal avassallador, e sobem nas asas do mesmo ideal muitos dos que supportavam o jugo da obediencia. Estamos no ponto mais alto da curva em que se medem os valores pelo sentimento.

Sentimento reduzido a instituições por força de um ideal, eis a fórmula. Estamos, pois, em face de um dilema: Ou os elementos dirigentes recem chegados estão assimulando mal a doutrina democratica que os favoreceu, e usando mal de suas illações, supputando os valores pelo sentimento, com prejuizo das conveniencias totaes de um povo, da sua hierarchia, da sua ordem, da formação dos mais capazes em grupo aparte, com funcções dirigentes; ou a nossa ordem egualitaria com base no sentimento representa uma civilização mais alta do que qualquer civilização até hoje attestada pela Historia. Neste caso, o caracter qualitativo do progresso do Imperio, com base no espirito, cultivado pelos Brancos, recrudesce e fructifica verdadeiramente, na Republica, com base no sentimento reclamado pela maioria. Ao movimento do progresso, e ao brilho do espirito, vem juntar-se o calor do coração, aquillo que faltaria para o desabrochar das mais esplendidas flores. Será isso a verdade? Ostentaremos nós, Brasileiros, graças á fusão de tantas raças, com attributos tão differentes, argamassada pelos ensinamentos christãos e pelas theorias liberaes, a civilização mais elevada da terra? Quem poderá affirmar que sim, embora seja o sentimento a qualidade que mais sublima o homem? Quem poderá provar que convem definitivamente e perfeição do coração sem a censura fria da razão? Quem negará que seja um desequilibrio a supremacia do sentimento no destino dos povos? Mais necessario, sem duvida, o sentimento como condição da finalidade suprema; na vida social, na vida politica, na organização do meio humano, nada se adeanta sem tempêral-o com fortes doses de razão. Qualidade sublime para uso pessoal, porque na pessoa estão infundidos o divino e o supremo destino, não parece a qualidade mais efficaz para a constituição dos povos. A egualdade e o amor são fructos que não sabem bem ao paladar da sociedade, desse ente que tem a vida por emprestimo pessoal. Em todo caso esses são dous factores provenientes da fusão das raças, numa infusão de idealismo christão e democratico, com o qual deve contar o constituinte da nação.

Taes reflexões, inspiradas pelas licções do grande sociologo, cabem ao encarar o problema em sua generalidade. Mas elle offerece serias difficuldades quando se desce da synthese para

a analyse, de generalidade ao pormenor. De facto; que nos ensina Oliveira-Vianna? — Primeiro, a multiplicidade das raças em caldeamento; segundo, a multiplicidade dos caracteres de cada raça; terceiro, a multiplicação desses múltiplos entre si; quarto, o triumpho lento da raça mais forte. (*Evolução do Povo Brasil.* pag. 107 — 166) Do Branco, diz-nos que veiu de duas procedencias — o dolicho-louro, germanico, aventureiro, audaz, guerreiro, conquistador, dotado, portanto das qualidades do caracter, que deixou entre nós muitos representantes, apesar de ter desapparecido da Peninsula, precisamente porque, mais energico, emigrou em massa para cá e outras colonias; depois, a descoberta de riquezas attrahiu os Brancos de outras procedencias — dolichoides ou brachyoides (celtiberos, romanos, phenicios), com habitos sedentarios e pacificos.

Do indio, mostra tambem a diversidade dos caracteres physicos e moraes, segundo as tribus dos dous grandes grupos — os Tupis e os Tapuias. São de estatura variavel, variavel conformação craniana, de pigmentações diversas da pelle; guerreiros e ferozes uns, outros sedentarios, outros nómades; mais intelligentes uns que outros; e remata o seu estudo sobre os Indios, escrevendo: — *Esses selvicolas, assim tão differentes nos seus attributos de ordem physica, como nos de ordem moral, cruzam-se, nos principios da colonização, intensamente, com os diversos typos da raça branca dominadora — dolicho-morenos, trahindo a sua origem iberica, brachy-morenos, denunciando o sangue celta, ou dolico-louros, da poderosa prosapia germanica. Por ahi se vê como é revolto e confuso o chaos éthnico, donde vai sair o nosso typo onthropologico e racial".* (Evolução do Povo Brasileiro, pag. 119)

Do Negro, escreve — *"São, porem, os typos africanos os que vão trazer a esse chaos o contingente maior de confusão e discordia..... A diversidade dos typos negros é desconcertante".* (Pag. 119)

Desde o aspecto horripilante de uns, pela fealdade, pode apreciar-se uma escala que vai terminar na compleição pura, graciosa e nobre, como a do europeu. Differem tambem pelo temperamento, pela intelligencia, pela actividade. Ha-os laboriosos e doceis, indolentes e ferozes, intelligentes e estúpidos. *"Os mulatos ostentam, como é facil de comprehender, uma va-*

riedade indescriptivel de typos, tanto na sua psychologia, como na sua caracterização enthropologica." (Obr. cit. 121)

Multiplicando todos esses factores pode ter-se uma idéa vaga da confusão a que arrastra o conhecimento analytico dos elementos sociaes; e do escasso beneficio que deixa como fonte de organização. Que fará um politico deante dessa barafunda de mestiçagem physica e psychica de todos os graus? Ou, em que grau está a cruza dos typos brasileiros — ½ sangue, ¾, ⅞, $^{15}/_{16}$?

Que correspondencia têm os valores moraes com a fixação de um typo de sangue? Estas e outras qùestões têm de ser postas de parte pelos estadistas, porque são imponderaveis, e escapam á acuidade mental dos mais argutos.

O estado social do Brasileiro é claramente transitorio e suas instituições, deante disso, não podem ser sinão provisórias. Cumpre aos estadistas esperar um estádio definitivo, precisado pela accentuação de um typo nacional — physico e moral; ou resultante da fixação de uma raça nova, como se fez a raça moura; ou resultante da victoria da raça mais forte. Essa é a opinião sensata do nosso sociólogo, que prevê, como termo deste processo de mestiçagem, a aryanização do Brasileiro, uma regressão progressiva ao Branco.

"*Os elementos inferiores que formam o nosso povo, estão sendo, pois, rapidamente reduzidos* — a) *pela situação estacionaria da população negra;* b) *pelo augmento continuo dos affluxos aryanos nestes ultimos tempos..... Este movimento de aryanização, porem, não se limita apenas ao augmento do volume numerico da população branca pura... nos grupos mysticos o quantum de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça.*" (Obr. cit. 159)

Mas, esta justa observação mostra que estamos em franco periodo de transição, e que as instituições devem facilitar esse progresso anthropologico do Brasileiro. Tal é a conclusão immediata que se pode tirar do volumoso estudo procedido pelo sr. Oliveira-Vianna. Si se verifica o apagamento das raças inferiores no seu contacto com a branca, não ha mais do que pro-seguir na mesma via até termo final; não ha mais do que conservar as instituições que proporcionam esse resultado fa-

voravel aos altos destinos nacionaes. E' o caso de dosar a sentimentalidade da nossa feição social, até argamassar a unidade éthnica com que nos apresentaremos a concorrer para o progresso nas justas da civilização, levando como garantia de nossos possiveis triumphos uma harmonia que a muitas nações faltará.

Mas do processo physiologico de obter a unidade nacional, da fusão do sangue, que já é um factor muito mais importante do que o meio physico para a determinação do progresso, por isso que a raça já está mais perto do homem, passa-se ao mais alto factor e o mais efficiente — o psyquico, o moral. Esse é o factor humano por excellencia, aquelle que, por fim, tentaremos descobrir na obra do sr. Oliveira-Vianna.

4) OS FACTORES MORAES.

Para ser conseqùente consigo mesmo, o sr. Oliveira-Vianna adopta a concepção de Ingenieros — o *ideal nacional,* inspirado pelo passado, isto é, pelas realidades de cada povo tomado como sociedade á parte; segue, portanto, a corrente do Sociologismo até seus ultimos distendimentos — o ideal como fructo do processo vital que, subindo da terra, começa por vivificar o corpo social e invade o corpo individual até irradiar alem deste como essencia maravilhosa.

Começada na materia, a vida iria subindo até desabrochar em *psychis,* na mais alta expressão das forças immanentes que movem o meio e o homem. *"O lado mais original da concepção de Ingenieros está naquillo que poderiamos chamar — a nacionalização dos idealismos. O pensador argentino, ao contrario dos sonhadores do racionalismo, não acredita em ideaes universaes. Os ideaes, como todas as crenças, não são universaes. Cada individuo, cada classe, cada nação, cada raça, tem uma experiencia distincta, e sobre ella elabora hypotheses de perfeição necessariamente diversas. D'ahi vem o aspecto éthnico e nacional que podem revestir em certos momentos os ideaes politicos, sociologicos e éthnicos."*

(O Idealismo da Constituição, pag. 138)

A' pagina 136 da mesma obra lemos para complemento dessa noção que *"a realidade social nos é dada por dous processos —*

o estudo objectivo da realidade no passado e o estudo objectivo da realidade no presente". "A sociedade é um ser tão vivo quanto um animal ou uma arvore e o desenvolvimento de qualquer sociedade é tão dependente da vontade humana quanto o desenvolvimento de um animal ou de uma arvore."

Resume-se nestes trechos a concepção monista e nega-se o dualismo; affirma-se que o individuo não existe sinão como producto social e a sociedade sinão como producto do meio. E' um desdobramento da Escola de Roberty sobre a sociedade e a psychologia humana. Mas, por mais esforços que tenham feito os sociologistas, sempre alguma cousa fica fora de suas idéas geraes. E não pode deixar de ser assim, posto que a verdade, é ainda mais subtil que o ar, e escapa-se por todas as frestas da razão humana. E, coincidencia interessante, quanto mais esta tenta calafetar-se, com tanto mais força aquella escapa pelos poros do pensamento. Quantas e quantas vezes crê tel-a guardada definitivamente o scientista no escrinio da sua logica, como prenda maravilhosa; e todo o mundo a está enxergando fugaz, e *insaisissable* ainda, no immenso espaço da vida!

Sustentar, por exemplo, que não ha ideaes universaes, é assumir uma attitude mental de *"ingano lêdo e cêgo"* de quem nada vê, na presença de cerebros que os estão enxergando, porque apprehendem perfeitamente o alcance da affirmação e os lados que ella deixa em sombra. Que não haja ideaes universaes, porque nenhum povo pense para os outros, pode aceitar-se, deante do egoismo de cada um; mas que não haja ideaes tão generalizados que se possam considerar universaes, ideaes que a humanidade cultive e sirva para cada povo, não é verdade. Ha-os varios, todos aquelles que por sua homogeneidade definem a civilização. Concebidos e formulados por homens, e não por povos, isto é, pelos seres que resumem a humanidade e lhe emprestam os attributos, estes ideaes nascidos da logica do raciocinio, sem distincção de meio ou levando em consideração todos os meios, o que implica a mesma conclusão, podem ser adoptados a principio por um povo e depois imitados pelos demais. O phenomeno da *imitação,* que Tarde elevou á categoria de lei social, destroe a theoria dos ideaes nacionaes, que como regionaes, seriam irreductiveis e inimitaveis.

Estamos já deante da possibilidade de affirmar com bons

fundamentos que são os povos que se adaptam aos ideaes humanos e não os ideaes aos povos, como substancia peculiar a cada um. Foi a Argentina que concebeu o Federalismo, e o Presidencialismo? Foi o Brasil que concebeu a Democracia? Foi a França que concebeu a monogamia? Nenhum ideal universal é de nenhum povo, porque todos nascem da humanidade através dos seus expoentes maximos que a interpretam e por ella falam — os grandes homens. E, quando o genio irradia um raio de verdade, ainda que illusoria, pela consciencia dos povos, por intermedio delle fala toda a humanidade.

De quem são os ideaes angelicos de paz, de caridade, amor, immortalidade? São os ideaes, de toda a humanidade; melhor, já do espirito humano, senhor absoluto do corpo, porque, por sua excelsitude, são expressões divinas, como divino foi Aquelle que mostrou á humanidade as suas possibilidades de expansão moral.

Ideaes tem-nos a humanidade divinos, como aspirações supremas; tem-nos puramente racionaes, sujeitos a controversias segundo o grau de razão que lhes é infundido; e têm-nos os povos em particular, para cada um, segundo o pensamento de Oliveira-Vianna. Estes, porem, são os que brotam do meio e param a meio caminho da escala dos valores da vida. Como a criança, que tem por ideal não cair nos buracos hiantes á frente de seus pés, e por isso caminha com os olhos fixos no chão, assim os povos ao buscarem a subsistencia não perdem o meio de vista, e sobre elle formulam ideaes. Até que região psychica vão elles, é o que ao sociologo se afigura de invencivel difficuldade. Mas em linhas geraes, um ideal nacional, só consegue vigorar si não contradiz os ideaes universaes, quando não ultrapassa o meio proprio. Extravasando, dá-se o choque, a guerra, a bestialidade, que o meio impôs aos homens escravos delle até a alma. Podemos avançar, sem medo de errar, que cada povo pode alimentar ideaes economicos, desde que essa economia seja pautada pelo consumo interno ou externo de suas riquezas. Só deste modo sua economia não irá perturbar a economia de outros povos, e seu ideal não irá chocar-se com outros ideaes. Que significam as barreiras alfandegarias, as crises de superproducção, os altos salarios. sinão ideaes nacionaes que, por se haverem infiltrado até regiões do es-

pirito que não lhes cabe habitar, perturbam a humanidade com guerras internacionais e civis? São os ideaes nacionaes, nascidos do meio, que existem, de facto, mas sem a censura pela idealidade humana, nascida do genero por força do espirito. Não somos anti-nacionalistas. Ao contrario, talvez haja poucos Brasileiros que possam querêr mais e admirar mais o Brasil do que nós mesmo. Mas queremol-o identificar com a humanidade pela idealidade superior, ainda que distincto *e sui generis* pela sua idealidade inferior, assim como pelos processos proprios que adoptar para a realização daquella. Pode chegar-se ao mesmo destino por varios caminhos, ao mesmo fim por varios meios. O que não cremos é que o *habitat* brasileiro, creasse necessariamente o latifundio, que o latifundio creasse um povo, cuja Historia creasse necessariamente a Monarchia, ou a Democracia, ou o Parlamentarismo ou o Presidencialismo, ou o Corporativismo. Quando muito poderá subir a influencia do meio até a forma de Estado; — *federativa ou centralizada*, para a vida economica, financeira e para os costumes que o meio impõe. Quanto ao regime, isto é, Monarchia ou Republica; e quanto ao systema, isto é, Parlamentarismo ou Presidencialismo ou Corporativismo, são fórmulas politicas que procedem da razão e servem uniformemente a todos os Brasileiros; ou nenhuma dellas servirá nunca, si os scientistas continuarem a divergir, como até agora têm divergido, na apreciação da mesologia brasileira, e do seu determinismo. O nosso brasileirismo moral é o ideal christão de paz interna e externa, de caridade social e internacional; o nosso brasileirismo politico é o ideal de uma fórmula que equilibre e coordene todos valores e interesses nacionaes em vista do interesse universal; o nosso brasileirismo economico é o ideal de relação entre a producção e o consumo proprio e alheio. — *Produzir para consumir e não consumir para produzir. Nada* adeantando para a civilização o super-consumo, não se justifica a super-producção que elle exige. Neste terreno, sim, encontramos dados especificamente nacionaes e até regionaes, desde a qualidade das terras até a quantidade higrométrica da atmosphera, desde a direcção das caudaes até suas cascatas e jazidas de combustivel, desde os campos ás florestas; desde a qualidade da alimentação dos habitantes até a natureza dos trabalhos, etc., etc. Quanto ao mais, temos de imitar e temos imi-

tado até agora, porque não podiamos deixar de imitar as instituições alheias; isto é, as instituições que, sendo humanas, podiam ser tambem brasileiras.

De facto. Que fazermos durante os tres seculos de Colonia, em que os autóchtones erravam em estado selvagem, e os colonos traziam já o habito de instituições tradicionaes? Nada mais, nada menos do que importar o Absolutismo vigorante na Metropole.

Com o augmento da população pelo nascimento de gerações successivas em territorio brasileiro, e pela mestiçagem das tres raças formou-se uma consciencia nacional, e o ideal de independencia estimulado pelo choque economico entre os interesses do Brasil e os interesses de Portugal. E que instituições deveriamos adoptar para sermos fundamentalmente brasileiros? Primeiro, para forma de Estado, uma Federação de base economica, conforme ensinava e ainda ensina o territorio; segundo, para regime politico, conforme a tradição de tres seculos e a vida senhorial nos latifundios, a Monarchia-aristocratica; terceiro, para systema politico, o Absolutismo do soberano temperado somente pela acção dos senhores ruraes. Eis as determinações do meio e da Historia. Entretanto, que fizemos? Imitamos a centralização franceza; imitamos a Democracia de todos os países do Occidente; imitamos o Parlamentarismo nascente; e fizemos do Brasil uma Monarchia-parlamentar-unitaria. Septenta annos decorreram, com essas instituições em vigencia, das quaes o Liberalismo veiu facilitar a fusão das raças, como primeira conseqüencia.

Chegou o anno — 1889 — e os Brasileiros mais uma vez cortaram o fio que os ligava ao passado. Não servia o determinismo economico do solo patrio, não servia a Monarchia, não servia, o Parlamentarismo, não servia a centralização. Que instituição adoptar, então? Não teve a visão brasileira outro remedio sinão o da imitação dos ideaes universaes ou generalizados pelo Occidente — a Republica, a Federação-politica, o Presidencialismo. Sempre a fatalidade da imitação; sempre a marcha dos ideaes de cima para baixo, geral para o particular, da humanidade para o povo brasileiro! Mas, á luz da propria razão, umas instituições encerram mais logica, mais verdade, do que outras, satisfazem mais ao espirito, e correspondem melhor

aos interesses totaes dos individuos, dos grupos, e da nação. São essas que, depois de bem discernidas por estudos conscienciosos de sabios, e não de politicos militantes directamente empenhados em fazer maioria, deveriam ser assentadas e pouco a pouco expurgadas de seus defeitos; em vez de serem successivamente demolidas em beneficio de outras, cuja superioridade seja apenas o simplicismo illusorio com que se apresentam. Accumular tradição, ainda que imitada, e não imitar constantemente, eis a fórmula. A forma federativa, por exemplo, exigida pela diversidade das possibilidades, economicas do país, e pela administração, elevada até a Federação politica, é uma irrisão entre nós. O sub-regime republicano em nada é superior ao sub-regime monarchico, e não vemos por que um país tão differenciado seja determinante da Republica em todas as suas partes; e em nenhuma dellas possa caber a Monarchia.

O regime democratico, á sombra do qual se vão caldeando os elementos allógenos da nossa população, é o unico ponto de apoio de uma tradição uni-secular. E esse mesmo, em face dos vezos a elle apontados pela razão illustrada pela experiencia, está exigindo retoques, ampliações ou restricções. O regime democratico é o cordão que nos liga desde um seculo.

O systema presidencial, si é que o povo brasileiro quer continuar a governar-se democraticamente, deve desapparecer eliminado pela razão mesma. E' incompativel com a Democracia e perturbador da Democracia.

O systema corporativo, recentemente experimentado na Italia, é a materia nova a incorporar á nossa Democracia, porque a razão, nas suas operações, e já como expressão de boa parte dos homens cultos, o aponta capaz de realizar esse ideal de equilibrio dos interesses economicos e politicos; resistencia aos inconvenientes da victoria das opiniões divididas em partidos, e do despotismo que o partido triumphante exerce sobre os outros.

Tudo isso se tem feito por força da razão, sem que o meio nem a nossa Historia determinassem — Monarchia, Republica, Parlamentarismo, Presidencialismo, Federação-politica; e será adoptado o Corporativismo pela mesma razão, que foi a que o creou na Italia. Só a Democracia resiste á critica determinista, pelo tempo que vigora e pela possivel vantagem da fusão das

raças brasileiras. Mas esta mesma se desdobrará proximamente em uma fórmula neo-democratica; a menos que democraticamente, por meio de um plebiscito, o proprio povo brasileiro renunciasse a ella em beneficio da tradição colonial, que foi a Monarchia absoluta, o regime ancestral. Não cremos exhibir aos olhos do leitor uma nescidade; pois, assim como ha Brasileiros convencidos de que a unica maneira de proporcionar o maximo de felicidade á nação é adoptar o Communismo russo, sem tradição, sem exemplo entre nós, é admissivel que haja e se avolume a corrente de monarchistas-absolutos, tendo para ponto de apoio de sua doutrina não só os dados da razão, como os de uma tradição gloriosa de tres seculos, a mais larga e uniforme tradição politica brasileira. Referimo-nos ao movimento de idéas, ao despontar do ideal absolutista-corporativista, cujo roseo dilúculo appareceu em S. Paulo, sob o signo de *Patria-Nova* e sob a direcção de Arlindo-Veiga-dos-Santos; e cuja luz está fazendo brotar centros de cultura monarchista-corporativista em varios pontos do país, já com orgãos de publicidade — *Monarchia* em Recife; *Imperio* em Fortaleza; *Restauração* em João-Pessoa. Estamos em face de outro ideal concebido para o meio brasileiro, para o mesmo meio que crê em Democracia, que crê em Communismo, que crê em todas as formas, regimes e systemas politicos, segundo a maior ou menor dose de illações positivas de cada uma dessas creações do cérebro humano. E, a desprezar um seculo de Democracia, em que o povo brasileiro se habituou a intervir directamente na causa publica, o Absolutismo seria tambem justificado pela Historia, e teria contra si, no Brasil, não o meio formidavelmente passivo em materia politica; não a razão, em que elle precisamente se escuda para re-saltar as suas excellencias de unidade, ordem, e continuidade na administração e na successão do poder; mas a propria Historia já secular da Democracia, portanto já incorporada á existencia nacional, ao homem brasileiro, como tradição. E com este dado racional não pode deixar de contar o sociólogo e o politico. Si foi imitada em suas origens, está hoje estratificada no nosso elemento-homem. Quanto ao mais, é *crear* ou *imitar*, porque imitar é alternativa de inventar, os dous momentos essencialmente humanos. Crêa quem pensa por si, imita quem aproveita o que outrem pensou com bons fun-

damentos lógicos. Mas tanto a creação como a imitação, vivificada pelo tempo e pelo uso, sedimentou-se no corpo nacional, dando-lhe estabilidade, volume, solidez, tradição, continuidade.

Concluindo, diremos que os ideaes superiores de um povo são os mesmos ideaes universaes nacionalizados pela Historia, que é o que lhes dá feição propria; são como a alma de cada homem, que é absoluta, mas pessoalizada pela vida de cada um. Diremos que não nos cabe censura por havermos imitado mal, porque na esteira das imitações vêm ficando conquistas proveitosas á nossa existencia de povo independente — a realização do ideal de unidade nacional; do ideal federativo, embora ainda confusamente concebido; do ideal de unidade e continuidade politicas em torno da Monarchia; do ideal parlamentarista como systema democratico, porque confinou a vida politica mais como meio de aperfeiçoar o homem do que de aperfeiçoar o país e dominar a materia; os quaes, combinados com a creação do Poder-Moderador permittiam a nossa ligação com o passado, e a nossa marcha segura para o porvir amparado nesse fulcro absolutista. Caber-nos-ia, sim, arrependimento por havermos imitado mal a Republica, a Federação-politica, o Presidencialismo. Neste ponto fazemos echo á voz do grande pensador, quando diz, referindo-se ao ideal dos republicanos historicos; "*Idealistas impenitentes, perdida a fé no seu velho ideal, não souberam voltar-se para a realidade e amassar com ella a argamassa de uma nova concepção; caminharam para o sonho*". (O Ocaso do Imperio pg. 97)

Foi, sim, um ideal imposto pela razão; mas pensaram mal os nossos politicos, e tiveram pouca razão.

C) *Conclusões e applicações dos seus principios*:

Commentada a concepção de ideal nacional; e o desprezo que dedica ás imitações o sr. Oliveira-Vianna, pois que não só ataca as imitações republicanas, como tambem as da Monarchia, passamos a encarar as conclusões a que chega.

Quanto ás imitações pelos politicos do Imperio, re-salva a entidade do Poder-Moderador e a centralização politica, que considera felizes creações brasileiras. Muito bem. Falta apenas neste raciocinio sopesar o factor da nossa differenciação

economica, que comportaria uma descentralização economica e financeira, dominada e coordenada pela centralização politica. Em nosso livro — *Velhos-Rumos-Politicos* — escripto em 1921 e inspirado pelas licções da guerra, fizemos a defesa do Poder-Moderador e da Centralização-politica. Quanto ás imitações, refere-se a todas ellas com notavel clareza e precisão no Cap. III pags. 27-38 de *O Idealismo na Evolução Politica.*

Classifica de organicos os idealismos inglês e americano-do-Norte, porque são filhos da sua propria Historia, isto é, são nacionaes; e chama de utopico ao idealismo francês, porque fundado só na razão, sem base nas exigencias nacionaes. Ora, imitar tanto aquelles como este, tanto o Parlamentarismo, a Federação, como o Liberalismo democratico, é collocar-se um povo na mesma attitude do povo francês, isto é, no cultivo das utopias. *"Em torno desses tres typos caracteristicos de idealistas se distribuia uma numerosa legião de sub-typos, uns radicaes, outros moderados, outros conservadores, que eram como os maximalistas e minimalistas daquelle tempo. Todos, porem, por um syncretismo ao seu modo, realizando uma combinação heteróclita dos varios principios caracteristicos dos tres idealismos — o britanico, o francês, o americano; mas sem embargo disso, soffrendo todos do mesmo mal do utopismo."* (obr. cit. pag. 35)

Mas, si foi ideologia e utopia imitar, que forma dariamos ao nosso Estado, que regime, que systema de governo?

Sem duvida — a descentralização como forma; a Monarchia combinada com a Aristocracia proveniente dos latifundios, como regime; o Absolutismo, como systema. A imaginar essa combinação nos levam os principios expostos pelo notavel sociólogo, resumidos na concepção de ideal organico ou nacional. Mas, a que conclusões chega elle mesmo, segundo suas proprias palavras? De modo preliminar pode responder-se que não são essas as conclusões do nosso scientista; que nós, pessoalmente, não percebemos como não possam ser essas, e que ligações logicas existam entre as realidades encontradas por elle na nossa Historia — realidades naturaes e sociaes — e outras expressões politicas que não sejam aquellas.

"O que devemos buscar é um regime para nós mesmos, adequado a nós, modelado sobre as nossas realidades e reflectindo as nossas idiosyncrasias"..... "crear, si possivel, um

typo de regime nosso, o typo brasileiro", opina o profundo pensador á pag. 36 de Problemas de Politica Objectiva.

O dado physico ou natural mais imperioso é o da diversidade do territorio, que determinaria a descentralização economica; o dado social foi a organização em latifundios ou em nucleos dispersos pelo immenso territorio, que daria tambem a descentralização-politica e a Aristocracia dos seus chefes; o dado politico mais accentuado e continuo é o do Executivo forte, ligado a 4 seculos de Monarchia e a meio seculo de Republica, que daria como conseqüencia o regime monarchico. Fortes foram os reis absolutos da Colonia; forte foi Pedro I; forte foi Feijó que, com sua têmpera imprimiu essa feição á Regencia; forte foi Pedro II, armado do Poder-Moderador; fortes todos os Presidentes em virtude da lei constitucional de 91; fortes os Dictadores.

O dado psychologico é o Individualismo senhorial brotado e desenvolvido em nossas fazendas, em nossas sesmarias; e, depois, desdobrado pela ordem liberal.

"Si somos, devemos á energia batalhadora, á varonilidade intrepida, ao sentimento individualista desses antepassados heroicos." (Pequenos Est. de Psych. Social, 99)

"Os grandes proprietarios de territorios do país, nenhum delles sabe o que é solidariedade de classe, nenhum delles sente o valor dessa solidariedade; mas inteiramente indifferentes uns aos outros no tocante aos interesses communs, aos interesses de classe. Não muito differente desta é a situação do commercio e da industria. Uma e outra, embora um pouco menos que a agricola, tambem são classes, dissociadas em estado atomistico. D'ahi para todas as tres a nenhuma influencia no governo politico do país." (O Idealismo da Constituição 113)

O dado democratico é: *"Essas qualidades civicas* (consciencia nacional, provincial, municipal) *qualidades de animal politico, tão fundamentaes e efficientes nos povos anglo-saxões, cujas constituições politicas andamos a copiar, não existem em nosso meio"*. (Problemas de Polit. Obj. 39)

E' um dado negativo da Democracia ou do governo do povo pelo povo.

O dado monarchico é tambem negativo, segundo se lê á pag. 104 de "Pequenos Estudos de Psych. Social":

"Outros ha que esperam o governo forte de um rei que aqui reinstalle a sua dynastia; e, collocado acima das facções, livre das suas vicissitudes, pela hereditariedade mesmo do proprio cargo, reorganize a nação e a consolide dentro dos moldes da moralidade e da lei. São os sebastianistas irreductiveis, nutridos das recordações da grandeza moral do 2.º Imperio e firmemente convencidos de que a renovará o terceiro." "Desses tres typos de governo forte (dictador militar, dictador positivista, rei) *nenhum ha que tenha possibilidade de realização proxima entre nós. O CORTA-CABEÇAS marcial, invocado pelo troglodytismo das casernas, é uma hypothese naturalmente afastada; ja abandonamos de ha muito a edade da pedra lascada. O dictador positivista é apenas um ideal, sem objectividade possivel. O mesmo se dirá do rei dos sebastianistas."*

O dado aristocratico ainda é negativo, entendendo que o extinguiu o exodo das populações ruraes para as cidades. *"E' possivel renovar actualmente nos altos sertões essa sabia politica de ha dous seculos passados? Contra a renovação desta politica ha presentemente dous obstaculos formidaveis. De um lado, a ausencia de uma aristocracia rural, como a paulista do II e do III seculos. De outro lado, esta feição geral da psycologia nacional em nossos dias, que leva nas zonas meridionaes, todos os homens do interior a se voltarem, fascinados, para esses grandes focos de concentração humana."* (Pequenos Est. de Psych. Social 169-170)

Contra a Federação tambem se manifesta o nosso pensador, apesar do brilho com que em toda a sua obra prova a dispersão da população o seu estabelecimento em nucleos centrifugos (pag. 154 de Pequenos Est. de Psych. Social).

"De posse dessas milagrentas franquias autonômicas, pelas quaes tão vastamente suspiravam nos periodos indignados do manifesto de 70, as nossas antigas Provincias centralizadas, ao invés de melhorarem e progredirem, como annunciavam, com estrondo, os ideologos na sua maioria, na sua quasi totalidade, estacionaram ou regrediram. A Federação foi para ellas um gravame, uma provação e um desastre." (Obra cit. 128).

No campo da organização social, declara-se contra a grande propriedade, não obstante haver demonstrado as suas vanta-

gens como meio de colonização, e haver ainda tão immensas regiões a Oeste e Norte do país, por colonizar.

"E seria preciso analysar minuciosamente os effeitos de um regime de pequena propriedade, capaz de corrigir os inconvenientes da grande propriedade dominante". (Obra cit. 173).

Em compensação, como conclusões positivas, aconselha a Centralização, o Poder Executivo forte, a Republica, á feição da que concebeu Alberto-Torres, completada pelo systema syndicalista — uma Dictadura Civil Syndicalista ou totalitaria. Quanto á Republica, que se caracteriza pela transitoriedade ou periodicidade das altas funções do Poder, propõe 10 annos de Presidencia, portanto de Ministerio; (Problemas de Polit. Obj. pag. 14); que não seja democratica, que não dependa do suffragio universal, (pag. 15), porque *"a reverencia á Democracia não pode estar no espirito de qualquer homem com dous dedos de senso commum"*. (Obra cit. 17). Quanto á Centralização, deduzindo-a da Historia colonial, nos seus periodos de governo uno, e da imperial, é para o nosso pensador uma determinação politica, mas com prescindencia das determinações economicas. Quanto ao Executivo forte, dedul-o tambem da Historia, fazendo delle uma apologia que culmina nos seus applausos de admiração pelas attitudes energicas de Feijó, (Pequenos Est. de Psych. Social pag. 177) e pelos desdobramentos do Poder-Moderador e pessoal concentrado nas mãos de D. Pedro II. (O Occaso do Imperio pag. 40), (Prob. Polit. Object. pag. 43).

E, como exclue a Monarchia, podemos concluir que seu ideal politico vai ter a uma Dictadura-Civil-Republicana, cujo Executivo seja exercido por cidadão, como foi Feijó e Washington-Luís e Getulio-Vargas.

Quanto á Aristocracia, extinguiu-se no exôdo para os centros urbanos. Quanto á Monarchia, é uma instituição passada que só occupa o cerebro dos sebastianistas. Quanto á Democracia, nunca existiu e não merece consideração. Quanto á ordem social, a pequena-propriedade, e syndicalismo capitalista, como satisfacção ao capital; e o syndicalismo operario, como satisfacção ao trabalho.

"Não é agora occasião de saber si o nosso povo pode ou si tem capacidade para praticar o Syndicalismo á maneira saxo-

nica. O que é cento, é que não nos é dado escolher. Qualquer outra orientação que não esta nos irá collocar numa situação de fraqueza e inferioridade." (Pequenos Est. de Psych. Soc. 97).

"Em alguns capitulos d'O Idealismo na Constituição, sustentamos a these de que as nossas classes sociaes, especialmente as grandes classes economicas, estavam no dever de se solidarizar em grupos profissionaes, si quizessem exercer o papel que lhes cabe nos conselhos do governo." (Probl. de Polit. Obj. 151).

Nessa objectividade da sua theoria, encontramos, como conclusão, a centralização politica e o governo forte, justificados pela Historia patria. Mas impossivel nos é ligar directamente as suas conclusões praticas aos dados positivos de que partiu, pelo menos impossivel *"em linha recta"* como é da essencia do raciocinio determinista. Que dados expôs que justifiquem a Republica, de preferencia á Monarchia, como sub-regime? Por que silenciou mais de um seculo de intervenção do povo nos negocios politicos, e que justificariam a Democracia, como regime? Si é verdade que temos tido um executivo forte, não é menos verdade que a nação o censura constantemente, e o pune nos casos de abuso.

E' preciso não esquecer, para apreciar o valor democratico entre nós, que á nação, pelo povo directamente, ou por intermedio de seus representantes, ou por uma minoria militante e audaz, com a qual a nação acaba concordando, é preciso não esquecer que a esta tem cabido sempre a ultima palavra. Foi ella que quiz, bem ou mal, a Independencia, o 7 de Abril, o 13 de Maio, o 15 de Novembro, o 24 de Outubro, a sujeição do Rio Grande, em 45, a de S. Paulo em 1932; consentiu na cecessão da Cisplatina, na maioridade antecipada, no golpe politico de 68. E' pois, um factor que pesa já, sob a forma de antecedentes historicos, esse da vontade politica da nação brasileira. E, a raciocinarmos de accôrdo com os dados da Historia, não podemos fugir á Democracia como determinada pelo passado; assim como não podemos fugir a certos dados nacionaes que indicam claramente a Aristocracia, os do tempo da Colonia, manifestos na organização social em tôrno dos grandes senhores de terras e chefes de familias quasi patriarchaes; os do tempo do Imperio, manifestos em brasões que começavam a revestir-se de lustre por todas as faces da actividade humana — pelo

espirito, pela guerra, pela industria, etc. —; e os do tempo da Republica, que, sem apresentarem uma forma precisa, re-saltam das aspirações individuaes, dos meritos de tantos e tantos Brasileiros illustres.

Si, por outro lado, no balanço dos principios, levarmos em conta os dados do meio physico; por que desvio do pensamento poderemos fugir a certo grau de Federação no Brasil? Ella é a feição mais evidente do nosso país e deve ser a da nossa Patria; porque exhibe a forma mesma do Brasil, que, si pode deixar de ser uma Federação politica não pode deixar de ser, porque é, um conjuncto de regiões completamente diversas pelo aspecto e pela natureza em seus varios dominios. Fechar os olhos para essas variedades regionaes e dividir o país em circumscripções descentralizadas politicamente foi o absurdo da Republica; mas unir totalmente todas as regiões, de modo a uniformizar a vida nacional em todas as direcções de sua actividade, é outra solução pouco fundamentada em dados positivos. Algum reflexo constitucional deve ter a disparidade do nosso meio physico; reflexo, cujo alcance na escala das manifestações vitaes da nação é difficil, ao politico assim como ao sociologo, precisar. Não deve ultrapassar muito as actividades economicas e financeira; mas em certos casos, ainda que raros, até certas actividades superiores podem soffrer a sua influencia.

Mas ainda não é tudo. A's vezes, a sua doutrinação chega a ser desconcertante para o leitor attento, que busca a marcha logica do pensamento. Pois, não é mesmo sr. Oliveira-Vianna quem classifica de utopia e de sebastianismo o ideal monarchista, sendo o sociologo que mais tem defendido a Monarchia?

"*D. Pedro nos dá meio seculo de progresso moderador, disciplinado, sadio. Meio seculo de paz, de tranquilidade, de ordem. Meio seculo de legalidade, de justiça, de moralidade.*" (Pop. Merid. pag. 273). "*Para compor o mechanismo desse governo necessariamente unitario, os estadistas da independencia encontraram á mão, por um acaso feliz, uma peça essencial*: — *um rei. Sem elle, o desmembramento do país seria absolutamente inevitavel. Nada mais admiravel do que observar a acção centripeta da personalidade imperial, o prestigio que ella exerce sobre a massa geral da população, sobre os escoes locaes,*

sobre as altas camadas dirigentes do país." (Evolução do Povo Brasil. pag. 222-223).

O centrifugismo do meio physico e social foi corrigido, portanto, pelo centripetismo do meio historico e politico. O mesmo pensador, referindo-se ao Parlamentarismo diz: "*Não se podia, pois, ingenhar nada mais perfeito como systema de Democracia representativa. O regime parlamentar é um mechanismo justo, exacto, maleabilissimo, sorte de apparelho de precisão, maravilhosamente apto a marcar, como observa Nabuco, não só as horas, mas mesmo os minutos da opinião.*" (O Occaso do Imperio 15).

E diz tambem: "*No Imperio, o que obstou ao regime parlamentar tornar-se uma calamidade nacional, foi apenas o "poder pessoal" do monarcha e nada mais.*" (Probl. de Polit. Object 43).

Enfim, pódemos concluir que, sendo contra a Federação apesar do seu mesologismo, que, sendo contra a Monarchia apesar do seu preconisado determinismo-historico, ou idealismo organico, o sr. Oliveira-Vianna raciocina livremente, como racionalista puro, sem attenção aos principios escolhidos. Raciocina, porque é dotado de razão, mas ao amparo de uma logica toda pessoal e subjectiva. Qual o seu principio, a sua causa primeira? Parece ser, á primeira vista, a materia. Mas elle mesmo a despreza no meio do caminho portando-se como espiritualista. Qual o seu fim? A conveniencia da Patria, o resultado pratico das instituições, segundo o criterio pragmatista. Esta finalidade pode prestar-se a miragens e a conseqüencias politicas extremamente graves, quando divorciada das aspirações populares, isto é, da maioria dos cidadãos que nem sempre coincidem com os altos interesses da Patria.

E, então, como a justificaria um materialista?

Preso ao fim, esse fim mesmo é tão vago e fugidio que ha-de ser difficil ao nosso sociologo precisar. De onde, conforme dissemos de inicio, a nossa impressão de que a sua doutrina, muito util para os estudos analyticos dos phenomenos brasileiros, é fluctuante como synthese. Nada justifica entre nós, por exemplo, o Syndicalismo, já que somos por tradição individua-

listas. Entretanto, o Syndicalismo está no systema preconisado pelo sr. Oliveira-Vianna.

Collocando na base da sua construcção scientifica os interesses economicos, (Idealismo na Const. pags. 64 e 107); parece que chegaria fatalmente a uma solução da natureza do Materialismo Historico; entretanto vai ter a uma Dictadura-totalitaria, como a italiana.

Por todas essas razões, consideramos a obra do sr. Oliveira-Vianna um conjuncto de dados preciosos para o fundamento de theorias materialistas, ou deterministas e até espiritualistas. Para todas essas correntes do pensamento ella é utilissima. Mas para quem menos serviu foi para o mesmo autor, quando assentou suas conclusões e pretendeu edificar sobre ella.

A um racionalista dualista cabe pensar soberanamente, expurgando dos MENOS, apontados pela experiencia, as instituições patrias, porque esse condiciona o seu pensamento a uma teleologia muito elevada, que, visada pelo homem, serve para o mesmo homem através da sociedade.

Mas de um materialista, preso aos ideaes organicos ou nacionaes, organisados pela Historia e desdobrados segundo leis de evolução — ou leis de Spenser, ou leis de Comte, ou leis da Marx — não se pode dizer o mesmo, porque esse está sujeito ao estádio necessario do fim da sociedade e não do homem. Fora d'ahi, a Sociologia é algo mais elevado, porque ligada directamente ao moral, ao absoluto, que ensina a trilhar o melhor caminho na direcção de um supremo fim, ou aproveitando um rastro já deixado, ou creando, ou imitando sendas novas. Sem esta força da imitação das novas creações extranacionaes, não se justificaria entre nós, por exemplo, o ideal syndicalista destinado a transformar completamente as faces politica e economica do Brasil. Ao proprio Pragmatismo do sr. Oliveira-Vianna poderiamos classificar entre as imitações philosophicas de que está povoado o cerebro brasileiro, e como um *modus* psychologico dos menos adequados a elle; pois temos uma feição entranhadamente idealista, universalista. Não nos sentam, nem medram entre nós, as sementes de doutrinas particularistas, unilateras, simplicistas, porque o nosso subconsciente aspira o totalismo, o universal da verdade. Tal é a nossa indole,

modelada por uma philosophia varias vezes secular; tal deve ser o postulado do nosso proprio Pragmatismo, sempre que o Pragmatismo philosophico vise a utilidade da conducta, os seus resultados praticos. Que haverá de mais util, de mais pratico do que crear o que é humano, adoptar o que é humano, perpetuar o que é humano, dar ao Brasil uma alma perfeitamente pessoal, mas, por isso, profundamente humana?

JACKSON-DE-FIGUEIREDO

Contemporaneamente aos trabalhos de Oliveira-Vianna, moldados no velho Materialismo, desenvolvia-se a campanha espiritualista movida por um discipulo de Farias-Brito.

Começava com o mallogrado Jackson a reacção contra as forças dissolventes da nação e da alma brasileiras. Si dos excessos do Catholicismo no mundo nasceu o repudio que se generalizou até o Brasil, é para um Catholicismo justo, como deve ser applicado segundo sua doutrina, que vão appellar aquelles que enxergam os vezos do modernismo, e se propoem corrigil-os.

Jackson-de-Figueiredo é o primeiro illuminado nessa via.

A) *A Doutrina de Jackson-de-Figueiredo*

Desentranhar dos trabalhos intellectuaes de Jackson-de-Figueiredo um corpo de doutrinas pessoaes seria obra impossivel, necessariamente impossivel, visto que elle se despersonalizou na actividade doutrinaria. Não quer ser ninguem, como ninguem poderia ser, deante da sua conciencia, quem se incorporasse á Egreja e se deixasse absorver totalmente por ella.

> *"Só vejo no mundo um ideal á altura de uma verda-*
> *"deira consciencia — servir a Egreja, defendel-a, es-*
> *"palhar cada vez mais o seu espirito, apontal-a como*
> *"unica força contra a força, como amparo, unico real-*
> *"mente seguro, á intelligencia e a sensibilidade"* (Citação de Hamilton Nogueira pag. 115, em *Jcakson-de-Figueiredo*).

Suas idéas e seus ideaes são os mesmos da doutrina catholica.

Mas esta renuncia, intelligentemente consentida, não é já o signal, a marca de uma forte individualidade que, si não crêa o novo, rejuvenesce o velho, resuscita o morto?

Não, Jackson-de-Figueiredo não precisa de doutrina nova para regenerar a sua Patria; bastam-lhe os millenarios principios do Catholicismo desdobrados e completados por sabios Doutores e Papas. O seu grande papel na sociedade brasileira é relembral-os, mostrando que nada foi creado pelo espirito humano, fóra da Egreja Catholica, que se lhe avantaje em elevação e verdade, sobretudo quanto á nação brasileira. Nestas applicações reside o desdobramento dos traços geraes da sua these — "*Rechristianização do Brasil*" —.

De modo perfunctorio, assim se pode exhibir a doutrina que tanto preoccupou o espirito do primeiro sacerdote leigo do Brasil:

B) *Os "dogmas nacionaes" basicos*

Si Deus pode ser visto não sómente pelos olhos da razão, e sim por todo o ser completado pela fé, a inducção, a marcha do particular para o geral, do objectivo para o subjectivo, do immediato para o longinquo, é o unico processo compativel com a sciencia independente da Religião, com a sciencia athéa. Mas, desde que a fé, superior á razão o descubra e enxergue, não precisa mais o scientista de factos particulares para conceber os grandes principios geraes; basta-lhe *deduzir* as verdades conformes com a idéa de Deus. O deísta deduzindo chega "a explicar as particularidades do mundo e da vida numa associação em harmonia perfeita da sciencia com a Religião.

Eis como nos parece que procede scientificamente Jackson-de-Figueiredo. Elle deduz de modo orthodoxo as verdades applicaveis ao caso brasileiro. Convenceu-se do systema catholico, da unidade catholica, e fundiu-se nella numa renuncia maravilhosa do seu individuo, do seu *eu*. Fóra do Catholicismo não ha para elle actividade ou intellectualidade convenientes. A doutrina catholica é um dogma de que se pode deduzir a ordem univer-

sal; e a doutrina de Jackson-de-Figueiredo é o sacerdocio leigo que a corrobora no terreno da sua propagação e realização.

a) — *Deus é a omnipotencia creadora* de todas as cousas. Dahi a diversidade dos agrupamentos humanos, a existencia necessaria das familias, das patrias, como realidades da creação, acima de principios theoricos e de escolas doutrinarias que as neguem; dahi o seu acendrado patriotismo, que é o amor que á patria dá a carne da nossa carne, o sangue do nosso sangue; dahi o seu esclarecido nacionalismo que explique o patriotismo e demonstre as vantagens da Patria. A *familia brasileira, a Patria brasileira,* são dous esteios da sua construcção doutrinaria, dous dos seus *dogmas nacionaes.*

b) — *Deus é a continuidade, a eternidade.* Dahi a deducção de que a *tradição* é a estructura ossea de uma patria, de uma familia; para que tome a feição divina da Egreja que as santifica. Ora, a tradição no Brasil foi argamassada pelo Catholicismo; logo é o Catholicismo o amparo natural da Patria brasileira, da familia brasileira.

c) — *Deus construiu na terra uma unica Egreja* authentica, permittindo a existencia das outras, obras do mal, para que perturbem a paz e haja mais esse motivo de dissidios e afflicções que contribuam para a purificação das almas individuaes. Dahi o *Catholicismo* da sua crença e da sua sciencia social, como essencia da tradição; dahi a sua contemporização e transigencia com os governos republicano-democraticos, tão contrarios ao espirito christão.

d) — *Deus fez-nos a alma á sua semelhança,* como parte essencial do nosso ser, cujo aperfeiçoamento e bemaventurança é a suprema finalidade humana. O *espiritual,* que existe pela alma, tem, pois, primazia sobre o temporal que se refere principalmente ao corpo, á sociedade, á patria, ainda que corrobore indirectamente os fins do espiritual e se reflicta sobre a vida do homem individualmente considerado. Não ha ordem sem *hierarchia.* Dahi a submissão da sua politica aos preceitos doutrinarios da Egreja — submissão á ordem existente, *respeito á autoridade legitimamente constituida.*

Familia, Patria, Egreja, Tradição, Hierarchia, Autoridade, eis os mogões dos circulos em que se pode agitar o homem na

sua vida terrena; eis os alicerces da sua construcção sociologica. As familias formam as patrias e as patrias arregimentam os filhos da Egreja Catholica ou de Deus; eis os *dogmas nacionaes* basicos da sua argumentação.

C) *A Familia e a Egreja*

1) — E como chegou Jackson-de-Figueiredo a escalar nessa ordem os valores sociaes, a familia no plano inferior, logo depois a patria e em cima a Egreja, que é a representante de Deus na terra? Encontramos na diffusão da sua incipiente obra de sociologo esta citação de *Santo Ambrosio* relativa ao sentimento de justiça, de todos o mais equanime, aquelle que poderia servir de medida em tal classificação: "*A justiça deve-se primeiramente a Deus, em segundo logar á patria, em terceiro á familia e depois á humanidade.*" E accrescenta: *É a esta força de coordenação, que faz o desespêro dos inimigos da Egreja, que já se chamou de rythmo moral, medida interior, cuja immediata virtude é estabelecer espontaneamente uma larga unidade de pensamento e sentimento.*" Das tres expressões sociaes basicas da ordem catholica Jackson, seguindo de perto os doutores da Egreja, colloca em primeiro logar, no ponto de partida, por ser a mais simples, conforme diria um scientista moderno, a familia composta dos esposos e dos filhos, mas a familia christã, aquella que faz parte do acervo espiritual da Egreja, constituida indissoluvelmente por um sacramento.

Dahi vem a intransigencia de Jackson relativamente ao modernismo e a insistencia de regulamentar a familia moral e juridicamente segundo os moldes catholicos. A unidade da instituição pela egualdade entre os conjuges — *erunt duo in carne una* — a *dilectio*, a fidelidade reciproca, a obediencia da mulher ao marido, a indissolubilidade do vinculo, a obrigatoriedade do casamento religioso entre os catholicos, o patrio poder, são principios dogmaticos sobre os quaes não pode transigir o nosso sociologo, porque assim prega a doutrina catholica.

2.) — Desses principios decorrem conseqùencias, praticas

por via de deducção, que, nem por isso, são menos vantajosas á humanidade. Só a realização de praticas contrarias a ellas, descobertas e approvadas pela inducção, tem sido funesta, como o divorcio, o ensino leigo obrigatorio, a egualdade da vocação hereditaria que, sem ferir dogma algum da Egreja, não é dos modos de transmissão do patrimonio familiar o mais acorde com a sua doutrina, ferindo como fere a estabilidade da familia e a pratica da primogenitura, transformada na successão morgadia ou na liberdade de testar, para que o filho mais digno ou mais capaz possa continuar a obra paterna valendo-se de um acervo já accumulado. No presente regime da liberdade, mais esta liberdade não viria macular a sua pureza, sobre pôr-se de accôrdo com essa possibilidade de mais rapido progresso. Isso ensina Le Play, como bom catholico e doutrinador acatado.

— O divorcio, que decorre das leis civis do casamento, é a conseqüencia mais distanciada da Egreja, pois fere directamente o dogma da indissolubilidade, graças ao qual poude sair da dissolução e da barbaria o homem decaído da civilização antiga. A formação dos novos Estados e do novo estádio de civilização começou pela guerra ao divorcio na campanha religiosa de regeneração da familia. A sua existencia e imitação em nossos dias é um dos graves signaes de decadencia que a Egreja se empenha por eliminar. Para isso seria necessario que o casamento deixasse de ser cousa exclusiva do Estado quanto aos seus effeitos juridicos; e, em vez da obrigatoriedade do casamento civil para todos os cidadãos, adoptar o systema da obrigatoriedade do casamento religioso para os catholicos e seu simples registro nos livros civis, sujeitando-se estas familias assim constituidas aos effeitos do seu acto segundo o direito canonico. Quanto aos casamentos de pessoas de outros credos religiosos e athéas, os regulasse a lei civil. Tal privilegio, que existe em varios países da Europa — Austria, Portugal, Espanha, quanto aos catholicos, Noruega quanto aos lutheranos, Argelia quanto aos mussulmanos — nem fere a liberdade de conciencia nem a pureza do regime da maioria. A maioria dos Brasileiros é catholica.

— O ensino da mocidade feito por iniciativa e livre escolha da familia christan é outro dos dogmas nacionaes do nosso esclarecido pensador, declaradamente infenso aos absurdos da esco-

la unica e leiga, dirigida pelo Estado e por elle orientada no sentido da sciencia evolucionista. Propõe *"a rechristianização do escol intellectual do Brasil"* por meio de escolas catholicas, especialmente de religiosos, fazendo suas as palavras de Egas-Muniz, o conhecido mestre baiano: *"A suppressão da Companhia de Jesus não só no Brasil, sinão em todos os países, provocou os mais desastrosos effeitos"*.

D) *Patria e Egreja*

1) — Sendo catholico e thomista, Jackson não podia deixar de ser um racionalista quanto aos meios de achar o verdadeiro caminho da sabedoria — Deus —, mas racionalista — realista que só se vale de factos e dados positivos. O que escapa do terreno dos meios, no que toca o conhecimento do fim supremo, da verdade suprema, escapa tambem da razão humana e resulta da participação de todo o ser, sob predominancia do sentimento, sob a luz reveladora da fé. Sentimentalistas são, em ultima analyse, os constructores do Racionalismo e Realismo metaphysico e theologico. E' a fé que nos dá o fim; a razão só nos dá os meios de attingil-o. Mas, para a explicação desses meios apropriados a esse fim, que immensa somma de conhecimentos, que sciencia enorme precisa possuir o cerebro humano!

E entre esses vastos campos de especulação está incontestavelmente o conhecimento da patria, um dos tres grandes factores da *socialidade*, isto é, da sociedade organizada moral, politica, juridica ou economicamente. Depois de provar com phrases ungidas de profundo bom senso que a substancia tradicional de um povo pode ser elevado á categoria de dogma nacional (Do *Nacionalismo*, pag. 26), accrescenta: *"Ora, a patria deve ser para o nacionalista, tal como diz Maurras, — dado indiscutivel —, pois é condição essencial do desenvolvimento de todo homem cioso da sua dignidade; portanto, não dado de ordem puramente intellectual, mas sobretudo, de ordem pratica."*

A patria para o catholico é uma verdade immortal, que se conhece por si mesma, pela consciencia universal, fonte originaria de conhecimentos e verdades immutaveis; e não esses agglomerados humanos que nos ensinam as inducções da sciencia evo-

lucionista, á mercê das orientações doutrinarias de cada povo, cada tempo ou cada voga, sujeitas a desapparecer sob os golpes do raciocinio theorico. Para Jackson-de-Figueiredo a existencia do Brasil, como nação independente e differente de todas as outras, fez-se *"materia de fé e resiste aos embates das paixões e dos interesses individuaes, pois onde só estes prevalescem ha-de reinar a anarchia."* Eis o que é uma patria catholica que, analysada pela razão, chega a consubstanciar-se na fé como os dogmas da nossa vida.

A patria, porem, não é um organismo, como o individual que perde os attributos moraes quando se desaggregam os physicos; uma patria, embora não lhes faltem elementos physicos, não morre, porque as gerações se entrelaçam e se succedem indefinidamente sobre um solo que tambem é eterno. E qual o elemento moral que lhe dá tanta vida, fazendo-a mais immaterial e longêva do que os individuos que a compoem? A tradição ou o feixe das tradições que formam sua alma.

Mas os povos adqùirem costumes fataes, que ás vezes se tornam leis, ao mesmo tempo que cancros de dissolução e decadencias. E estes, porventura, são contados como tradições nacionaes? Não, Jackson-de-Figueiredo numa pagina luminosa, que deve ser uma das mais felizes da sua obra, define de uma vez por todas todo o elemento da tradição nacional, desse seu *"dogma nacional"*.

> *"A mais difficil missão do verdadeiro nacionalista será entretanto a da critica das tradições da sua patria, porque,* si a todas deverá respeitar, de algumas deverá fazer a constante apologia, para que se façam verdadeiros dogmas ante a consciencia de todos os membros da communidade. Mesmo porque aquillo que não seja digno de fazer-se materia de fé jamais resistirá aos embates das paixões e dos interesses individuaes, e onde só estes prevaleçam ha-de reinar a anarchia...
>
> "Ora, é necessario reconhecer tambem em algumas das tradições cujo conjuncto faz a riqueza espiritual de um povo, este caracter de categoricidade,

"pois ellas são como que os principios basicos do que "se pode chamar o systema patrio. Nós, nacionalistas "só uma obrigação temos a principio: indagar da "consciencia nacional quaes as tradições e os costu- "mes, as idéas que de facto lhe são essenciaes. E, si "não é facil esta indagação nos seus detalhes, é certo "que são quasi sempre evidentes os dados que formam "o espirito de uma nacionalidade. E delles, por me- "thodo deductivo, não é impossivel alcançar-se tudo "quanto realmente interessa defender na vida de um "povo. Ora, uma regra a estabelecer sobre a propria "palavra tradição é, como pensa tambem Maurras, que "ella jamais pode ser revolucionaria — *regra tradi- "cional directora é o que legaram os antepassados, "mas o que elles legaram de positivo, deducção feita "do passivo da sua herança. A regra tradicional de- "duz-se do total dos elementos que se distinguem por "um* mais *e não um* menos, *por uma existencia e não "por uma ausencia, por um ganho e por um progresso "e não por uma falha ou uma destruição.*

"É deste ponto de vista que uma tradição é inte- "gral, isto é, depurada e completa, como muito bem a "qualificam o senso commum e a ethymologia do epi- "theto".

"Esta regra tem sido a universal e já a encon- "tramos claramente exposta até em Platão: — *Cada "homem, diz elle, encontra no proprio berço certas "opiniões feitas sobre a virtude, a justiça, o bello mo- "ral, pelas quaes somos por assim dizer nutridos e "creados e a que devemos respeito e submissão como "a nossos paes. Quanto ás instituições contrarias que "têm o gôzo, o prazer como objectivo, e parecem ani- "mar a alma para a attrahir, um homem, por pouco "sabio que seja, as despreza. Elle venera unicamente "os dogmas nacionaes, só a elles obedece —".*

Nesta pagina, que foi longa, como citação, mas substancial e indispensavel, acha-se a chave do pensamento de Jackson-de-

Figueiredo quanto ao dogma da tradição — aos *elementos positivos do passado.*

2) — Mas, quaes são os valores tradicionaes da nação brasileira, segundo a sua interpretação da nossa historia e da nossa psychologia? Encontramos em primeiro logar o *Catholicismo,* quanto á nossa moral e á nossa mentalidade. Isto é repetido em quasi todos os capitulos da sua obra doutrinaria.

> "A tradição brasileira, por exemplo, se eviden-
> "cia, já na vida colonial mesma, si bem que reprimi-
> "da pela metropole, como catholica e anti-luzitana,
> "quer dizer, tendo por si o elemento da fé, que fazia
> "a unidade formal do nosso caracter e um movel po-
> "litico determinante da sua constante aspiração de
> "autonomia". — (Do *Nacionalismo,* pag. 31).

Si a nossa tradição moral é o *Catholicismo,* devemos acceital-o integralmente, não só quanto aos institutos que lhe são adaptaveis como áquelles que lhe são inherentes ou dogmaticos. A adopção destes, como, por exemplo, o ensino da moral catholica ás crianças catholicas, o matrimonio sacramentado e indissoluvel, todos os actos da esphera do poder espiritual, é uma qüestão ineluctavel para o catholico, posta e mantida pela intransigencia da autoridade ecclesiastica. Pois não é Jackson mesmo quem diz?: *"Nós sabemos que a Egreja condemnando a intolerancia que impõe ou força, legitima a intolerancia que defende e proclama a obrigação da intolerancia doutrinal... E nem pode deixar de ser assim si ella está convicta de ser a portadora da verdade que, por sua propria natureza, combate sempre o erro e a duvida".*

Intolerancia em materia dogmatica, tolerancia em materia permittida: eis a tradição catholica nas suas relações com os poderes publicos ou com os Estados. Em materia de consciencia não transige; em materia de organização social, embora tenha a doutrina preferida por deducção dos seus principios dogmaticos, tolera outras até contrarias ao seu espirito, como a doutrina individualista, e convive com ellas. No discutir as suas doutrinas de ordem puramente intellectuaes, na sua adaptação e determinado meio, é que apparecem pontos de discordancia e até pomos de

discordia entre os proprios catholicos. E' que aqui nos encontramos em pleno dominio da interpretação dos factos, na plena escolha meramente racional dos mais convenientes para guiar ao supremo fim um Estado, um povo, os seus individuos. Neste terreno estamos longe da fé.

3) — A primeira conclusão, a primeira deducção do dogma nacional, segundo o qual o Catholicismo é a grande força da tradição brasileira, é a realidade da *unidade patria*. "*É sem receio que se pode affirmr que cada uma das manifestações da Republica em prol da unidade das nossas crenças, cada um dos seus testemunhos de respeito ao chefe da unidade christan, foi uma verdadeira victoria do regime em pról da propria unidade politica.*"

A *unidade brasileira*, que Jackson faz decorrer do Catholicismo, e que tambem foi a maxima tradição legada pelo Imperio, já nos parece principio tão trabalhado pela alma nacional, tão identificado com elle, tão accorde com os nossos interesses totaes, sobretudo com a nossa finalidade historica, que passou do dominio especulativo da intelligencia para o dominio dos sentimentos com todas as apparencias de um *dogma nacional*. Não ha razão historica, politica, juridica, economica, que possa prevalescer sobre a conveniencia de crer nesse *dogma nacional da unidade revelado pelo Catholicismo e pelo Imperio*. Só alguns exaltados de S. Paulo, e do Rio-Grande-do-Sul, quer do partido democratico, quer do republicano, principalmente deste, imbuidos da idéa positivista do apequenamento, contraria a toda razão, e de uns e outros ao mesmo tempo, porque ao mesmo tempo se consideram continuadores, successores legitimos dos Farrapos, confundindo o heroismo, digno de culto, com a politica dispersiva e contraproducente daquella revolução, só alguns exaltados do Rio-Grande-do-Sul sonham com a desaggregação do milagroso bloco brasileiro, graças ao qual temos ainda voz no cartorio internacional e somos considerados a primeira potencia da America-do-Sul. "O problema da nossa unidade como nação, continúa a ser o problema brasileiro por excellencia." (Estudos 1.ª série pag. 347) acertadamente afirma Tristão-de-Athayde.

As vozes do Português, a que se afeiçoa nossa alma no aconchêgo do collo materno, o espirito catholico infiltrado nos nossos

corações adolescentes e a consciencia da nossa superioridade infundida pelo Imperio aos nossos raciocinios politicos, realizaram, esse milagre de manter unido federativamente, sob a Republica, sem unidade pessoal no monarcha, este país por si mesmo differenciado economicamente. O que a terra tende a desaggregar e a Politica por si só não seria capaz de reatar, está milagrosamente unido pelas raizes que nascem nas profundezas do espiritual. Isso é a unidade brasileira, um dos dogmas nacionaes de fé politica do pranteado pensador e amoroso patriota; esse é o *mais* tradicional que mais avulta na consciencia dos nacionalistas esclarecidos do Brasil. Só com pregar este credo patriotico immortalizar-se-ia o pensador; pois o erro separatista, que existe e cresce inconscientemente, urge extirpal-o pelo convencimento contrario.

4) — Outro dos elementos tradicionaes da nossa nacionalidade Jackson-de-Figueiredo considera a *Republica*, um dos mais provados pela Historia brasileira, a qual, si tomou arcabouço de um regime só em 1889, desde 1710 fluctuava no ambiente brasileiro, como espirito em busca da forma corporea.

"*Não ha condemnal-a*, em si, diz elle, referindo-se á Republica, (*A Reacção do Bom Senso*, pag. 237) *maximé si pensamos que acertada ou erradamente, ella era a aspiração do nosso escol de agitadores politicos, desde* 1710, *desde as primeiras mais fortes manifestações do nosso antagonismo com o povo português. Ha, por conseguinte, uma só cousa a registrar*: — *Impunha-se-nos a Republica com um terrivel mal de origem, a herança que lhe deixára a Monarchia.*"

E qual era esse terrivel mal de origem, essa herança, de que nos fala o nosso glorioso precoce doutrinador? Diz-nos á pagina 109 do mesmo livro:

"*Não foi elle proprio* (D. Pedro II.) *quem consentiu, sinão applaudiu, que se levasse ao seio do proprio exercito o veneno de uma doutrina de todo opposta aos interesses da Monarchia? Não foi elle quem viu impassivelmente desenvolver-se a infernal pedagogia creadora do soldado sem Deus, inimigo da Cruz, inimigo, portanto, das mais sagradas tradições da sua patria? Ora, que merecia um tal rei?*" E na *Literatura Reaccionaria pag.* 185 fala-nos do caracter rigorosamente maçonico da politica do Imperio, preoccupado com a salvaguarda da unidade nacional.

5) — A Republica (1) é, pois, para Jackson-de-Figueiredo, um dos dados positivos, um *mais* tradicional, segundo as expressões de Carlos-Maurras, para a organização do Brasil. Mas esse *mais*, por sua vez, é uma somma que tem parcellas, alguns *menos* a deduzir: — o *seu Atheismo, o seu Individualismo*, a *sua Democracia*, que são negações relativamente ás positividades tradicionaes do Catholicismo. Ora, o Catholicismo, doutrina integral e verdadeira, não poderá sazonar os seus frutos afogados na molleza de doutrinas dissolventes. E a Republica mesma, tradicionalmente implantada na alma nacional, e com ella a Patria, viverão envenenadas pelo *virus* da Revolução que a fez bem ou mal. Assim, depurados o Atheismo, o Individualismo, a Democracia que corrompem a Republica tradicional, ficaria esta em face de e em contacto com os outros elementos positivos da tradição — o *Catholicismo*, a *Unidade*, a *Republica* — A' denodada campanha de purificacão do regime governamental da sua Patria é que Jackson-de-Figueiredo denomina — *A rechristianização do Brasil ou da Republica*. Eis como se exprime elle na *Litteratura Reaccionaria* pag. 164: "*Não é preciso appellar para a fé, para que se possa affirmar que só de conformidade com os principios da Egreja catholica é possivel o desenvolvimento moral do "ser collectivo que é o Brasil. A propria belleza seria impossivel encontral-a e revelal-a com uma physionomia brasileira, si o artista, si o revelador não tem, conscientemente ou não, o sentido da belleza christan.*" E é tão hostil ao Imperio de caracter maçonico, e á Democracia liberal, que anima a nossa Republica, quão optimista relativamente ás possibilidades civilizadoras da mesma Republica. E' o que lemos á pag. 134 da *Reacção do Bom Senso*: "*Tambem aqui a Revolução pouco a pouco se christianizara, perdêra pelo menos as suas ensangüentadas arestas, os seus impetos de ferocidade, os seus mesquinhos preconceitos; e já não é pequeno o nosso patrimonio de direitos, de liberdade, de civilização, enfim.*"

(1) "Você sabe que sou o ultimo dos monarchistas sinceros, tão sincero que só do milagre espero a volta da Monarchia" (trecho de uma carta de Jackson-de-Figueiredo a Tristão-de-Athayde, de 13 de Janeiro de 1928). (N. da Redacção d'*A Ordem*, onde foi publicado este Capitulo.)

> *"E não se lhe pode negar que, passada a febre "jacobina, irreligiosa dos primeiros dias, vem ada- "ptando-se ás nossas necessidades e corrigindo pela "propria moderação do espirito pratico o que nas "suas leis ha de hostil á consciencia nacional"...* (*Reacção do Bom Senso* pag. 110.)

Falta, porem, um grande passo para firmar a campanha de rechristianização: e esse é a reforma constitucional no sentido de revogar a lei da separação entre a Egreja e o Estado, que é outro desvio da tradição nacional, assim fala na *Reacção do Bom Senso*, pag. 45:

> *"Assim está mesmo em nossa magna carta a qùestão religiosa por excellencia, e só a covardia fará com que nós catholicos, maioria absoluta da nação, temamos pugnar pela reforma da nossa constituição, quando não seja para que estatúa a nosso favor este ou aquelle privilegio, pelo menos para que não sejamos os mais combatidos pelo seu indifferentismo religioso."* E, á pag. 71, accrescenta "Nós catholicos condemnamos em these a separação da Egreja e Estado."

6) — E como pretende o mallogrado pensador guardar o *Catholicismo*, a *unidade nacional*, a *Republica*, os *mais* que elle descobre na nossa tradição, e eliminar os seus *menos* — o *Atheismo*, a *Democracia*, o *systema da separação? Passim*, elle responde que é prestigiando a autoridade republicana e oppondo-se a todo movimento revolucionario, por meio de fórmulas que definem positivamente toda a sua doutrina posta em acção. *"Catholico revolucionario é absurdo"* diz esse dilecto filho da Egreja.

"Não ha que desesperar nunca de um povo que assenta a sua civilização na rocha do ensinamento christão. Elle pode ser presa da revolução em dado momento, mas dominal-a-á, pela imposição mesma do multi-secular exemplo de ordem, de respeito á autoridade, que a Egreja lhe dá".

Eis o seu processo de reforma — *prestigiar a autoridade da*

Republica tradicional, combater inexoravelmente as revoluções, o Individualismo, a Democracia, porque:

> *"Ninguem, de boa fé, pode dizer que os proces-*
> *"sos democraticos, em qualquer dos países occiden-*
> *"taes, tenham sido, até agora, agentes de paz e segu-*
> *"rança social"* (*Reacção do Bom Senso*, pag. 131.)
> E em *Pascal e a Inquietação Moderna* affirma pag. 210: *"O Individualismo é, assim, a negação mesma "da religião e da vida; pois delle resulta a negação "das vantagens sociaes, a negação por conseguinte do "proprio homem"...*
>
> Ouçamol-o ainda sobre a revolução:
>
> A Republica) *nos encaminha, sem maior pressa "nem maior desassossêgo para um estado de cousas de "que resultará a revisão constitucional como pura "copia do que o costume sabiamente já oppôs á lei "escripta. De que modo assim se justifica uma revo-"lução que viesse perturbar esta ascendente normali-"zação do regime republicano?* (Reacção do Bom Senso pag. 110).

E é para gaudio seu e prestigio da sua doutrina que a Republica tem vencido todas as revoluções, emprestando á autoridade esse cunho de duração e continuidade que a incorpora pouco a pouco aos valores tradicionaes. *"Tem paradoxalmente cabido á Republica, isto é, a um regime que se costuma casar sempre á mentalidade revolucionaria, tem cabido á Republica o refazer no Brasil o sentimento da autoridade, a consciencia da lei."*

7) — Chegamos afinal, valendo-nos de toda exempção de animo possivel, alentados pela admiração á coragem affirmativa de Jackson-de-Figueiredo, que assim inaugura novo aspecto da doutrinação politica no Brasil, e pelo respeito devido á sua consagrada memoria, chegamos afinal, catando aqui, alli, ás pressas, na sua já volumosa obra doutrinaria, as suas proprias affirmações, chegamos afinal a recompor a sua grande visão politica na fórmula que elle não escreveu mas que se induz dos dados expostos — *Republica dictatorial catholica.* Nenhuma referencia encon-

tramos a Garcia-Moreno. Mas ficamos a pensar que o exemplo deste politico equatoriano talvez tivesse germinado esse ideal dentro d'alma de Jackson-de-Figueiredo.

Das suas aspirações á revisão pudemos colher somente dous dados positivos orientadores — prestigio á autoridade seu conseqüente reforço, e systema da União da Egreja com o Estado.

Ora, reforçar a nossa autoridade presidencial é pregar a Dictadura.

E) — *Alguns reparos criticos*

1) — Não contestamos a sinceridade dos seus conceitos e das suas conclusões historicas nem o seu provado patriotismo, mas discordamos dalgumas dessas conclusões, sobretudo da sua conveniencia ao meio brasileiro.

— *A realidade tradicional da Republica é uma dellas e a negação da tradição democratica é outra* —. Unidos pela tradição catholica os nossos espiritos estão em polos oppostos quanto á Republica e á Democracia, assim como quanto aos processos de rechristianização do Brasil, a cujo programma nos alliamos franca e sinceramente.

O que Jackson-de-Figueiredo chama *Republica como incarnação da autoridade tradicional* nós chamariamos *Imperio,* que foi uma realidade politica de 70 annos e não a simples aspiração esporadica, que não deixou de o ser até o dia mesmo da proclamação inopinada de regime actual. O que Jackson chama de *Republica como aspiração de liberdade* do povo brasileiro durante a Colonia e Imperio nós chamariamos *Democracia,* realizada logo nos primeiros albores da Monarchia e para ella guardada carinhosamente durante o interregno da Regencia. Poder-se-ia dizer, por ventura que Pedro II não tenha governado democraticamente? E' toda a tradição do seu longo reinado, todo o justo orgulho do povo que soube mostrar-se á altura do soberano que tinha. O povo brasileiro guardou sempre a sua soberania inalienavel, e creou á sua êgide um forte caracter politico. A Democracia parlamentar é um dos dados positivos da tradição brasileira.

O que Jackson chama *o dever do respeito á autoridade re-*

publicana nós chamariamos o erro de renegar a autoridade monarchica sabiamente armada do *poder moderador*, com que tornava possivel a conciliação da ordem com as liberdades, sobretudo com a eqüidade politica.

2) — O que Jackson chama de *crime* revolucionario contra as arbitrariedades governamentaes da Republica, porque a orthodoxia catholica assim o proclama, nós chamariamos de *direito*, decorrente da ordem temporal do governo da sociedade, de accôrdo tambem com a doutrina politica do Catholicismo (*Diminia et principatus politicos non esse de jure divino, sed de jure humano.* S. Thomaz de Aquino).

Não ha para os principes, direito *divino* sinão na interpretação favoravel aos interesses do Imperador Hildebrand (alemão) e do Rei Felippe, o Bello, contra o Vaticano, favoravel aos protestantes, sobretudo a Calvino, finalmente favoravel aos reis da França e ao Gallicanismo. O que é de *direito divino* em materia politica, segundo boas fontes da doutrina catholica é a *soberania nacional*, que Deus delega ao povo para que a exerça imprescriptivelmente, inalienavelmente. O povo pode delegal-a ao principe *in actu. Quod populo placuit legis habet vigorem*, pode dizer-se, no caso, adaptando o preceito de Ulpiano, como consequencia do preceito basico da Egreja — *omnis potestas a Deo per populum* — mas com a condição de que o principe use della limitadamente pelos preceitos divinos (S. Paulo: *O principe é o ministro de Deus para o bem*) e o povo não a exerça sinão tambem para prover ao bem.

Desde que o soberano, que recebe condicionalmente, limitadamente a soberania nacional, *in actu* e não *in habitu*, em exercicio e não em substancia, deixa de exercel-a para o bem, de accôrdo com o interesse geral da nação, sujeita-se á natural resistencia por parte dos individuos que a compoem. A nação jamais perde por prescripção a soberania que delega na pessoa do soberano ou na sua familia, guarda sempre a sua essencia. E é dessa inalienabilidade, dessa imprescriptibilidade que decorre o *direito natural de resistencia* do povo aos decretos governamentaes contrarios ao cumprimento da lei, *resistencia* que pode ser *defensiva* pela opposição da força contra a força, e *aggressiva* pelo uso do *direito de revogação* (*ultimum remedium*). S. Tho-

maz de Aquino, Summa Theolog. II, qùest. 42, art. 2 diz: *"Depor semelhante governo (tyrannico) não é uma sedição, pois não tem esse caracter, salvo si da revolução extemporanea ou mal dirigida resulta mais prejuizo do que vantagem para a nação"*. S. Agostinho já não considerava lei, portanto digna de obediencia, toda prescripção que, tanto na ordem politica como social, viola uma liberdade natural, fere gravemente os interesses dos cidadãos, favorece os fortes contra os fracos, taes os edictos de Sylla que punham o partido vencido sob a tyrannia do vencedor. (*De Civitate Dei, III, 28, P. L. XLI,* 107, 108). O mesmo direito de revogação revolucionario pode exercer-se ainda contra o principe incapaz ou contra o governo incompativel com os costumes. *"Os crimes contra a natureza como os de Sodoma em toda parte e sempre clamam pelo horror e pelo castigo"*. (S. Agostinho, Confissões, III, 8, O. L. XXXV. 2083, 1084.) (Emile Chenon, *Le Rôle Social de L'Eglise,* pag. 127).

O direito condicional de revolução não é, pois, repellido pelos maiores doutores da Egreja, e decorre directamente do principio do direito divino da soberania nacional, para o povo imprescriptivel, inalienavel no seu *habitu* (substancia) e somente delegavel e alienavel em favor do principe no seu *actu* exercicio).

Enxergamos em toda essa maravilhosa concepção alguma cousa superior a tudo quanto têm architectado os homens fóra da arca romana; mas cousa ainda humana, trabalhada pacientemente sobre aquella materia-prima que deixou Christo á sua Egreja — *A Cesar o que é de Cesar, a Deus o que é de Deus* — Pela sua serenidade, sua precisão, seu Racionalismo realista, pela sua compatibilidade com o espirito liberal, com a ordem eterna, a doutrina catholica prende verdadeiramente a nossa attenção e a nossa admiração. O seu liberalismo é de tal sorte que não pode degenerar como o *democratico evolucionista.* Está sempre amparado, por um lado, pelos deveres do soberano, por outro lado, pelo poder espiritual que mantem accêso o facho da prudencia politica da nação no uso da sua soberania divina. Ao povo, para os seus impulsos constructivos ou reformadores, ensina o Catholicismo que ha varios meios, sendo, porem, preferivel o processo suasorio da doutrinação, da conversão do escol, conforme com um dos pontos da doutrina de Jackson. Mas, onde estes não sejam

possiveis, os violentos são justificados pela violencia mesma de uma situação oppressiva. Haverá quem desapprove a violencia dos catholicos contra a oppressão do Governo mexicano? Si á Egreja repugnam os meios passageiros da violencia, mais devem repugnar os processos de uma tyrannia ordenada e organizada, com intuitos de permanencia. Fundada sobre os sentimentos — a fé, a douçura, o amor — deve irrital-a a crueldade, a deshumanidade, sobretudo quando era evitavel. Mas, quanto ás deshumanidades da reacção, são mais toleraveis para Ella, posto que são transitorias e se destinam á producção do bem. São justificaveis todos os meios politicos destinados á producção do bem geral, desde que proporcionados aos meios oppostos, destinados á producção do mal. O bem-commum é o criterio normativo de toda Democracia e de todo regime conveniente.

E qual é o bem commum? aquelle que aponta a consciencia nacional illuminada pelo poder espiritual. O poder espiritual ensina o bem; ao poder temporal compete conquistal-o com as liberdades que lhe são proprias. O contrario disso seria ou o espiritual obumbrado pela politica ou o temporal deslumbrado pela Egreja, duas confusões funestas que os homens devem evitar.

Poderá haver theoria mais humana, mais scientifica, mais protectora do povo do que essa da doutrina politica do Catholicismo? E' a theoria da permanente defesa do povo pelos deveres do soberano, e, em ultimo caso, como *ultimum remedium*, pela revogação que arranca da soberania nacional como depositaria da soberania divina.

Não, as revoluções, quando justas, não são desrespeitos, mas purificações da autoridade. Tal a revolução em que nos vimos envolvidos, em 1923, contra as constantes usurpações do poder por Presidentes que se acostumam a governar arbitrariamente, sem tolerarem nas fileiras da administração os seus adversarios politicos, assim relegados, á condição de párias.

Pareceria grosseiro desrespeito á sagrada memoria de Jackson-de-Figueiredo esta defesa do direito de revolução, assim como revoltante covardia de quem conta com a impossibilidade da sua replica, si não fosse a imprescindivel justificação de quem, fazendo enthusiasticamente a apologia da sua obra social em tôrno dos principios communs da consolidação da unidade patria e da

rechristianização do Brasil, adopta processos doutrinarios e de acção pelo proprio homenageado violenta e sinceramente combatidos, e milita em um partido politico a que elle se declarara infenso. Nem por isso desmerece o grande pensador deante da nossa admiração e do nosso affecto. Não, um grande sentimento nos une — *o amor da Patria* — um grande ideal nos identifica — *cultivar somente as doutrinas que a engrandeçam e combater as que tendam a negal-a.* Quanto á adopção dos processos que nos separaram, é uma qùestão de temperamentos ou de mentalidades peculiares aos meios differentes em que vivemos. Nem por isso encontramo-nos fora da esphera *da sciencia catholica, que justifica o livre-arbitrio individual no terreno dos meios, na escolha racional dos processos que nos facilitem a consecução dos fins.* As possibilidades abertas pelo espirito democratico de rigoroso respeito á maioria nacional, arrastraram-nos á doutrinação no sentido de mostrar aos catholicos que não será absurdo chegarem a constituir a maioria dentro dessa agremiação, graças á doutrina politica das liberdades, superiores á doutrina da liberdade e graças á doutrina social das corporações, superiores á doutrina do Individualismo, ou, melhor, graças á doutrina que corrige os excessos da Democracia pura.

3) — Para terminarmos este estudo, que já vai longo, e exorbitando dos limites de uma revista, faremos o ultimo reparo á doutrinação de Jackson-de-Figueiredo, cujos dados parecem abicar á fórmula da *Republica-dictatorial-Catholica.* O mesmo movel que nos guiou na re-salva anterior é o que nos leva agora a definir mais uma vez a posição do apologista que ainda tem uma ponta de democratismo e a defende, por isso que acredita na sua origem eminentemente tradicional. Para nós foi a Democracia implantada no Imperio que consubstanciou as constantes aspirações de liberdades pelo povo brasileiro; tanto assim que, chegada ella, perdeu a razão de ser, durante alguns decenios, a necessidade da Republica como fórmula democratica. Só no occaso do Segundo-Reinado, e porque o throno deslizava para as mãos de um extrangeiro, é que aquelle regime voltou ás cogitações politicas. Foi realizado por uma revolta inopinada e ainda não conseguiu implantar raizes na alma nacional, porque o Brasil ainda não viu os fructos produzidos essencialmente por este regime.

9 — N. R.

Ao contrario, sendo o decantado regime das virtudes, segundo Platão, a nossa Republica abandonou completamente o homem, a sua instrucção, a sua educação, a sua moral, o Humanismo, emfim; é uma negação neste sentido, e voltou-se para o conhecimento da natureza, para o desenvolvimento das sciencias praticas, sob a influencia da philosophia utilitaria que campeia em nossos dias. O homem, de fonte de aperfeiçoamento e civilização, passou, sob os influxos das idéas revolucionarias, e scientificas, a ser machina de producção e de progresso material. Sim, qualquer brasileiro do escol de hoje tem muito mais confôrto, maior bem-estar do que D. Pedro II; mas muitos estarão certos de que são muito menos humanos do que elle, especialista como era no conhecimento dos caracteres e dos valores sociaes de cada um.

Os effeitos perniciosos, porem, da mesma Democracia que se casou com o Imperio, apesar dos vicios da sua origem, sobretudo do seu Individualismo exaggerado, e, ás vezes do seu exaggerado Liberalismo, os seus effeitos perniciosos foram mitigados pelo exercicio do *Poder-Moderador,* com que o grande Monarcha fustigou os individuos indignos e castigou os partidos insaciaveis, irradiando em tôrno da sua pessoa uma aura de justiça e sabedoria politicas que o tornam inconfundivel em parallelo com os soberanos do seu tempo.

Si quizermos dizer que ao lado da Democracia vinha avolumando-se parallela e tradicionalmente a aspiração federativa, podemos fazel-o, porque é uma verdade historica, outro *mais* tradicional. Mas a Federação sem a Monarchia implicou precisamente o enfraquecimento da autoridade central em favor da arbitrariedade da regional. A Federação sem a persistencia da autoridade tradicional de uma nação é o seu desaggregamento, a sua morte. Em 1889 a nação brasileira só tinha dous caminhos acertados a seguir — ou a Federação com a Monarchia ou a Republica unitaria — a bem de não enfraquecer o sopro nacional de longevidade. Pois bem, não adoptou nem este nem aquelle, que seria o preferivel porque incorporaria um *mais* sem subtrahir o outro. A Republica por este lado é ainda uma negação nacional, a causa proxima ou longinqua do desmembramento brasileiro.

O que no Brasil se tornou aspiração no tempo da Colonia e realidade ha já um seculo é a Democracia; e a Democracia é que

a nós tradicionalistas, nacionalistas brasileiros deve apparecer como alvo dos nossos empenhos de reforma e adaptação ao actual estádio da mentalidade universal. Ella está incorporada ao nosso organismo nacional; mas requer que seja expurgada dos seus vicios, dos seus *menos*.

Republica sem alma democratica parece-nos contra-senso em Politica. Mas Democracia monarchica está de pleno accôrdo com o evolver das aspirações humanas, sobre ser a fórmula tradicional com que appareceu o Governo da nossa Patria nos seus aureos decenios do regime passado. Os *mais* da tradição devem ir sommando-se para o que o corpo nacional não pare de adqùirir essa complexidade organica que caracteriza os organismos mais perfeitos. Por esse traço profundo se salienta a Inglaterra d'entre todos os Estados do mundo. A primitiva Aristocracia incorporou a Monarchia mais tarde a Democracia e já provou que pode comportar na sua complexa organização a influencia dos elementos do trabalho sem deixar de ser Aristocracia, Monarchia, Democracia. Brevemente vel-a-emos *corporativa*, como a Italia, que tambem soube modernizar-se sem se despir dos seus velhos habitos.

Eis por que, trilhando o mesmo caminho de rechristianização do Brasil, gloriosamente perlustrado pelo jovem sociologo, moço ainda roubado ao scenario patrio, chegámos á conclusão de que preferivel á sua fórmula provavel de *Republica-dictatorial-catholica* seria esta: — *Monarchia-catholica-democratica-moderadora*.

Perguntará, sem duvida, o leitor esclarecido: E a *Aristocracia?*

Tendo sido escasso o tempo de dous reinados para formar uma nobreza de sangue, não temos entre os elementos da nossa tradição esse valor social e politico que em outros paises desempenhou e desempanha papel capital na sua historia. Elles vieram todos da Aristocracia para a Monarchia; nós marchavamos lentamente da Monarchia para a Aristocracia, sem que esta tivesse passado de um *menos*, de uma negação na vida nacional.

E, como toda Monarchia precisa do amparo do escol, precisa do apoio de uma Aristocracia, do que haja de melhor em uma nação, a Monarchia no Brasil teria o recurso do *senado corpora-*

tivo, correspondente á organização corporativa da sociedade, como a mais alta representação da capacidade em todos os ramos da actividade social, como satisfação á fórmula — *a cada um segundo os seus meritos*. Tal o novo orgão que, em caso de re-christianização do Brasil, poder-se-ia incorporar como um *mais* que completasse e aperfeiçoasse o nosso organismo politico quebrando as arestas democraticas do Individualismo e do Libertarismo, de accôrdo com o pensamento contemporaneo, com a boa doutrina catholica e com as elevadas aspirações de Jackson-de-Figueiredo, o mallogrado pensador, cuja morte prematura sua Patria nunca deixará de lamentar.

AMOROSO-LIMA

Introducção á Economia Moderna

De duas partes assignaladas consta a obra de Alceu-Amoroso-Lima, vulgarmente conhecido pelo pseuponymo de Tristão-de-Athayde, — de uma parte critica e de uma parte constructiva. A parte critica se compõe dos *Estatutos,* que ha uma década vem escrevendo pelos jornaes do país; compõe-se tambem do seu livro consagratorio, como sociologo, — *Introducção á Economia Moderna,* e do *Problema da Burguesia.* A parte constructiva pelo livro — *Preparação á Sociologia* e pelo livro *Politica.*

No intuito de concentrar a apreciação da parte critica, resumimol-a no estudo de — *Introducção á Economia Moderna,* e a parte constructiva no estudo de *Preparação á Sociologia,* com algumas referencias indispensaveis ao — *Politica,* que é um desdobramento do anterior.

A) *Primeiro Cyclo — Antigüidade*

Amoroso-Lima é catholico, e como catholico militante, está impregnado da doutrina sociologica que os Concilios, os Papas e os Doutores da Egreja vêm accumulando desde S. Paulo, no sentido de argamassar um corpo social animado da mesma alma dos homens que o formam. E chegou a induzir a grande verdade, como problema preliminar da Historia — de que a vida da humanidade só se comprehende, encarando as attitudes do homem em face de Deus *ou confundindo Deus com o mundo e consigo mesmo, ou adorando-o como realidade suprema e distincta de si mesmo e do mundo, ou negando a Deus immanente ou transcendente, para ver o mundo e a si mesmo como realida-*

des supremas e unicas (Introducção, 20). Ou o Pantheismo, ou o Deismo ou o Atheismo.

Desse principio que se resume em duas attitudes principaes — Theismo e Atheismo — reproduzidas binariamente através da Historia de todos os povos, tira elle a sua concepção fundamental, que é o rythmo marcado entre civilização com sacralidade e decadencia depois de um auge de economismo.

Não lhe bastando a concepção positivista dos Tres-Estados — teologico, metaphysico e positivo — que se poderia representar por uma linha recta, porem finita, portanto pela idéa de estacionamento como finalidade, não lhe bastando a concepção dos circulos concentricos, portanto incerrados de Vico; nem lhe bastando a concepção evolucionista de Spenser, que se poderia representar por uma linha sem ponto final, o Sr. Tristão-de-Athayde busca, seguindo neste ponto as licções de Fustel-de-Coulange, a força geradora dos movimentos humanos nas mais conspicuas regiões da alma; e acha um rythmo binario infallivel em todo o passado; rythmo que nem é findavel como o de Comte, nem indefinido como o de Spenser, mas simplesmente real até hoje e insondavel quanto ao futuro, cujos arcanos a Sociologia não é sciencia capaz de desvendar. Em tanta cousa depende o corpo social do livre arbitrio dos individuos que a ninguem é dado prever aonde estes o levarão. Nem o aperfeiçoamento sem fim é regra, contra os ensinamentos de Spenser, segundo o que acontece na Russia; nem é regra o estado positivo, contra os ensinamentos de Comte, conforme o que succede em todo o Occidente bafejado hoje por um profundo sopro de sacralidade; mas o caso é que, periodicamente, a humanidade, nas suas socialidades constitutivas, tem ascendido e decaído, de vez em quando, para re-surgir da degradação, depois de um silencio mais ou menos longo, e sempre subindo pela sacralidade, precipitando-se pelo economismo. E, si essa é a cadencia do passado, que diga a consciencia humana, qual deverá ser o futuro. Assim subiu e morreu a Antigüidade, assim ascendeu e apagou-se a Edade-Media, assim prosperou o Occidente até o ponto em que hoje os homens traçam a interrogação do porvir.

Sua concepção poderia representar-se por uma espiral, conforme propõe Carlos-Gide, cujos pontos de decadencia e pros-

peridade se enfrentam sem se tocarem ou indentificarem. Aperfeiçoam-se os povos pela sacralidade e podem progredir pelo economismo; mas pelo mesmo economismo decaem. Eis o que nos tem mostrado o passado como tendencia e, si bem que mais clara do que as rotas mostradas por Comte e por Spenser, não chega a ser lei inflexivel de evolução, "*pois,* diz o nosso pensador, *não creio que a Historia do homem e de suas culturas e civilizações se subordine a leis inflexiveis". Podemos traçar esse movimento, como sendo a decadencia do espirito religioso e a ascendencia do espirito economico. As civilizações se formam pela elevação ao Absoluto e decaem pela tendencia ao relativo. Sobem enquanto o homem tende a Deus; descem quando o homem se volta apenas para si mesmo ou para o que lhe fica abaixo, na escala dos seres e das cousas."*

Há nesta asserção uma verdade profunda. No relativo, encontra o homem o ponto de referencia para o progresso; attingido o qual, pode considerar, como o seu ponto supremo, logo, absoluto da perfeição. Tal é, por exemplo, o estado de espirito dos democratas puros, que não acreditam noutro regime politico que não seja creado pelo suffragio universal expresso em maioria de votos. A crença inabalavel no relativo já é um absoluto, mas absoluto humano, palpavel, commensuravel, que se mede pelo grau de impotencia de ir alem; e todo absoluto que se confunde com um ponto da terra ou do interesse material tende a limitar o progresso. Contrario é o absoluto inattingivel pelas possibilidades humanas, immaterial, incommensuravel, suprema aspiração do ser, a fugir na frente da perfeição, como o horizonte deante do viajor; a prometter-se ao imponderavel do homem, á parte do ser capaz de possuil-o e comprehendel-o. Esse é o absoluto que eleva, sempre attrahindo a alma até confundil-a nelle mesmo, absoluto que aproveita ao homem tambem na terra, embora paire acima della.

Neste estudo, como em todos os que temos emprehendido, procuramos introduzir o minimo possivel de pessoalidade, como quem se funde na consciencia dos que creem no sobrenatural assim como na consciencia dos que duvidam. Até aqui chegamos, como observador da sociedade brasileira, porque duvidar não é ainda desprezar, sendo já o estado d'alma de quem se faz apto para a investigação; tambem é uma attitude do

homem de boa fé e de boa vontade, de quem não possue, mas pesquisa a verdade. E, por que não penetrarmos com a razão nesses phenomenos tão communs da fé, da esperança e da caridade, em que se resume a vida de tantos homens? Mas antes de os explicar, o que requer uma potencia cerebral fora do commum, cumpre ao sociologo admittil-os como existentes em determinadas sociedades, para não dizer na humanidade inteira, consideral-os como factores de evolução, philosophar sobre elles como quem philosopha sobre qualquer outro factor real, sem nunca perdel-os de vista na occasião de raciocinar praticamente, quando se trate de applicar as conclusões da sciencia theorica.

Não explicamos a teimosia que ha em desprezar o facto religioso, quando se versa a Sociologia de um povo catholico, ou quando se cuida de dar-lhe uma constituição politica, como si fosse possivel philosophar sobre elle prescindindo da sua alma. O Catholicismo aqui se impõe theorica e praticamente. Numa nação democratica cuja maioria seja catholica, que significa o governo pela minoria catholica? E por que perde a sua significação pratica a maioria absoluta de vontades, deante do próprio Liberalismo, que então frondeja para proteger o surto de outros credos, e não para consagrar a supremacia da religião do maior numero? Notamos aqui uma contradicção entre a fórmula theorica e a fórmula pratica do Liberalismo. Neste ponto, elle é extra-nacional, idealistico.

Quanto a nós, pessoalmente, não raciocinamos como catholico militante; mas como Brasileiro, que não pode dirigir a razão sobre os factos da nação a que pertence, sem achar deante de si, como primeiro postulado, o factor catholico a impor-se-lhe imperiosamente. Não precisa o leitor de saber si cremos ou não; mas o que cumpre é sabermos nós si os nossos concidadãos creem. A fé é uma qùestão de mais ou menos intelligencia para quem a busca com a razão, de mais ou menos graça para quem a pede confiante no Ser Supremo; e a falta de fé, ou uma dose de ignorancia ou um motivo de humildade em face da majestade do Absoluto. Nada disso impede, porem, que faça um sociólogo brasileiro obra de catholico ou de catholizante, assim como em nosso caso pessoal as restricções á Democracia total não nos impedem de apoiar o partido mais democratico do país, quer pelas nossas tradições de familia,

quer pelas vantagens que encerra o seu programma, quer pela moralidade da conducta civica dos seus membros. Si o problema brasileiro se resume numa qùestão institucional não deixa de ser tambem uma qùestão de homens; e esses homens temol-os forjados na dura escola da opposição rio-grandense. Ella representa, pois, um progresso sobre o que vai pelo resto do país. Mas, deixemos o nosso caso, e voltemos á *Introducção á Economia-Moderna.*

Desse postulado da sacralidade, que na Grecia se confunde com o Paganismo, deduz Tristão-de-Athayde a grandeza das nações que viveram na época conhecida por Antigùidade. E que somma de indicações positivas apresenta elle para chegar a essa sacralidade pagan, mas benefica; e que quantidade de factos mostra para induzir a segunda parte do cyclo — o Economico — assim como os seus ultimos effeitos na decadencia tanto da Grecia como de Carthago, como de Roma. E' um verdadeiro prazer intellectual a leitura dos dous Capitulos da Parte I — *Economia Hellenica e Economia Romana* — e é uma satisfação plena quanto ao termo final da evolução grega, quando conclue: *"O Paganismo economico grego findava no puro Economismo, bastando para isso ter seguido a propria evolução natural da sua falsa concepção religiosa, que confundia o finito e o infinito, partindo da deificação das cousas humanas, para terminar na eliminação das cousas divinas."*

No tocante a Roma, volta a humanidade, representada nessa mais alta expressão, a enfrentar os mesmos estádios de grandeza e de degenerescencia, formando uma das primeiras curvas da espiral.

"A vida economica dos povos latinos, como a dos povos gregos, nascia impregnada de religião, baseada na pequena propriedade, e assente no culto idolátrico da familia, da gens, da cidade. E essa ligação intima do homem e da terra, penetrada de espirito religioso, foi um dos segredos da grandeza romana."

Agora, ouçamol-o, quando explica a decadencia: *"A sociedade antiga se suicidava pela falta de um motivo de viver ou, pelo contrario, por uma paixão immoderada da vida material."*

E linhas adeante: *"O facto é que um exame objectivo*

da historia do mundo greco-romano nos mostra, à medida que se approxima o fim, a decadencia do espirito religioso, ou a sua radical transformação, e a ascendencia do espirito economico, a translação da finalidade da vida de um objecto mais espiritual a um objecto mais material, da vida dominada pelo senso dos deveres à vida dominada, cada vez mais, pelo senso dos direitos."

B) *Segundo Cyclo — Edade-Media*

Leva-nos o autor, depois disso, à phase medieval, que estuda na Parte II, tambem dividida em dous Capitulos — *Economia Medieval* e *Economia Christan;* mostra-nos abundantemente como este periodo vai repetir o mesmo rythmo observado nos povos antigos, começando pela rearticulação dos elementos confusos, no chaos dos primeiros seculos da dissolução do Imperio, graças à propagação intensa do Christianismo, que, trabalhando a alma humana, aos poucos rehabilitou a sociedade occidental. Durante a phase preparatoria, que é a da sociedade medieval, temporal, predominam ainda os elementos locaes, e os ephemeros do homem; e só fizeram sentir-se os elementos fixos, eternos ou substanciaes, na phase subseqüente a que chama de Economia Christan. Esta distincção faz o autor para que fique assentado claramente que *"é um erro tomar como synonimos Christianismo e medievalismo";* e que *"não ha na Egreja Catholica nenhum saudosismo medievalista"... "A Egreja é tão independente da Edade-Media como foi o Imperio Romano."*

E' na primeira parte da Edade-Media que influem preponderantemente e successivamente factores materiaes de civilização, como *a familia,* determinando a economia domestica, que se caracterizava pela ausencia de commercio; como o *artesanato,* depois da formação dos burgos, determinando a economia communal, que se caracterizava pela troca de mercadorias e produção regulada pelo consumo. Com taes principios de ordem temporal, accomodados ao sossêgo individual e collectivo, foi facil a infiltração dos principios de ordem espiritual, que vieram completar essa paz com a esperança das felicidades paradisiacas. As conversões em massa de povos inteiros ao Chris-

tianismo acabaram de temperar os interesses materiaes com os moraes e religiosos. E a esta segunda phase attribue o autor o maior equilibrio social existente, *"a separação harmoniosa"* entre as cousas deste mundo e as do mundo sobrenatural. Foi a época da História em que com mais exactidão se dava a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar. Depois de integrada pelo Christianismo a Edade-media proporcionou o regime politico-social mais completo que se conhece, pela sua apreciação tanto dos corpos como das almas, aquelles collectivamente considerados, porque a sociedade tenderia a formar *"um corpo harmoniosamente distribuido em suas funcções"*; uma conseqüencia da religião e não a causa da religião, o meio de aperfeiçoamento do homem e não o fim da personalidade, um regime de tempêro e integração entre pessoalidade e sociabilidade, entre homem e socialidade; e individualmente considerados, para que cada homem não esquecesse o seu logar promettido na communidade sobrenatural. E assim se define o nosso autor citando uma phrase de Carlos Journet: *"O individuo existe para a sociedade, como a parte existe para o todo, a mão para o corpo; mas a sociedade existe para a pessoa, como o todo de ordem inferior está para o todo de ordem superior, a vida ephêmera para a vida immortal."* E continua a doutrinar o sr. Tristão-de-Athayde, linhas adeante: *"De modo que a sociedade é um meio para que o homem alcance a sua finalidade eterna e definitiva. E a esse meio precisa o homem sacrificar tudo o que tem, em si, de ephêmero e de material, afim de fazer servir esse meio ao que homem tem, em si, de eterno e de espiritual. E a divisão que a Philosophia christan estabelece entre individuo e pessoa é de grande utilidade.*

De facto, no conceito monistico do homem, reduzido materialmente a individuo pelos sociólogos tanto individualistas como socialistas, vamos achar todos os exaggêros e absurdos da Sociologia como verdadeira sciencia. Ahi está pendente o pomo de todos os dissidios entre os sociólogos, até entre os mais aparentados pelas concepções geraes. Tentando levar mais um raio de luz a essa penumbra da sciencia que ora nos occupa, e cujos fundamentos não nos satisfazem por falsos, escrevemos a Segunda Parte desta obra, em que pretendemos provar que os desequilibrios da Sociologia, ora em favor do individuo ora em favor

da sociedade, provêm, precisamente, da confusão do homem no individuo e do individuo na sociedade. Ha a sociedade, que é corpo rudimentarmente animado por si mesmo, originado pelo instincto de conservação da especie, através do casal e da familia; e ha os homens que reagem contra a sociedade, graças a certa parte livre da sua psyché; com a qual não só se encaminham para os supremos fins, como sublimam o corpo social emprestando os effluvios da alma. Pensamos que assim fica explicado o que de animal tem a sociedade, o que é por immanencia e o que por transcendencia lhe é infundido pelo homem livre quanto à intelligencia e à vontade; o papel do individuo, do genio, na prosperidade ou no atraso social, e o papel da collectividade como funcção de amparo às creações individuaes, para que sejam possiveis novas creações, novas instituições e, por fim, a *accumulação* que é a lei do progresso. Nem só existe sociedade, conforme pregam os sociologistas, nem só individuos, segundo os individualistas e anarchistas. Mas ha individuos que orientam a sociedade, ha sociedade que ampara os individuos. Si é a floresta que protege a arvore, nem por isso perde esta a sua individualidade.

Prevendo esta confusão e os exaggeros da nova sciencia, é que os doutrinadores christãos evitam a expressão — *individuo,* — argamassada pelo monismo, e não se desprendem das de — *homem, pessoa* — que encerram a idéa de um composto dualistico. O que lhes falta, porem, é precisar quaes as particulas da psyché que existem pela e para a sociedade e quaes as que permanecem eternamente com o homem.

Segundo esta concepção do problema sociologico — *da sociedade meio e não fim do homem* — fica rejeitado pelo pensador brasileiro o conceito pagão — do Deus confundido com as cousas e com o mundo, assim como o conceito philosophico do *"Deus architecto desinteressado do universo"* — e confirmado o conceito christão — do Deus vivo que dispõe as cousas do mundo material para instrumentos do homem na descoberta e conquista do mundo sobrenatural; isto é, po-las à nossa disposição como objectos necessarios da nossa finalidade, tão necessarios quanto a alma, que não saberia elevar-se sem o concurso delles. *"Nada mais afastado da verdade do que a sug-*

gestão de que os escholasticos desprezassem ou diminuissem os bens temporaes."

Tudo o que faz parte da vida entra no arrolamento dos meios de que dispõe o homem na marcha para o seu fim. A propria *riqueza*, si não é de preceito nem de conselho, tampouco é interdicta ao homem, como conseqüencia, que pode ser, da propriedade, um dos institutos mais naturaes deste mundo e o distendimento forçoso da familia. E, como conseqüencia do conselho theologico, quanto à propriedade, e dessa tolerancia para com a riqueza, apparece o *estado de pobreza*, não como preceito, mas tambem como simples conselho. Conselho de propriedade, visando a estabilidade familiar, e conselho de pobreza se completam exegeticamente na consideração de que não é agradavel, embora permittido, abusar da propriedade e enriquecer à custa della, ou, o que é peior, à custa do suor alheio não pago. *"O que havia era justamente a concepção christan da propriedade, isto é, de um direito natural subordinado à finalidade moral do homem; uma necessidade antes de ser um direito, como diz Taparelli"* ou como diz S. Hillario de Poitiers, *"não é um mal, e sim o modo como é empregada"*.

Quanto à riqueza, pergunta S. Agostinho: *"Quem não comprehende que não é peccado possuir riquezas, e sim amal-as e depositar nellas esperanças e preferil-as à verdade e à justiça?"*

Nestas passagens de autorizados theólogos se acha o desmentido à tendencia communista que tantos commentadores pretendem descobrir no Catholicismo, sobretudo ao Communismo integral, áquelle que não só extingue a propriedade entre os homens, mas até a familia, que é cellula da renovação da especie. E Tristão-de-Athayde accentua: *"Não tem nenhum fundamento na realidade a theoria, sustentada por alguns socialistas, de que o Christianismo primitivo fosse communista."*

Melhor do que os communistas a quem tantos cuidados causam os *preços* desmedidos da exploração commercial, andaram os christãos medievos permittindo a propriedade, mas cerceando os seus abusos, para que não se transformasse em instrumento de tortura de uns homens contra os outros, através dos preços e através da *usura* do dinheiro em que se converte natural e commumente a riqueza e a propriedade. E' fim da

Egreja reprimir os abusos e salientar a harmonia que existe necessariamente entre o homem e as cousas, entre o homem e os seus semelhantes, e entre o homem e o corpo social. Para o Christianismo tudo é permittido, menos aquillo que damne a alma humana, como são todos os actos contrarios a essa sempre renascente harmonia.

Quanto ao preço, *"ao preço livre da economia liberal oppõe a economia christan o preço justo"*, para o que o *"vendedor deve mostrar, para a fixação do preço, todos os elementos do custo"*, *"o preço das mercadorias é assumpto de interesse social e de justiça commutativa, de modo que a liberdade de commercio está sempre limitada, por natureza, pelo bem commum e pelas exigencias objectivas do direito natural."* *"Muita miseria teria sido poupada á humanidade, si não tivessemos, de tantos modos, rompido com a theoria do direito natural"*, é uma proposição alheia que o nosso autor cita em apoio da sua these. E cita ainda esta: *"os preços foram freqüentemente fixados pelas autoridades, pelas corporações ou pela Egreja."*

Assim tambem *"o preço do trabalho ou salario era fixado de accôrdo com as necessidades naturaes da vida humana."*

Do absenteismo, tão praticado nas sociedades capitalistas, em que a propriedade já foi liqüidada pela sua eqüivalencia em numerario, era, affirma o illustre escriptor brasileiro, repellido pelo humanismo christão, porque o absenteismo, é effeito do abuso da propriedade e a causa da usura, sempre condemnada naquelles tempos de *"economia humana e concreta"*. Neste ponto se encontra a maior differença entre aquelle systema e o de hoje, caracterizado pelo credito ou economia *"impessoal e abstracta"*, conforme demonstra nos capitulos seguintes.

Depois de attingir a humanidade essa estructura harmoniosa feita de sacralidade e economia, começou, tal o que succedera nas civilizações passadas, a tomar a primazia, findo o seculo XIII, o gosto pelas cousas materiaes, e faz eclosão o *"Renascimento"*, que Tristão-de-Athayde, num rasgo de profunda penetração, considera como o fim da Edade-Media em vez do alvorecer da Edade-Moderna, contra o que ensinam todos os historiadores. Si bem que penetrada de sacralidade,

não foi aquelle typo um exemplar de civilização perfeita, tanto assim que retomou a preponderancia, na Renascença, o que ha de temporal e humano na sociedade. A Edade-Media encerrou defeitos e vicios insanaveis, que o autor enumera em nota da pag. 187, e acrescenta: *"Não pretendemos nenhuma volta à Edade-Media, nem julgamos que a Edade-Media fosse algum momento ideal da Historia, nem mesmo para a Egreja-Catholica."* E paginas adeante cita Natale-Turco: *"O Christianismo não está de modo algum ligado a um systema particular de interesses terrenos."*

C) *Terceiro Cyclo — Edade-Moderna*

Finda esta, entra logo o autor na Terceira-Parte, versando os elementos do *Naturalismo,* em que nos encontramos ainda, e os factores do seu reapparecimento na Historia. Começou a decadencia desse estado harmonioso, conforme dissemos, pela dissociação dos valores entrelaçados, e terminou pela deslocação do ponto de convergencia das visadas humanas ou dos polos da vida. A figura *theocentrica* se transformou numa figura *anthropocentrica* e o *Sobrenaturalismo em Naturalismo.* Eis como se operou esse processo de *Humanismo* durante o Renascimento: pela separação entre Direito-canonico e Direito-civil, que voltava a inspirar-se no Individualismo do Direito-romano; pelo esbôço das novas patrias e *"accentuação cada vez mais viva do absolutismo real" que chegou ao direito divino, rompeu o equilibrio do corpo social e scindiu a unidade internacional";* pela separação entre Moral e Direito-natural; pelo *Nominalismo* philosophico que implicava Idealismo, Subjectivismo ou juizos concretizados só no individuo; por conseguinte, negativos do valor dos conceitos universaes que não passavam de meros nomes; pela nova concepção da arte que, em vez *"da ascenção constante à luz divina de que recebia toda a sua inspiração, procurava a belleza nas formas naturaes e tratava os themas mais sacros com uma inspiração toda profana",* pela importancia attribuida às riquezas materiaes nos mercados cada vez mais nacionalizados das Republicas e Cidades livres, postas em contacto através das freqüentadissimas rotas commerciaes.

Finalmente, no sec. XVI, com as descobertas maritimas, tudo toma proporções enormes em tôrno dos valores humanos e materiaes. E' então que surge a Reforma, movimento de inspiração sagrada, que tenta oppôr-se ao rebaixamento geral da humanidade, rehabilitando a sacralidade perdida no Renascimento. *"Ao passo que o Renascimento voltava às origens pagans, a Reforma voltava às origens christans. E, si o Renascimento provocava o surto do economismo, a Reforma pretendia reanimar justamente o sopro da sacralidade."* E linhas adeante accrescenta, com visão impressionante pela profundeza: *"E, sendo assim, o verdadeiro preludio do mundo moderno seria a Reforma, ao passo quê o Renascimento passaria a ser o epílogo da Edade-Media."*

Lendo tal proposição, quem não sente passar pelo espirito uma clara visão da Historia, em que os factos se succedem perfeitamente ordenados e com nitidas perspectivas como os corpos em movimento pela objectiva cinematographica? Poderia ter nascido a Reforma sob a inspiração da mais santa das intenções; mas jamais attingiria seu escôpo, como não attingiu, e, ao contrario, precipitou a dissociação entre o divino e o humano, porque trazia no bôjo o germe do Individualismo exaggerado, com a proclamação do *livre-exame*, assim como o desinteresse pela sociedade. *"A Reforma reserva exclusivamente ao Estado a qualidade de sociedade humana. A Egreja era uma qualidade supraterrestre, sem ligação com o seculo, sem apoio temporal. Ella escapava à propria noção de sociedade."* (pag. 223).

Dessa forma, rôtos todos os laços materiaes, moraes, espirituaes, que ligavam os homens do Occidente, fazendo delles uma immensa communidade christan, começariam os exaggêros, em cada campo, até o absurdo. Quanto ao Economismo, tratado especialmente no Cap. VI, assim que foi consummada a formação das novas nações, tomou o aspecto nacional, portanto, de hostilidade, pelo Mercantilismo ou Colbertismo. E esse espirito de lucta entre nações, que em nada minorou com o cunho scientifico que à Economia emprestaram os Physiocratas e Adam-Smith, exacerbou-se como lucta entre classes da mesma nação com o surto da Economia-Classica e de seus principios dogmaticos da concorrencia e da offerta-e-procura, tendendo

a dissociar pela lucta intestina as proprias partes constituidas em todos ou unidades nacionaes. Da extincção das corporações e da livre-concorrencia nasceu pouco a pouco o Capitalismo hypertrophiado que culmina em nossos dias na America-do-Norte, e o Individualismo economico, que só vai achando contrapeso no Socialismo, outra concepção unilateral, logo, deficiente de organização social. Quer isto dizer que não se equilibrará tão cedo a humanidade, si não buscar a solução de seus graves problemas do lado da Moral, integrando-a solidamente no corpo social. E qual a Moral mais efficaz, sinão a Moral religiosa, que começou no Decálogo e foi completada por Christo?

Trata o Cap. VII do Socialismo, que surgiu como reacção contra o Capitalismo, e cresce constantemente como protesto à sua ultima consequencia que foi a guerra universal. Como todos os pontos discutidos no livro, este o foi com especial agudeza, sobretudo no que concerne à sua identidade de principios com o Capitalismo e a sua diversidade de conclusões. Identidade de principios, porque parte do mesmo postulado — de que a sociedade é formada de individuos animalizados pelo seu conceito monistico, do da conservação individual, do do interesse pessoal; diversidade de conclusões, porque canaliza esses valores humanos para a sociedade como unico ser merecedor da preoccupação de progresso. Segundo o que encontraremos alem, noutro Capitulo, esta é a licção não da velha idéa de Sociologia, mas da recente concepção do Sociologismo, em que o homem desapparece absorvido pela collectividade. Não mais vive o homem para attingir o maximo de felicidade terrena explorando as suas qualidades pessoaes e tirando vantagens dellas em beneficio do eu, como pregava a Individuologia que succedeu o Renascimento e que animou o Liberalismo e a Democracia; mas para engrandescer materialmente, satisfazendo o interesse collectivo, que é o novo valor creado pelo Sociologismo, como si a sociedade fosse uma entidade differente das partes que a compoem. O velho conceito do *homo-economicus* se transformava em *societas-economica*, augmentando desmedidamente a noção do interesse material, e tornando desnecessaria e ridicula qualquer preoccupação com os interesses moraes e sobrenaturaes. Pelo Individualismo puro o super-homem poderia ser ainda um santo e um submisso a Deus, quando Deus não

fosse o seu proprio eu; mas, pelo Socialismo, que vem fazer esta idéa de Deus fora do mundo, si a sociedade é o Deus da terra?

"O Socialismo levou às suas conseqüencias logicas a revolução parcial iniciada pelo Capitalismo. Si a funcção principal da burguesia, ao destruir a ordem feudal que a dominava, foi eliminar toda a subordinação do politico, do economico, do juridico, ao moral e ao religioso, a funcção primordial do proletariado, segundo o Socialismo integral, é eliminar definitivamente a religião e a moral religiosa, rompendo de uma vez por todas com toda especie de tradicionalismo."

"Lenin tinha toda a razão quando dizia odiar a Deus como seu inimigo pessoal; pessoal, isto é, existente e elle Lenin defrontando-o."

Tal é o termo final do Socialismo, depois de negar o individuo, negar a propriedade, o capital, a familia. Para elle é superflua qualquer moral que não seja a conducta no sentido de saciar o ventre da collectividade, é graciosa qualquer idéa de Deus que não o identifique com a sociedade mesma. Assim, a rotação do progresso humano que do eixo *theocentrico* do medievalismo, passara ao eixo *anthropocentrico* do Capitalismo, deslocava-se agora para o eixo *sociocentrico* do Sociologismo.

A' parte IV reserva o estudo das ultimas expressões do Naturalismo, as mais nuas e cruas, tanto encaradas à luz das applicações, nos Caps. VIII e IX, como à luz da theoria pura, no Cap. X.

No Cap. VIII demonstra a diversidade entre os phenomenos do Socialismo e o Proletismo, sendo aquelle uma creação subjectiva e este uma creação opportunista da Historia, aquelle o fructo da consciencia de um genio, este o movimento quasi instinctivo da collectividade. O Proletismo é por principio e por fim contrario ao Capitalismo, um elemento desencadeado contra este. O Socalismo ao contrario, é, por principio, favoravel ao Capitalismo, e hostil somente em sua finalidade; é uma força raciocinada dirigida subtilmente contra a ordem que hoje reina no mundo. Em vista disso, seria mais logico o movimento proletario de ordem pratica do que o movimento scientifico de Marx. *"O erro de Marx não está na sua critica ao Capitalismo e sim na sua acceitação do Capitalismo*

como um estágio da evolução natural e necessaria da humanidade." E à pag. 301 accrescenta: *"E o resultado dessa revolução* (do Capitalismo) *não foi a egualdade, como tinham julgado os theoricos da economia liberta das restricções moraes e tradicionaes, e sim um augmento de desegualdade."* Pois era essa desegualdade, quando tocasse o seu ponto culminante, que Marx enxergava como a causa immediata da grande revolução final e do inicio da estagnação Comteana — o regime industrial e pacifico — mas já sem a elevação intellectual prevista e aconselhada pelo seu mestre. Zombando, porem, tanto das previsões de Comte como das de Marx, a evolução tem buscado outras directrizes escolhidas pelos próprios regimes vigentes em contracções ou amoldamentos de defesa. Foi assim que o movimento scientifico e subjectivo buscou alliança com a realidade do Proletarismo, valendo-se deste como elemento de combate. E o que deveria ser evolução historica necessaria passou a ser forçada e contingente. Dahi surgiu a concepção de lucta de classe como meio de precipitar uma evolução que, segundo a sciencia, deveria operar-se espontanea e fatalmente. Seria o caso de perguntar aos socialistas: Por que colher o fruto antes de maduro? Desloca-se apenas a lucta da arena dos individuos para o campo das collectividades; mas em nada se foge do economismo puro, buscando aperfeiçoar o homem na sua complexidade integral. Nos seus resultados extremos o Capitalismo hypertrophiado confunde-se com o Socialismo; e tanto um como outro não evitarão a decadencia do espirito humano. O regime Communista nada mais é do que o regime de um capitalista unico — o Estado. — *"A civilização moderna, com todo o seu esplendor, apresenta symptomas alarmantes de decadencia. E o phenomeno da hypertrophia capitalista do economismo, levando ao monopolio socialista do economismo, está provocando a identificação crescente entre Proletismo e Socialismo, que não se confundem, mas que tenderão a approximar-se, na medida em que a sociedade não reagir contra as tendencias a que ha seculos a vem conduzindo um erro de orientação original."*

Conforme dissemos, o Capitalismo de vigente de inspiração individualistica, que o autor chama secundario, porque succedeu a fórmula primordial do Mercantilismo buscou por

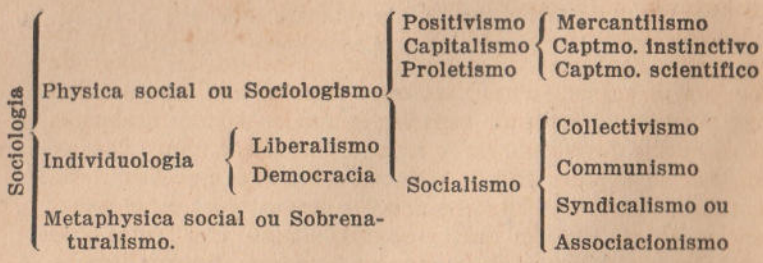
si mesmo e para si mesmo a maneira de contornar as inconveniencias do seu desenvolvimento, e assim evitar ou tornar graciosa a campanha socialista. Com esse passo adeante, entrou o Capitalismo na sua terceira phase ou scientifica, pois procura justificar-se tanto no terreno dos principios como no terreno da pratica, construindo-se uma technica toda racional. Iniciado por Taylor e praticado e defendido particularmente por Ford, foi generalizado pelo presidente Hoover. Escudados ainda no conceito de progresso indefinido da philosophia de Spenser e no Pragmatismo, os doutrinadores da era do capital não podem consentir na absorpção do homem pela sociedade; querem que o individuo seja pela sociedade mas que não seja a sociedade mesma em acção, por intermedio delle como de um instrumento cego. Não; para elles o homem conserva relativa independencia quanto à sociedade mas torna-se escravo do systema, da machina; em vez de funcção, a sua actividade toma o caracter de cooperação. Em vez dos principios do Capitalismo instinctivo — lucro directo, especulação, concorrencia, dinheiro-valor, preços altos, salarios baixos — o Capitalismo superior adoptou estes formulados por Taylor: *Sciencia não empirismo, harmonia, não discordia; cooperação, não individualismo; maximo de producção, em vez de producção limitada; desenvolvimento de cada homem até sua maxima efficiencia e prosperidade.* (Pag. 347). São ainda do Capitalismo scientifico os seguintes preceitos: *visar o lucro só indirectamente; auxiliar o êxito alheio pela prestação de serviços reciprocos, como base de aperfeiçoamento moral, tal o que se pratica correntemente nos Rotarys-Clubes; auferir lucro depois de servido o interesse geral; ("o industrial não é sinão um servidor da communidade"); não praticar a especulação nem a concorrencia ("A especulação é a negação da idéa industrial, o tempo empregado em combater a concorrencia é tempo perdido"); não attribuir valor ao dinheiro, pois nada faz por si mesmo; reduzir os preços para augmentar o consumo; elevar os salarios para estimular a producção; reduzir o tempo de trabalho como medida de humanidade.* Numa palavra, estimular o interesse individual para bem economico da humanidade. Taes as maximas praticadas por Ford na sua immensa fabrica. Dessa forma, pondo ao

alcance do operario todas as conquistas que lhe promette o Communismo, torna-o inutil o Capitalismo scientifico.

Estaria resolvido o problema do homem na terra, si a sua vida se cifrasse na satisfacção dos interesses materiaes, e no confôrto e no luxo como saturação dos mesmos. Mas insaciavel, como é o espirito humano, e fallivel por tantos sentidos, transborda desse desiderato e perturba-se a si proprio. A saturação material pela superproducção traz como consequência a conquista de novos mercados, o imperialismo e a guerra, tal o que começa a succeder na America-do-Sul sob a pressão da America-do-Norte. Isso como phenomeno internacional, e como phenomeno interno, traz o commodismo e o decrescimo subseqüente da natalidade com o estacionamento.

Estudadas as orientações praticas das ultimas concepções sociologicas, o autor remata o seu notavel trabalho com penetrante apanhado das suas orientações theoricas. Põe de parte a corrente sobre-naturalista que começou em principios do seculo passado com Bonald e De Maistre, passando por Le Play, Tourville e os doutrinadores diplomados da Egreja, para ater-se somente aos naturalistas que provieram de S. Simon, através da direcção impressa por Comte, a que intitula, com feliz precisão de termo — Sociologismo — e através da direcção impressa por Marx, a que reserva o nome classico de Socialismo, estudado em capitulo anterior.

O Sociologismo é uma corrente de idéas que vem abicar ou nas realizações do Capitalismo scientifico ou nas realizações do Communismo, atrás estudadas. Entre o Naturalismo ou physica social e o Sobrenaturalismo porem, existe um corpo de doutrina que se consubstancia na ordem vigente, mas que não chegou a constituir uma sciencia. A essa bagagem racionalista chama Tristão-de-Athayde — *Individuologia*. Assim, fica compreendendo a Sociologia uma Physica social ou Sociologismo que abrange Capitalismo e Socialismo: a Individuologia em que se estuda a Democracia e o Liberalismo: e a Metaphysica social ou Philosophia moral, que foi a Sociologia medieval.



Pois é contra os excessos do presente estado de cousas que surge Tristão-de-Athayde, mostrando as vantagens de resacralização e do restabelecimento do equilibrio entre o divino e o humano. Sua doutrina é o Catholicismo-social que, tão cioso da prosperidade terrena como as outras doutrinas, acceita, porem, a sociedade nos seus multiplos aspectos e partes, para os articular num todo em que não falte nem a moral nem a fé. Ahi virão morrer os egoismos individuaes e os egoismos collectivos. Nem tanto Individualismo nem tanto Socialismo, mas um temperado pelo outro. Do individuo, uma parcella pertence á sociedade e outra a si proprio, cabendo a Deus a somma; da sociedade, tudo deve concorrer para esta ultima, isto é, para a somma, onde está o germe e a potencia da perfeição. Como fim do processo vital não apresenta, pois, o Catholicismo o enriquecimento material indefinido; mas, sem negar a este como meio, *prega o enriquecimento moral indefinido do individuo*. Numa nação catholicamente organizada tendem a adqùirir maior preço os valores moraes do que os valores economicos. E que faz o Socialismo para supprir a moral dogmatica indispensavel, que contem o homem na sua conducta naturalmente tortuosa? Opprime-o e impede-lhe toda expansão, nega-o: estaca o progresso porque o progresso social, embora seja isto negado pelos sociologistas, é uma constante irradiação da personalidade. De medo do homem a sociedade o tragará. Ao que responde o Christianismo: Consinta-se que o homem se distenda e busque o infinito, que é o seu dominio natural, usando como possa de todos os meios materiaes. E' tão grande o seu reino que não basta a terra para contel-o. E nisto consiste a grandiosa harmonia entre o natural e o

sobre-natural, cujo quadro nos foi pintado pelo sr. Tristão-de-Athayde. Entre os resultados do espirito scientifico do ultimo seculo conforme dissemos, figura o habito de deixar de lado, fora da sciencia a religião, ou o de consideral-a e aceital-a como phenomeno natural, negando-lhe toda sobrenaturalidade. Nas sciencias physicas, em que o objecto está fora do homem, isto se explica, porque ellas vieram sob a égide da razão que tudo pretende esclarecer; mas o mesmo não acontece nas sciencias abstractas, em que o objecto é uma das tantas manifestações da subjectividade, porque está no proprio homem, na sua potencia para o raciocinio, na sua potencia para a acção, na sua potencia para sentir, em todas as manifestações da *psyché*, e está na sociedade que nada mais é do que a convergencia das projecções individuaes. Aqui não é possivel esquecer a religião e os factores que a produzem. E caso não possa entrar como reflexo da attitude subjectiva ou pessoal do proprio sociólogo, na elaboração da verdade, deve entrar necessariamente como objecto, na attitude de quem a considera como presumpção de verdade, e se submette ao insondavel da alma do proximo. Que cabe fazer ao scientista incréu pela obnubilação da sua consciencia, deante dos extases de um mystico? Negal-os? Seria o mesmo que negar a força physica do athleta que ergue cem kilos, porque o espectador só levanta déz. Pois uma sociedade formada de crentes é um corpo habitado por uma alma athletica que o scientista é obrigado a acceitar ao estudar-lhe a vida desdobrada em actos e em potencia. Só assim, ou com mais perfeição ainda, somente pondo-se em contacto e identificando-se com ella, poderá ter a percepção do que vale a fé como factor social.

Um sociólogo brasileiro, ainda que não seja catholico, é forçado a raciocinar dentro do real da nossa nacionalidade. Do contrario, é fazer subjectivismo e idealismo inutil, si não tiver prestigio; ou prejudicial, si fôr um genio influente. Pouco importa ao verdadeiro destino da nossa nacionalidade que A ou B seja atheu ou protestante ou judeu; o que se faz mister é que o sociólogo se torne, sinão crente, ao menos identificado com o meio brasileiro que é christão-romano. Qualquer outra attitude escapará do realismo brasileiro, como escapará do realismo indú o sociólogo que se não identificar

com a religião dominante ou não raciocine como budhista naquella sociedade. Como é possivel discorrer sobre um objecto sem conhecel-o? E como é possivel conhecer os factos humanos gerados pelas faculdades humanas em vista da sociedade, portanto os objectos da Sociologia, sem fazel-os passar pela alma do observador, de forma que o sujeito perceba em si o objecto; isto é, a socialidade toda, assim como o philosopho que em si mesmo como num comprimido, estuda a humanidade inteira?

E' verdade que a Historia não se tem feito por força exclusiva das doutrinas realistas, mas tambem não ha duvida sobre o perigo do Idealismo para uma socialidade, quer seja ella de caracter privado quer publico. Está cheia a Historia de bruscas revoluções, dadas á luz depois de longas gestações, cujas paternidades se devem aos genios que operam por meio da heuristica e da acção. Mas estes, quando saem do ambiente em que vivem para raciocinar abstractamente, trabalhando sobre factos sem objectividade, começam a viver como amphibios em dous elementos — no elemento real de que se alimentam, e no ideal em que se refugiam ou se deleitam; e torcem o grupo para a mesma amphibiedade, trazendo ao campo do real as idealidades imaginadas, muitas vezes sem prever toda a complexidade da vida extra individual.

Que este processo encerra graves perigos não é difficil de perceber; pois o vicio do Idealismo, como tendencia pessoal, e o das instituições ideaes como tendencia collectiva, sendo inesgottavelmente fecundo, impede a formação das tradições, que são a ossatura da sociedade. Dar curso ao Idealismo, sobretudo realizar idealidades sem medida, importa propellir, sem descanso, uma socialidade ou a humanidade toda na via revolucionaria do evoluir acelerado, sem lhe dar tempo de repouso, de paz, de felicidade: ao mesmo tempo que lhe supprime as poucas possibilidades de previsão e certeza do futuro. Esse é o rythmo, e essa é a impressão das socialidades occidentaes, em conseqüencia *da invenção.*

Tal o eschema em que se comprehendem todos os aspectos da sciencia social.

A Individuologia começou a esboçar-se pelo Nominalismo

medieval, em Philosophia: pela Reforma, em Religião: pela livre-concorrencia e offerta-procura, em Economia: pelo conceito de liberdade, em Politica: pelo individualismo juridico de Roma, em Direito.

Explicada a Individuologia, explicada a Metaphysica-social que Bonald reviveu como reacção contra aquella, retomando a tradição medieval, resta explicar o Sociologismo, que tambem é uma reacção contra a Individuologia. Mas, enquanto Bonald tentava a reacção armado da idéa de Deus, os sociologistas o fazem sem Deus; enquanto aquelles e sua escola defendem a pessoalidade do homem, estes apagam-na na sociedade: *"Numa philosophia da vida espiritualmente concebida, é o homem o grande creador da cultura pela sua actividade e a sociedade assume uma importancia secundaria"* (pag. 451). E diz a escola de Durkheim: *"A individualidade psychica isolada não é mais do que uma abstracção, á qual não corresponde nenhuma realidade propriamente dicta: a alma isolada é um producto da sociedade* (448).

Segundo estas concepções são os homens levados a religiões differentes e a moraes differentes. Os sobrenaturalistas prestam seu culto a Deus e se sentem responsaveis por seus actos; os naturalistas cultuam ou a humanidade, como aconselhou Comte, ou a Patria, como quiz Michelet, ou o Estado, segundo Hegel, ou a sociedade, conforme Izoulet, ao mesmo tempo que descarregam sobre esses novos idolos a responsabilidade dos seus actos. O crime, por exemplo, deixa de ser peccado para ser doença social. E nesse balanço dos conhecimentos sociologicos universaes, não esquece o nosso avisado autor de passar em revista e debatida qùestão da psychologia collectiva e da psychologia social: consistindo aquella no estudo das relações immateriaes entre individuos associados e em virtude do grupo; e esta no estudo das mesmas relações immateriaes, considerados como factos do grupo em si e não dos individuos, que já não existem.

Depois de esclarecer por que a moral scientifica quer nascida de Comte, quer nascida de Spenser, não satisfaz o homem: depois de evidenciar como provêm do Sociologismo as ultimas formas do Economismo, pois *"o Sociologismo constitue hoje a base doutrinaria do Economismo pratico dos nos-*

sos dias" encerra o seu luminoso e ultimo Capitulo, com esta sentença, que deve ser maduramente meditada, sobretudo pelos que se têm por democratas e liberaes indefectiveis, ciosos da sua autonomia e da sua individualidade; pois nos previne a todos contra as possiveis realizações de uma sciencia que se revoltou contra o homem, depois de o haver endeusado: *"A sociedade voltou-se de tal modo contra o individuo que o dissolveu inteiramente nella e o dissociou inteiramente em si. O homem se tornou apenas um ponto de passagem neutro das forças cegas e impessoaes que o inpellem para o nada."*

D) *Conclusão*

"A despeito do titulo destas linhas finaes, não desejo concluir cousa alguma. O leitor que o faça, si entender que deve." Assim abre o sr. Tristão-de-Athayde as duas ultimas paginas do seu valioso trabalho, que é uma obra em lingua portuguesa, de molde a nos proporcionar um panorama claro e cheio de perspectivas do pensamento humano sobre a sociedade. Livros destes são naturalmente raros numa nação adolescente, e afora isso quasi chaotica como a nossa. Si não indicar porem, o nosso alvorecer o que não é de duvidar, já é uma estrella, prenunciadora da manhan.

E como poderá furtar-se o leitor a fazer considerações á guisa de conclusão, si as entrelinhas e as perspectivas, pela sua profundidade, convidam o espirito ás amenas diggressões, como as alamedas aos passeios infindaveis?

São assim as grandes obras. Dizem mais no que fica subentendido do que no que está claro.

O livro de Tristão-de-Athayde tem o valor de chamar a attenção sobre os phenomenos superiores ao economico entre os moveis do progresso. E' uma reacção contra o Economismo, como ponto convergente de toda a actividade humana.

Foi moda abstrahir do factor religioso ao estructurarem os sabios a Sociologia. Mas, como é possivel eliminar esse elemento sem eliminar tambem d'entre os cultores da sciencia todos aquelles que se conservam fieis ao seu credo? A evo-

lução sem a religião ou contra a religião ou suppondo a extincção della, eqüivale a relegar ao absurdo toda sciencia que parte da religião ou tenda para Deus. Embora seja uma convicção scientifica generalizada que a evolução se opera no sentido de extinguir a idéa de Deus e do absoluto, renascem estes conceitos na propria esphera do mundo material e do relativo. Transformam-se em idolos os deuses, ao mesmo tempo que o relativismo é uma noção de absoluto. A omnipotencia attribuida á sociedade moderna, por exemplo, é uma fórmula de Pantheismo que trouxe como conseqüencia a subordinação completa e dogmatica do individuo, tal o que acontecera no tempo do Paganismo grego, quando o maximo de socialidade, representada na familia, na cidade, correspondia ao maximo de religiosidade. Eram idolos tão divinizados como é hoje a sociedade a que não tardarão os homens a queimar incenso. Nada era o individuo como nada tende a ser em nossos dias, segundo a correspondencia de idéas que alimenta o Sociologismo e nos levará ao Socialismo. Baixará novamente o Deus do céu para a terra, do mundo immaterial para o material, no periodo de Atheismo, que é o presente estádio de cousas. Elle é o individuo: e em breves tempos será a sociedade, constituida simples e totalmente em nação, pelo esmagamento da familia e das socialidades intermedias. Contra esse bloco nada poderá o homem nem physica, nem volitiva, nem intellectualmente. Ha uma guerra surda, porem sem treguas, entre os individualistas e os sociologistas, uns e outros desamparados por um forte sentimento que permittisse a transacção e o accôrdo; guerra puramente de egoismos, egoismo dos individuos aquinhoados de bens materiaes que não querem ceder, egoismo da classe dos desherdados que tentam espoliar aquelles, pretendendo identificar os seus interesses com os interesses de toda a sociedade. Em ultima analyse, o Socialismo, nos seus choques contra a alma humana, não dá materia a um Sociologismo geral, por ter nascido eivado de simplicismo.

Preparação á Sociologia

Depois de um trabalho de critica cerrada, como foi o da INTRODUCÇÃO Á ECONOMIA MODERNA, ou, melhor,

depois de meticuloso estudo do pensamento medieval e moderno, que se capitulam na collecção — ESTUDOS — e no seu ultimo livro — PROBLEMA DA BURGUESIA; — depois deste balanço dos idéaes da humanidade, e das suas realizações, Tristão-de-Athayde enriquece a bibliographia brasileira com os seus trabalhos por excellencia constructivos — *"Preparação á Sociologia* e *Politica."*

A quem commenta Tristão-de-Athayde não cabe dizer que a sua construcção sociologica seja anterior ao ultimo estudo critico, não obstante publicado este posteriormente áquella. Não, porque este já estava inteiramente assentado na consciencia do nosso pensador, conforme re-salta das proprias paginas edificativas da PREPARAÇÃO Á SOCIOLOGIA. Julgamos até dispensavel a leitura de "PROBLEMA DA BURGUESIA", deante das lucidas inspirações do seu trabalho anterior; embora termine este livro por um capitulo em que aponta os meios de salvação dessa burguesia desgarrada pelos desvãos philosophicos e pelos desvios no campo da acção. No decorrer do seculo passado ella conseguiu completar uma philosophia da vida do homem e dos povos; e apesar de seus erros de individualismo e de capitalismo, que hoje infelicita a humanidade, affirma o autor a sua convicção de ser conveniente salvar a burguesia, por meio de uma reacção philosophico-religiosa, de uma reacção politica, de uma reacção economica, de uma reacção biologica.

Atacando-a, Tristão-de-Athayde o faz para defendel-a contra o seu nefasto desapparecimento no Communismo; e para accentuar mais uma vez o cunho da organização social que propugna — a ordem social integral, finalista, que assente sobre todos os elementos da sociedade — o meio, a nação, a classe, a profissão, a familia, o homem e Deus. Mostrar as fluctuações do solo sobre que repousa a burguesia e offerecer-lhe a tabua da salvação no momento do soçôbro, eis o conteúdo de seu ultimo trabalho de grande estilo.

Mas aquelle em que o grande sociólogo patricio se desdobra affirmativamente, quasi em acção, voltado para o futuro, é a *"Preparação á Sociologia"*, ou, poderiamos dizer, o seu compendio de Sociologia, a cartilha em que os Brasileiros acham claras e abundantes noções para uma remode-

lação mental e estructural mais concentanea com os tempos que se vão descortinando hoje.

O critico cedeu ao mestre, o censor ao professor. Já são licções de organização social o que achamos nessas paginas, mas de uma organização que nada despreza, nem os factores reaes nem os factores moraes do homem e da sociedade, desde os que se apresentam com a materialidade mais grosseira, como os factores economicos da alimentação, até os da mais elevada espiritualidade, como os religiosos. Para isso, principia, no capitulo I, fazendo a distincção que existe entre a sciencia puramente racionalista ou phenomenalista, nascida do Nacionalismo medieval, através de Descartes e de todo o Materialismo contemporaneo, e a sciencia finalista ou integralista, entre a sciencia que baixou a finalidade do homem ao homem mesmo e logo á sociedade e aquella que a enxerga, acima do homem e da sociedade.

Não despreza a Metaphysica como objecto de conhecimento, porque o immaterial não offusca a razão humana, nem lhe escapa; antes, a illumina e apura. E' neste terreno que se aspande o conhecimento, e que a Sociologia pode mostrar como *"a vida é infinitamente mais complexa do que os systemas com que pretendemos enfeixal-a, como a intelligencia humana é apenas uma forma elementar da intelligencia pura, como o homem é um ser que excede de si mesmo, como a sociedade é um meio e não um fim, como a verdade total, se manifesta pela harmonia e pela hierarchia entre as sciencias e as finalidades parciaes, coordenando-se todas para a Sciencia e Finalidade ultima que é Deus."* (Pag. 29)

Collocada a Sociologia no concerto das demais sciencias e indicado o seu objecto — que é o estudo e a preparação da sociedade como meio de elevação do homem, entra o nosso pensador a estudar o problema do — progresso, mostrando como discrepam uns dos outros os doutrinadores do Materialismo sociologico; como, partindo dos mesmos principios chegam a conclusões oppostas, a resultados optimistas alguns — como Turgot, Condorcet, Comte, Spenser, Marx e Hegel — e a resultados pessimistas outros, como Tolstoi, Nietzche, Schopenhauer e os contemporaneos Spengler e

Lessing. Para Spenser o progresso é a traducção da evolução em estados successivos e indefinidamente; para Comte é a marcha para o estado positivo; para Condorcet o progresso resulta como força immanente da propria especie humana; para Hegel é o caminho que leva ao dominio absoluto do Estado; ao passo que para outro grupo ou o progresso é uma illusão ou é *regresso*. Assim deixam claros os trabalhos de Nietzche, Spengler e Lessing, para quem o avançar da humanidade é uma queda constante. Do Christianismo medieval à Reforma, da Reforma aos mythos scientificos de nossos dias o *chá* da civilização tem enfraquecido gradativamente. E a verdade para Lessing é que a vida não tem objectivo algum; ou, si tem, esse fim é Deus que é a Morte; é a morte que é Lúcifer, é Lúcifer que é Luz. (Pag. 71-72).

O autor prefere estar com aquelles que retomam o *transcendentalismo* de Bossuet, e o *providencialismo*, onde entra forte dose de *imprevisto* no desdobrar dos acontecimentos humanos; prefere estar com Bergson, sobretudo com Maritain, seu guia pelo mundo das verdades christans, o philosopho que ensina que *"civiliser c'est spiritualiser"*, é marchar para cima, verticalmente, quer se trate da sociedade quer do homem, mas da sociedade sempre como meio, do homem como fim, pois que o progresso individual é o verdadeiro sentido da vida de cada homem.

Estas noções geraes do progresso lhe dão logar a conclusões mais precisas sobre o assumpto; e defende com firmeza a these christan, segundo a qual o progresso é multiforme e escapa das leis uniformes que lhe pretendem impôr os devotos da sciencia. O progresso é *material*, é *intellectual*, é *moral*.

Considerando o *material*, acceita para elle o indefinido, o illimitado, segundo a concepção de Spenser, mas faz derivarem delle os desequilibrios da humanidade, quando muito distanciado dos outros estados da prosperidade humana. Considerando o *intellectual*, tambem não lhe vê limite para a continuação; mas apalpa-lhe a *lentidão* a que o sujeitam as gerações que não aproveitam a experiencia nem as pesquisas das gerações anteriores. Neste aleatorio está o imprevisto que preside a toda a Historia humana, assim como a transitoriedade das intituições do ultimo seculo e a quasi mania das innovações. E como não

conceder larga parte ao imprevisto historico de seres dotados de liberdade volitiva? Quem já precisou a forma que tomará uma sociedade no crástino tempo? Nem aos tyrannos é dado esse privilegio, porque plasmam sua obra trabalhando o material humano; e o homem é livre e escapa das fórmas em que o incerram. E, ái da humanidade, si no dia em que se vê presa de situações funestas a que a levam erros e erros accumulados, não conta com a liberdade para retomar o caminho da salvação! Assim o progresso, na sua complexidade nada tem de fatal.

Considerando, afinal, e progresso *moral*, adeanta o nosso pensador que por esse lado é nullo o distendimento no sentido horizontal. Em moral e arte só se nota aperfeiçoamento no sentido vertical, que é o sentido em que se colloca o homem pessoalmente e não em sociedade, aspirando remontar na direcção da centelha divina que o anima.

Para Tristão-de-Athayde, o progresso humano tem sentido muito diverso do que lhe emprestam os optimistas da sciencia.

Primeiro, nada é fatal ou necessario; segundo, a conducta culmina no aperfeiçoamento do homem através de actos que se regulam principalmente pela Moral, como sciencia, e só secundariamente pela Sociologia; desde que a sociedade esteja ordenada de forma a sublimar o homem. Por isso é que a Moral é a sciencia ou o conhecimento que dá a visão do verdadeiro progresso, estudando os actos humanos e encaminhando o homem para a alta finalidade do sobrenatural. Quanto á Sociologia, não vai alem do estudo dos factos sociaes, com o fim de proporcionar o progresso collectivo, como meio de conseguir a finalidade superior, que é a perfeição do homem. Desde já ficam invertidos os valores do conhecimento; e a sociedade deixa de ser o fim do homem para ter por fim o homem, como ambiente de independencia pessoal e espiritualização progressivas.

E' com esta noção de sociedade e de Sociologia que o pensador brasileiro entra a estudar, no Cap. III, a estructura social dentro do seu *meio physico*, por uma dissecação anatomica que nos mostra os orgãos desse corpo *sui generis*, que é a sociedade — a familia, o *grupo* ou associação, o *Estado*, a *Egreja* — e o homem como tessido constitucional de todos elles ou

como nucleo do facto social; completado o mesmo estudo, no Cap. IV, pela apreciação dos agentes animadores desses órgãos — *o poder economico* que dá vida ao grupo de classe ou de profissão, o *poder politico* que dá vida ao Estado, e o poder *espiritual* que dá vida á Egreja e á *familia*.

Dentro dessa complexidade da vida dos homens collectivamente considerados é que o sociólogo patricio descobre a harmonia essencial. Para que uma sociedade marche em equilibrio, com o minimo de tropêços, faz-se mistér o funccionamento de todos os seus orgams, de tal forma que se torne impossivel a hypertrophia de qualquer delles, como a dos orgams religiosos na theocracia, os orgams politicos na democracia, os orgams economicos no commercio.

No *meio* Tristão-de-Athayde vê a vida natural; no *homem* ou na pessoa vê a vida natural e a sobrenatural; e na *familia*, no *grupo*, no *Estado*, vê a vida social, destacando dessas tres modalidades da vida os tres elementos basicos — a *natureza*, o *homem*, a *sociedade*. E' das acções e reacções desses tres elementos, agindo combinadamente, que nasce o *facto social*, objecto da Sociologia.

"Esses tres elementos formam, em seu conjuncto, o facto social tal como deve comprehender uma Sociologia finalista." (Pag. 89).

Como se vê, já não é o facto social demasiadamente largo dos pensadores que o reportavam exclusivamente á Moral, antes de Comte e Le Play, producto exclusivo da *liberdade individual;* nem o facto social excessivamente estricto dos sociologistas, producto da *necessidade* social em que o homem se afoga e desapparece como abstracção. Esses phenomenos se passam mais ou menos assim: A natureza determina o homem material, physiologico; o homem espiritual ou psychico tambem é determinante do homem physico; e a sociedade, conquanto mais espiritualizada que este, como ser essencialmente independente, não pode existir sem nenhum dos outros dous elementos a — *natureza* e o *homem*. Como se vê na natureza ha uma força que predomina sobre o homem e a sociedade, quando animalizados, ou nos primeiros estádios do progresso; e no homem outra que vence, por fim, a tyrannia do meio — o *espirito*, a *alma*, quer esse meio seja a cega natureza, quer se-

ja a sociedade já no meio consciente, mas com essa consciencia enfraquecida pela diluição do homem na sociedade, sob a forma de individuo. Em conclusão, a sociedade obedece ao espirito immortal do homem, e dirigida por elle, chega a dominar a natureza. Nessa obediencia ao espirito e nessa lucta contra a natureza physica, e pela natureza humana, desenrolam-se os phenomenos do dominio da Sociologia.

Tristão-de-Athayde nega todos os monismos; portanto contesta a verdade dos mesologistas que tudo fazem depender do meio physico; e contesta as affirmações dos hereditaristas ou racistas ou anthropologistas para os quaes tudo decorre do elemento raça através da successão natural ou hereditariedade. Incontestavelmente factos sociaes ha que dependem e sempre dependerão da natureza; mas estes são os mais materiaes, como os da *alimentação*, da *habitação*, do *vestuario*. E quando remontamos ás espheras superiores da vida humana, o que se "observa é uma influencia decrescente dos factores exteriores, á medida que se espiritualizam os phenomenos sociaes. Os phenomenos politico-historicos só muito indirectamente se deixam influir pelo meio em que se desenvolvem, e, á medida que nos approximamos dos phenomenos propriamente espirituaes, essa influencia vai gradativamente diminuindo, até tornar-se praticamente nulla nos phenomenos da sciencia mystica, da ascetica." (Pag. 96).

Ora, sendo assim, o elemento realmente creador na sociedade é o homem, átomo do facto social; o *homem* e não o *individuo*, pois que, si não é possivel negar a individualidade no homem, menos se pode negar a sua pessoalidade. Ha duas entidades no homem social. E cita um passo de Maritain em apoio da sua these.

"O nome de *pessoa* é reservado ás substancias que possuem essa cousa divina — o espirito — e que, por esse motivo, constitue cada uma dellas, um mundo espiritual e moral que, para falar com propriedade, *não é uma parte do universo*.

O nome de *individuo*, ao contrario, é commum ao homem, ao animal, á planta, ao microbio, e ao átomo; de modo que na qualidade de individuos, nós não somos sinão um fragmento de materia, *uma parte desse universo*."

Aqui está o pensamento que domina superiormente toda a concepção da sociologia christan. Aqui está a idéa que fazem os sociólogos catholicos do *individuo* material, sempre sujeito ás contingencias sociaes, até ao sacrificio pela sociedade, como no caso de guerra justa; e a idéa que fazem da pessoa, finalidade social, entidade intermediaria entre a sociedade e Deus; ser que ainda existe em sociedade, mas que se destina a Deus, como si fosse apenas uma estação da sua viagem para Elle.

Tal é a concatenação e a clareza das idéas do autor neste capitulo da Sociologia, que puderam ser resumidos em um sorites final que não deixa ficar duvida:

"O individuo existe para a sociedade, a sociedade existe para a pessoa, a pessoa existe para Deus." (Pag. 103).

Nas paginas subseqùentes estuda o primeiro orgam social, — a familia — o mais importante, por ser aquelle em que coexistem os tres agentes da vida desses orgams — o poder espiritual, o poder politico e o poder economico. — É, para a familia que o homem desenvolve as suas aptidões economicas, e para amparal-a deve o Estado accumular reservas; no patrio-poder está o embryão da autoridade, e da autoridade politica desce á familia o melhor da legislação; na familia refugia-se o amor, que é a flamma divina constantemente accesa para a sagrada missão de perpetuar a especie; é a familia a fonte onde enxerga o homem a primeira imagem da eternidade, aquelle que produz a immortalidade da especie, e que fornece á Egreja o campo mais propicio para desenvolver a consciencia da immortalidade do homem, da pessoa, da alma.

"Numa concepção christan da sociedade tanto o homem como o Estado existem para a familia e os tres para Deus. Aquella é realmente o grupo básico, a pequena sociedade fundamental dentro das tres grandes sociedades successivas — a nacional, a universal, a sobrenatural. (Pag. 106).

A essa entidade autónoma de importancia capital cabem privilegios no concerto geral, como a defesa contra tudo o que concorra para sua decadencia, conselhos familiares, salarios familiares, voto familiar, consulta pedagogica, etc. (Pag. 109).

Na sua defesa da familia e na reaffirmação da importancia desta como grupo social, combinada com o conceito de ho-

mem (individuo e pessoa) parece-nos que Tristão-de-Athayde, como todos os sociólogos catholicos, não chegaram ainda ás ultimas conseqüencias. Com bom fundamento pode considerar-se como unidade social, para a materia sociologica, não o homem, mas o *casal*. Ao homem, inversamente chamado de *individuo* para os effeitos da Sociologia, falta uma condição essencial como unidade, ponto de partida dessa sciencia — a identidade do homem com o homem — de forma que entre um individuo e outro não haja differença essencial. Que o homem seja um individuo para o biologista, concebe-se como se concebe a arvore-individuo para o botanico, o animal para o zoologista; pois que deixa de existir ser individual, desde que lhe falte a estructura de que são todos dotados.

Um individuo para as sciencias naturaes é o ser que somente pode existir dotado de taes e taes orgams. Até para o moralista, a pessoa humana é um individuo, porque, desde que existe, é como uma incarnação da mesma essencia immortal — a alma. Todos os homens são eguaes para quem os encara por esse prisma como o são para o biologista; como todas arvores da mesma variedade para o botanico, como os animaes da mesma raça para o zoologista.

Mas para o sociólogo nem todos os homens são eguaes, nem o homem genuinamente falando completa a unidade que contem em si todas as condições de vida da sociedade. Os homens são divididos em *sexos;* o que quer dizer que cada representante de um sexo é a parte de um todo, a fracção de uma unidade; e não a unidade mesma, imposta e supposta pelos mestres da Sociologia. O homem, unidade biologica e moral, é uma fracção social; é mais exactamente um *dimiduo* do que um *individuo*. No *casal* está a unidade, o inteiro, de que pode partir raciocinando um sociólogo; porque no casal está a fonte de que emana a sociedade perpetuamente; como no individuo (homem, animal, planta) encontra o biologista os elementos que tornam possivel a vida cujos arcanos busca; como na pessoa depara-se ao moralista a alma, o ser que procura facetar e apurar. Na Segunda Parte estudaremos melhor esta These.

O homem singularmente considerado, a nosso ver, escapa da esphera sociologica, sempre que não for encarado como representante de qualquer dos grupos sociaes — o casal ou a fa-

milia, quando desdobrado em descendentes, o grupo profissional, o grupo politico. Só então assume valor essencialmente social o homem; mas como personificação do grupo e não como valor individual. Do contrario, teriamos o mesmo objecto para tres actividades do espirito — o individuo para o biologista que investiga a vida; o individuo para o sociologo que estuda a sociedade; o individuo para o moralista que trabalha sobre os actos pessoaes — o que estabelece uma confusão, embora subtil, mas perceptivel em mais de um desdobramento sociologo. Entre os fructos do individualismo applicado, por exemplo, somente em nossos dias vai produzindo a egualdade absoluta entre o homem e a mulher, como conseqüencia logica do systema que decompôs a sociedade em individuos, passando por cima de todos os grupos intermediarios entre elles e o Estado. Até aqui valia a superioridade legal do homem sobre a mulher, como voz profunda da consciencia da especie, que attribuia ao homem a funcção natural de chefe e representante do casal, o que não significa que negasse á mulher a egualdade moral e intellectual. Para que o casal fructifique em familia e a familia perpetue a especie, conferia-se á mulher, numa proficua especificação de funcções, a alta dignidade de mãe, genio do lar, dona absoluta do coração dos filhos; e do homem uma actividade social que, mais do que individual implica a existencia da familia. Quando o homem se agita nas espheras domestica, economica, politica, procede como chefe e representante da familia, leva atrás de si um grupo, uma unidade social. Ao votar, por exemplo, seu voto exprime o pensamento de todos aquelles que em outros campos sociaes existem sob a sua direcção e representação.

Até aqui o suffragio universal e o direito ainda respeitavam a existencia do casal como nucleo social por excellencia.

Mas, decretada a egualdade, como funccionará esse nucleo social? O mais certo será que, a principio, lhe valha uma organização convencional precaria, que não impedirá o enfraquecimento da instituição; e que, afinal, entre na decomposição da promiscuidade, e a humanidade retrograde á condição dos irracionaes.

Nessa via conquistará a mulher ambicionados direitos; mas essa é a mesma via que a leva á egualdade integral, ao communismo, onde ella os perderá, com os proprios homens, absorvidos

pelo Estado todo poderoso. No momento em que estamos, o enfraquecimento do casal e da familia, pelas conquistas do feminismo, é o que ha de mais minaz e nefasto para a propria Democracia sob que vivemos e que poderia salvar-se parando onde está; e o que ha de mais transitorio e ephêmero no campo das experimentações sociaes. A mulher espera progredir apoiada no regime democratico e liberal, mas é o proprio regime que ella ajuda a decompor. Certo, sob a promiscuidade, continuarão os homens a se perpetuar e uma sociedade existirá. Mas apresentará ella essa complexidade favoravel ao progresso em todas as suas faces? Ou se exhibirá com o cunho das collectividades rudimentares e atrasadas? Não será isso o regresso proveniente, sobretudo, da dissolução da familia como nucleo social de multiplicação da especie e como altar de elevação moral? Não é uma conseqüencia da pulverização da sociedade em individuos e da sua eqüiparação á multidão?

De facto, desde a sociedade mediavel, em que dominava a nobreza, através da sociedade presente, em que domina a burguesia, até a sociedade communista em que predominará o operariado, verifica-se uma decadencia dolorosa, que é uma realidade, embora não seja uma contingencia necessaria. Então na Edade-Média, alcançar a perfeição era desabrochar as qualidades moraes; era ennobrecer-se o homem pelo cultivo da honra, da coragem, sobretudo da impavidez deante da morte, das qualidades que levaram os medievos á cavallaria e á conquista de apanagios e de titulos que, assim como conquistados, eram defendidos. Nobres verdadeiramente, taes eram os homens que governavam do alto dos seus castellos os villões da parte baixa, porque eram *vis* (do latim *vilis* vil) não tinham animo para os grandes emprehendimentos e temiam a morte; porque amavam os dons da terra, ainda que á custa das dôres da alma.

Depois veiu a burguesia, apreciando a peso de moeda os valores, e pelo numero e pelas riquezas desthronando os nobres e tomando a direcção social e politica. E cultivou as sciencias e cultivou as artes como os seus antecessores no governo; mas uma sciencia que desprezou o homem para se objectivar no mundo, uma arte que em nada ultrapassou as artes da Renascencia. O advento da burguesia operou uma substituição de sciencias, o que não quer dizer que aprofundasse o conhecimento

adqùirindo no sentido de aperfeiçoar o homem. Nesse andar o que se traduzia por amor á alma, e desprezo da vida, passou a ser amor á vida e horror á morte. E' a licção que nos dá o proprio sr. Tristão-de-Athayde. E a sciencia combinada com as artes deu como resultado o conforto dos arranha-céus e das vivendas, em vez da severidade primitiva dos castellos e solares, ao mesmo tempo que dissemina a morte aos milhões; como illustração do que vale o apêgo á vida e á terra. Isso já não alcança o que culminava no estado anterior, mas ainda seria alguma cousa, sendo uma possibilidade de perfeição, si o homem tivesse equilibrado o progresso do conhecimento physico com o progresso já adqùirido do conhecimento metaphysico, si, para construir de um lado, não destruisse do outro.

Na ordem integral creada pelo Materialismo scientifico e por sua expressão sociologica — o Individualismo, — deu-se uma decadencia; mas a verdade é que fica aberta uma janella por onde o homem pode lobrigar a sua grandeza pasada, e evadir-se para reconquistal-a — o mesmo Individualismo. E' o caso de agarrarmo-nos com o que existe, poupado pela raseira niveladora, e assim deter a marcha para novas aventuras.

O Individualismo, com suas selecções e desegualdades, ainda é um progresso deante da egualdade chata do Communismo, que extingue todas as possibilidades de progresso pessoal.

Ora, si a nobreza ainda não correspondia aos dictames da direcção temporal da sociedade; si a burguesia, sua substituta, deve ser, por sua vez, substituida pelo operariado; ora, si a marcha da humanidade se opera do governo das classes superiores para o governo das classes inferiores, a unica conclusão é esta: — A humanidade vai de mal a peior.

Estudada a familia, o nosso lúcido pensador entra a discorrer sobre a posição dos grupos de classe e profissionaes, cuja apreciação omittimos aqui, para não repetirmos dissertações varias vezes escriptas em artigos de jornaes e em nosso trabalho — "A Qùestão Social." Não podemos, porem, deixar de frisar que ás idéas do nosso maior sociólogo se adaptam perfeitamente as que vimos ha annos defendendo. Os grupos de classes e profissionaes são entidades sociaes que esperam regulamentação e representação politica. Esta será a unica maneira de fugir

ao Socialismo-d'Estado, que é o systema empregado pela Democracia para resolver a Qùestão-Social, mas que não é outra cousa sinão a socialização lenta das nações, a absorpção do individuo, na evasão mesma do Liberalismo.

Quanto ao Estado, outro valor social, propugna o sr. Tristão-de-Athayde por um Estado intervencionista, mas como coordenador das forças sociaes, quer individuaes, quer collectivas; e não como absorptor das actividades.

Estuda logo a Egreja, para mostrar as forças de sua cooperação como o Estado, as modalidades da sua adaptação, como poder espiritual, ao temporal economico e politico. — Ha o systema de *absorpção,* como era na Russia dos Tzares, o da *opposição,* como na Russia bolchevista; o da *separação,* como é no Brasil; o da *collaboração* ou *concordata,* como é na Rumania e Hollanda; e o da *união,* como na Italia; e é o systema que aconselha para o Brasil; povoado por uma nação em sua maioria catholica.

Ao analysar as forças que vivificam o orgam espiritual — a Egreja — o orgam politico — o Estado — e os orgams economicos, faz re-saltar a tendencia ao monismo de cada uma dellas ou absorvendo a força espiritual e economica, como acontece á força politica democratica e á Italia; ou absorvendo a politica espiritual, como acontece á força economica communista; ou absorvendo a economia e a politica, quando o Estado é theocratico.

Este é o grande defeito contra o qual se levanta a Egreja, buscando no equilibrio dos tres poderes a harmonia, portanto a ordem social.

> "A Sociologia finalista christan é essencialmente "*pluralista.* Ella concebe os tres poderes fundamen- "taes da sociedade — o politico, o economico, o es- "piritual — como tres forças *autónomas,* de campos "de acção distinctos, mas fundamentalmente associa- "dos entre si e todos com funcção publica social". pag. 135.

Vimos linhas atrás que o autor se decide pelo systema da união da Egreja com o Estado, no Brasil, por tratar-se de uma nação em maioria catholica.

Mas é o mesmo sr. Tristão-de-Athayde quem re-salva, pag. 236, os exaggêros que essa forma de cooperação entre os tres poderes pode occasionar. Sim, a toda dissertação sobre este grave thema é indispensavel a luz da clareza; pois que o poder espiritual contem o mesmo expansionismo do politico e do economico. E assim como a hypertrophia destes desequilibra a sociedade, arrastrando-a aos monismos normativos, a hypertrophia do poder religioso abica no mesmo grave defeito. A Historia nos mostra as guerras e outros desatinos humanos motivados pelo fanatismo e pela exaltação de um clero militante nos campos do poder temporal — no politico e no economico, fora, portanto, do seu dominio exclusivo, que é o espiritual, exercido legalmente na familia, na escola, no grupo de classe ou de profissão, como o phanal extremo da rota humana. Clero politico, dão os por exemplo, e exercito politico dão os mesmos resultados perturbadores, porque tanto esta como aquella classe não podem agir sem suas armas inseparaveis; o exercito sem a espada que fulmina pela força material, e o clero, sem o poder espiritual, sem o culto, que domina os corações e os prepara aos maiores execessos. Numa sociedade que pretende escapar desses dous paroxysmos, esta condição é essencial — afastar-se o sacerdote e o militar da politica, para se dedicarem este e aquelle ás suas funcções especificas — quer seja a defesa do homem contra as forças do mal, quer seja a defesa da nação contra as forças internacionaes. E' o proprio sociólogo commentado quem nos ajuda a justificar esta illação, quando diz á pag. 236.

> "Essa intervenção da Egreja, porem, é por na-
> "tureza limitada. Já tive occasião de dizer anterior-
> "mente que a Sociologia christan em materia politica
> "é tão anti-atheista como anti-theocratica."

Si, como ordem politica Tristão-de-Athayde concebe o Estado intervencionista coordenador das actividades dos grupos sociaes; si, como ordem religiosa a collaboração do poder espiritual, segundo o systema da união com o temporal; como ordem economica defende ardorosamente o *distributismo*, isto é, o *partilhismo* dos bens da terra pelo maior numero possivel de pessoas —

quer agricolas, quer industriaes, quer commerciaes. E assim fundamenta a sua ponderavel opinião:

"Tanto o Capitalismo como o Communismo se fundam na concentração da propriedade. Naquelle, ha concentração em mãos da plutocracia; neste, a concentração nas mãos do Estado proletario." (pag. 245) E, linhas adeante, accrescenta: "Pois bem, o distributismo o que quer é restaurar a propriedade, não como direito individual, no sentido juridico romano, mas como funcção social, no sentido juridico christão."

Este esbôço de ordem economica deve ser completado pelas indicações do Cap. IV § 4; que estuda as normas da economia finalista: (a) *prohibição da usura;* (b) *salario justo;* (c) *justo preço.*

Quanto ao arcabouço da construcção catholica, que constitue a mais sabia finalidade determinada pelas causas — segundas, a — *disseminação da propriedade* —, concorre para a sua effectivação o regime democratico sobre que vive a humanidade, abolindo o morgadio e impondo a partilha egual a todos os irmãos. Neste ponto ainda, a Democracia offerece outra tabua de salvação, como proporciona tambem o Individualismo, pelo qual cada catholico pode expandir-se tanto quanto lhe permittam suas faculdades ou reclamem as conveniencias da sua doutrina e dos seus exemplos. E' verdade que o Individualismo em muitos casos operará contra o progresso do *Partilhismo* (dizemos partilhismo em vez de distributismo, porque a expressão — repartição — corresponde melhor ao capitulo da Economia-Politica que trata da parte de cada um nos bens sociaes; e a expressão Distribuição tem mais analogia com a Circulação das riquezas) mas, generalizado o conceito de *funcção social* para todos os detentores da riqueza, estarão corrigidos os inconvenientes do Capitalismo. Bem administrar um capital não significa fazel-o crescer até dominar e absorver os valores humanos, como actualmente; mas conserval-o por meio de juros modicos, de salarios justos e justos preços; de modo que a sua producção se reparta entre o maior numero possivel de pessoas, e elle passe a ser considerado como instrumento de felicidade geral e não de felicidade privativa.

Este desiderato, porem, não será attingido sem a pratica das associações de fins economico-sociaes intensamente traba-

lhados pela moral. Para attingir o ideal visado pelo nosso grande pensador é indispensavel pasar pelas associações de producção ou profissionaes complexas; isto é, composta de syndicatos de classes que debatam entre si, sob a influencia coordenadora da politica, os delicados problemas da repartição do capital entre juros, salarios, preços, aposentadorias, pensões, e auxilios de toda ordem.

Parece-nos que a repartição systematica da propriedade e do capital deve entorpecer a economia nacional, sobretudo em certas industrias custosas e exigentes de capital inicial.

Quanto ao justo salario, deve ser entendido como um subsidio que baste para o homem manter dignamente uma familia. Assim pensa tambem o sr. Tristão-de-Athayde conforme se lê em mais de um passo de sua obra. E aqui, como no caso do suffragio, encontramos outra vez o erro da porphyrização da sociedade em individuos, passando por cima do seu verdadeiro nucleo vital, que é o casal. Numa sociedade que quer perpetuar-se normalmente o que ha que encarar e amparar não é o individuo (homem ou mulher) mas o casal.

Onde o casal não acha condições de vida, começa a morrer a sociedade, degenerando em multidão, esterilizando-se.

No Cap. V desenvolve-se um estudo fructifero sobre as anomalias sociaes, — guerra e revolução, crises, degenerescencias, crime, alcoolismo, — e sobre as fragilidades sociaes — menores e desvalidos. — Não precisamos encarecer a importancia do assumpto, para que comprehenda o leitor a utilidade de sua leitura.

Depois de estudar este livro — *Preparação á Sociologia* — fica-se com a impressão forte de que o Catholicismo recrudesce no Brasil, armado de uma exegese que busca dominar a alma dos incréus penetrando pela razão. Na sua excelsa missão de preparar os corações procura chegar até elles pela intelligencia, mostrando preferentemente a luz da verdade, preparada por uma doutrina que se vem accumulando cautelosamente através dos seculos, á custa de muita meditação, e, por que não dizer? de muita inspiração. Só em acceitar a complexidade dos phenomenos sociaes e computal-os todos no balanço de uma organização conveniente, ha uma sabedoria tão profunda e plena,

que a qualquer pensador occorre o pre-sentimento de ser bafejado pelo divino. No engrandecimento de todos os valores sociaes, segundo a Sociologia catholica, nada se encaixa á força, por isso que não ha monismo nenhum explicando os phenomenos da sociedade. Ao contrario, acceito o livre arbitrio, que principio, decorrente das causas-segundas, poderá conter e abranger as infinitas possibilidades e modalidades do espirito humano? O pluralismo social e philosophico se impõe como a unica escola de explicação possivel, e de ordenação das cousas e dos phenomenos materiaes.

Desse recrudescimento catholico a melhor prova é ir levando consigo o espirito do maior pensador brasileiro de nossos dias — Tristão-de-Athayde. A mais preciosa flor da nossa cultura é catholica.

Quem, no Brasil, já fez apanhado tão completo do pensamento e dos factos universaes, buscando enquadrar nesse concerto o pensamento e os factos brasileiros? Ora, defendendo elle a these de que a doutrina integralista não se consegue realizar sem repassal-a de espiritualismo, segue-se que tudo depende de certo estado de consciencia, mais do homem do que das instituições, embora creadas estas para facilitar a eclosão daquella. Emquanto a consciencia das maiorias não estiver saturada do sobrenaturalismo ou dos principios espiritualistas, não será possivel uma solução estavel; e a humanidade, presa dos monismos que se succedem na explicação e ordenação dos phenomenos, viverá longos annos e talvez seculos no desespêro das experimentações e dos desastres. Os dominios do espirito reclamam novamente a sua primazia no concêrto da vida. E' o que se nota em toda parte.

Mas, no Brasil, por exemplo, como applicar tal doutrina antes de ter a certeza da maioria militante ou ostensiva? Como não ser democrata em nosso país? Como não acceitar as realizações de seu regime, ainda que ao mesmo tempo oppondo resistencia contra as conseqüencias extremas a que poderá levarnos, como "socialidade em marcha", que é, para o indefinido? Da mesma forma que os democratas puros impellem a sociedade para deante, á mercê das maiorias, aos democratas cristãos, aos *demóphilos,* que se guiam por pharoes ao longo da rota, cabe direito ao mesmo leme e á correcção da derrota. Eis o maxi-

mo de reacção que no momento presente competiria a um Brasileiro praticar; porque ainda é á sombra deste regime que vamos alentando o que ha de melhor n'alma humana e na vida dos povos, — o amor, através da familia que elle tolera, a influencia dos bons, através das possibilidades offerecidas pelo individualismo; e as liberdades edificantes da ordem social, através o circulo elastico da liberdade *tout court*.

Pregar perseverantemente os preceitos religiosos, que inspiram a boa conducta de todos, pobres, ricos, poderosos, humildes, eis a chave para desvendar os segredos do futuro. Sem uma moral solidamente infundida n'alma não ha ordem possivel; e a Moral é a grande sciencia e o estado da consciencia o grande dominio do sacerdote.

No descontentamento geral, origem das competições de todo o genero, está a causa da carreira vertiginosa de certas nações para o desconhecido. D'ahi esse clamor de outras pela paz, cansadas de rolar numa evolução sem fim e sem direcção, e empenhadas em supremo esforço para sustentar o lar, o templo, a escola. A humanidade quer cimentar os seus alicerces; e o proprio Communismo, em que elles são simplificados até a unidade, em que não ha mais do que o Estado como dispensador de felicidade, o proprio Communismo é um sonho de paz, de sossêgo profundo, acalentado por um dogma. Temos a impressão de que a humanidade toda precisa de repouso; de um alto na marcha da evolução como o que ao sol impôs Josué.

E a obra do sr. Tristão-de-Athayde acena nesse sentido, e apparece aos Brasileiros como um terraço firmemente assentado, com amenas perspectivas para todos os lados.

SEGUNDA PARTE

PARA ONDE VAMOS EM SOCIOLOGIA

CAPITULO III

FUNDAMENTOS SOCIAES

FUNDAMENTOS SOCIAES

Nos dous Capitulos anteriores verificamos o empenho para assentar as bases sociologicas de uma organização politica estavel no Brasil. Vimos que os politicos republicanos, da Primeira-Republica, se confinaram no Liberalismo materialista, dando por subentendidos os principios sociologicos da sua escola. Discipulos de Hamilton, de Spenser, de Rousseau reportam aos mestres os curiosos que pretendem analysal-os Ruy-Barbosa, no momento, é o mais relegado; Assis-Brasil, conquanto seja o mais minucioso na exposição de suas idéas, não obstante ser tão politico quanto sociologo, ainda tem menos acceitação do que Silveira-Martins, parlamentarista classico, apesar de ser o mais omisso quanto á doutrinação. Foi o mais politico dos tres e poucas vezes attingiu o fundamento das noções de sua sciencia. Como politico, porem, foi dos tres quem deixou ideaes de maior profundidade no tempo e no espaço. Após quarenta annos de Republica, nasce a semente parlamentar que plantou e extende seus ramos por todo o Brasil. Em seguida depara-se-nos Oliveira-Vianna, sociólogo mais do que politico, já imbuido dos ultimos progressos de sua especialidade, e como tal preoccupado com os fundamentos naturaes, historicos e éthnicos da nacionalidade. Mas, descontente com os systemas politicos praticados ou preconisados, inspira-se em Alberto-Torres e deduz fórmulas de um lado tendentes ao governo forte, de outro á incorporação das ultimas correntes politico-sociaes. Oliveira-Vianna já não é democrata classico, por acceitar a complicação da Democracia com o Syndicalismo.

A conclusões análogas, não obstante o Materialismo deste ultimo pensador, chegam os espiritualistas Jackson-de-Figueiredo

e Tristão-de-Athayde, sobretudo este ultimo que tem chegado a plasmar o seu pensamento politico em programmas de reformas, de accôrdo com as linhas geraes da doutrina catholica. Poderiamos começar as illações do pensamento commum aos tres sociologos mencionados, o qual se generaliza cada vez mais, ao mesmo tempo que o Parlamentarismo de Silveira-Martins. Incontestavelmente, engrossam as duas correntes — uma democratica pura, outra demóphila ou totalista, segundo as denominações já consagradas. Mas antes de entrarmos nesse terreno das conclusões, convem tentar uma justificação substancial, para que o leitor perceba que ha razões profundas em abono das novas correntes do pensamento e que não existe a incompatibilidade entre o regime democratico e o totalismo, por isso que a Democracia é regime e genero politico, ao passo que o totalismo é systema e especie politica. Para chegarmos lá, estudaremos antes os fundamentos da sociedade e em seguida o objecto ou os fundamentos da Sociologia. Sobre as bases do conhecimento sociologico já não será tão difficil evidenciar as conclusões.

Nossas convicções catholicas nada têm de confissional. Ao contrario, confessamo-nos inteiramente profano ou leigo, sem outra ligação com o clero que não seja a convicção de que a sua doutrinação deductiva satisfaz mais perfeitamente a razão. Não é nosso caso o de um livre pensador que se escraviza a uma crença, mas o de um livre pensador que reconhece na justificação racional dessa crença o principio da verdade. Não é preciso ser-se deísta para chamar de divinas tantas manifestações da nossa vida e da natureza; não é preciso ser-se deísta para enxergar na doutrina christan uma somma consideravel de bom senso e de conveniencias sociaes. Divino é o espirito, por exemplo, porque transcende do nosso proprio conhecimento; divinos o espaço infinito e as forças que nelle manejam os astros; sensato e conveniente é todo pensamento que guia ao respeito para com todas as manifestações transcendentes da vida e da natureza. Crer será melhor; mas sem a crença mesmo pode o homem melhorar sua convicção de homem no respeito aos mysterios e ás maravilhas do mundo. Explical-os pelo Materialismo é o que já não nos satisfaz.

A) — *Analyse*

"Les principes qu'il faut isoler pour les étudier."
(*Marcel-Demongeot*).

Percebendo os scientistas que o homem escapa ás mais acuradas previsões da razão, através de seus processos logicos, imaginaram submettel-o á sociedade, conquistal-o, absorvel-o. Para architectar-se um monumento facetam-se os silhares de seus alicerces; para construir a sciencia estão fabricando o seu objecto, dando-lhe uma estructura favoravel e adequada aos fins imaginados. Subjectivamente tudo poderá acceitar-se, ajustar-se com exactidão. Mas isto que se faz não passa de artificialismo, porque a realidade não é esta, como não encerra veracidade o processo que consiste em fabricar o objecto para uma sciencia preconcebida. Abstrahir do homem — acção e psychismo — para dar existencia real somente á sociedade, é forçar demais o espirito a acceitar uma affirmação aberrante da voz da consciencia. Que o homem não existe por si mesmo custa a crer, porque é facil de perceber a sociedade composta do sobejo dos individuos. A' sociedade o homem dá o que lhe sobra; a sociedade é o homem que a fabrica; uma especie dependente do genero. Eis o que se vê, eis a realidade, eis o elemento mais simples de todos os que compoem a sociedade. Si ella lhe dá as normas de conducta sob a forma de leis, em compensação é elle que as inspira segundo suas conveniencias immediatas, e guardando sempre um terreno immenso de acção sem regulamentação — o moral. Assim como o átomo, depois de formar a mollecula, continua a exercer sua força propria, com a qual empresta vida ao corpo formado por elle mesmo, o individuo não morre nos grupos que forma. Ao contrario, continua a irradiar através delles. Adeante veremos que parte do animismo individual se exerce só em funcção do grupo, isto é, em virtude da vida propria do grupo; mas parte ultrapassa-o e não raro se exerce contra o grupo mesmo, ou porque pode prescindir deste para attingir seus fins immediatos, ou porque o grupo lhe parece hostil. Este é o animismo ultra-social. Animal social em um caso, extra social em outro, esse ente que, ora se funde no todo ora guarda a sua identidade consigo

mesmo, para os sociólogos não pode ser exactamente o individuo a que elles attribuem tanta importancia e tantas virtudes. Esse ente assim complexo, ao mesmo tempo divisivel e uno, como a propria divindade, não é sinão, nem pode ser menos, do que a pessoa, o homem. A não ser isso, como escaparão os especuladores ao embaraço de uma petição de principios, ás malhas de um circulo vicioso, em que o individuo entra como formador unico da sociedade, em que o individuo ao mesmo tempo não existe e é tudo, e da qual não se pode evolar para librar-se em regiões superiores?

Izoulet, em sua obra — La Cité Moderne, — defendendo o pouco que resta do homem como pessoalidade no todo social, compara-o aos átomos que formam a agua e esta á sociedade, que, por isso mesmo, é cousa diversa do homem. Sim, como o átomo de oxygenio na agua não apparece mais para o physico, o individuo, fundido e decomposto no casal, por exemplo, nada significaria para o sociólogo. Esta seria a illação logica da sociologia materialista. Mas a verdade não é totalmente essa. Na formação da agua não se cumpre toda a finalidade do átomo, pois que continua a operar como dynamismo, como força activadora das molleculas. Tambem na formação da sociedade não está contida toda a finalidade do homem.

Dizer que o homem não pode viver sem sociedade, é, sem duvida, um axioma de onde se pode partir para ulteriores deducções; mas não é ainda enunciar toda a realidade. O homem vive em sociedade, não porque isso seja o fim de sua vida; mas porque num planeta circumscripto pelo espaço, multiplica-se indefinidamente e agglomera-se necessariamente, cada vez mais. E' uma fatalidade material. Mas a verdade é que, olhado á luz de qualquer corrente do entendimento, antes de ser sociedade o homem foi Adão; antes de ser casal foi só; antes de ser parte de um todo foi uma unidade. No casal despiu-se dos attributos destinados a completar o meio, mas guardou para si aquelles que o meio podia dispensar. Aquelles ficaram affectos á fatalidade social, estes á finalidade humana, com faculdades para tirar do meio o melhor partido possivel não só á sua vida physica como á sua vida moral. A collectividade pode existir formada de individuos, como qualquer agrupamento de seres vivos; mas a so-

ciedade não pode existir sem o homem, sem o elemento em que se concentra a força anímica, apta para a impellir á prosperidade material e á perfeição moral. Este é um dos postulados basicos da Sociologia, o postulado que nos pode arrancar do circulo vicioso em tôrno do qual rodam os sabios desde a fundação da Sociologia, e evita a discussão sobre quem vale mais si o homem si a sociedade. Sendo dous seres perfeitamente distinctos tem cada um a sua importancia, e são objectos de sciencias distinctas. Conforme veremos no Capitulo seguinte, o homem como complexo organico e fonte de vida é objecto da Biologia, como complexo psychico é objecto da Psychologia, como sujeito de volições e acções objecto da Moral, do Direito, da Politica, como actividade productora e consumidora de riquezas indefinidamente, objecto da Economia. A sociedade, o outro ser que só existe mediante a fusão dos corpos humanos ou tambem mediante a sua combinação, de modo finito, o ser quantidade por excellencia, esse é o objecto da Sociologia. A essas duas modalidades — ao grupo formado por fusão e aos grupos formados por amálgama — fica reduzido, em ultima analyse, todo o complexo social. No seu estudo o que cumpre, e o que é effectivamente subtilissimo, é discernir o essencialmente social, objecto da Sociologia, e o essencialmente individual, objecto de outras sciencias. Mas isto pertence ao Capitulo seguinte — Fundamentos-Sociologicos. Aqui, basta-nos registar que o homem é primaz relativamente á sociedade; quanto aos grupos formados por amálgama, porque preexiste e pode sobreviver a elles, quanto ao grupo formado por fusão, idem, porque, no fim dos seculos, essa mesma conclusão se impõe, de pleno accôrdo com os dados racionaes. Nem é absurdo para a razão que o mesmo homem, valido de sua potencia anímica, chegue a descobrir ou inventar o elixir da longa vida, com o qual, para a sua perpetuação na terra, se possa confinar na socialidade por somma, prescindindo por longos periodos da socialidade por multiplicação necessaria.

Aos agrupamentos por somma, vivifica-os o homem de finalidades immediatas, quaes as de prover mais facilmente ou mais perfeitamente ás diversas exigencias da vida. E, quanto mais complicadas são estas, tanto mais importancia adqùirem os grupos. Trata-se de uma socialidade para fins lúdricos, isto é, para

diversões, como um gremio carnavalesco? O sociólogo passa ligeiramente sobre elle, porque pouco interessa ao todo. Trata-se de um grupo para a producção de certa riqueza, de outro para a circulação da mesma? Já merecem maior consideração. Trata-se do grande grupo nacional para manter a ordem, promover o progresso, guiar a guerra, enfim, do Estado, cuja generalidade todos enxergam e cuja importancia ninguem contesta? Então, esse é capital para o sociólogo. Trata-se do grande grupo que visa encaminhar o homem para a sua suprema finalidade, — o da Egreja? Mais importancia merece ainda, porque se agita movido por uma força unica — a alma — e visa uma unica finalidade — Deus — força e finalidade que, por sua identidade mesma, compromettem a totalidade do ser humano assim como os grupos que forma.

Ao agrupamento por fusão, para a multiplicação, ao casal, destinado a desdobrar-se em familia, o homem o vivifica de uma finalidade que apenas cede á finalidade religiosa, tal é a sua importancia nos destinos humanos; mas de tanto valor para o sociólogo como a Egreja mesma, e como o Estado. Consubstanciação da existencia humana, isto é, do homem, que é o genero, a Egreja ainda não é um grupo social fundamental. Formada para promover a immortalidade individual, falta á Egreja, socialmente considerada, a materialidade dos fins, que se encontra no casal, isto é, a immortalidade da sociedade, que é a especie. O casal é a expressão social mais simples, porem a mais carregada de fructos e conseqüencias, o grupo que não dá origem a nenhuma sciencia do homem, por isso que é o ponto de partida da Sociologia, sendo o ponto de partida da sociedade mesma. Si assim é e assim convem, não estamos longe de precisar o que deve ser. A familia, desdobramento do casal, é, porque é a base e a fonte mesma da sociedade, a unidade social de que se compoem as quantidades até o infinito. Nella está em germe o phenomeno economico, pelo auxilio mutuo que se prestam seus membros na acquisição dos bens materiaes; nella em germe o phenomeno politico, pela autoridade do chefe e a collaboração dos demais; em germe o direito pela necessidade da propriedade; e a moral pelo respeito, pelo amor, pelos deveres de uns membros para com os outros. Quanto á religião, a familia é hoje um dos escudos da ca-

tholicidade, já tendo sido a fonte mesma do culto aos penates e aos lares. Ora, si assim é e assim convem, é logico que as outras formas secundarias da sociedade, as modalidades sociaes formadas por addição, — as associações, o Estado, a Egreja, — devam formar-se buscando attingir a perfeição da familia.

Quer remontando a Historia, quer seguindo abstractamente os dados da razão, essa realidade apparece satisfactoriamente para o espirito — o casal é a fonte da sociedade, a familia é a sociedade mais simples.

Por um lado, vemos que a sociedade só é vital, considerada no tempo e no espaço, em virtude do instincto de reproducção, que é o seu instincto de conservação. E, então, attingimos logo a perfeição da cellula geradora da mumanidade — *a familia*. Ora, é claro que para o observador, que se contenta com o primeiro golpe de vista, a familia composta de um nucleo — *o casal* — e de um protoplasma que a cerca e completa — *a prole* — tem todas as condições de cellula de um organismo *sui-generis*, e parece o elemento mais simples e irreductivel a que pode chegar o analysta. Heterogenea por natureza, pois entram na sua formação individuos de dous sexos, nem por isso deixa a familia de apparecer como fonte original de toda a sociedade. Supprimi, por um desses recursos que permitte a sciencia, — pela hypothese do absurdo — todos os individuos do mesmo sexo, e vereis a sociedade, reduzida exclusivamente a individuos, periclitar e durar apenas o que dura uma geração. Sem a familia, cellula mater, a humanidade se consome, como qualquer organismo que não renova seus tessidos.

Estamos, porem, a ouvir uma objecção que vamos responder antes de continuar nossa analyse.

— Nem só a familia dá forma ao phenomeno da reprodução e multiplicação da especie humana: pois a promiscuidade conforme o que se observa em muitas variedades irracionaes e em algumas tribus selvagens, produz o mesmo resultado.

Não negamos esse facto, não negamos a sua naturalidade decorrente das conseqüencias *amoraes* do acto sexual; mas consideramo-lo como phenomeno natural só nos povos decadentes ou decaídos. Ao lado das forças que impellem o homem á pro-

miscuidade e que predominam nas horas da degenerescencia, operam forças contrarias que predominam como impulsos ao progresso, ao aperfeiçoamento, à civilização, procurando imprimir ao acto mais bestial do homem o *cunho moral,* que compromete o individuo do sexo masculino nas conseqüencias do acto do instincto bilateral. Si a bestialidade é natural, não é menos natural a dose da natureza que em tudo nos eleva acima dos animaes e nos arranca à barbaria. E, entre o natural que atrasa e o natural que aperfeiçoa, pensamos ser mais acertado e humano seguir este. Da razão e do amor tirou o homem forças que o elevassem da maneira promiscua de multiplicar-se à maneira monogâmica, passando pela polygamia ou pela polyandria, si é que a promiscuidade existiu generalizada nalguma épocha da História, o que é muito discutivel e não representa sinão meros accidentes ou desvios de determinados povos. Pela Cosmogonia christan, ou Revelação, que é o que de mais positivo temos como documento prehistorico, é a familia a forma de conservação da especie creada por Deus; e segundo a História, os factos confirmam o preceito biblico. Ou creação divina ou perfeição evolutiva, não pode fugir o sociólogo à realidade da familia, ligada pelos laços da natureza humana, do amor e do respeito. Ella é, hoje, o facto necessário da conservação da especie; um dos imperativos sociaes, desde a rehabilitação do homem pelo Christianismo.

E, sendo este o ponto culminante da analyse, não estaria o synthetista autorizado a começar o seu trabalho deductivo, tirando todas as conseqüencias que o principio comporta?

Não é tão simples a estructura social. Não cabe ainda o processo da synthese, porque ainda não foi esgottada toda a tarefa do analysta. Com effeito, avançando um passo alem do casal, encontramo-lo decomposto em elementos mais simples — *os individuos* — entidades homogêneas para o sociólogo, si bem que ainda heterogêneas para o psychólogo, para o biologista, para o moralista. Quando o sociólogo attinge o individuo, prescinde do seu sexo, da sua compleição physiologica, moral e psychica, de todas as differenças que distinguem um dos outros, para o encarar abstractamente como entidade homogênea ou indivisivel, segundo diz a propria palavra — individuo. Conforme veremos no Capitulo seguinte essa quantidade que o

sociólogo attinge e da qual tira partido está fora do seu dominio proprio; está para o sociólogo como o átomo para o physico. E dessa entidade idealmente considerada mas dotada de dynamismo como o átomo mesmo, parte o scientista para a sua excursão theorica e pratica. E, a verdade é que, si pecca, por um lado, desprezando a familia, que se funda no instincto sexual, acerta, por outro defendendo a individualidade, que se funda no instincto de conservação.

Effectivamente; que seria uma sociedade perpetuada pela familia, sem o concurso mental e moral dos individuos? Sem duvida um grupo de animaes, uma sociedade corpo, sem intelligencia nem vontade.

Do mesmo modo é possivel indagar: Que seria de um corpo, cujas molleculas não tivessem átomos? Um corpo sem cohesão.

Assim, está a sociedade apoiada, de um lado, na familia, e, mais profundamente, no individuo mesmo como organização complexissima, formada de elementos compostos, mas tambem irreductiveis sociologicamente encarados. E tão complexa quanto o seu objecto, é a sciencia que o estuda, conforme veremos no capitulo seguinte.

Da consideração do casal, factor irreductivel da sociedade, não têm os sabios tirado todas as deducções uteis à Sociologia pura ou theorica, conquanto muito valor tenha tido, através da História, para a Sociologia pratica ou applicada. O mesmo não acontece relativamente ao individuo, para o qual se voltam todos os pensadores desta época aurea da Sociologia, como para o unico factor fontal da sociedade, exaggerando assim a sua importancia nas applicações de ordem politica e economica. A todos ouvimos dizer que a sociedade é formada de individuos com a tendência unanime de simplificar o conceito de sociedade, tão complicado em si, pelo facto de se não multiplicar o elemento mais simples — o individuo — por si mesmo, mas somente depois de formar outro elemento composto graças à intervenção dos sexos. E quer parecer-nos que este simplicismo, esta scisão, esta solução de continuidade entre o individuo e a familia, ao mesmo tempo que esta abstracção dos sexos pelos sociólogos, é um dos motivos por que anda tão confusa e chaotica a nossa sciencia.

Nem a familia é a unica fonte social nem o individuo; mas os dous elementos simultaneamente, entrando cada um com sua contribuição peculiar, a familia principalmente com o corpo social e a perpetuação da especie; o individuo qual átomo dotado de energia propria, principalmente com a alma social e a conservação individual. Insistimos, porem, gryphando o modo — *principalmente* — porque tanto ha alma no corpo que fornece a familia, como ha corpo no aggregado de individuos do mesmo sexo, com abstracção da familia. Ao dizer que o casal é um dos elementos irreductiveis da sociedade, não asseveramos que ella não leve consigo, na sua estructura, parte dos attribuitos individuaes. Parte delles, conquanto sejam innatos no individuo, são tambem innatos na cellula e passam a ser funções sociaes; isto é, não se manifestam sinão relativamente a outros seres da mesma especie; portanto, com supposição de collectividade.

O *amor*, por exemplo, nas suas differentes manifestações — o *amor conjugal*, o *amor materno*, o *amor filial*, — o sentimento de *autoridade* (pelo pae), o *respeito* (pelo filho), a *linguagem* que surge da necessidade da mutua communicação entre os individuos, a *egualdade*, e outras manifestações da *psyché* individual, são absorvidas pela cellula e como taes fundidas na sociedade com os proprios individuos. Assim é que a familia não é só uma cellula complicada pelos sexos, não é somente creação do instincto, mas uma entidade complicada psychicamente por elevados attributos individuaes; o que não quer dizer, porem, que o individuo seja totalmente absorvido na cellula. Ao fundir-se para dar corpo ao novo ser, reserva-se a integridade e autonomia sufficientes para cumprir o seu biologismo, o seu psychismo, o seu moralismo. E nessa parte autônoma do individuo encontramos o outro elemento irredutivel da sociedade, cuja influencia pode ser considerada como lateral, marginal. O *instincto de conservação*, por exemplo, de que decorrem tantas complicações para a vida mesma da sociedade, pois não vive ella somente da conservação da cellula, mas tambem da dos elementos que compoem a cellula os átomos; o seu *concurso intellectual*, o seu *concurso volitivo*, são egualmente individuaes, porque anteriores à sociedade e livres da fusão na cellula.

Aos que nos objectarem que as creações individuaes são tambem frutos do meio em que vive o homem de genio, contestaremos que a sociedade effectivamente ampara as invenções e aperfeiçoamento emanados da pessoalidade, mas que essas creações não deixam de ser fructos directos de qualidades innatas do homem individualmente considerado e exercidas originariamente com abstracção da sociedade. E' precisamente o facto da sociedade amparar as primitivas invenções que tem tornado possiveis as invenções posteriores. Estas surgem do acervo daquellas; mas à sociedade coube e cabe apenas o papel de amparo do genio, ou, mais exactamente, das suas creações. Nem é outra a explicação de ser lenta a prosperidade collectiva nos povos privados de individuos geniaes; assim como de não existir progresso nos grupos irracionaes, por falta da individualidade nos seus membros. Estas são as sociedades desenvolvidas ou perpetuadas com predominancia absoluta do instincto de reprodução, de cujo typo se approximam as sociedades humanas em decadencia pelo desamparo da individualidade, quer proviessem da decadencia de um typo prehistorico privilegiado, quer da ascendencia de especies inferiores.

O *sentimento da liberdade*, idem, não só não depende da familia, como é contrario à propria existencia social. E' este sentimento, esta condição natural do individuo que, alliada ao instincto de conservação, deu objectivo à grande revolução sociologica que veiu abicar, em Politica, na Democracia; e em Economia-Politica, na livre-concorrencia. Dahi vem o *Individualismo* que absorveu unilateralmente toda a Sociologia, e o *Sociologismo* que absorveu o individuo como reacção áquelle.

Quereis outra manifestação da vida do homem exempta das determinações sociaes? Meditae sobre o phenomeno religioso e vereis que, assim como no campo da Moral encontramos os deveres do individuo para consigo mesmo, muitas vezes oppostos aos interesses da collectividade, precisamente porque o individuo não é todo absorvido na composição da familia, tambem existem *os deveres do individuo para com Deus, de todas as manifestações humanas a mais individual, a mais livre, a mais independente da sociedade.* Sob o movel da religiosidade poderiamos apontar muitos exemplos de ufano isolamento, com esse do inquebrantavel estilista — S. Simeão —

que passou trinta annos sobre uma columna, acima das contingencias da vida social, mas a cuja base vinha a propria sociedade inspirar-se nos conselhos do asceta. E quantos anachorêtas, quantos, não conta a sociedade em seu seio mesmo, em todos os povos e em todos os tempos! E' desses, mais do que dos homens sociaveis, confundidos no todo, que depende a prosperidade geral. Nasce o progresso, quando a collectividade ampara e accumula as suas invenções; começa o estacionamento, quando as desperdiça, e, segundo o grau de indifferença, o retrocesso até a barbaria, segundo o que começa a ser evidenciado pela Ethnologia.

Como estes, outros attributos da pessoalidade ha que não estão devidamente apreciados pela sciencia, porque lhe tem faltado perfeição para isso. Classificar o que do individuo pertence exclusivamente à Biologia, à Psychologia, á Moral, á Religião, e o que pode passar á Sociologia, eis a ingrata missão do sociólogo do futuro. Entretanto, este esforço scientifico é indispensavel para normalizar a sciencia e evitar os desequilibrios organizativos que surgem desde os erros iniciaes, como desdobramentos da Sociologia-Pratica.

Ha, sem duvida, uma parte do individuo que transborda do grupo, aquella, precisamente, que tem influido sobre o espirito especulativo, ao ponto de ser tomada pela fonte unica da sociedade; aquella que serviu de base para toda a formação da escola individualista e materialista; aquella que, terminando no instincto de conservação, deu nascimento ás creações que hoje fructificam no Communismo; aquella mesma que nos ulteriores desdobramentos da Individuologia, deu nascimento ao Sociologismo, tão profundamente encarados pelo nosso jovem mestre — Tristão-de-Athayde — no seu substancioso *"esboço de Introdução á Economia Moderna."* Toda a sciencia social moderna vem dessa parcella ou dessas parcellas independentes da alma humana. Mas isto é tomar a parte pelo todo, é construir uma sciencia parcial, como parcialissima é a Sociologia de hoje.

Todos os outros factos da consciencia, não menos reaes, são desprezados pelos sociólogos ou considerados como subordinações dos attributos egoisticos do individuo. Fugindo a essa difficuldade evita a Sociologia christan a fria denomina-

ção de — *individuo* — para empregar a de — *pessoa*, de *homem* — cujo conceito comprehende os attributos individuaes como os attributos sociaes do nosso ser. Si para o materialista o individuo é a unidade, para o christão a pessoa é uma somma.

Entendemos, pois, que, ao fundir-se o homem na cellula social, — o casal — leva para ella alguns attributos que passam a ser qualidades sociaes. Quaes são elles? Esperamos a voz dos sabios. Quanto a nós, obscuro repetidor, poderiamos apenas indicar vagamente o papel de cada um desses elementos simples na vida do homem. Pela familia, com os attributos que lhe são inherentes, o homem perpetua o meio em que se cumprem os seus destinos; meio circular, material, finito; e, como individuo, desdobra-se em espiritualidade, linearmente para o infinito. Pela familia o homem crêa uma entidade que tem a finalidade em si mesma; e, pelos seus attributos inassimilaveis, aspira uma finalidade que só encontra alem do meio social, embora por intermedio delle.

Para o sociólogo ha duas naturezas no homem ou duas partes distinctas da mesma natureza — uma que age por si mesma, latente e patente antes da sociedade, antes da familia, no individuo, nelle em acto e em potencia; outra que age por intermedio da sociedade, patente no individuo, latente no grupo, em potencia no grupo, em acto somente no individuo; e só produz effeitos sociaes, porque passa a pertencer a esta entidade de modo intrinseco, immanente. O corpo social nasce dotado desses attributos assimilaveis ou alienaveis do individuo.

Da primeira natureza o homem pode usar para ou contra si directamente; da segunda somente para, pela, ou contra a collectividade; directamente para ella, indirectamente para si ou contra si. E, si bem que lhe pertença pessoalmente, como sujeito que é de todas as suas faculdades, usa das faculdades como quem pratica uma função do corpo social.

Falta-nos autoridade para proclamar esta dualidade do homem social; mas ella é confirmada pelos seus effeitos na Historia, que ora pende para o individuo, ora pende para o grupo. E é só quanto á porção da personalidade absorvida que admittimos a maxima do fundador da sociologia — *o individuo é uma abstração social.*

E, como para Comte era o individuo totalmente absorvido pela communidade, tirou este sabio todas as conseqüencias do absolutismo desse principio; e creou uma religião para satisfacção da parte da natureza irradiante e livre do individuo qual elle presentia, comprimindo na materialidade social o Deus que a sua razão revelou, do qual provem o homem para a vida objectiva, e ao qual se incorpora na vida subjectiva, como si uma creação intellectual pudesse ser deificada pela razão humana, e contentasse as suas aspirações individuaes para o infinito e para a immortalidade mais do que subjectiva — real.

Incontestavelmente o architecto do Positivismo foi logico. Mas, não é a propria logica que nos ensina a raciocinar tambem falsamente? Tudo depende das premissas. Como veremos na primeira hypothese, logo adeante, elle avançou abstractamente alem da realidade de um processo evolutivo, seguido pela primitiva humanidade, que lhe serviu, sem duvida, de inspiração; mas que estancou pela intervenção ostensiva do individuo, precisamente porque não correspondia á complexidade psychica do homem. Não é da natureza humana soffrer passivamente a acção das leis naturaes; na nossa pessoa ha uma força que nos impelle constantemente à acção contra ellas. E' a parte livre da *psyché* que justifica, até certo ponto, a reacção individualista, com o seu principio basico — *a sociedade é composta de individuos.*

Sim, até certo ponto, porque os proprios individualistas são forçados a acceitar muitas restrições à individualidade, as quaes impedem sua escola de chegar à conclusão extrema e logica do Anarchismo, ou do individuo governado por si mesmo, como si a sociedade fosse, por sua vez, uma abstracção.

Si, no primeiro caso, temos o phenomeno da sociedade por fusão, sem que ao individuo caiba outro papel que o de escravo, autômato, ou de instrumento social; no segundo, temos a sociedade por justaposição, com o individuo autônomo, e para si mesmo, como objecto de finalidade. O caso é que os individuologistas têm razão e os sociologistas tambem; mas a nenhuma escola assiste razão total, conforme veremos nas duas hypotheses a seguir; porquanto, si á Sociologia pertence o corpo collectivo com os attributos sociaes que lhe são inherentes,

pertence tambem a irrafiação psychica da pessoa no que ella tem de visão dos fins proximos, de raciocinio sobre elles, e de vontade de attingi-los.

(B) *Hypotheses*

"Il est a craindre qu'en opérant sur une seule partie de la synthèse primitive (aqui para nós a sociedade) *elles ne prennent la partie pour le tout et négligent ou n'apperçoivent pas les autres parties également dignes d'attention et d'intérêt. De lá viendraient... des systèmes particuliers et exclusifs."*

Victor Cousin.

1) PRIMEIRA HYPOTHESE

Chegado a este ponto inicial da collectividade humana — a sociedade formada de familias e estas de átomos individuaes que lhes dão dynamismo e vida, — pensamos estar habilitados para formular duas hypotheses, dentro das quaes tentariamos explicar todos os phenomenos da nossa ordem de estudos.

Vimos, primeiro, que o corpo social nasce do casal. E, como noção de familia, tanto nos serve a primeira familia do Eden, da qual tenham degenerado os homens; como a primeira familia oriunda do simio, desde o momento em que um individuo de cada sexo recebesse a centelha da razão. Si partissemos exclusivamente da familia, não achariamos um corpo de doutrina a defender ou atacar; porque, como dissemos, este elemento tem sido obliterado pelos sociólogos. Mas encontramos até data muito recente da Historia os signaes de ser elle o eixo em tôrno do qual guroy e avolumou-se a humanidade. A familia foi, por assim dizer, até então, como cellula physica, o motivo da Historia, isto é, da vida da humanidade e não da vida do individuo. Nessa vida re-saltam dous momentos, o primeiro espontaneo, em que a collectividade engrossa e prospera quasi sob a acção de leis naturaes, com rapidez e intensidade, que apenas provam a sua humanidade. Nesse perio-

do, sem que ao individuo faltasse perfeição psychica pouco intervinha elle com sua liberdade na evolução da collectividade, porque seu psychismo não foi alem do estado potencial. O segundo momento é o do movimento forçado pela intervenção do individuo.

Relativamente ao primeiro periodo, quanto mais primitivo, tanto mais approximado à familia; isto é, á cellula social. Nem precisamos de exemplos para provar esta asserção que em Sociologia póde ser considerada como truismo. Ora, nesses momentos tudo dependia da familia e tudo deveria redundar em beneficio da familia.

A *autoridade,* por exemplo, logo nos primeiros crescimentos da communidade, considerada imprescindivel, seria logica e espontaneamente o distendimento da autoridade paterna, patriarchal a principio, com todos os seus attributos, embora mais tarde e cada vez mais especializada, de accôrdo com a complexidade da vida. A autoridade natural do pae seria tomada por modêlo da autoridade politica da tribo.

Assim, a influencia religiosa ou poder espiritual, que se localizou no *sacerdocio,* seria parcialização e deslocamento dos poderes do patriarcha. Antes dos *notaveis* ou dos *patres-familias* de uma tribo constituirem um conselho, tambem com attribuições governativas, já havia uma evolução realizada no governo. O patriarcha ainda seria rei absoluto, mas já sem attribuições sacerdotaes. E, antes que o povo elegesse os seus notaveis, estes, por iniciativa sua ou divina, delimitariam aristocraticamente o poder do rei.

> *"Tuli de vestris tribubus viros sapientes et nobiles et constitui eos principes."* (Deut. I, 15).

Tres instituições deparam-se-nos nos albores da humanidade — a do *rei,* a do *sacerdote,* a da *assembléa dos notaveis.* A instituição do *voto popular,* como expressão da intervenção do povo no governo, existiu incontestavelmente, conforme se lê na propria Biblia; mas sem este cunho philosophico individualista e totalizante dos nossos dias.

"Provide de omni plebe viros sapientes." (Exodo XVIII, 21).

"Date ex vobis viros sapientes." (Deut. I, 13).

Enquanto errantes, seriam estas as principaes creações entre povos de tal indole; mas outros se teriam fixado em determinado territorio. Então a vida social se complica com a creação do país, que é a propriedade collectiva, e com a propriedade privada, que é o amparo de cada familia. Esse povo já forma uma patria, com instituições de caracter publico e privado, e o governo dessa patria já apparece com os caracteres de um Estado. Entre as promessas divinas ao povo de Abrahão figurava a da Terra Promettida ou Chanaan. E não ha nação que não tenha a sua Chanaan, nem ha familia a que não assista o direito a uma fracção da mesma.

Outras muitas instituições nasceram, sem duvida, nesses momentos iniciaes da Historia, reclamadas pela natureza humana; mas esta evolução pratica e natural, espontanea e lenta, está longe de satisfazer todo o *desideratum* do homem, quer como ser perecivel, que acha seu fim na sociedade mesma, quer como ser immortal, para quem a sociedade, sendo mero meio de transição na terra, pode chegar a ser meio perfeitamente adequado a esse mesmo fim — *a salvação da alma.*

Ora, a evolução pela familia, isto é, a evolução corporal da communidade humana, põe em logar muito secundario o papel do individuo. *Logo, essa hypothese não basta para completar a sciencia da sociedade.* Corresponde perfeitamente á realidade objectiva das cousas; mas não á realidade subjectiva que se acha na compleição psychica de cada homem, e da qual depende o estimulo ou animação para o progresso. Este genero de evolução que realiza o grande bem da paz social, deixa, contudo, inexistentes outros bens que os homens preferem a ella e pelos quaes muitas vezes a compromettem. Si a communidade humana não sofresse o sopro individual, extensivel ao infinito como a propria alma, tenderia ao estacionamento e ficaria sem outra razão de ser, sinão a de instrumento ou objecto de dominio de outros seres mais poderosos e perfectiveis, como os grupos de animaes relativamente ao homem.

Seria apenas superior aos grupos irracionaes, pois só o individuo a pode animar e illuminar, com sua vontade e sua intelligencia, com suas acções individuaes, tornadas sociaes pela finalidade.

2) SEGUNDA HYPOTHESE

Si a hypothese de suppor a sociedade formada de familias não satisfaz, porque não abrange todos os factos sociaes, examinemos a do Individualismo que consubstancia toda a sciencia moderna. Nem só de familias, nem só de corpo, se compõe a humanidade, conforme vimos; pois os individuos pelo seu dynamismo, podem librar-se em esphera mais elevada do que a familia. Diriamos que a humanidade, que nasce da familia, é o corpo perenne do mundo natural, é o individuo, isto é o homem, é o ser eterno do mundo sobrenatural. O homem pode conhecer o bem e o mal, a verdade e o erro, com os quaes é obrigado a contar o sociólogo, porque o mal e o erro são dous factores, duas realidades sociaes, tão elementares como o bem e a verdade que o mesmo individuo pode produzir. São valores de origem individual que escapam da composição da cellula material; mas, contudo, valores sociaes, cujo caracter adqùirem pela intervenção do individuo directamente, com suas faculdades livres na sociedade.

Só mais tarde, pela rebeldia dos descontentes, em consequência da complexidade do ser que a familia creara, deante da miseria, da oppresão dos chefes e de outras calamidades que affligem o coração humano, surgiram os individuos dando expansão ás forças livres da alma, a reclamar menos miseria, menos oppressão, assim como um logar na politica da socialidade, por cujo exercicio ficassem autorizados a prover, com mais cuidados, às proprias necessidades. Desta intervenção do individuo, deste transbordamento, que ultrapassa da familia, sem distinção de sexos, no governo da socialidade, nasceu a consciencia do quanto vale elle dynamicamente. Reiteraram-se essas immixtões, cada vez mais, sempre amparadas pela communidade, ao ponto do homem perceber que alguma força sua, pessoal, era capaz de reanimar e illuminar a collectividade. E esse corpo social que marchava lentamente, sob a acção

de leis normaes, ou de forças puramente sociaes, começou a sentir abalos accidentaes, esporadicos, que lhe vinham das centelhas do individuo. E, certo, na influencia de um individuo sobre a humanidade, ha sempre uma irradiação divina, aquella mesma que a consciência accusa e que, pela razão ou pela fé o atira, não raro, contra a propria sociedade, na persecussão do seu fim supremo, que é para elle a suprema verdade.

Estamos, então, em pleno uso da liberdade, com todos os seus fructos do bem e do mal.

Sendo a familia o ponto de partida do corpo social, pode affirmar-se que a direcção do progresso e da perfeição pertence ao individuo; mas o individuo pessoa, o individuo moral, que da sociedade tira vantagens materiaes e immateriaes. Foi esta consciencia que levou o homem ao raciocinio; e o raciocinio, a miudo, ao abuso da razão. Nella mesma, na sua própria consciencia, antes que na sciencia, descobriu o homem o seu valor individual relativamente a uma socialidade. E, quando a sciencia lhe emprestou algum apoio ás vozes intimas, talvez maravilhado pela descoberta, elaborou toda uma doutrina em tôrno de si proprio. Que mais precisava elle, depois de haver encontrado em si as fontes da razão e da fé, e a realidade da conservação individual, do interesse pessoal? Tinha todos os elementos de uma grande sciencia, como a que, de facto, formou. Mas, lacunosa e parcial na sua parte theorica, não podia ser sinão tendenciosa na sua parte pratica.

Sim, a consideração fundamental de que a sociedade é formada de individuos e de que a organização da sociedade, ou a socialidade, se faz para facilitar e cumular de felicidades a vida do individuo na terra; isto é, proporcionar a sua maior duração como fim supremo, não podia impedir, em primeiro logar, que as convicções do homem declinassem para o Materialismo, como substancia de suas crenças; em segundo logar, que tentasse elle pôr em pratica as organizações obtidas subjectivamente. Insatisfeito com a flamma religiosa pela qual pode elevar-se acima da sociedade livremente e fazer della o seu instrumento de perfeição individual, insatisfeito com a dependencia directa e forçosa de certas manifestações da sua *psyché*, escravas da sociedade, o homem, no empenho de libertar-se,

agarrou-se aos factos da razão, da liberdade, da conservação individual, do interêsse pessoal, que, si tambem merecem, não ha como contestar, acurada consideração dos philosophos, empanam a finalidade da vida, desequilibrando os seus meios. Da necessidade da conservação individual e da consciencia da liberdade, confirmada em todos os instantes da vida, do egoismo, emfim, como todo o seu cortêjo e, de dedução em dedução, chegou ás formas do Individualismo, só separado do Anarchismo, conforme lembramos já, pela necessidade de um minimo de socialidade, ou pelo receio das conseqüências extremas desta fórmula total. Justificou os movimentos populares, que nas nações antigas nada tinham de doutrinarios, pois eram fructos occasionaes da marcha natural da humanidade, meras contingencias sociaes; e creou o livre exame em Religião, o egoismo em Moral, a Democracia total em Politica e a livre-concorrencia em Economia; por fim, o Capitalismo e toda a sciencia materialista destinada a justificar e a defender esta ordem de cousas perante as exigências do espirito. Foi por um movimento individualista que os regimes monarchico, aristocratico, republicano, ou os governos do melhor, dos melhores, da maioria, destinados a produzir o bem geral, conforme ensina luminosamente, S. Thomás de Aquino, degeneraram em Tyrannia, em Oligarchia, em Demagogia, ou em governos destinados a proporcionar o bem particular de um, de varios, da turba. Haveis de encontrar em todas estas fórmulas de decadencia o germe do Individualismo — *a sociedade formada de individuos* —; assim como encontrareis o mesmo germe na corrente sociologica que reagiu contra os exaggeros do Individualismo, sem que se tenha afastado daquelle ponto de partida materialista — *a conservação individual.* Do circulo da sociedade formada de individuos, tendo em vista os individuos, ao circulo do individuo fructo da sociedade para a sociedade, é claro, não ha distancia apreciavel, porque ambas as escolas estão comprehendidas no mesmo conceito de finalidade; para ambas a sociedade é um fim, o homem é fim de si mesmo. Partindo do mesmo principio chegam estas duas escolas á mesma conclusão final, embora a opposta conclusão normativa, conforme veremos. Referimo-nos á escola individualista, que tenta submetter a sociedade aos interesses individuaes; e á

escola socialista, que prega a absorpção total do individuo pela sociedade, como conclusões de Sociologia-pratica, e resalvamos a escola espiritualista chritan, para a qual o homem conserva sempre o valor individual de ser o tabernaculo de uma alma immortal.

Não é possivel negar, certo, que o Materialismo social moderno conta assignaladas victorias como Sociologia-theorica e como Sociologia-pratica. Toda a organização occidental é fructo das suas illações, como toda a organização dos povos da prisca Antigùidade, foi o desdobramento empírico da sociedade como fructo da familia e como sua defesa, na ordem publica, na ordem privada, na ordem moral, na ordem religiosa. Defender a familia, como cellula fontal do corpo da humanidade, era tão importante para os antigos habitantes da terra, como defender hoje o individuo e a sociedade sem consideração pela familia.

Chegados ao fim do rapido apanhado da segunda hypothese, podemos concluir que esta não basta, como não basta a primeira, para abranger todos os factos da vida em commum dos homens; pois que ora implica o relaxamento do imperativo de ordem; ora, o excesso de ordem como reacção contra as concepções da liberdade ou do Liberalismo, em que ella se corporificou como doutrina, ou da Democracia em que se organificou como expressão politica. Assim, si foi o primeiro typo de solução demasiadamente lento e imperfeito, ao segundo cabe o vicio de demasiadamente rapido e de unilateral, no qual nem todas as peças do corpo social são empregadas simultaneamente, para que a sua marcha se opere com harmonia e equilibrio.

No capitulo seguinte estudaremos este assumpto com maior amplitude.

(C) *Synthese*

"C'est que l'un et l'autre sont fondés sur une donnée également vraie." — Victor-Cousin.

"Esse principio de personalidade, porem, precisa ser completado pelo principio de sociabilidade." — Tristão-de-Athayde.

Mallograda a synthese deductiva das duas hypotheses que nos proporcionou a analyse, resta-nos tirar ou a conclusão final de que é impossivel a systematização dos phenomenos sociaes pela Sociologia-theorica e, por conseguinte, a construcção racional de uma socialidade adequada aos fins superiores do homem pela Sociologia-pratica; ou a conclusão de que, sendo a familia e o individuo simultaneamente particulas da sociedade, só será verdadeiramente scientifica a construcção intellectual que partir dessas fontes reaes, quer sejam simples, irreductiveis, homogeneas, quer compostas e heterogeneas. Ora, a primeira conclusão é inconciliavel com as possibilidades da razão, de onde tiramos a certeza de que um dia se chegará a descortinar a verdade. Logo, é cabivel insistir na segunda, que nos abre caminho para essas possibilidades.

Ao sociólogo não é dado desprezar facto nenhum, que diga respeito á vida collectiva, intrinseco ou extrinseco. Cumpre-lhe, sim, precisar as leis de coexistencia ou connexão entre elles, por menos coordenados ou subordinados que pareçam. No nosso caso temos um elemento simples, homogeneo — *o individuo;* e um elemento composto, heterogeneo, mas tambem socialmente irredutivel — *o casal,* — ambos coexistentes e coordenados, e reciproca e alternativamente subordinados. Não só esta realidade torna complicadissima a estructura do corpo collectivo, como precarias as suas leis pela intervenção do elemento formal — *o individuo* — egoista, intelligente livre, na marcha do elemento material da collectividade. Para avaliarmos essa complexidade não necessitamos de grande meditação; mas tem de conformar-se com ella o sociólogo no afan de destrinçar todo o emmaranhado dessa realidade que participa do mundo material como do espiritual. Certo, os factos são muito mais complicados do que fazem os sociólogos com a sua tendencia ao simplicismo; e, por não serem todos analysados convenientemente, falham muitas vezes as syntheses constructivas, ou são architectadas com abstracção de realidades evidentes. Por exemplo, o que caracteriza todo o movimento materialista do ultimo seculo é a preoccupação de desmentir ou destruir a civilização anterior, aquella que se havia elaborado tendo em vista principalmente o corpo social, como si tudo estivesse errado e fosse prejudicial á vida humana. En-

tretanto, era a este que se protegia e desenvolvia; porque, quanto ao individuo, nascia já dotado do equilibrio necessario para vencer na lucta contra o mal e o erro. Para os antigos o homem era um ser perfeito; a socialidade é que era imperfeita. Quer isto dizer que nas socialidades antigas e medievas se reconhecia o Individualismo, porque se reconheciam no homem os dons da vontade e da intelligencia superiores aos dons da sociedade sem esse bafêjo individual. O empenho era, pois, estabelecer o equilibrio protegendo a collectividade e refreando o individuo já tão aquinhoado pela espiritualidade innata. E como? Pela intervenção de uma força mais perfeita — a força espiritual organizada. A sciencia moderna, porem, não entendeu assim; tanto que negou a sciencia antiga e as suas realizações, assim como decretou a ascendencia do individuo sobre a sociedade; e ultimamente retrocede ou inverte os valores, anniqùilando o individuo, por não ter com que aperfeiçoa-lo. O Sociologismo relativamente ao individuo é negativo em toda a linha, e sceptico por essencia.

Mas a verdade é que, nessa trajetoria do desequilibrio social, de um polo a outro, em um ponto qualquer intermedio ha-de estar a base do equilibrio, conforme veremos adeante; e as elocubrações de Philosophia-social deveriam fazer o balanço de todos os elementos existentes, para que a Sociologia-applicada pudesse estabelecer o equilibrio, distribuindo equitativamente os orgams do corpo social entre a sociedade, que exige cohesão e o individuo, que exige liberdades, sem que aquella absorva a este, nem este comprometta a conservação ou multiplicação daquella.

Em termos geraes, podemos considerar a socialidade, isto é, a sociedade com alguma organização, como irradiação simultanea do individuo e da familia, ou como o ser, cujo dynamismo decorre da transposição dos elementos da vida familiar e individual. Ella participa da complexidade individual, quer indirectamente por intermedio da familia, em que se fundem os individuos heterogeneos, quer directamente. No primeiro periodo da evolução historica influiu como elemento formal, aquella parte psychica do individuo que adheriu á sociedade através da sua cellula geradora.

Quando dizemos que a sociedade é um reflexo, uma trans-

posição da vida individual directa ou indirecta, estamos longe de asseverar que ella surgisse, de súbito, tão perfeita como o organismo individual, com todos os seus orgams e todas as suas qualidades. Ao contrario, a sociedade, entidade posterior ao homem, e formada pelo homem, não só se foi organizando aos poucos, como aos poucos se aperfeiçoou. Foi a sua complexidade crescente que despertou, umas depois de outras, na alma humana, as exigencias preexistentes que têm reclamado organificação no corpo social. A principio, durante o grande primeiro estádio da vida da especie, isto se deu quasi instintivamente, quasi naturalmente, apenas com a progressão bastante para que o proprio homem se convencesse, conforme com o que dissemos, de que as suas socialidades eram superiores aos grupos amorphos dos outros animaes. Tal foi o periodo anterior ao da racionalização da sociedade, ao da sua marcha e contra-marcha a largos passos, pela intervenção directa do individuo. Mas isso mesmo significa ainda que houve accumulação de instituições que permittiram o surto da individualidade.

De então para cá, é o individuo que a vem afeiçoando ao seu fim, quer resida no individuo mesmo, quer na sociedade onde elle se absorve, quer no supra-sensivel ou no sobre-natural a que aspira apoiado sempre na sociedade, como num pedestal. De então para cá, a evolução objectiva e realista cede o passo á evolução subjectiva e racionalista, sentimentalista, pragmatista. E' o segundo periodo, menos longo do que o primeiro, porem mais intenso de resultados bons ou maus, mais audaz e menos pacifico, mais civilizado e menos feliz. Dir-se-ia que no primeiro estádio andavam os homens ainda muito proximos do Paraiso e viviam sob o influxo da paz e das delicias, que saboreou algum tempo a primeira geração e transmittiu ás outras tradicionalmente; e no segundo, começaram a dirigir-se com conhecimento do bem e do mal, como si a razão fosse o agridoce fructo prohibido de que possa fazer-se uso somente, e não abuso.

Da evolução espontanea, como vimos, e repetimos agora, surgiu a *autoridade*, sobre o molde do poder paterno, que é natural, não só porque o pae é mais forte do que os filhos,

como porque os filhos sentem a necessidade de sua protecção, enquanto dependentes della pela fraqueza ou pela inexperiencia, que é uma fraqueza de ordem immaterial. Esta creação da autoridade, de todas a mais rudimentar da socialidade, foi naturalmente amparada por ella, ainda que com o tempo soffresse restricções diversas, ou fosse comprimida para dar logar a outras creações tão necessarias como ella.

O *sacerdocio,* por exemplo, repetimos, é uma autoridade que se desmembrou da autoridade patriarchal, comprimindo-a e localizando-a na esphera exclusiva do temporal, accrescida, porem, a ella, e reservada ao espiritual. Assim a *assembléa dos chefes,* que organificou o phenomeno aristocratico da sociedade e que, por sua vez, comprimiu ainda mais a autoridade temporal, é outra instituição amparada pela sociedade, que se perpetuou por millenios. A apropriação do *territorio* pelos povos creou as patrias, instituição existente até hoje; e a apropriação das fracções desse territorio pelas familias creou a instituição da *propriedade,* não menos vigente em nossos dias. Ao passo que a sociedade se avoluma e se complica, surgem novas instituições, e comprimem-se as antigas; mas sempre com tendencia a perpetuar-se, estratificar-se. Accrescentae a estas instituições as instituições derivadas e secundarias, de ordem politica, militar, economia, moral, religiosa, e tereis uma imagem das civilizações antigas, de typo collossal, realizadas em torno do interesse geral, que redunda no interesse da cellula social, isto é, da familia. Dimanava tudo do governo, porque os individuos pouco influiam na direção da sociedade. Ao assomar o individuo, topou-se com volumoso acervo de instituições *accumuladas* lentamente. Foi quando começou a resplandescer esse caracter brilhante da communidade humana, emprestado constantemente pela pessoalidade. Foi tão accentuada essa preponderancia, que o eixo da evolução humana se deslocou da collectividade para elle, e os factos sociaes começaram a succeder-se de tal modo imprevistos e surprehendentes que se torna impossivel systematiza-los em dominios de leis fataes. Com o advento do individuo á preeminencia na vida collectiva não só passaram as creações de essencia social da primitiva edade a segundo plano, como se esboçou a época das destruições do patrimonio de creações anteriores. Começou-se a crear e a destruir ao mesmo tempo; e em alguns

povos cessaram as *accumulações. "Fôra absurdo que o elemento dynamico das sciencias tivera por objecto a destruição systematicamente continuada de sua parte estatica e definitiva"* — pontifica o nosso egregio philosopho Padre Leonel-Franca, e assim devera ser. Mas os individuos convenceram-se de que com um baque da sua vara de condão — a *razão* — podiam crear o que em outras edades levava millenios. Dahi a indifferença ou o desprêzo pelas velhas instituições. Com muitas, é certo, pode proceder-se assim, e em alguns povos com todas ellas, quando creadas artificialmente, subjectivamente, para os individuos antes que para a Sociedade. Mas o vezo está em as arrasar indistintamente, quer as creações subjectivas e artificiaes quer aquellas que se inscrevem no activo da vida commum, ou que representam para ella um — *mais*. Foi assim que o Individualismo arrancou os solidos e millenarios alicerces da communidade humana, cimentados por necessidades ineluctaveis da sua perpetuação. Poderiamos dizer que as instituições espontaneas da primeira edade eram transposições imperiosas, de ordem physiologica, do corpo humano ao corpo social; ao passo que as da segunda são de ordem psychologica e tão arbitrarias como os actos que pode praticar cada homem pela sua liberdade. *"Il est necessaire de se placer au point de vue psychologique, puisque le bien commum est l'oeuvre des volontés individuelles"*, diz Demongeot.

Pois bem, a conseqüencia de tal rebeldia individual é a desforra da sociedade, que ultimamente reage no sentido de absorver o individuo, por não ter como aproveitar utilmente as suas hypertrophias: portanto, sem aquelle caracter de equilibrio primitivo que consistia em impedir os excessos da sua independencia natural, para só permitti-los no terreno do supremo bem individual ou no terreno do bem-commum, segundo os preceitos do poder-espiritual, superior a tudo na vida. Mas o que é de notar é de notar é partirem o Socielismos como sociologia-pratica, e o Sociologismo como Sociologia-theorica, de que nasceu aquelle, da mesma fonte que o Individualismo e a Democracia; isto é, do facto puramente privado — *da conservação individual.*

D) *Conclusão*

"A verdadeira originalidade, fructo espontaneo da meditação pessoal e profunda das grandes verdades, é o dom raro, ainda entre os espiritos superiores, de renovar sem revolucionar, de engrandecer o edificio do saber humano sem lhe minar as bases, de rasgar ás investigações futuras novas perspectivas sem quebrar a harmonia das antigas."

P. Leonel-Franca

O problema, pois, não é destruir e eliminar; porém, saber si, apesar das lacunas das primeiras instituições e dos excessos das ultimas, correspondem todas ou não ás exigencias de ordem physica e psychica; si devem ser todas accumuladas ou não, ou só algumas e outras eliminadas.

E' incontestavel que nenhuma socialidade pode dispensar a *unidade* que se organificou na Monarchia; nenhuma pode dispensar o *escol* que se concretiza na Aristocracia; nem impedir a funcção da *liberdade* pelo voto e pelo Parlamento democratico; nem a corporificação da *egualdade* na associação, pela melhor repartição dos bens, e no Poder-Judiciario; nenhuma socialidade pode dispensar o *Poder-Espiritual,* quer esteja personificado no patriarcha, tambem chefe temporal, quer no sacerdote; nenhuma pode prescindir dos seus orgams de *justiça,* de *guerra,* de *economia,* etc.; porque todos elles são necessarios e não contingentes, correspondem á vida individual e não a meras idealidades do seu espirito; assim como nenhuma dispensa a contribuição levada pelo genio individual, sempre que orientado ao bem-commum ou á maxima satisfacção possivel a cada classe, a cada profissão, a cada individuo.

Aqui, porem, uma pequena digressão.

Cremos que não nos tomareis por um eclectico, embora a nossa synthese abranja phenomenos de uma e outra escola. Ecclecticos não somos, porque andamos longe de acceitar todos os principios assim como todas as conclusões das escolas rivaes. Ellas visam a verdade e pretendem have-la attingido; mas não escapam da censura de excessivas, que é o erro pela demasia

de verdade, como da censura por lacunosas, que é o erro por falta de verdade. Não justapomos dous corpos inteiros; mas pretendemos haver fundido duas partes da verdade total desaggregadas pela intervenção do erro; e assim feito a ligação entre o *principio* — de que a sociedade ou a humanidade arranca do casal instinctivamente e se espiritualiza e prospera em conseqüencia da immixtão constante do individuo — e a *conclusão* — de que a felicidade das socialidades é mais possivel e certa *accumulando instituições e comprimindo-as pouco a pouco,* do que destruindo-as e substituindo-as totalmente por outras.

A isso, si tivessemos a ventura de abranger toda a verdade ou as verdades apontadas pelas varias correntes do pensamento, chamariamos de *totalismo* ou *integralismo,* e não Eclectismo, como esse que adoptaram Leibnitz e Cousin, acceitando as illações do Sensualismo e do Idealismo, como si se completassem pelo simples facto de se haverem sommado.

Não é que se não possa praticar a conciliação. Consummaram-na os mestres do pensamento moderno renascente, reconciliando as duas escolas que, sem cessar, se degladiam á porfia da verdade — Aristoteles e S. Thomas-de-Aquino — que, longe de haverem alinhavado um centão, produziram inapreciaveis peças inconsuteis, ligadas sem solução de continuidade desde os principios até o fim. Sim, dos principios, porque afora Deus, a causa das causas, que é principio e que é fim, existente *ab-eterno e per secula,* subentendido nas suas especulações philosophicas, não partiram esses dous genios de um ponto só, porque duas são as grandes realidades da vida — o mundo e o homem.

Quanto a Aristoteles, conciliou os primeiros vagidos da Philosophia naturalista com o Humanismo subseqüente. Quanto ao Doutor-Angelico, harmonizou a Philosophia com a Theologia; e ambos o Sensismo com o Idealismo. Mas a nenhum cabe chamar de ecletico deante do carater autonomo das suas philosophias ou do Realismo e Intellectualismo que as animam.

Pois foi inspirado nesses dous guias do pensamento que pretendemos fazer obra de Realismo sociologico, buscando harmonizar as duas correntes em luta — o Sociologismo que abstrae do individuo e o Individualogismo que abstrae da sociedade. Para nós não ha razão de lucta sinão no empenho de equilibrio entre a sociedade e o individuo, os

quaes se chocam precisamente porque existem; e não podem ser annullados um pelo outro, porque ha entre elles uma relação de harmonia necessaria, só destruida pelos excessos da liberdade individual na escolha e preparação dos meios naturaes para os fins sobrenaturaes.

Fechado o parênthese, voltemos ao fio do nosso assumpto,

Si, então, o problema é estudar a correspondencia entre os phenomenos sociaes e os pessoaes, entre os geraes e os particulares, a sua solução está em organizar complicadamente e não simplificadamente contra o que manda a razão muitas vezes inspirada pelo menor esforço; está na união da pluralidade e não na unilateralidade, na *accumulação das instituições* e não na eliminação de umas por outras.

"Expedit in civitatibus commisseri praedicta regimina", pontificou S. Thomás, o inspirado philosopho medieval.

Dir-se-a que, assim como os homens accumulam erros e males na alma, virtudes e vicios, as sociedades arrastrariam, por essa lei de accumulação, o mal de roldão com o bem, as instituições que representam um *mais* com aquellas que significam um *menos*. Sim, isto pode dar-se algum tempo, enquanto o homem, pela inexperiencia, permanece deslumbrado deante das suas innovações; não, porem, depois de lhes haver provado as amarguras, dotado como é de consciencia e razão, com as quaes pode discernir o bem e o mal, as invenções uteis ao bem commum, ordenadas ao fim supremo, e as corrupções que perturbam a marcha nesse sentido.

Em ultima analyse, ao homem deve reportar-se o homem para resolver o seu grande problema da vida na terra. E a solução mais racional está, á luz da civilização associada á ordem e á paz, em ultrapassar as creações antigas e não em destrui-las nem substitui-las por bruscas renovações.

A unidade monarchica, por exemplo, que é um principio de ordem e foi quasi constante e geral nos povos antigos, por ser uma das aspirações irreprimiveis da alma humana, acabou, aos poucos, comprimida, pelo surto de outras exigencias não menos imperiosas, na fórmula — *o Rei reina e não governa.* O Rei das nações constitucionaes é o representante da unidade nacional, e só por excepção o seu governo.

Assim a nobreza, depois de dominar em varios povos, como

fórmula unica e simples de socialidade, foi-se complicando com os outros regimes, — com a Monarchia, com o Sacerdocio, com a Democracia, — até ficar reduzida a um orgam do aparelho governativo, geralmente o Senado. Comprimiu-se através dos tempos, o que não quer dizer que desapparecesse.

Assim a Democracia, que é aqui o principal objecto das nossas considerações, cujo primeiro caracter foi o de fórmula total, exclusiva, unilateral, como as anteriores, dobrar-se-á e cederá á pressão das outras exigências humanas que no curso da evolução surjam buscando satisfação e equilibrio. A este regime tocará tambem a vez de ser confinado em um departamento do regime total. A verdade, porem, é que ainda estamos deslumbrados pelo surto que coresponde á mais vehemente arremettida do individuo contra a sociedade, e assignala o furor do methodo das eliminações sobretudo na França e no Brasil. Enquanto outros povos afeiçoaram a sua existencia originariamente ao novo regime; e, enquanto outros, para lhe dar um logar no velho apparelho governativo, comprimiam suas instituições, accumulando-as com a instituição nascente, aquellas duas nações faziam tabua rasa de todo o passado; — a França, simplesmente na transição da Monarchia-absoluta e da Federação, para a Republica-democratica; o Brasil a quem lhe não bastou um seculo para meditar maduramente sobre essa licção da Historia, saltava da Monarchia, do Parlamentarismo, da Centralização, para a Republica, o Presidencialismo e a Federação. Interrompiam *ex-abrupto* uma tradição, que de outros povos, taes como a Inglaterra, a Belgica, Allemanha, Italia, Austria, Espanha, merecia o respeito e a conservação.

E' verdade que algumas dessas nações interromperam o processo das accumulações fazendo-se Republicas; mas, embora taes revoluções sejam possiveis, e acceitaveis por nossa theoria do intellectualismo independente, não é menos verdade que o rompimento com a tradição eqùivale á creação de mais um foco de revoluções. Como para nós não ha leis fataes de evolução, mas apenas responsabilidade dos grandes homens e dos genios que a orientam, e assentimento consciente das collectividades ás situações dolorosas que se cream, acreditamos que numa tradição rota, mas já crystallizada no corpo ou na parte

instintiva da sociedade, fica o germe de convulsões restauradoras por muitas gerações.

Quanto ao grupo de nações *ab-ovo* democraticas, nascidas da força popular directamente, que insistem no empenho de accumular tradição exclusivamente democratica, nada pode objectar o sociólogo; porquanto, nem as corrupções transitorias para a Tyrannia, a que attingem freqüentemente claudicando e reproduzindo uma tendencia necessaria do homem, não chegam a tirar-lhes esse caracter essencial de identicas consigo mesmas.

De facto, taes são as nações democraticas da America, filhas da lucta entre a individualidade livre e a socialidade, da *psyché* individual e o corpo social, que durante um seculo tendeu para o estacionamento na Tyrannia. Venceu a Democracia como regime ordenado ao bem-commum na lucta contra a sua corrupção ordenada ao interesse particular; e, si, a accumulação tem consistido somente em aperfeiçoamentos da Democracia, em compensação não tem havido eliminações sinão das degenerescencias della, o que significa um real progresso. A qüestão é sommar o presente ao passado e nunca subtrahir este, como fizeram os povos francês, brasileiro e hoje o russo, por excellencia povos de eliminação em contraste com os povos de accumulação, de que a Inglaterra apparece como velho exemplo e de que a Italia nos apresenta outro mais novo e fecundo. Que accumulação pode fazer o Uruguai por exemplo, sinão a da sua propria Democracia de cem annos, da qual nunca saiu sinão para provar o travo das suas corrupções? e dentro da qual permaneceu para accumular o systema presidencial com o collegiado? Tira-lo desse regime sadio para o levar a outro, ainda que mais sadio theoricamente, seria o maior dos absurdos politicos.

Mas, do facto da Democracia ser um exaggêro quanto á sua extensão, e um mallógro quanto aos seus exaggêros, nos povos desequilibrados, segue-se que o fim da Sociologia-applicada deva ser subtrahi-la da socialidade, para implantar em seu logar qualquer outra innovação inspirada pela Individuologia ou pelo Sociologismo? Parece tão precipitado e simplista este juizo, como precipitado e simples foi o da doutrina democratica

relativamente ás outras instituições que ella destruiu para resolver todo o problema humano á sua feição.

O abuso de uma instituição não destroe as vantagens do seu uso. Tão necessarios ao corpo social são os orgams para materializar o phenomeno da unidade, da qualidade, da religiosidade, da justiça, da força, como os orgams destinados a dar expansão aos phenomenos da quantidade, da liberdade, da egualdade, e até da moralidade, si algum povo reclamasse instituições ethocraticas. Todos elles coexistem no ser humano e tendem a coexistir e coordenar-se no ser social.

E) *Logar da associação nesta synthese*

Qualquer que seja, porem, o orgam ou os orgam destinados a satisfazerem as exigências populares ou a produzirem os effeitos democraticos, tem de coordenar os attributos da democracia — *a liberdade e a egualdade* — com a sua potencialidade — *a soberania nacional.*

Sim, não se comprehende a Democracia sem que seja liberal e egualitaria, e sem que o povo seja a fonte de onde emana o governo. Ora, nós enxergamos somente uma creação social capaz de harmonizar a liberdade com a egualdade — *a associação livre* — quer seja *cooperativa,* quer *syndicato,* quer *corporação;* e uma instituição capaz de satisfazer a ambição popular de dominar o poder constituido sem necessidade da competencia ou da especialização dos proprios elementos do povo — *o Parlarento.* Pelas leis pode o povo impôr sua vontade ao governo, ao menos impedir que este faça o que lhe não agrada; e no Parlamento expressar a sua quantidade, as suas individualidades, sendo elle, por essencia, uma creação da quantidade.

Quanto á associação, como pode provar-se que ahi resida a Democracia, o ambiente de harmonia da liberdade com a egualdade? Pelo jogo mesmo destes seus dous attributos.

Retomando a origem do corpo social, aonde fomos e de onde vimos, porque essa fonte alimentaria todo o nosso pensamento, encontramos a cellula-familia, por cuja reproducção elle se conserva, e nessa cellula a realidade da egualdade que é eminentemente social; e através della a parte psychica do homem não absorvida onde vamos achar a consciencia da liberdade.

A egualdade, portanto, a desegualdade que com ella coexiste, pre-suppõe uma collecção de individuos da mesma especie; a liberdade é essencialmente a desaggregação, a unidade, o simples. Aquella é relativa, porquanto surge da relação entre dous ou mais seres semelhantes; esta absoluta como o *uno*.

Ora, sendo esta individual, é logico vermo-la com todo o seu viço onde o individuo possa expandir-se do modo mais amplo, na familia primitiva, como *pater-familia;* pois que aos filhos não é dado restringi-la e não são livres sinão depois de maiores, quando em condições de serem, por sua vez, *patres-familias*. Ahi vemos o homem soberano na direcção de sua familia, primitivamente com direito de vida e morte sobre a prole; direito derivado da natureza das cousas, isto é, do facto de ser a familia uma entidade mais importante do que os individuos, para a vida da humanidade. Dessa posição á posição de membro do Estado medeia uma distancia em que o chefe soffre forte restricção na sua liberdade, pelo accúmulo de deveres, até tornar-se subdito, que outra condição não tem qualquer cidadão quanto ao poder publico. No Estado o pae perde a livre autoridade sobre os filhos ainda que maior, e mantem uma condição de *capitis-diminutio* correspondente á de filho-familia. Do mesmo facto da liberdade paterna decorre a desegualdade entre o pae e os filhos, não só manifesta na força physica como na superioridade moral de chefe. Em compensação, aquelles que se vão emancipando e tornando-se cidadãos vão adqùirindo a egualdade legal; e a desegualdade da familia desapparece no Estado. Da familia ao Estado cresce a egualdade, ao contrario da liberdade que, si não soffre alteração quanto aos filhos menores nas duas socialidades, diminue quanto ao chefe.

Não obstante se terem alterado estas condições historicas da familia e não ser concebida hoje sinão na esphera do Estado, contudo subsiste a liberdade natural primitiva, de modo indiciario, na somma de direitos que o Estado confere ao *pater-familia,* circumstancia que não infirma, porem, confirmaria a nossa these, si a formulassemos especulativamente, sem a consideração historica.

Ora, si nem na familia se realiza naturalmente o phenomeno democratico, por falta de eqùivalencia entre liberdade e egualdade, nem no Estado, pela mesma razão, pois, o Estado

cresce ao passo que decresce a liberdade, até tornar-se despótico pelo reino absoluto da egualdade; e si da familia ao Estado e vice-versa, cresce um desses attributos enquanto decresce o outro, é logico que em um ponto intermedio entre uma socialidade e outra devem corresponder-se, quanto ao grau de intensidade, — a liberdade e a egualdade. Nesse ponto se realiza, então, a mais perfeita Democracia, quando coincide com alguma socialidade que seja constituida pela livre vontade ou dissolvida do mesmo modo, e onde a egualdade seja decretada pelas partes ou consentida tacitamente. Não se trata aqui nem de liberdade ou egualdade natural nem de liberdade ou egualdade legal; mas de liberdade e egualdade volitiva, a unica concebivel em uma socialidade puramente democratica. A liberdade natural do chefe desappareceu com a familia soberana, ao mesmo tempo que a desegualdade natural entre elle e os filhos niveladas pelo Estado. Ora, essa socialidade intermedia existe: E' a *associação livre*, aquella que se forma da livre e espontanea vontade dos associados e em que todos se consideram eguaes, assim como se desfaz, quando a mesma liberdade o determina ou deixa de reinar a egualdade essencial.

Examinada a base do terceiro momento de formação social, a qual é a coincidencia da liberdade com a egualdade na associação ou no grupo, ipso facto, percebe-se nelle outra expressão social, differente da que vimos concretizada na familia e da que se desdobra no individuo mesmo. Enquanto, pelo casal e pela familia o homem visa uma perpetuação material, mas assim mesmo uma perpetuação; enquanto pelas intervenções pessoaes o homem visa melhorar constantemente o meio em que vive; pela associação, em que elle se absorve ou a favor da qual se desfaz de parte da pessoalidade, visa fins immediatamente attingiveis e essencialmente transitorios. Vemos, na familia, consummar-se a fusão para a multiplicação; vemos nos grupos accidentaes realizar-se uma somma de finalidades immediatas. Deu aquella como resultado politico o Estado monarchico, organico, hypostático; deu esta o Estado democratico, psychologico, apenas agglutinado. Ao transpor para o governo geral os attributos da autoridade, tomaram estes o cunho do pater-familia e tivemos o Rei, na primeira edade social; ao fazer a mesma transposição na segunda edade social, que se pode caracterizar pela ascen-

dencia do individuo, pelo uso da sua potencia anímica através da socialidade, e ao mesmo tempo pelo cerceamento espontaneo das espansões ultra-familiares, na formação das associações; ao fazer essa transposição para o Estado, obteve o homem o poder transitorio no Estado democratico, á imagem da associação mesma, feita da renuncia dos sobejos pessoaes. O Estado organico da primeira edade, imagem da familia, transformou-se no Estado meramente psychologico da segunda edade.

Que attitude tomar deante dessas duas realidades que se debatem na Historia como si fossem antitheticas?

Seria dogmatizar a sciencia, tomar uma resolução parcial em favor de uma ou de outra forma social. Existem as duas com funcções peculiares, assim como, alem dellas, ainda apparece o individuo com animismo bastante para provar uma liberdade espiritual, que é a sua principal condição de humanidade. Depois de formar os circulos sociaes convenientes, e deixar em coalescencia com elles as forças necessarias ao seu desdobramento, colloca-se o homem, por cima delles, com suas qualidades inassimilaveis, a brilhar superiormente, como phanal de orientação á sociedade toda. Systematizar, organificar, todos os fundamentos sociaes, — o casal com a familia, as associações e o homem — e não dogmatizar a Sociologia impondo este ou aquelle fundamento como exclusivo objecto da sciencia. Eis a verdadeira attitude do especulador.

CAPITULO IV

FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS

FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS

A) *Negação*

Examinada a sociedade em seus fundamentos, não será difficil descobrir o verdadeiro fundamento da sciencia que a estuda.

Perlustrando as obras dos sociólogos, pode avaliar-se a discrepancia em que se acham tanto sobre problemas secundarios como sobre os fundamentos da Sociologia.

Um delles, Squillace, discorrendo sobre as *Doutrinas-Sociologicas*, diz á pag. do II volume (versão espanhola): *"Entre todas as doutrinas sociologicas as quaes têm entre si um unico e tenue ponto de contacto — sua base sobre as sciencias sociaes — não é possivel encontrar um unico postulado sobre o qual se baseiem todas, a não ser que se queira considerar como tal o facto da unilateralidade das concepções."*

Sim, para o economista a Sociologia decorre dos postulados basicos da Economia-Politica; para o jurista dos do Direito; para o Religioso ella é um desdobramento moral; para o politico da Politica; para o demógrapho da população; e assim por deante. Ora, a Sociologia, como veremos, não só não se baseia nessas sciencias, como escapa do campo que ellas exploram.

Quanto ao seu objecto, quanto á sua extensão, portanto, ainda estão longe de chegar ao accôrdo appetecido. Principiam todos dizendo que a Sociologia é a sciencia que estuda a sociedade; e logo passam a estudar o homem, o individuo, esquecem a noção fundamental, passando do grupo ás suas partes, da unidade ás suas fracções.

"Não pode haver phenomeno social sem associação" é o postulado mais geral, aquelle que achamos na concepção dos individualistas e dos sociologistas, ou na daquelles pensadores que

dão ascendencia ao homem, assim como na dos que a emprestam á sociedade sobre o homem. Mas, cabe indagar: — 1) Todos os phenomenos acontecidos na sociedade pertencem ao estudo da Sociologia? 2) E' a Sociologia uma sciencia que absorve e inutiliza as outras sciencias que têm por objecto o homem — a Metaphysica, a Moral, a Psychologia, o Direito, a Politica, a Economia? 3) E' a Sociologia uma Philosophia das outras sciencias do homem? 4) E' a Sociologia uma sciencia com objecto limitado, e, neste caso, parallela ás suas congêneres?

A' penultima pergunta pode dar-se resposta negativa, ainda que choque a convicção de Worms. — A Sociologia não é uma Philosophia dos conhecimentos que têm por objecto o homem, por isso que ficaria um vasto campo phenomenal sem conhecimento especial — todo o mundo dos agrupamentos humanos, desde a familia, passando pelas associações particulares, até o Estado e a Egreja. O estudo especial destes seres, assim como não está inteiramente nem na Metaphysica, nem na Psychologia, nem na Moral, nem no Direito, nem na Politica, nem na Economia, está em todas ellas parcelladamente, fragmentariamente, ou está em umas não estando em outras, interessando-as, como no estudo de certos astros interessa a approximação de outros.

Quanto á primeira e segunda qùestões, si todos os phenomenos da humanidade são sociaes e seu estudo é sociologico, que papel representam o individuo como entidade e as sciencias que tratam de seus actos economicos, juridicos, politicos, moraes? Neste caso, o individuo, o homem, o ser por excellencia da creação, nada mais faz do que agitar-se obscuramente para re-saltar uma existencia que não disfructa como ser independente e uno; e os conhecimentos do homem se apagam com elle. Quando sobe da sociedade ao homem, do ser especial ao ser geral, a Sociologia o faz, precisamente, anullando a este e reduzindo as sciencias que o estudam á condição de ancillas. Aos que assim pensam, aos sociologistas, poderia responder-se que as cousas não se passam com essa simplicidade, e que o homem guarda, apesar de tudo, a sua pessoalidade sob varios aspectos e em multiplos momentos; aspectos e momentos que á Sociologia falta competencia para explicar. Não é ella mesma que abstrae do homem?

A Metaphysica nos diz: — Coexistem no homem o principio do bem e do mal. A Psychologia nos diz: — Esse bem e esse mal podem manifestar-se por pensamento, por sentimento, por volição individual.

A moral nos diz: — Os actos dessa volição devem ser condicionados ao fim supremo de quem os pratica, e ao fim mediato ou immediato do meio em que os pratica.

A Politica nos diz: — Esses actos devem ser coordenados tendo em vista a harmonia total. O Direito nos diz: — Esses actos não devem ferir a regra *suum cuique tribuere*. A Economia nos diz: — Esses actos podem consistir na producção, na repartição, na circulação do maximo de riqueza em correspondencia com o consumo, e com o minimo de esforço. E a essas disciplinas, conscias do seu valor e de seus objectos, que contesta a Sociologia? — Que não existem sinão como partes de seu campo de acção. Mas, cabe retorquir que, nesse caso, nada adeanta ella para o conhecimento englobal-o sob uma *denominação* ou significal-o por varias denominações. Seria uma questão de palavras e nada mais. Apoderar-se de dominios já explorados não é gloria nem vantagem para a Sociologia. Si tanta celeuma se levanta em torno della, é que tem base propria sobre que repousa directa e solidamente, resistindo aos desconchavos e disparates de seus tratadistas; e, si existe, algum serviço presta ao conhecimento. E aqui chegamos á terceira das alternativas: — A Sociologia é uma sciencia com objecto preciso, parallela ás outras sciencias que se occupam do homem; que estuda as collecções, os grupos de homens e não os homens nos seus grupos. Segundo dissemos, ha pouco: — "não pode haver phenomeno social sem associação"; mas acrescentaremos, inquirindo: — E' certo que "todos os phenomenos sociaes são phenomenos individuaes", conforme sustenta Folkmar? Aqui começa a confusão generalizada, a interpenetração das sciencias umas nas outras usurpando-se reciprocamente os objectos respectivos; aqui começa a Sociologia a sair de seus dominios — os *grupos sociaes* (casal, familia, associação, Estado, Egreja) e a invadir outros, no empenho de apoderar-se do homem, do individuo. D'ahi, para pôr ordem a conceitos e noções tão diffusos, é que Comte apresenta com grande largueza de vistas,

a Sociologia como desdobramento da Biologia; e á Politica, á Moral, á Religião e á Economia, como desdobramentos da Sociologia. Já é uma luz sobre o chaos. D'ahi Folkmar propor a sua Anthropologia-Philosophica, mais geral do que a Sociologia, capaz de abranger todas as disciplinas que visam o homem, não mais como partes da Sociologia, mas como partes componentes de um conjuncto mais complicado. Em não subordinar as outras sciencias do homem á Sociologia ha uma superioridade na concepção de Folkmar sobre a de Comte. E' que aquelle pensador percebeu que o homem escapa em muitos sentidos á investigação do sociólogo; isto é, de quem o encara como animal exclusivamente social, e de-repente se surprehende antolhando-o como animal livre accentuadamente individual. Ora, si as sciencias anthropológicas, para seguir Falkmar neste ponto, não são partes da Sociologia, está claro o seu confinamento em limites peculiares e a sua eqüiparação ás sciencias affins.

Nesta ordem de considerações é de crer que se chegasse a uma solução definitiva para o problema do verdadeiro objecto da Sociologia; sobretudo do que não faz parte da Sociologia.

Para nós é muito duvidoso que esta sciencia (ao usar da palavra — *sciencia* — fazemol-o aqui como mera eqüivalencia — conjuncto de conhecimentos de um grupo de phenomenos — e não com o sentido de poder de previsão das sciencias exactas) para nós é muito duvidoso que esta sciencia da sociedade abarque os factos moraes, os religiosos, os economicos, os juridicos, os psychicos e os politicos, os quaes, si succedem na sociedade, nascem da pessoalidade. Interessam, sim, ao sociólogo; mas como partes do seu objecto immediato. Antes somos levados a crer, contra o que ensinam os sociologistas, que cada conjuncto dessa phenomenalidade constitue objecto de sciencia a parte, conquanto ligada á phenomenalidade social. De facto. Em que capitulo da Sociologia estudar os actos de hostilidade do individuo contra a sociedade, actos moraes, actos juridicos, economicos, politicos, e os religiosos do ascetismo, por exemplo? No capitulo da — *lucta pela vida* — responderão, a qual do mundo vegetal e animal foi applicada como lei ao mundo social. Sem duvida, entra como materia desse capitulo; mas ferindo as consciencias, até dos proprios sociologistas que estão longe da harmonia de vistas neste terreno. Si este a enxerga diri-

gida contra as forças naturaes, (Ward), aquelle a vê contra os homens para a conquista da riqueza (Loria) outros pelo prazer (Novicow) alguns pelo dominio (Nietzsche, Gumplowicz) e ha sociólogos que não a admittem na mesma sociedade, sinão de uma sociedade contra outra, posto que a lucta não se explica como phenomeno normal entre particulas do mesmo organismo animado. Entretanto a lucta existe no seio de uma sociedade, como desmentido a toda a construcção subjectiva da *sociedade-organismo* e do homem — particula — ou abstracção social.

Para perceber que a sociedade não é um ser perfeito ou é um ser dotado de muito menos perfeição do que o homem, basta considerar que todos os phenomenos sociaes não podem existir sem a intervenção da pessoa. Do individuo ella não pode prescindir, não porque elle seja uma particula ou uma cellula; mas porque nelle, multiplicado por milhares e milhões, residem os orgams da psyché social, a vontade, o sentimento, o pensamento. Eis o papel do individuo, e o seu interesse para o sociólogo. Que perfeição é essa ou que superioridade é essa sobre o organismo humano, si o organismo social, (sem que por isso seja enfermo), encerra a lucta permanente entre suas partes; si cada individuo, sendo particula productora de funcção biologica é ao mesmo tempo orgam productor de funcção psychologica si a sua coherencia não é physica, mas simplesmente psychica? Como sciencia de um organismo estaria aquem da Biologia, limitada ao estudo de relações psychicas; como sciencia do homem as outras sciencias reivindicam o seu objecto. O individuo não é, pois, o exclusivo ponto de partida da Sociologia. Conseguimos agora apalpar toda a pretensão da Sociologia, porque lobrigamos as regiões que lhe não pertencem; isto é avistamos os seus limites. Affirmar que o homem é um ser psychico em funcção da sociedade é construir um Materialismo original e absurdo, é acceitar para a vida do homem o dualismo, isto é, a força vital produzida por sua materia e a força psychica produzida por um ser superior a elle. Por que guerrear então a Theologia, si é isso mesmo que ella diz, mas collocando o homem numa situação immensamente superior, porque immensamente superior é o Ser que diffunde a vida?

Não; sociedade, como Deus, creadora de alma individual,

é uma divindade que não podemos acceitar. Somos francamente atheu para esta nova religião. Não é isso que diz a consciencia, repositorio mysterioso, mas eloqüente de verdades. E que extranha creação essa da psyshé individual pela força social, que não deixa vestigios de sua origem na consciencia dos homens! Ou crea infundindo a illusão de que a vida psychica vem de outro ser! Ha milhares de annos, a sociedade crea os homens, e só faz um seculo que alguns homens se reconhecem seus filhos! Neste terreno, Augusto Comte, com sua concepção da Religião da Humanidade, é inexcedivel, e impeccavelmente logico, dentro do seu Positivismo ou Naturalismo.

Si o problema ontológico se resolve pelo dualismo, segundo vêm demonstrando os sociologistas, não ha como fugir á imposição de uma religião. Si nossa alma vem de fora, somos levados a adorar o nosso creador. Incompleto e illogico é, portanto, todo o sociólogo-sociologista que não acompanha Comte até suas ultimas conclusões. Mas nem este grande pensador pode fugir ao argumento de que seu deus creador é filho das suas creaturas.

Assim, a totalização da Sociologia como sciencia do homem leva a resultados mais duvidosos ainda do que aquelles que aos sociólogos pareceram, ao tentarem a construcção de novos systemas. E, depois, relativamente a Deus-Espirito este Deus-Sociedade é francamente um arremêdo, que nada veiu adeantar das conquistas anteriores do conhecimento. Estamos na mesma ou peior do que ao tempo da Renascença. Negamos, pois, ao individuo a categoria de objecto directo e exclusivo da Sociologia.

B) *Affirmação*

Dizendo que a Sociologia ultrapassou seu campo de acção, não affirmamos que ella não exista ou que tenha objecto directo. Mas, onde está esse objecto simples da Sociologia, e da Sociologia somente, aquelle que não se confunda com os de outras sciencias?

Si encara o desdobramento mental do homem, a Psychologia lhe toma o passo dizendo: — esse individuo é meu, é o meu objecto. Si antolha a conducta do homem, é a Moral que o

reclama como seu objecto. Si considera o seu principio, é a Biologia e a Religião. Si trata da sua finalidade, ainda a Religião. Quando se demora sobre um acto de conservação individual, a Economia se apodera delle como pertencente á sua alçada. Si versa a sua actividade no sentido da ordem geral, está o individuo dominado pela Politica. E assim é a Sociologia corrida de todos os arraiaes cada vez que pretende apoderar-se do homem, como seu ultimo objecto. Por outro lado, é com toda essa bagagem que o individuo se apresenta ao sociólogo. Não admira, pois, que, para reclamar tal extensão, negue tudo quanto não seja ella mesma — o Direito, como fez Comte; a Religião, como fazem os materialistas; a Politica, como os anarchistas; a Moral absoluta, como os sociologistas. Nem admira que cada uma destas disciplinas, deante da convicção de que a Sociologia não existe por si só, busque, por sua vez, passar de parte á totalidade. Assim vemos, em alguns economistas (Le Plaz, Brentano) a Economia pretendendo abranger todos os phenomenos sociaes, através da Economia-Social, a Politica (Comte, Maurras), o Direito (Ihering, De Greef), a Moral (Durkeim), a Psychologia (Izoulet, Robertz, Lebon, Sighele), a Religião (Faustel de Coulange), todas tem e cada uma por si, a pretensão a tudo invadir e tudo explicar á sua feição. Só vemos confusão, pandemonio e conturbação dos espiritos como conseqüencia das pretenções de uma intrusa. Não, a Sociologia não pode ter por objecto immediato o homem-individuo-indivisivel, que como tal, é objecto directo das outras disciplinas, ainda que como sujeito de acções sociaes, isto é, como agente dentro do ambiente collectivo. Sem demorar na consideração deste, do meio social, cada uma dellas acompanha o homem por onde quer que passe, aonde quer que va. E, si abandonassem o homem, para explorar o meio social, perderiam a bússola norteadora, por isso que são sciencias do genero comprimido no homem, enquanto que a *Sociologia é a sciencia da especie que o homem forma em seus grupos e instituições.* Perder de vista este conceito de Sociologia é cair logo em disparates e em illações absurdas, sem base real e sem resultados satisfactorios.

Repetimos: — Não *é objecto principal da Sociologia, nem pode ser, o homem-individuo; mas os grupos de homens, o homem-socio ou, para attribuir a essa cousa uma denominação —*

a socialidade, com sua significação abstracta de qualidade do que é associado extensiva á materia em que se consubstancia, — ao grupo e ás instituições cuja vida é social ou por um momento ou para a perpetuação da sociedade. A differentes *socialidades* vai ter o analysta quando decompõe a sociedade sem sair do seu terreno de sociólogo, si bem que de diversas naturezas e varias actividades. Foi o que vimos no Capitulo anterior. Encontra as Egrejas, as nações, as classes, as castas, as associações de multiplos fins, as instituições publicas, as familias, por fim o *casal,* a mais simples de todas, porem a *socialidade* nuclear, aquella que encerra o germe da perpetuação da sociedade. Somente ao fim dessa gradação é que o sociólogo appella para o individuo assessorado por outros scientistas. Chegado ahi, o sociólogo attingiu o limite mais baixo na exploração de seu mundo, o seu elemento irreductivel. De facto, si decompuser o casal, separando os seus dous elementos componentes, terá entrado em outro mundo a cujos habitantes o sociologo vai levar uma scentelha ou pedir outra, como o physico quando decompõe a molecula ou a cellula em seus átomos differentes ou abandona o estudo do phenomeno natural para estudar os movimentos do corpo que os produz. Para o physico, o limite é a materialidade dos corpos, são os seus phenomenos, suas leis e propriedades; para o sociólogo o limite é a socialidade, suas leis, suas propriedades. Só ahi a Sociologia é Sociologia, fora d'ahi, dentro do individuo, já é sciencia do homem, subsidiaria da Sociologia ou apoiada nesta; como a Chimica, que é sciencia do átomo, como a Mechanica, que é sciencia do movimento, ambas fora da Physica, embora parallelamente a ella, e subsidiarias. *Sociologia é, pois, uma Physica dos corpos sociaes.* Para dar uma idéa geral da imagem desta concepção, poderiamos adeantar que a Psychologia, agindo sobre o homem, átomo e não cellula social, é uma chimica de nova especie; a Moral, a Politica, o Direito, são Mechanicos de nova especie.

Só ahi fica o Sociólogo a salvo das investidas do moralista, do psychologista, do politico, do jurista. Como o ponto de partida do sociólogo deve ser o que é a fonte dos outros scientistas — uma noção simples — das socialidades deve ser a mais simples, aquella que sendo composta, não se possa decompor sem perder as propriedades e a natureza social. Ora essa na-

ção é a do *casal,* formado por affinidade de corpos differentes pelo sexo, da combinação de dous *átomos,* mas a expressão mais simples de socialidade. A socialidade é o corpo formado pela *affinidade* dos corpos humanos. Examinando todas as outras socialidades ou grupos humanos com alguma organização, veremos que sua estructura participa da symbiose de elementos homogeneos, são mais complicados que complexos; ao passo que o *casal* (nucleo) e sua extensão — a familia (cellula) — ostenta complexidade por fusão de elementos heterogeneos (átomos) que dão como resultado um ser de nova especie. No casal está o termo da individualidade, e o principio da socialidade, que por elle se perpetua; no casal, a noção primaria da Sociologia. Tanto o homem como a mulher de um casal são dous *individuos* para quem estuda o *homem na sociedade,* mas, para quem estuda a *sociedade dos homens,* as partes componentes do casal não passam de dous *dimiduos,* cujas differenças constitucionaes algum valor devem ter para a sciencia. Diz a Biblia: Homem e mulher, os dous numa carne só, numa unidade. A nosso ver, na fusão dos sexos está o arranque do conceito sociologico; porque do casal, quer ephêmero quer perpetuo, nasce a sociedade. Quando ephêmero, mas fecundo, passa a sacialidade directamente do nucleo ao maximo desenvolvimento, isto é, da promiscuidade á socialidade communista; quando perpetuo, passa o mesmo ser á familia e desta á sociedade. Acabamos de tocar numa das grandes utilidades da Sociologia, logo de inicio, qual é a de apontar onde está a maior conveniencia para a humanidade, si em organizar a familia como cellula defensiva desse nucleo, si em deixal-o exposto aos azares e contingencias do homem volitivamente livre, do homem tantas vezes anti-social. Exemplos de promiscuidade ha na ethnographia e hoje na Historia da Russia, deante dos quaes podem os pensadores discernir, entre o *casal ephêmero* e o *casal perpetuo* ou matrimonio indissoluvel, segundo o Direito ou união sacramental, segundo a Religião. Expondo uma e outra formas dessa socilidade basica, as suas extructuras e as suas propriedades, e confrontando umas com outras, está o scientista fazendo Sociologia pura e prestando grande serviço ao politico, ao jurista e ao moralista. Do mesmo modo elabora Sociologia aquelle que se dedica a investigar qual a estructura da associação que convem aos fins economicos, aos interesses

de classes, aos fins moraes e até aos fins lúdricos; assim como é sciencia social ensinar ao politico qual a forma de Estado mais conveniente a determinado povo por taes e taes razões tiradas do conhecimento de todas as socialidades onde se agitam os cidadãos.

Neste ponto tem razão Durkeim affirmando que a Sociologia é a Historia analysada. A Sociologia é o estudo do meio social em suas acções e reacções contra o meio cosmico, e quanto ao seu concurso aos fins do homem, isto é, dos *dimiduos* ou desses átomos de nova especie, dotados de uma força especial — a alma — cujo dynamismo se exerce no sentido de uma finalidade superior, compromettendo o nucleo social e ao mesmo tempo ultrapassando-a. Este é o homem sociologico. Quanto ás acções do homem individualmente considerado, que as apreciem as sciencias respectivas, e que as aproveite a Sociologia, segundo são explicadas por aquellas; pois a Sociologia, si não lhe cabe estudal-as directamente, não pode desconhecer essas acções.

Assim, quanto á Egreja, cabe á Sociologia ajuizar de seu valor como elemento de ordem e de progresso para o todo como para os individuos. Mas, si ella sobe a explicar a origem do phenomeno religioso, a relação entre o homem e seu creador, mallogra-se, do mesmo modo que quando cogita de saber de onde procedem as manifestações psychicas do individuo, ou em que se inspira a conducta moral de cada um. A Sociologia põe os grupos em confronto, para que o homem, que é livre, conforme o provam as sciencias que o estudam, e gosta de mover-se com desembaraço, possa ver longe, e não tropece em obstaculos que a falta de estudo do meio lhe torna possiveis. Só assim o homem distenderá o espirito superior a todas as cousas do mundo; e, não sendo assim, a sociedade por haver eliminado o homem, isto é, a humanidade, por falta do homem, ficará sem horizontes.

Quando nos valemos da idéa de *cellula* para apresentar a familia, de *nucleo* para o casal, de *átomo* para o *dimiduo*, não attribuimos a esses conceitos a importancia que lhes dá René-Worms, por exemplo, para quem tambem o casal é a *cellula* social, uma verdadeira cellula organica, fonte de um organismo verdadeiro. Valemo-nos das noções de *nucleo, celluia, átomo,* não para tirarmos conseqüencias necessarias da comparação, mas

apenas porque falta á nossa sciencia uma technologia completa, e somos forçados a usar de analogias para expôr suas noções. Ao dizermos que o *casal* é o *nucleo* da sociedade queremos significar que é a sua expressão mais simples, o seu ponto de partida, sem dilatar esse conceito até o de origem de um *organismo*, porque organismo não é a sociedade, muito menos o organismo de um ser formado de homens. Para nós não passa de um corpo, como é, por exemplo, a terra, o globo, tambem formada de particulas que, ao serem decompostas deixam de ser partes integrantes della. E assim como dizemos *nucleo* de uma *cellula* com relação á Biologia, poderiamos dizer *molécula*, com relação á Physica. A sociedade é um *corpo-meio*, trabalhado e modificado pela *acção teleologica* do homem-intelligente e livre; meio *determinado* pela vida *sobrenatural* e determinante da vida vegetativa do homem, como diria Tristão-de-Athayde. *Homem* — para o sociólogo é o *dimiduo* dotado de força animica propria, e de uma finalidade que ultrapassa a cellula.

C) *Confirmação*

Este conceito sociologico não só proporciona um pouco de ordem no patrimonio scientifico da humanidade, como se contem no conhecimento transmittido pela *Revelação*, ainda o mais sympathico ao espirito humano, embora nebuloso. Mas, tanto no admittir que o homem descende de um casal creado por Deus, como no admittir que o homem descende de especies inferiores, através de adaptação e selecção multi-millenarias, ha duas proposições que a razão não penetra, porque se sente mergulhada numa noite cuja unica estrella é a *crença*. E' preciso crer em Deus, segundo a Revelação, ou crer no Macaco, segundo a Sciencia. Ora, entre as duas pontas do dilemma, escolha quem quizer a sua. Crer é a ultima e mais alta attitude moral do homem, ou crer com os olhos obumbrados, que é uma attitude inabalavel, prenhe de paz; ou crer com os olhos abertos, ainda que deslumbrados pela mesma luz da verdade. Cremos no casal originario da humanidade, que tudo explica — a realidade social e os limites do seu conhecimento.

Mas, quando da crença no primeiro *casal*, que é o núcleo, subimos á realidade da *familia*, entra a razão a discernir com conhecimento de causa. Ella mesma nos evidencia que do nucleo a humanidade primitiva passou directamente ao que hoje se chama — a sociedade — por meio da promiscuidade incestuosa necessaria, porque as leis naturaes tambem fazem parte da creação. O meio social era, sem duvida, menos hierarchizado, mais diffuso ou, para usar da expressão de Spencer, menos concreto e mais *discreto* do que hoje. Com o passar das gerações o proprio homem, ajudado ainda pelas Revelações messianicas, aperfeiçoou em certos povos o meio onde se cumpre o seu destino, ao mesmo tempo que parece tel-o relaxado em outros povos e decaído até a selvageria. E o aperfeiçoamento que guiou ás conquistas do progresso consistiu na consolidação da familia como protecção do nucleo vital do proprio homem e do meio, da familia polygâmica, de um lado, e da monogâmica, principalmente, de outro lado. Em vista dos desdobramentos do homem para seus altos destinos, não ha duvida que a melhor forma de perpetuar o meio social é a da familia monogâmica, protecção do nucleo fontal, comprimido social já com as principaes propriedades do meio completo.

A esta evidencia alguns scientistas têm querido fugir, como Spencer e Lilienfeld, para os quaes a cellula social é *o individuo*. Mas outros com superioridade de vistas, como Comte, Schaeffle e Worms, consideram a *familia* como tal. Mas, por que, então, esquecem o ponto de partida, quando, penetrando no seu sociologismo, se vêm guiados a um estádio que é a negação da familia? Para Comte mesmo, o mais conseqùente pensador materialista, o homem acaba sendo — abstracção — quando o colloca na attitude de adorador da humanidade. Si o fim é a humanidade, elle se pode obter promiscuamente, como se obtem hoje na Russia e em certas tribus selvagens. Creada a familia, não só está garantida a melhor maneira de perpetuar o meio social, como o proprio homem se fortalece e se conserva superior a esse meio. Não é da humanidade, como agente creador, que o homem recebe os conhecimentos novos; mas da *humanidade depositaria* desses conhecimentos adqùiridos pelo homem e transmittidos por elle. Como se vê, não vale a pena dessa attitude religiosa tão elevada

por parte do homem que é o agente creador do deus adorado. E do Sociologismo decorrente de Marx nem falar, porque esse nem siquer imagina o homem numa attitude espiritual deante da humanidade; mas como animálculo, sem outra vontade, sem outro pensamento, sem outro sentimento, que não seja o de satisfazer o ventre de um monstro, que o domina pela força e pela bestialidade dos instinctos.

No Sociologismo de Comte se contem a renuncia dignificante; no sociologismo de Marx a sujeição aviltante.

Onde vamos encontrar apoio firme para esta verdade da familia como cellula social, sem cair nos exaggêros do sociologismo, é na doutrina christan. Ahi, nem a sociedade é Deus muito menos monstro, como no Sociologismo, nem o homem é Deus como no Individualismo; porque, si ha espirito no homem, tambem ha materia no homem e na sociedade. E' o Cardial Mercier quem pontifica: "*Importa, pois, compenetrarmo-nos cada vez mais de que a unidade organica do corpo social não é o individuo, mas a familia.*"

(Obras. Pastoraes. II. LXIX 233).

"*Mas não podemos nem devemos esquecer que a familia não é uma entidade solitaria, muito menos isolada; acha-se inserta, á maneira de cellula de um grande organismo social, para cuja vida contribue ao mesmo tempo que della se aproveita; o que ingendra uma irradiação obrigatoria do lar ao seio da sociedade*", diz o Padre — Zaragüeta Bengoechea, na sua obra — Conceito Catholico da Vida, Segundo o Cardial Mercier. T. II. 265

Isso mesmo ensinam Emilio Chenon (Le Rôle Social de l'Eglise) e Bougaud (Le Christianisme).

L. Garriguet, tambem ensina que "*Embora seja a sociedade um aggregado de individuos, não é o individuo, considerado em si mesmo, a cellula-mãe da sociedade. A verdadeira unidade social, o corpo simples que está na base da sociedade é a familia. A sociedade não é, pois, uma reunião de individuos, mas de familias.*" (Manual de Sociologia e de Economia-Social, pag. 28).

E' o caso de perguntar: Que papel representa o individuo na sociedade, onde parece ter acção saliente?

Pelo que ensinam os doutrinadores catholicos, vemol-o entrar no organismo social, como *átomo*, isto é, como elemento compo-

nente da familia, já como sujeito de outro mundo, objecto de outras sciencias mais altas do que a Sociologia — da Moral e da Religião.

"A Sociologia é um ramo da Moral, uma Ethica especial. Seu fim que é assegurar o bem-commum, sobretudo temporal, dos cidadãos, pela ordem, pela paz, pelo trabalho, é de natureza menos elevada que a da Moral propriamente dicta, cuja missão é conduzir o homem ao seu fim supremo, mostrando-lhe o caminho que pode conduzil-o até lá." (Ob. Cit., pag. 12).

Ora, ao retirar o homem da esphera da Sociologia, a escola catholica o colloca em outra esphera mais elevada, aquella que confina com os limites do fim supremo. E, quando o definimos por *átomo*, nada mais fazemos do que dar-lhe por ambiente mundo muito maior, e natureza scientifica muito mais apurada do que tem como cellula social. O *átomo* já é qualquer cousa impalpavel que torna possivel a existencia dos seres.

E, si os tratadistas catholicos falam de *organismo* ao referirem-se á sociedade, não é com a mesma visão dos socio-biologistas, ha pouco citada, ao qual applicam leis physicas, mas como organismo *sui-generis*, organismo moral, segundo São-Thomás ou como agente proporcionador do *bem-commum*. *"O fim da sociedade póde resumir-se numa palavra — o bem-commum; é proporcionar o bem estar material e moral não a alguns de seus membros mas ao seu conjuncto"*. (Obr. Cit. 25).

"A Sociologia não está apparelhada para substituir a velha Moral, e muito menos para supplantar as Religiões". (Obr. Cit. 13).

Como se vê, estamos longe da sociedade, fim a que vão ter os sociologistas da sociedade-organismo-vivo; e ficamos na sociedade-meio para mais altos fins do ser que é superior á sociedade — o homem. Diz Garriguet que ella tem por fim proporcionar o — *bem-commum*. Mas essa acção da sociedade não será já da alçada da Politica, da Economia, e da Moral e do Direito, que estudam as relações dos homens no sentido do bem-commum?

Pensamos nós que esse fim immediato da sociedade já não pertence á Sociologia ou á sciencia limitada ao estudo anatomico e physiologico dos grupos humanos. O dynamismo que vemos na sociedade é antes humano que social, e como tal objecto das

sciencias que estudam esse dynamismo. — a Religião, a Moral, o Direito, a Economia, a Politica.

"*A missão da Moral,* disse Garriguet linhas atrás, *é conduzir o homem ao seu fim supremo*". O mesmo se poderia dizer das outras sciencias do homem: — O fim da Economia é ensinar ao homem os processos de produzir o maximo do que exigem as necessidades com o minimo de esforço; o fim do Direito é dar ao homem a consciencia do que lhe pertence e os meios de tel-o; o fim da Politica é coordenar os interesses, os direitos e a conducta finalista dos homens. Convimos em chamar a sociedade de *corpo, organização, organismo,* mas sempre tendo em vista que é um *corpo-neutro* onde se agita e se vehicula o principio activo, que é o homem. Poderiamos ainda dizer que ao *dynamismo* do corpo social corresponde o *animismo dos dimiduos* ou dos homens que entram na sua composição.

Tudo quanto se effetua de acertado na sociedade acontece na *sociedade-meio* e nasce das *pessoas-causas* para as *pessoas-teleologicas.* Por isso negamos, deante da evidencia, o monismo da sua estructura, para adoptarmos como criterio director o dualismo, pelo qual a alma social nem siquer adhere ao seu corpo tão necessariamente como a alma individual e se libra sobre elle com mais desprendimento do que esta, por isso que não lhe pertence, mas aos homens, seus átomos.

O homem, para formar o corpo social apparece com duas naturezas — a masculina e a feminina —; mas, para formar a vida social, com uma unica natureza. O que prova que o homem moral, o homem acção, escapa da Sociologia, sciencia que estuda a materialidade do corpo social, isto é, a sua estructura e o seu simples dynamismo, tanto nas suas generalidades como nas suas partes ou socialidades.

A sociedade existe, primeiro, como producto physiologico e psychologico, através do desdobramento illimitado da familia; segunda, por fatalidade mesologica; isto é, por limitação do meio physico, da terra, que se torna cada vez menor para conter os homens. Neste caso, como não se conglomerarão elles, si se multiplicam indefinidamente em um meio finito? O meio physico é, como elemento social, um accidente. As familias, os individuos mesmos, a principio podiam viver isoladamente, como os

individuos de certas especies que não formam sociedade, porque a terra lhes proporciona espontaneamente os fructos para sua conservação individual. A terra então era o Eden. Foi a falta de espaço que approximou os homens uns dos outros; as familias umas das outras; e as sociedades, que a principio cresciam por multiplicação, começaram a crescer tambem por somma de factores multiplicados entre si. Na base da sociedade está pois, o factor genesico, meramente dynamico, physiologico, pelo instincto; e psychologico, pelo amor animico por natureza. E, analysando mais detidamente, vemos o factor moral ou animico, isto é, as relações do homem com sua divindade, anterior á formação social.

Ao associar-se por qualquer forma o homem já levava a noção do dever. E os deveres para com os semelhantes vêm logo depois como conseqüencia do proprio amor que os multiplica.

O factor economico pode tomar alguma importancia muito depois, já quando se impôs o processo associativo da somma, por falta de espaço em determinada região, isto é, por falta de elementos espontaneos de nutrição.

Surgiu, então, a necessidade do trabalho; e a multiplicação, que se operava entre as delicias da vida facil, passou a ser acompanhada de penas e suores. Deixava de ser a terra um paraiso. "*Crescei e multiplicai-vos*"; eis o primeiro fiat da sociedade por multiplicação.

"*Amassarás o pão com o suor do teu rosto*" eis o segundo *fiat*, aquelle que crea o phenomeno economico, que apparece já nas familias ou tribus sommadas pelas contingencias mesologicas. Não só a Revelação confirma esta concepção da sociedade, como a razão mesma que em suas abstracções não pode conceber uma sociedade para a economia antes de formada pelo amor, pelo amor do sexo e pelo amor da prole, reflexos do amor divino que o homem, por ser homem, trouxe já palpitante nas suas relações com a divindade. Na sociedade, o factor economico não só não vem em segundo logar, no segundo momento da sua formação, como é secundario e esteril. Tanto é fecundo o amor em multiplicação quanto é evidente a impossibilidade de eddicionar factores que não existam.

A propria razão se encarrega de orientar o espirito no senti-

do, da Revelação apesar da resistencia que oppõe ás apparencias da sabedoria da Biblia. Segundo a concepção da formação social por forças genesicas e moraes em primeiro logar, e no primeiro momento da humanidade, isto é, pelo processo exclusivo da multiplicação, e, no segundo momento, por somma determinada pela approximação de familias e grupos que se fariam alliados, ou inimigos até a sujeição de uns por outros, formação esta meramente accidental, pois decorre da limitação do territorio; segundo essa concepção, o resultado é que, por falta de espaço, irão cedendo as forças multiplicativas á influencia das forças additivas, as forças principaes ás forças secundarias; até que surja o terceiro momento ou aquelle em que cesse a multiplicação por influencia do meio, — em que estacione a humanidade renovada ainda em gerações, mais preoccupadas com a sua conservação do que com as possibilidades de novas existencias. Ainda nesse ponto a Revelação infiltra uma luz nas consciencias; a qual vem da prodigalização do *manná*. Si a formação do homem e a da sociedade, segundo a Biblia, assim correspondem á sciencia, por que deixará de ser scientifico tambem prever que, quando esteja transformada a terra em deserto, e a humanidade á beira da ruina, nesse momento o espirito humano, que é uma centelha do divino, descubra nos elementos que nos rodeiam, na terra ou no espaço, o alimento capital, tão abundante e nutritivo, como si viesse do proprio céu? Não ha que duvidar da sabedoria encerrada na Revelação; antes, faz-se mister interpretal-a á luz da razão dando a substancia que convem á sua forma, e estudar as possibilidades que encerra. Não estando ella em contradicção com o possivel, basta para que seus preceitos encerrem vislumbres de verdade e amparo para ulteriores illações. Não resumirá ella, talvez, uma sabedoria superior á nossa, colhida de civilizações tambem superiores? O certo é que, no tempo, sem esse *manná* retirado do céu, a humanidade se reduzirá á ultima geração e ao trabalho, como fim immediato, para a conservação individual. Terminará ahi a conservação social na humanidade reduzida á ultima somma, por não actuar mais a força multiplicativa. Será o começo do fim, e mais uma prova de que o individuo, o homem, anterior á sociedade, sobreviverá a ella. A esse momento, que seria o quarto momento da humanidade, a Revela-

ção se refére pintando o fim do mundo. E nada mais possivel, porque nada mais scientifico, do que essa terrivel previsão. Ora, desde o terceiro periodo, aquelle em que se contrabalancem as forças multiplicativas com as forças additivas, quando cesse de augmentar o numero de habitantes da terra, embora renovados em gerações successivas, desde esse periodo, que será o do triumpho dos fins economicos, poderá a sociedade ir tomando a forma communista, pelo enfraquecimente dos laços moraes — que vigoram na familia e impellem á reproducção da especie, si o embrutecimento da consciencia obnubilar o espirito dos homens impedindo-o de ver claro nessa curva do desdobramento social. E' o caso de investigar si o homem é ou não capaz de realizar o que deve ser para evitar o que possa ser; si lhe convem mais votar-se á finalidade economica determinada pela terra, ou permanecer preso á cellula geradora da vida collectiva, preso ainda ao ceu pelo laço originario da sua existencia. Na formação da familia não só está o sopro divino, como é pela familia que saberá pautar a sua multiplicação de accôrdo com as possibilidades do meio. Enquanto existir a familia, as preoccupações economicas guardarão o segundo logar, e a fecundidade da terra será poupada e prolongada para a perpetuação da humanidade.

Perpetuar a familia será recuar o fim do homem.

Em vista do exposto, fica desbravado o terreno para concluirmos que nem a sociedade é um ser mais perfeito do que o homem, nem a Sociologia uma sciencia geral ou Philosophia das sciencias que estudam o homem. Quanto á sociedade, não passa de um corpo de constituição discreta, neutro em relação á sua natureza, movido por forças que só em parte entram em coalescencia com elle; e até se póde adeantar que é um corpo de natureza tão especial que não tem por propriedade o movimento. E' quando se move, precisamente, que, mais se destacam delle os dimiduos, seus *átomos*. Muito mais perfeita do que o corpo social, pela sua cohesão e concreção, é um enxame de abelhas. Entretanto a ninguem occorre chamal-o de corpo; porque, apesar da sua maior coalescencia, nas horas de trabalho, ao esparramarem-se os individuos, esse corpo deliquesce em grande parte com o proprio movimento livre das abelhas. E quanto mais pobre de flores é o meio, tanto mais perdura a sua deliquescencia. Assim,

considerando um povo, uma nação, depende a sua concreção das contingencias do territorio e da densidade da população. Como se vê, é um attributo meramento quantitativo esse da maior ou menor concreção do corpo social, o qual não lhe empresta nenhuma qualidade nova. Resta para esse aggregado de homens como principio de cohesão — a *solidariedade* ou a *collaboração* ou a *cooperação* — com a qual se coalesce ou da qual deliquesce, conforme o seu maior ou menor grau; isto é, conforme o fim immediato ou mediato dos homens. E, adeantamos, tanto menos coalescente é o corpo social, quanto mais alto o fim pessoal.

E, quanto á Sociologia não só não é a sciencia geral do homem, como é por seu objecto mais restricta do que as outras sciencias do homem, aquellas que o encaram por suas modalidades animicas. Por agora, só se póde affirmar que é um dos ramos do conhecimento a delimitar; e que, a crear, haja outro que abranja o homem em todas as modalidades da vida physica e moral, quer seja uma Biologia especial a elle, quer uma Anthropologia-Philosophica, como pretende Folkmar; quer seja simples e puramente — a Moral.

Em recolher-se ao seu objecto proprio estará a utilidade da Sociologia e não em extender diffusamente seu campo de acção.

TERCEIRA PARTE

PARA ONDE VAMOS EM POLITICA

CAPITULO V

APPLICAÇÕES DESSES FUNDAMENTOS Á ECONOMIA SOCIAL

APPLICAÇÕES DESSES FUNDAMENTOS Á ECONOMIA-SOCIAL

Depois de estudados os fundamentos da sociedade e os fundamentos do seu conhecimento e provado que ao sociólogo compete encarar precipuamente os grupos sociaes e secundariamente o individuo, quanto ás acções que compromettem a sociedade, nada mais logico do que incorporar ao todo organizado, com as funcções politicas e as garantias correspondentes, não só o casal, fonte perenne de renovação social, como as associações de qualquer especie, desde que provem utilidade collectiva. Nesta via surprehendemos o maior doutrinador espiritualista — Amoroso-Lima — a fazer echo ás aspirações de Oliveira-Vianna, o maior doutrinador materialista da Republica. Cada um á sua maneira, são ambos syndicalistas. A seguir desenvolveremos a mesma these como repercussão do que dizem os altos expoentes da Sociologia brasileira nos ultimos tempos.

De facto, ferido o Liberalismo, como está em toda a parte do Mundo desde o advento da Qùestão-Social, que elle não pode resolver, nem com a livre-competição, nem com a lucta-de-classes a que deu logar; ferido desde a pratica liberalmente absurda do proteccionismo; ferido pela formação de maiorias nacionaes empobrecidas em virtude da accumulação dos capitaes nas grandes industrias, e com tendencia ao Communismo, que é a negação do Liberalismo; ferido por todos os lados, urge buscar uma fórmula que satisfaça a totalidade dos phenomenos sociaes e politicos. E essa fórmula não poderá ser sinão a combinação do que convenha aproveitar do Liberalismo com algo que não desminta a soberania popular, base do regime democratico. O problema brasileiro, hoje, se compõe de duas qùestões, e não de uma só; consiste na conciliação da Qùestão-Social e da Qùestão democratica; sim, na conciliação antes que na solução de uma com detrimento

da outra. E que têm feito os Governos, desde a primeira década deste seculo? Para dar uma saída á compressão das forças do numero, da quantidade, vêm comprimindo, por sua vez, as manifestações da qualidade; vêm cedendo á pressão das massas do trabalho, e cerceando a expansão das massas do capital, que é trabalho comprimido; á força, se vem oppondo ao desdobramento das capacidades individuaes; protegendo industrias com prejuizo de outros actos economicos; desvirtuando o jogo da livre-concorrencia e da offerta-e-procura; annullando, portanto, as bases mesmas do Liberalismo. A essa marcha contraria ao espirito liberal, que é o mesmo espirito democratico, costuma chamar-se — Socialismo d'Estado, cujo fito é a socialização progressiva da propriedade e do capital; isto é, uma fórmula que importa a negação da Democracia; mas uma negação imposta pela força de conveniencias parciaes e não pela dos intereses nacionaes ou totaes.

Do mesmo modo que a eliminação da Democracia, por um governo baseado exclusivamente nos interesses profissionaes, estaria fora do quadro politico brasileiro; assim está fora do quadro politico universal o classico regime do governo do povo pelo povo pulverizado em individuos. De uma ou da outra maneira estará o Brasil desintegrado da actualidade; ou fora da ordem universal, se sair da Democracia, ou fora das aspirações actuaes dos povos, si não adoptar a organização e representação por classes. De uma ou de outra forma prevalescerá o criterio *simplicista,* que tem sido o maior vezo, o mais nefasto das organizações politicas de todos os tempos.

No sentido da complexidade se encontra a maior perfeição dos organismos. Não queremos dizer com isto que seja a complexidade o fructo necessario da evolução; mas o mais complexo dos organismos parece ser o do homem — o ser mais perfeito. Por que não adoptar ou não acceitar o mesmo criterio para o aperfeiçoamento das organizações politicas? Que significa o emperramento dos homens a baterem pé perennemente pelo processo das substituições contra o processo das *accumulações?* Quanto á vida politica, o empenho

da razão humana, divorciada da realidade, tem sido accumular funcções nos mesmos orgãos, quando deveria ser accumular novos orgams ou novas instituições, novas creações de progresso social. A sabedoria não está em attribuir toda a actividade politica ao governo emanado do individuo como expressão do povo; mas tambem ao governo que nasce das entidades grupaes que o povo forma. Não é só o *individuo* o ser politico da socialidade, pois todas as entidades que o individuo forma reclamam constantemente a condição politica. Nenhum grupo mais politico do que o *casal,* que é o nucleo da familia, a fonte da renovação constante da sociedade politica; entretanto, nem esse grupo merece representação no regime individualistico da Democracia, segundo vem sendo ella praticada até aqui.

Mas, si realizar o governo do povo pelo povo é fazer Democracia, tanto é ella cumprida na porphyrização dos interesses representados no governo, como será na representação dos mesmos tomados englobadamente.

Tudo se reduz á intervenção nacional na consummação do facto politico; e tudo se julga pelos resultados do modo dessa participação. O que importa, porem, é não substituir um subregime por outro, mas conciliar as novas formas com as que existiam. Que vantagem ha para os povos divorciarem-se totalmente do facto religioso, que prevalesceu no regime theologico? Que vantagem no repudio á Monarchia? Que vantagem na eliminação da Aristocracia e no nivelamento dos homens? Que vantagem haverá na suppressão da Democracia e na volta pura e simples ao Absolutismo? Em tudo isso não vemos mais do que erros de estadistas que esquecem o grau de correspondencia de todos esses regimes, não só com as épochas históricas em que vigoraram, como com a propria natureza humana, que é eterna e immutavel. Em cada homem se acham latente ou palpitantemente esses germes politicos que dão aqui o regime theologico como uma necessidade, alli o monarchico, acolá o aristocratico, alem o democratico, mais adeante o corporativo. E, quando soçobra um, é porque foi submettido por outro, e não porque deixasse de existir. A sabedoria consistiria em harmonizal-os todos, para que os governos reproduzissem nas instituições politicas

a natureza mesma, a realidade, dos membros da nação. Eis o que os estadistas não acceitaram até hoje, e o motivo por que os democratas classicos bradam contra a representação dos interesses nacionaes tomados em globo. Ha sem duvida, neste vezo inveterado a inspiração do Sociologismo, pelo qual o homem é uma abstracção social, sem valor como factor de progresso, inexistente como animador social, sem *psychis* individual, sem alma, ou méra machina a marchar sob a acção das forças sociaes. Ora, si a sociedade é o unico ser dotado de força psychica, somos forçados a consideral-a simples ou tendente á simplicidade, como simples são as grandes forças da natureza, inclusive a alma. A essa perfeição da simplicidade devem submetter-se, pois, os individuos, segundo a concepção das correntes do Sociologismo que, desde Comte e Marx vêm até Durkeim em nossos dias, passando por De Roberty. Mas essa não é a imagem da realidade; pois as forças que impellem os homens e a sociedade complicam-se cada vez mais na tendencia ao aperfeiçoamento. Assim, sob pena de comprometter a prosperidade nacional, o governo de um povo tem de ser o reflexo ou a representação dos individuos, como seres animicos, e dos grupos que formam, como seres meramente dynamicos.

Acceita a premissa, não resta sinão encaminhar a vida nacional no sentido de uma organização que torne possivel o desideratum. Não ha negar o facto; mas, sim, dirigil-o no sentido da sua melhor adaptação e maior producção de utilidades sociaes.

Ha varios aspectos já da organização e representação de classes — alguns apenas imaginados e discutidos, outros já realizados. Realizados vemol-os na Russia, onde a representação se exprime pela dictadura de uma classe sobre a outra, de modo a impedir a prosperidade desta; isto é, da classe operaria sobre a capitalista, que existe actualmente em gérme, porque não é possivel banir da alma humana o impulso natural de accumular poupanças e assim constituir capital; e existe potencialmente, porque industria nenhuma em grande escala pode nascer sem a intervenção das reservas aforradas. O que sim, é que em vez de ser o capital manejado pelos particulares, animado pelo interesse individual, é manejado pelo governo,

que se arrogou essa vantagem de ser o unico capitalista, e animado pelo interesse geral, que só o governo sente, mas que os individuos entorpescem trabalhando sem estimulo.

Este é o caso da Russia, caso typico de solução da Qùestão-Social com vistas sobre a verdadeira e lidima divisão dos homens em classes sociaes. Mas ha outro aspecto, a que se costuma applicar a mesma designação de organização e representação de classes. Queremos referir-nos ao caso italiano.

Si, na Russia, o criterio que domina os espiritos dirigentes do país é o de uma politica tendente a extinguir a consciencia de classe, pela absorpção de uma por outra; na Italia, a realidade das classes perde essa importancia politica, para deslocal-a em favor da profissão. E' a este phenomeno que os escriptores e politicos so em equiparar ao phenomeno russo, em conseqùencia de uma confusão de termos.

Chamam-no tambem de *organização e representação de classes,* quando deveriam designal-o por *organização e representação profissionaes.* Pelo systema italiano, o nucleo vital da ordem economica está na profissão, enquanto na Russia está no operariado; pelo systema italiano, as duas classes estão diffundidas por todas as profissões, que suppoem a collaboração daquellas — a do capital e a do trabalho. Segundo o systema russo, ao contrario, são todas as profissões exercidas por uma unica classe — a do operariado.

Quanto á representação politica, é realizada, no país oriental pela organização da classe operaria em partido politico unico; e no país occidental da Europa por meio de um syndicato officializado de cada profissão. Só com esse syndicato se entende o governo para agir no terreno economico e social. Isto nos ensinam os tratadistas do assumpto: — Eschmann, em seu livro — *O Estado Fascista;* e Schlesinger, em seu livro — *O Estado dos Sovietes,* — pelos quaes ficam evidentes o desequilibrio das classes em favor de uma dellas, quanto á Russia; e o equilibrio das duas classes através das profissões, quanto á Italia.

Ha um terceiro grupo a que se costuma chamar ainda de representação de classes, sempre em conseqùencia da confusão de termos. Queremo-nos referir ao systema da constituição aleman, cujo artigo 165 primeiro alinha diz:

"Os operarios e caixeiros terão representação legal nos conselhos de operarios das empresas... tambem a terão nos conselhos de provincia e no Conselho do Reino."

"Os conselhos de operarios das provincias e o do Reino, para cumprir com sua missão relativa aos assumptos economicos de conjuncto e para cooperar nas leis de socialização, se reunirão com os representantes dos empresarios e com os de outros circulos populares para formar os conselhos economicos provinciaes e o Conselho do Reino: Os conselhos provinciaes e o do Reino se constituirão de tal modo que todos os grupos profissionaes importantes estejam representados de accôrdo com sua importancia economica e social."

"Todos os projectos de lei que sejam de importancia social e economica fundamental, antes de serem apresentados, serão submettidos pelo Governo do Reino á consideração do seu Conselho Economico. Esse Conselho tem o direito de iniciativa quanto ás leis dessa natureza. Caso não esteja o Governo de accôrdo com os projectos do Conselho, é, contudo, obrigado a apresental-os ao Congresso, acompanhados de sua opinião. E o Conselho Economico do Reino pode defender seus projectos ante o Congresso por um de seus membros."

Não precisamos de grande atilamento para perceber que os interesses especiaes adqùiriram na Alemanha representação politica ao lado dos interesses geraes expressos pelo Congresso. E', nada mais, nada menos do que a orientação italiana; porem mais acanhada, mais vaga e chaotiça, como não é de extranhar em uma instituição nascente para corresponder a aspirações mal definidas ao tempo da sua promulgação.

Sim, approxima-se do typo italiano realizando o equilibrio dos interesses economicos, abrangendo a sua totalidade expressa pela classe operaria ao mesmo tempo que pela capitalista ou pelos empresarios das industrias. E a Constituição de Weimar não resolve o problema somente pelo seu lado *horizontal,* approximando interesses de operarios com interesses de patrões, na representação de syndicatos parallelos; resolve-o tambem no sentido *vertival,* admittindo a representação de *profissões,* isto é, de grupos economicos que se formem de patrões ou capitalistas e ao mesmo tempo de operarios. Quer dizer que a representação destes grupos se opera englobadamente,

sem distincção das classes que os compoem. Melhor ainda: — nos conselhos de provincias e no Conselho do Reino estão representadas as duas classes sociaes ao mesmo tempo que todas as profissões de certo valor social e economico. "Os conselhos provinciaes e o do Reino se constituirão, diz o texto do estatuto alemão, de tal modo que todos os *grupos profissionaes* importantes estejam representados de accôrdo com sua importancia economica e social."

Fica, portanto, livre a organização de grupos profissionaes para a producção, como a organização de grupos de classes para a defesa dos respectivos interesses; e uns e outros podem ter seus representantes juncto ao poder politico. Estamos em face de um systema de associacionismo livre e de representação de classes e profissões, e concomitantemente em face de um regime democratico.

Si, por esse lado, o systema alemão corresponde ao systema italiano, pelo lado politico é diametralmente opposto; pois que na Republica Aleman tudo se opera democraticamente, enquanto que na Monarchia Italiana as cousas passam de modo despotico. No país saxão a ordem social emana da soberania popular; no país latino brota da soberania do governo, da realeza. E, neste ponto, é que nos parece ser o Fascismo inapplicavel ao Brasil. Costuma-se dizer que precisamos de um Mussolini; mas acreditamos que a intenção popular é dizer simplesmente que precisamos da ordem creada por Mussolini.

Não é a primeira vez que os povos, sobretudo os americanos, bradam por um despota e se dão a elle. Quem diffundiu o Liberalismo e o introduziu nas Constituições escriptas, sob a forma politica e nos codigos, sob a forma juridica, foi Napoleão, o terrivel autócrata do governo, mas o lendario heroe da guerra, que serviu de paradigma aos guerreiros e aos politicos da America-do-Sul na implantação da sua Democracia. Que foram sinão outros tantos Napoleões menores os paes das nossas Republicas — Bolivar, S. Martins, Artigas, Pedro I? Mas, como então, os povos, hoje, visam o meôllo ao reclamarem a forma e a apparencia da organização italiana. E' a organização social em classes e profissões que o povo pede, quando clama por um Mussolini. O systema dos syndi-

catos e das corporações entre nós adoptado democraticamente, como na Alemanha, seria tão fructifero, quanto ridicula a existencia de um arremêdo do grande estadista italiano. E nesta distincção está todo o problema brasileiro.

E qual é esse systema alemão e italiano que se poderia applicar ao Brasil?

Em primeiro logar — é o systema do associacionismo livre, por nós propugnado ha annos, desde a publicação do nosso Qùestão-Social, tendo como paradigma, no Brasil, a Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea do Rio Grande, e, logo após e agora mesmo a grande federação das cooperativas de credito popular. Si foram possiveis estas instituições no ambiente brasileiro, com fins economicos e sociaes, por que não o serão outras, ou com fins exclusivamente sociaes, si tomarem a natureza de um syndicato; ou com fins economicos, si tomarem o aspecto de uma corporação, ou com fins economicos, sociaes politicos e moraes? Dahi ao plano politico não ha sinão o degrau de representação para os conselhos municipaes, para os Conselhos ou Senados Provinciaes, para o Grande Conselho ou Senado Federal. E isto não nos parece contradictorio com a Democracia, desde que seja realizado pelo povo, por intermedio do maximo expoente de sua soberania — a Constituinte. Tanto o systema italiano como o alemão são fructos de uma soberania; o que prova que tanto uma soberania monarchica como uma soberania republicana têm condições para organizar a ordem social e a ordem economica. Em um caso tudo baixa do Rei, em beneficio da nação; e é a *Demophilia*. Em outro caso tudo sobe do povo em seu proprio beneficio, quando obedece ao equilibrio de todos os interesses e evita a realização dos exclusivos interesses de uma facção, de uma parte, de uma classe; e neste caso, é a Democracia demóphila.

"Ao lado de uma representação politica estabelecer uma representação profissional, dar a esta representação o logar que merece, assim como as facilidades necessarias para exercer jucto aos poderes publicos o papel consideravel que se tornará o seu, combinar os dous systemas em um todo harmonioso, sem provocar abalos violentos.

Eis o que a escola social catholica não cessa de aconselhar ha cincoenta annos; eis a unica combinação pratica com probabilidade de êxito."

Assim se expressa o doutrinador catholico — L. Garriguet — no seu trabalho — *Manual de Sociologia* e *Economia-Social* (pag. 40).

Não pretendiamos encontrar nada mais accorde com as nossas idéas desenvolvidas já mais de uma vez, nem nada mais racional segundo as visões do mero entendimento.

Mas, para que se dê a representação dos interesses sociaes e economicos juncto aos poderes politicos, é antes de tudo imprescindivel que esses interesses se organizem; e, numa Democracia, que se organizem *livremente*. Esta é a marcha, o rhythmo necessario. Como representar-se o que não existe? Muito se fala de representação de classes; mas parece-nos que caberia melhor falar-se de *organização* das classes e profissões. No Brasil, chegaram alguns politicos até a fundar o partido 3 de Outubro com essa finalidade; e o proprio Governo ditatorial mostra-se orientado nesse sentido; entretanto, no momento de dar a constituição ao país, o qual não poderá tardar, estaria o constituinte em difficuldades para realizar essa aspiração. Não tendo classes nem profissões organizadas, esbarrariamos com o chaos social e profissional; a não ser que se quizesse dar aos elementos individualizados da economia nacional um logar juncto ao Governo, sem direitos politicos; mas neste caso, consagrariamos uma simples assistencia innócua desses elementos e não uma representação, com as responsabilidades decorrentes de uma funcção politica. Assistencia dos elementos economicos e sociaes se verifica na França, por exemplo, como funcção informativa, tal o que se pratica nos systemas democraticos classicos — o parlamentar e o presidencial — por meio das commissões do Parlamento ou da Camara. Mas este systema, quer politico, quer extra-politico, não satisfaz na hora presente; e é o que se pretende transformar. Sim, transformar. Si a sociedade é um organismo, como pretendem os sociólogos, e ha uma evolução necessaria para os organismos vivos, nenhum delles é tão evolutivo como o organismo social. Por que emperrar-se um povo na Democracia classica, si ha seculo e meio esperam os pensadores o termo de sua per-

feição, e esta não chegou ainda? Que permittam, pois, os politicos exprimentar novas combinações, já que a evolução é necessaria.

O que se pretende para os interesses sociaes e economicos é a funcção politica, afim de complicar a natureza da Democracia com a creação de novos orgãos exigidos por novas funcções; e não a mera assitencia daquelles á acção politica do governo. O que se pretende é acceitar e praticar a complexidade do corpo nacional, introduzindo no apparelho-politico novos elementos de vida. Mas, não basta proclamar tal exigencia; é preciso que ella exista realmente, e se prove a sua existencia. Ora, enquanto se não organizem as classes e as profissões, toda preoccupação de represental-as será um erforço irrito. Em uma nação, cuja estructura é a entidade individual, cabe normalmente só a politica democratica; e, para tranformar esta, dando-lhe novo estádio de evolução, cumpre transformar primeiro aquella.

Por aqui devem começar os partidos politicos, a fim de crearem instituições substanciaes, com papel definido e acção efficaz no corpo nacional. O contrario disso importa perturbar tanto a vida do país quanto a perturbam os impecilhos oppostos á formação dos grupos sociaes pelo individualismo dominante.

Neste sentido, mais acertados andam os politicos catholicos, que, sobrepostos ás luctas partidarias, iniciaram já a formação de syndicatos catholicos de operarios, onde a par da consciencia de classe, fortalecem os seus membros a consciencia dos deveres profissionaes, a consciencia das desegualdades humanas, na missão de cada um, a consciencia da suprema finalidade do homem, para attingir a qual aquellas são o unico meio. São esses os grupos que, conscios dos seus deveres sociaes e profissionaes, breve poderão surgir reclamando os direitos civis e politicos correspondentes.

São esses os grupos que, complicados com certa dose de missão moral e politica, concomitante com a economica e a social, adqùirirão tanto mais importancia quanto mais se approximarem do typo familiar, pela complexidade da organização e pela elevação dos fins, segundo vimos em capitulo anterior. Tendo a familia por modêlo, a sociedade na época de seu estacionamento por incapacidade do meio cosmico, ainda poderá

fazer da terra um éden. Tudo está em que os mais altos fins não se subordinem ao meio; mas ao contrario, em que o meio se afeiçoe mais e mais aos mais altos fins do homem.

Dous são os momentos ou, melhor, duas são as attitudes do homem para chegar á sua organização social, em nosso dias; porque dous são os fundamentos moraes sobre que ella repousa — primeiro, o sentimento da *lucta*, ao qual obedecem precipuamente a construcção democratica, acceitando a selecção dos individuos mais fortes ou dos mais capazes por si mesmos, o governo pelo partido mais forte, a competição no terreno economico, a porfia das duas classes sociaes e economicas; segundo, o sentimento da *collaboração* integral, que jaz, latente, desde a dispersão da ordem antiga, e voltou a patentear-se desde o pandemonio creado pela Grande-Guerra.

Segundo o sentimento da lucta, a attitude do homem é aggregar-se para a defesa dos seus interesses immediatos e parcialmente collectivos; é aggregar-se em classes de interesses homogeneos e ainda particulares; é tomar uma attitude legitima, porque natural.

Mas, como os interesses partitivos, si não forem coordenados, se tornam noscivos á nação, creando o fermento permanentemente revolucionario e deliqüescente da mesma; a segunda attitude tende irresistivel a tomar corpo. E' o momento da collaboração, que aproveita a cooperação dos individuos dentro da mesma classe, e chega a extender-se á cooperação das classes para um fim mais geral, mais alto, e já nacional. Chegado a esse momento, o povo de uma nação afastou de si o fermento revolucionario, porque comprehendeu que a mesma attitude de lucta é agora aproveitada contra a natureza e contra outros povos, e não contra os proprios concidadãos, como é a collaboração dos orgãos de um corpo são.

Seguindo a inclinação natural da lucta pelos interesses, quer particulares quer collectivos, mas sempre parciaes, os cidadãos chegaram á organização dos syndicatos, quer de operarios, quer de patrões; e os corpos democraticos passaram, desde 1884, a viver chronicamente enfermos em conseqüencia das dissidencias intestinas. Assim, um facto natural, que é a defesa dos proprios interesses, embora pela lucta, se tornou pathologico, por falta do equilibrio geral, que se traduz pela collabo-

ração das classes antes que na lucta entre ellas. Apalpando a realidade, os homens se empenham hoje na emenda de seus erros politicos, das doenças constitucionaes dos povos, ao mesmo tempo que na descoberta e applicação dos remedios.

Lucta de interesses parciaes, *syndicatos de classes,* muito bem; mas tambem collaboração geral, *corporação profissional,* onde o instincto da defesa individual, e de parceria, é temperado pela visão mais larga do interesse total da profissão e da sua utilidade economica. De que vale a victoria da classe operaria, si triumphando mata a industria que lhe dava o pão, por falta de capital e direcção?

O termo deste declive é a dictadura do proletariado, cujas conseqüencias a Russia nol-as mostra. De que vale a victoria da classe capitalista no terreno da livre concorrencia e da offerta e procura do trabalho, si se torna plethorica creando as proprias crises que a matam, si avilta o trabalho que a vivifica e ennobrece, como elemento de vida, que é da grande massa dos habitantes de um país? Em um e outro casos não se vê mais do que o desequilibrio, pela lucta praticada cruamente.

Baseado neste raciocinio, chegariamos a uma formação social com duas dimensões — uma em extensão, outra em profundidade, uma horizontal outra vertical.

Extensa e horizontal seria aquella que apparecesse constituida por todos os membros da mesma classe, profunda e vertical aquella que se constituisse de todos os membros da mesma profissão. Na primeira se cuidariam dos interesses mais sociaes que economicos, do salario, das horas de trabalho, das previdencia e providencia social, da reconstituição do capital da remuneração da invenção, da direcção, da conveniencia da machina, etc.; na segunda se curariam da maior ou menor producção, da venda dos productos de accôrdo com as possibilidades do consumo, do armazenamento, da valorização, etc. Mas, para chegar a esse resultado é indispensavel o peso de todas as organizações locaes e parciaes comprimido em um orgam politicamente representativo, depois de comprimido em orgams socialmente representativos — ou federações e confederações de syndicatos, assim como federações e confederações de corporações. Do alto desses ápices é que se pode ter a visão

do conjuncto intranacional e internacional capaz de mostrar a rota mais conveniente e segura; outro-cim, é do alto de uma posição politica que se conta com o poder de realização do desiderato geral, de accôrdo com as conveniencias totaes da nação. Uma organização que, velando pelos interesses sociaes não descure dos economicos; e amparando os economicos não despreze os sociaes e sentimentos, eis a fórmula que buscam realizar os povos.

Quanto ao Brasil, por exemplo, a fórmula seria mais ou menos esta:

Cada Provincia organizaria uma federação dos syndicatos operarios locaes; uma federação dos syndicatos patronaes e capitalistas; uma federação de cada corporação profissional-local, formada de patrões, technicos, capatazes e operarios; na Capital da União uma confederação do trabalho, uma confederação do capital e tantas confederações quantas as federações profissionaes das Provincias. No Governo, os representantes das confederações formariam o Senado corporativo, para elaborar e defender, segundo o systema alemão, perante os poderes democraticamente soberanos — o Parlamento e a Presidencia — os projectos de leis de sua alçada; isto é, relativos ao trabalho, ao capital, ao commercio, á industria, á organização dos syndicatos e corporações, etc.

Esse Senado que teria feições de um Conselho d'Estado para fins especiaes não negaria o funccionamento democratico da Camara ou Parlamento, que continuaria a representar o povo em geral, ou a sua soberania expressa pelo voto dos individuos. Residiria no Parlamento a mesma funcção dictatorial, promulgatoria das leis, a qual, na Italia o Duce personifica. Dizer que alli um homem dicta as leis para um povo; e dizer que aqui é o proprio povo que as dicta para si, é, a final, acceitar a substancia da cousa que não varia — a dictadura. E, si uma Democracia é uma auto-dictadura, por que não se amoldará tambem ás constituições que são creadas por esta? Em resumo, todo o governo é dictatorial, e só differem as duas especies de dictadura no que differe a condição do recluso, por força extranha, da condição do asceta a força propria.

Como conseqüencia de tal systema organico teriamos o immediato allivio dos encargos do Estado, e um afastamento

desse termo do Estado-providencia a que o encaminha a Democracia classica, por não ter outra saída do labyrintho em que a metteu a Qùestão-Social. Pelo systema da organização-social ou do associacionismo ficariam resolvidos aquem da esphera politica um sem numero de problemas que o Estado hoje domina exclusivamente com todas as inconveniencias desse caso. Não só fica elle muito afastado dos interesses individuaes, que só consegue conhecer imperfeitamente, como lhe falta o estímulo do proprio interesse directo, mormente em um Estado democratico animado de alma partidaria. Na representação de classes está precisamente o correctivo para esse defeito de um governo animado pelo espirito dominante de um partido, ao qual fica sujeito o Estado com toda a sua complexidade. Si em determinado país industrialista, e ao mesmo tempo rico em materias-primas, se forma por exemplo um partido livre-cambista, esse partido terá necessariamente apoio na massa dos comerciantes e dos consumidores que não participem da industria ameaçada pelo livre-cambio. Mas esse partido, apesar do seu volume formado de consumidores e commerciantes, não conseguirá impôr seu programma, ainda que victorioso nas urnas, si os industrialistas e os agricultores estiverem arregimentados e se oppuserem á fronteira livre. A quantidade numero se chocaria contra a quantidade dos interesses maiores. No Rio-Grande, por exemplo, conquanto essa não fosse a sua conveniencia total annos atrás, bastaram as manifestações energicas de Federação-Rural para que se estancasse a entrada livre do gado uruguaio. E o assumpto só não ficou devidamente esclarecido por falta de arregimentação das outras classes ou profissões interessadas.

E o que se realiza na esphera politica é por força do interesse mesmo, imposto pela massa de sua organização, sem o emprêgo da intriga politica, inseparavel do regime dos partidos e que tanto prejudica a moralidade da Democracia. Na representação de classes está, pois, um correctivo para esse mal necessario da politica partidaria.

Alem disso, quanto trabalho poupado á missão dos legisladores, que em materia social e economica não teriam mais do que rever os projectos de leis já elaborados pelos technicos do assumpto e directamente interessados; e quanta economia para

a nação, alliviada de cargas contributivas hoje insupportaveis! Todos os impostos hoje destinados á realização da politica social, que é o maior onus para os Estados e a funcção mais impropria, segundo a sua natureza, poderiam ser eliminados, ficando a vida social mais livre das indiscreções e intervenções de um poder coercivo e, por sua vez, incoercivel, porque muito mais forte do que a pessoa do cidadão, e muito mais alto do que as organizações onde ella se agita sempre presente e com probabilidade de influir de modo efficaz. Tendendo a ficar impotente, segundo a direcção tomada pelos governos actuaes, o individuo precisa, para não perder completamente a sua influencia, formar ordens menores que lhe interpretem e imponham o pensamento perante o poder politico.

Pela organização do povo em suas classes e profissões poderá salvar-se o regime democratico, salvando o individuo da completa absorpção e a opinião geral, que nasce das pessoas e dá cunho ao governo do povo pelo povo. Não ha fugir: Ou equilibrio dos intereses totaes da nação pela representação das classes e profissões; ou desequilibrio pela satisfacção dos interesses da classe mais numerosa; ou ainda desequilibrio em favor do Estado que tudo absorverá, reduzindo o homem á condição de escravo de um senhor intangivel. Taes são as alternativas que o povo brasileiro escolherá.

CAPITULO VI

APPLICAÇÕES DESSES FUNDAMENTOS Á POLITICA

APPLICAÇÕES DESSES FUNDAMENTOS Á POLITICA

Finalmente attingimos o pináculo deste trabalho que começou pela critica das idéas mais em voga no país, que continuou pelo assentamento das bases de nossas convicções e que ora termina com a indicação da forma, do regime e do systema politicos que, segundo nossa obscura opinião, convêm ao Estado brasileiro. Para isso aproveitamos *mutatis mutandis* o que ha tempos escrevemos no "Estado-do-Rio-Grande" em resposta a um qùestionario. Embora lacunoso, encerra, contudo, os pontos principaes da reorganização do país. Deante do incremento que vai tomando a acção catholica como potencia politica, um dos pontos importantes omisso no qùestionario é o da posição da Egreja deante da Estado. Falam os catholicos de União da Egreja com o Estado, quando melhor seria, depois da união infeliz com o Estado monarchico e da separação feliz com o Estado republicano, falar somente de adopção official da Moral catholica para a nação brasileira, isto é, collocar officialmente o clero no terreno que lhe pertence — o espiritual, acceitando as conseqùencias decorrentes, como o ensino religioso nas escolas, o reconhecimento do casamento religioso, e o afastamento da campanha pelo divorcio. Ir alem, isto é, introduzir o clero na vida politica, é crear uma situação melindrosa para a nação. Ao contrario, deve ser uma das condições para a boa marcha das instituições politicas que o clero não se envolva de forma nenhuma no temporal, nem como eleitor, nem como elegendo. Quem tem nas mãos a força que o clero tem, o dominio das consciencias, não digo individuaes, mas humanas, não deve tomar parte activa nas luctas politicas, sob pena de desvirtuar o funccionamento da Democracia. No jogo das liberdades é sempre uma trapassa entrar com as cartas da força. Não nos referimos somente ao clero catholico, mas a qualquer clero, de qualquer religião; assim como não nos referimos somente á força

espiritual, mas a qualquer força capaz de perturbar as liberdades consagradas na constituição. O militar, portador da espada, é outro elemento que os constituintes poderiam eliminar da actividade politica. Tambem elles pesam sobre as consciencias, desde que entendam fazer sua a cousa publica. Sua funcção, por si só nobilitante, já é uma das mais elevadas finalidades para um cidadão. Nem os portadores da força moral que fanatiza, nem os portadores da força material que opprime deveriam intervir no exercicio politico. E' a preliminar que se impõe, como imperativo, aos escolhidos para reconstitucionalizar o país. Quanto aos outros pontos essenciaes estão contidos no qùestionario abaixo.

1) A organização de poderes consagrada no estatuto de 24 de fevereiro de 1891 corresponde às necessidades do país ou deve ser modificada?

2) No caso de dever ser modificada, em que sentido deverá fazer-se a nova organização?

3) Quanto ao regime federativo, deve ser restringida a ampla autonomia concedida aos Estados pela constituição de 24 de fevereiro?

4) A divisão territorial da República deverá ser modificada e no caso affirmativo, de que modo?

5) O capitulo concernente à declaração dos direitos deverá conservar a primitiva forma, ou deverão ser restringidos os direitos nelle consagrados?

6) E' pela completa liberdade de cultos até agora praticada na Republica?

7) E' preferivel a unidade ou a dualidade da justiça?

8) Que pensa da chamada representação por classe? Em que carácter e com que amplitude será applicável entre nós?

9) A propriedade deve considerar-se como uma função social e não simplesmente como direito individual, sendo como tal, susceptivel de restrições em beneficio de uma melhor distribuição da riqueza?

Assim respondemos o qùestionário acima:

Para responder os intens admiravelmente formulados pela illustrada Redacção do "Estado", sobre a proxima organização brasileira, poderia começar pelo primeiro, seguindo a ordem que

os srs. redactores preferiram. Mas, talvez convenha mais ao leitor uma exposição deductiva, que parta de um principio geralmente acceito ou consagrado como verdade pelos grandes mestres da Sociologia e vá tirando as conclusões mais ou menos necessárias e attinentes ao qùestionario submettido à nossa apreciação. E que principio vem ao caso de adoptar para chegarmos aos pontos visados com tanta habilidade pela direcção do "Estado-do-Rio-Grande"? Manda a logica que aquelle repouse sobre o plano dos mais baixos valores sociaes. Partindo desse, que a inducção dos mestres já conseguiu consagrar como verdade, e por nós acceito como tal; para não importunar o leitor com citações, entramos logo a deduzir. Referimo-nos ao principio de ordem economica, inferior à ordem politica e à ordem moral, que, si serve de base para a construção destas, fica submettido a ellas logo depois, em virtude da mesma construção social; referimo-nos ao principio segundo o qual — *a propriedade é uma função social, sendo um direito individual.* Sim, todos aquelles que dispoem de capital accumulado por si ou por outrem têm direito a adqùirir uma propriedade, não mais com aquelle dominio amplo que chega ao direito de destruil-as, mas com o dominio condicionado pela utilidade social e compensado pelo dever tambem individual de tirar della toda a utilidade possivel. Segundo esta theoria, não é admissivel a propriedade individual, sinão houver syncretismo entre o direito de usufruil-a em beneficio do eu e o dever de proporcionar-lhe fructos em beneficio do proximo. Por desconhecer este principio, caiu a Russia na Anarchia e na Tyrannia; e por conhecel-o adoptam-no todos os sociclogistas, (não digo todos os sociólogos) desde o catholico La-Tour-du-Pin até o protestante Carlos-Gide, desde o partido monarchista francês até o Fascismo italiano. Contra as imperfeições do Liberalismo puro, no terreno da organização social, verificadas através de seculo e meio de experiencia, asseveram os doutos, corrigindo-as, que o dominio tem de ser delimitado pelo cunho moral, simultaneo ao cunho juridico do seu exercicio. Dahi o principio geralmente acceito, pelo qual respondemos o ultimo item do qùestionario:

Qùesito 9:

O exercicio do direito de propriedade deve, considerar-se

como funcção social e não simplesmente como direito individual; isto é, a sociedade consagra e confirma o direito de propriedade, mas sob a condição de ser trabalhada e fecundada pelo titular desse direito.

a) A terceira parte do mesmo item assim formulada — *susceptivel de restrições em beneficio de uma melhor distribuição da riqueza* — entra já na categoria das conseqüencias a deduzir desse principio. De facto. Si todos os proprietarios forem coagidos pela sociedade e pelas instituições a explorar pessoalmente as fontes de riqueza que lhes pertencem, acabar-se-á o interesse dessas propriedades enormes, acima das forças individuaes e das forças economicas do individuo. Tratando-se do pequeno agricultor, por exemplo, isto é, daquelle que conta com a sua chacara ou sua colonia, como capital, e com os seus braços, como trabalho, não poderá ir o seu direito alem do ponto em que gotteja o seu suor, ou daquelle attingido e vivificado pelo seu capital; tratando-se do estancieiro, idem, não se justificaria o direito sobre leguas e leguas de campo, ou despovoadas ou arrendadas a outrem, por falta de capital animador. Dahi a necessidade, surgida a cada um, de concentrar-se em menor extensão, fazendo-a produzir mais intensamente, e de dar logar a que outros venham accrescentar o numero de proprietarios. Eis mais um modo de subdivisão da propriedade que viria actuar conjunctamente com o da egualdade da vocação hereditaria.

E' verdade que essa necessidade não attingiria a todos os proprietarios sem numerario ou com pouco numerario, pois que muitos prefeririam tomar capital alheio para movimentar a sua propriedade ou chamar socios ou exploral-a sob o regime da parceria, usando de preferencia o instituto da hypotheca ao instituto do arrendamento. Mas estes, que pela intelligencia e pelas qualidades moraes teriam justificado o seu direito á grande propriedade, são os cidadãos espontaneamente seleccionados pela capacidade, segundo o principio Saint-Simoniano.

b) *Selleccionar os mais capazes pela diffusão do instituto da hypotheca é a segunda conseqüencia economico-social* do prinicipio que expuzemos — *a propriedade como exercicio é uma funcção social.*

c) A mesma ordem de idéas nos leva á terceira conseqüen-

cia do mesmo principio, a qual é — *a extinção do absenteismo,* — pois ninguem pode exercer uma funcção ausente do seu posto. Não é preciso cerrar argumentação para perceber que a renda da terra, isto é, o seu precalço ou super-lucro, verificado pelo grande Ricardo, é uma das causas da desegualdade a miudo attribuida ao simples direito individual. Causa de absenteismo, seria uma causa de desegualdade a menos. *"Quem tem tenda que a attenda"* costuma dizer-se ou *"quem quer uste que lhe custe"*, dizem os mais modernos economistas.

Como se vê, a natureza funccional do exercicio do direito de propriedade não extingue nem a grande propriedade nem o individualismo decorrente da expansão do individuo, mas fal-os dependentes da condição de — *trabalhar.* Afora isso, que não deixa de ser muito social, todas as outras consequências immediatas do nosso principio são essencialmente sociaes, como *a melhor distribuição da propriedade, a familiarização da hypotheca, a pratica das associações e da parceria agricola,* implicando maior numero de empreendedores na produção da riqueza.

Até aqui, porem, tiramos conseqüencias sociaes de natureza economica. Veremos no decorrer da dessertação si esse mesmo principio, que pode retocar a face propriamente social da nação, não attinge mediatamente a sua face politica.

Sabemos que ha dous modos de aumentar a produtividade de um bem — ou gastando muito ou lucrando muito.

Lucrando muito, porque o lucro acarreta o accúmulo de capital, e este nova intensificação da produção, guardada e até diminuida a porcentagem da despesa com o capital e o trabalho. E' o modo capitalista, individualista, de promover a felicidade humana, com visadas mais directas sobre o progresso do capital, do que da condição social; é o modo defendido por todos os mestres da Economia-Politica pura, isto é, da sciencia economica, que ensina os processos hedonisticos da produção da riqueza, indifferente, porem, à sorte do homem.

Gastando muito, porque neste caso ganha o trabalho mais do que qualquer outro factor da produção. A empresa ganha menos, menor é o accúmulo de capital; mas, ou os mesmos operarios ganham mais, ou novos operarios vêm engrossar os que já trabalham ahi a cada novo aceno de lucro. Esta é a ma-

neira que mais se accorda com as novas idéas, aquella que visa o homem de preferencia às cousas, o humano de preferencia ao mundano o moral de preferencia o material. Dirigir uma empresa no sentido de fazel-a produzir lucro ao mesmo tempo que proporcionar elemento de vida ao maior numero possivel de homens, eis o ideal dos sociologistas, e da Economia-Social. Mas esta condição social da produção é impossivel de realizar-se, sem a humanização da economia; isto é, sem o accôrdo mais ou menos espontaneo entre o capital e o trabalho. Embora tenha de vir esse accôrdo, um dia, da organização das grandes forças economicas, e do entendimento entre ellas, infructiferos continuarão a ser os processos actuaes de organização para a pressão de uns factores sobre os outros. Materiaes em si, os interesses economicos tendem a separar e a desaggregar todas as forças que não visem directamente o augmento de riqueza. Neste sentido é que o Syndicalismo, por exemplo, apparece nocivo à ordem e ao progresso sociaes; o que não quer dizer que lhe seja impossivel contribuir para a felicidade humana, si buscar a harmonia numa finalidade mais elevada, que supponha o concurso das forças economicas e não a lucta entre elles. Attingida ella, entramos no mundo dos phenomenos politicos, que consistem na coordenação de todas as forças sociaes, de qualquer especie que sejam.

Ora, ficando os phenomenos economicos subordinados aos politicos, logo que a sociedade toma a feição superior de corpo organizado para fins governativos, é natural que todas as forças, todos os interesses sociaes estejam representadas nelle, quer sejam individuaes, quer collectivos. Não será, porventura, na parcialidade dessa representação que está a principal lacuna da organização politico-democratica? Inspirados na representação do genero, que é o homem, erraram os doutrinadores liberaes pensando abranger assim a totalidade dos phenomenos sociaes. Precisamente, por haverem deixado de lado a representação das forças collectivas, que são a especie, nasceu eivado de parcialidade o seu regime. Do genero — o homem — ou individuo, como o chamam os scientistas da sociologia materialista, muita cousa se colhe para a constituição de um povo; mas da entidade especial e distincta que elle forma por meio de grupos mais ou menos vastos, surgem ainda muitos elementos indispensaveis

á boa organização politica. Queremos referir-nos ás profissões organizadas em associações, e estas em classes, com interesses muitas vezes contrarios aos interesses geraes ou do individuo. Daqui, concluimos a necessidade da filtração de todos os interesses — geraes e especiaes — para o ambiente superior da politica, através da urdidura representativa. Só d'ahi, a cavalleiro do mundo das conveniencias totaes de um povo, poderão os seus cidadãos, sem prejuizo da sua unidade, discernir o direito, a justiça, a ordem que devem presidir o choque de todos os interesses. E assim fica respondido o 8.º item:

Qùesito 8.

Pensamos ser de toda conveniencia encaminhar a nação no sentido da representação das classes sociaes.

Mas, como se trata de uma medida de proporções incalculaveis, não deverá o constituinte ir alem da orientação clara, sim, porem, como simples tendencia, para a representação das classes, sem perder de vista que o fundamento da nova constituição não pode deixar de ser a Democracia, isto é, o governo do povo pelo povo. O que queremos é um systema constitucional a que não falte a opportunidade historica, com base nos trabalhos dos pensadores mais sensatos da Sociologia, e com base na propria realidade das cousas, posto que os interesses grupaes ou collectivos da nação passaram á opinião publica e reclamam representação politica simultanea á representação dos partidos eleitoraes. E' que os desdobramentos vitaes do que tem o homem de especial, na sua existencia de nação, por sua complicação mesma e por sua intensidade, surgem para a vida politica lateralmente aos distendimentos da vida do homem como genero. Está claro que, si a Camara dos Deputados geraes reflecte os interesses do genero ou do individuo, e si o Senado não passava de uma superfectação, faz-se mister crear outra camara para a representação daquelles interesses da especie. Que seja um senado ou um conselho ou uma assembléa, é indifferente; mas que seja uma casa representativa das classes nacionaes, quando ellas estejam em pé de representação. E enquanto o povo estiver no periodo transitorio do regime de individualismo puro para o de individualismo temperado de associacionismo essa mesma assembléa poderia funccionar, composta de membros indicados pelas Assembléas estadoaes, a tantos por Estado, e escolhidos nas

classes principaes — um como representante do capital, por exemplo, outro como representante do trabalho, outro como representante das profissões liberaes. Esta materia faria objecto do Capitulo das Disposições transitorias da nova constituição.

Tal a amplitude da instituição da representação de classes que me parece inexcedivel, no momento, em virtude das condições actuaes do nosso meio, através de quatro gerações trabalhadas pela philosophia individualista. Precisamos ainda de ensaios e doutrinação nesse terreno.

Ora, desde que se extinga o Senado ou seja substituido por outro orgam constitucional, é claro que fica alterada a organização de poderes consagrada no Estatuto de 24 de fevereiro de 1891, embora sem tocar na classica tríade dos poderes, sobre que repousa o edificio democratico — o Executivo, o Legislativo, o Judiciario. E, nosso lemma o preceito comteano: — *conservar melhorando*. E, assim, pensamos que, sem attingir a divisão dos poderes, seria de grande utilidade fraccionar o Legislativo; não mechanicamente, segundo a pratica da Republica passada, mas substancialmente, segundo a natureza das leis a serem promulgadas; isto é, em camara geral incumbida de elaborar as leis de caractergenerico reclamadas pelos individuos, e em camara especial incumbida de elaborar as leis de caracter especifico reclamadas pelos corpos organizados da nação. A primeira se comporá de cidadãos indistinctamente, e elaborará medidas que aproveitem a todos os cidadãos directamente e a todas as classes ou profissões indirectamente. Por exemplo: leis sobre policia, cuja existencia é uma necessidade tão geral como a propria ordem sobre que se funda o progresso; leis sobre exercito e marinha, que visam a integridade da nação; leis sobre ensino superior, que já escapa da alçada dos conselhos familiares, directamente interessados no ensino primario e secundario; leis sobre finanças, em que se escudam todos os serviços publicos, quer especiaes quer geraes; leis sobre representação exterior do país; leis sobre justiça e representação interior. A segunda, como camara especial, como camara representativa da qualidade nacional, se comporá dos especialistas das differentes actividades economicas e sociaes; e elaborará medidas que aproveitem a cada uma dellas directamente, e quanto aos cidadãos ou os favoreçam indirectamente, em parte, ou se-

jam indifferentes á outra parte dos individuos da nação. Por exemplo: leis sobre trabalho manual que aproveitam aos operarios, mas que não attingem a vida dos intellectuaes; leis sobre commercio, que favoreçam os commerciantes, sem prejudicar os industrialistas, cujos interesses a miudo são contrarios aos daquelles; etc., etc. Humano será que cada classe e cada profissão busque tirar partido da sua situação politica; mas será da essencia mesma da politica, cujo fim supremo é a coordenação de todas as forças nacionaes, harmonizar os interesses de uma parte com o todo, que é o país, a nação, a patria. Nada mais logico, portanto, e necessario do que a sujeição das leis especiaes ao referendo da Camara geral, e em ultima instancia á sancção do Poder-Executivo. Só assim será mantida a autonomia ao mesmo tempo que a harmonia dos poderes. Precisando mais o nosso pensamento politico, accrescentaremos que, no tocante á execução das leis da Camara-Geral, o Poder-Executivo se poderia perfeitamente organizar de accôrdo com o systema que melhor e mais exactamente corresponde ao regime democratico; isto é, pelo systema parlamentar. Caberia, então, á Camara-Geral acceitar ou não a indicação que fizesse o Presidente da Republica dos ministros do Interior, da Justiça, do Exterior, da Guerra, da Marinha, da Instrucção Superior da Viação. Tendo todas as medidas emanadas destes Ministerios caracter geral, attinentes a todos os cidadãos, sem distincção de classes ou profissões, não podem escapar ás normas democraticas de execução e funccionamento. Não precisa um Parlamento de maior amplitude para funccionar como funccionam os Parlamentos existentes. Sim, Democracia é Democracia; e, como tal, não pode fugir ao Parlamentarismo; isto é, ao systema funccional que põe a cousa publica continuadamente de accôrdo com o pensar do soberano — o povo — representado pelos seus deputados, proporcionalmente ás suas côres politicas. No Parlamentarismo, o hiato de representação da opinião da maioria é menor do que no Presidencialismo, por cujo systema a Presidencia unipessoal governa durante uma gestão inteira sem possibilidade de combinações politicas, sempre com o seu partido, embora successos posteriores á eleição provem ter elle ficado em minoria. Isso é commum na vida dos povos presidencialistas. E o ultimo exemplo é o de Wilson, cuja obra foi desautorizada

pelo Senado norte-americano como representante da ultima côr politica da maioria.

Entregue, assim, ao criterio da maioria dos individuos a governança e administração de seus interesses geraes, nada mais justo do que negar-lhes a governança dos actos e dos interesses de grupos muitas vezes antagonicos entre si. A estas especies de entidades sociaes devem corresponder orgams politicos tambem especiaes. E, como dizem respeito á economia, quer politica quer social da nação, revestem-se de caracter mais estavel, menos personalizado. A esses interesses qualquer systema democratico tende a perturbar. Que significaria, por mudar-se freqùentemente de orientação aduaneira, adoptando ora o proteccionismo, ora o livre-cambio? Que significaria orientar o país no sentido do Socialismo d'Estado, e, de repente, voltar ao Liberalismo democratico? São faces da Politica que exigem bases mais solidas e maior estabilidade do que as da Politica geral. O que se approxima do pedestal das nações, que é a terra, deve ter a sua imagem — a constancia ou a periodicidade de seus phenomenos. Ao que está no alto, sim, ao que dimana directamente do homem, livre nas suas volições, a isso se applica perfeitamente a variabilidade, a versatilidade, nacional e parlamentar. Assim, ao lado dos Ministerios parlamentares, transitorios segundo a vontade da opinião, poderiamos ter Ministerios inamoviveis, durante certo periodo, com o mesmo caracter de fixidez dos Ministerios presidenciaes. E esses seriam todos aquelles que se referem á vida economica e social — o Ministerio do Commercio, da Industria, do Trabalho, das Profissões Liberaes, etc. Esta fórmula daria satisfacção ao ideal dos corporativistas : — O povo nos seus estados; o Chefe d'Estado nos seus conselhos; — e ao ideal dos democratas; — o povo soberano no seu Parlamento.

Ha defeitos do systema parlamentar que se tornam calamitosos para uma nação, como o da instabilidade ministerial, e o da dissolução do Parlamento pelo Executivo. Mas, serão elles de molde irreductivel? Pensamos, que com alguma boa vontade, se conseguiria correcção para ambos. Quanto á instabilidade ministerial bastaria que se desse ao Ministerio um prazo minimo de duração, como um anno, por exemplo, decorrido o qual ficasse á mercê das fluctuações da opinião. Quanto á dissolução, o caso

é perfeitamente soluvel pelo plebiscito. Nada mais logico do que ser dissolvido um orgam politico pela soberania que o creou. Creado pelo povo, ao povo pertence dissolvel-o, ou mantel-o respondendo — sim ou não — ao appêllo do Chefe d'Estado.

Após esta serie de raciocinios, julgamo-nos habilitados a responder os dous primeiros qùesitos do qùestionario:

Qùesitos 1—2.

A organização de poderes consagrada no estatuto de 24 de fevereiro de 1891, deve ser modificada apenas no sentido de subdividir o Poder-Legislativo em Camara-geral e Camara-especial, em correspondencia com a natureza dos phenomenos sociaes representados no corpo politico.

Do principio em que baseamos toda a nossa argumentação, a saber: *o exercicio da propriedade é uma funcção social,* — decorre uma restricção importante ao dominio, isto é, ao direito absoluto sobre as cousas productivas de riqueza. O proprietario perde o direito de abandonal-a e com mais razão o de destruil-a. Ao desfazerem a ordem antiga, os juristas, na funcção de legisladores, entenderam apagar dos direitos objectivos o *dominio eminens,* antes pertencente ao soberano, para attribuir ao titular do direito de propriedade o *jus abutendi* ou *plena in re potestas.* Foi preciso o decurso de seculo e meio para que a humanidade comprehendesse os azares a que a sujeita o dominio illimitado do individuo sobre as cousas; e retrocedesse, não mais no sentido da Monarchia absoluta, mas, ao menos, no sentido da subordinação directa do individuo aos interesses sociaes, ou no sentido de um absolutismo de nova especie, creado e exercido pelo homem-social contra o homem-individuo. Conquanto não seja mais o rei quem retem o direito mais elevado e imperioso sobre a cousa nacional, uma nova entidade, tão poderosa como aquella, reclama o mesmo direito — a sociedade. E desta realidade indiscutivel decorre uma *capitis diminutio* para o titular do direito de propriedade que não pode deixar de reflectir-se na legislação politica dos povos hodiernos; e serve-nos de fundamento para a resposta ao quinto qùesito, referente ao artigo 72 § 17 da Constituição decaída.

E' garantido o direito de propriedade, desde que o seu exercicio seja subordinado ao bem da nação.

Dissemos que, para coordenar as forças agitadas pelos interesses economicos, de baixa esphera, é indispensável aos homens manejarem forças da esphera superior da politica. Diremos agora que para coordenar estas é indispensavel subirem a uma região mais alta da humanidade, isto é, aos dominios da Moral. Tanto é isto uma verdade profundamente sentida, que aos maiores pensadores dos dous ultimos seculos não passou despercebido. Kant, divinizando a razão, indicou para esteio de toda a ordem humana o seu — *imperativo categorico;* Comte, no seu monumento coordenador do conhecimento e das suas applicações, chegou à fórmula inesquecivel — *do amor por principio, a ordem por base, o progresso por fim;* e Spenser, o grande oraculo do Evolucionismo e do Materialismo, não poude subir, alem do *prazer* como movel das acções mais altruisticas do homem; emfim, todos aquelles que contemplam os choques das actividades politicas e as suas imperfeições, não podem deixar de reportar-se ao mundo da Moral. Mas nenhum pensador humano conseguiu fortuna neste terreno, e vão todos ficando mais ou menos olvidados, mais ou menos confinados numa região insignificante da terra, num lapso da Historia. E' que lhes falta essa flamma divina que accende a doutrina de Christo para o amparo dos homens na sua conduta em relação a si mesmo, e em relação ao proximo. Só esta visão poderá guiar o homem, que não fôr fundamentalmente bom, por estradas conducentes à plena autarcia ou paz da consciencia, como finalidade individual, e á sociabilidade perfeita como finalidade collectiva. E, ainda que não viessem com o proprio caracter divino, como Jesus, conseguiram proselytismo abundante e perpetuação das suas doutrinas — Budha, Moysés, Zoroastro e Mafoma — em virtude daquella masma flamma animadora, que é a voz do sobrenatural, dirigida às almas e não somente ao espirito. Ora, a Politica se apprende e se pratica no exercicio dos direitos e deveres do cidadão; mas essa Moral impregnada de sobre-natural vedava-se de penetrar no unico recinto por onde devem pasar todos os cidadãos, na escola. Quer isto dizer que tornada independente e soberana, a Politica se tornou leiga e desamparada, sem esse fulcro supe-

rior a ella mesma que é a moral religiosa; e a liberdade que inspirou essa direcção é antes uma negação do que liberdade propriamente dicta. Porque se decretou a liberdade de cultos, prohibiu-se o ensino de qualquer culto. A Politica perde a melhor occasião de fazer para o seu exercicio cidadãos superiores à Politica, com a consciencia capaz de fiscalizal-a e corrigil-a. E, para que ella seja verdadeiramente liberal, aberta aos mais altos destinos do homem, não basta a sua missão de normalizar as actividades inferiores a ella, porque acima della ha correntes capazes de electrizal-a e purifical-a. Com estas idéas sentimo-nos habilitados a dar uma resposta à pergunta do sexto item formulado pelo "Estado":

E' garantida a completa liberdade de cultos, assim como o seu ensino nas escolas da Republica.

Respondidos os itens relativos à declaração de direitos, que só encontram justificação nas mais elevadas lucubrações, desçamos novamente à base material da vida para encarar o assumpto do Terceiro e quarto itens. Asseveramos atrás que, materiaes em si, os interesses economicos tendem a separar e a desaggregar todas as forças que não visem directamente o augmento de riqueza. Nesta realidade dispersiva repousa toda à noção de Federação. Evidentemente, todo país differenciado pela natureza forma uma Federação necessaria; e, como corollario desse principio, podemos adeantar que toda Federação tende a decompor-se nas suas regiões differenciadas, sem um laço superior que as innode em feixe indissoluvel. Este laço é a Politica nas suas manifestações extra legaes como na sua atuação legal e administrativa. Outro corolalrio é este: Quanto mais differenciado é o país, tanto maior unidade reclama da sua Politica, em tudo quanto não prejudicar o franco desenvolvimento economico de cada região. O governo é o cerebro e a Policia a razão que se diffunde através dos orgams differenciados do corpo nacional, por intermedio do funccionalismo que desempenha o papel de musculatura administrativa, ligando todos os orgams e tessidos entre si e dando à consciência a impressão de um todo indiviso. E' precisamente a consolidação desta consciencia nacional o objecto principal da Politica das Federações, como a brasileira, cujo territorio é dos

mais diversificadas pela natureza. O Brasil forma incontestavelmente uma Federação imposta pela natureza physica, composta de regiões typicas por seu aspecto, por suas riquezas e propriedades. Mas, do facto de ser uma Federação territorial irredutivel, não cabe a illação de ser uma Federação nacional, isto é, formada pelo homem. Ao contrario, sobre esse teritorio differenciado vive um povo unido, já antes da Politica brasileira, pela mesma lingua, pela mesma região, pela mesma moral. E, afora isso, não é, porventura, o espirito humano dotado de maleabilidade infinita, capaz de corrigir as imperfeições determinadas pelas condições materiaes da vida? Precaria seria a existencia das nações si não a presidisse um espirito superior às contingencias materiaes. Das licções da Historia a mais clara é a unificação crescente de todas as nações por cima e a despeito das differenças territoriaes; e outra licção, alem dessa evolução da forma, que é a base das constituições politicas, é a mudança constante do regime, quer do autocratico para o aristocratico, quer deste para o democratico, quer do sub-regime monarchico para o republicano e vice-versa; e a mudança constante do systema, quer do unipessoal, para o collegiado, quer para o parlamentar, os quaes encimam influentemente os edificios politicos. E não nos parece heresia sociologica affirmar que o mesmo povo comporta varias formas, varios regimes, varios systemas politicos, como prova da maleabilidade moral do homem e da sua superioridade sobre as condições materiaes, cujo determinismo, quanto à funções superiores da vida, é perfeitamente contestavel. Assim inspirado, sentimo-nos com a mente esclarecida para responder o terceiro e o quarto quesito, asseverando que a Federação brasileira está de pernas para o ar, isto é, o inverso daquillo que deveria ser. Pela Constituição decaída e pela rotina, que cega o entendimento e entorpesce a pesquisa da verdade, fizemos uma Federação baseada na arbitraria ou casual divisão administrativa do país com inteiro desprezo pela sua divisão economica. Aqui, sim, se encontra a base solida de uma Federação, e não no homem, cujo dominio sobre o territorio e cuja finalidade patriotica estão provando a sua superioridade e a sua unidade nacional. Que dous Brasileiros sejam citados perante a justiça segundo a mesma lei, um no Amazonas, ou-

tro no Rio-Grande; que os juizes que os julguem tenham saído de uma unica fonte constituidora dos tribunaes do país; que o presidente do Ceará seja eleito segundo os preceitos da mesma lei eleitoral que regula as eleições do presidente de Goiaz ou do presidente de Republica; que as leis substantivas e adjectivas sejam as mesmas para todos os Brasileiros, comprehende-se facilmente, porque são creações mais subjectivas do que objectivas, filhas mais das abstracções da razão do que das determinações mesologicas. Neste ponto a unidade brasileira poderia ser completa, sem que isso viesse infelicitar nenhuma das Provincias da nossa grande Patria, ou nenhum dos seus Estados, como as appellidou pomposamente a Constituição de 24 de Fevereiro. Que importa ao Brasil, que é a nossa Patria, ser subdividido em vinte ou em déz ou em cincoenta circumscripções politico-administrativas, si tal ou tal divisão para esse fim em nada pode infelicitar os seus habitantes? As leis continuariam a ser as mesmas, a mesma continuaria a ser a Patria. Mas, o que não é dado ao homem, ao menos até a épocha presente, é mudar a natureza das cousas das quaes depende, sem que essa dependencia importe mudança da sua propria natureza. No encontro do homem com o mundo, adapta-se aquelle a este vencendo-o; e o mundo vai sendo explorado e esgottado pelo homem, sem que este mude a sua essencia nem os seus caracteres originarios. Nessa relação de dependencia immediata é a terra que exige differenciação, por isso que é differenciada; mas, logo se vê, que relativamente às actividades humanas tendentes a satisfazer as exigencias mais materiaes; isto é, as exigencias de alimentação, de tecto, de abrigo, que, por vezes, originam os phenomenos da produção e circulação das riquezas, comprehendendo o financiamento de toda a vida economica. Acima da actividade dirigida neste sentido, a terra se vai afastando do homem como o homem da terra. Que a Russia fosse monarchica e deísta, e de um momento a outro da sua Historia se tornasse communista e athéa, e continue a viver, é explicavel pelas immensas posibilidades do espirito humano; mas que esse mesmo país passe de um salto a produzir café ou bananas, não é comprehensivel pela razão. Nós mesmos, através da nossa Historia, temos tido unidade, dualidade e até pluralidade de governo; fomos Colonia,

fomos Reino, fomos Monarchia; fomos Republica, somos Ditadura, como regimes; fomos absolutistas, parlamentaristas, presidencialistas, como systema, sem que a natureza brasileira se oppusesse; ao contrario, diz-nos a sua impassibilidade que é indifferente às actividades superiores dos seus habitantes. O que ella tem sido irredutivelmente é apta para a producção do gado no extremo Sul e em algumas outras regiões do Centro e Norte; productora do café no Centro-Sul; é productora do açucar em todo o litoral; é productora da banana pelas baixadas fertilizadas pela alluvião e pela condensação dos vapores d'agua; etc. etc.; e o que ella exige do homem são o trato conveniente a cada uma dessas regiões e as leis especiaes que o facilitem, relativamente ao trabalho, aos impostos, ao commercio, e ao seu financiamento. Que importa à região do café que seja explorada por um povo monarchico ou republicano? Mas que protestos levanta a região da cultura extensiva do gado, deante da lei das oito horas, por exemplo, deante dos impostos mais applicaveis às regiões de cultura intensiva, deante da falta de numerario em circulação na época da sua safra, luctando contra a falta de meios de pagamento! Ahi está a base da grande Federação brasileira e não na nossa divisão administrativa ou politica, que, sobre ser feia, é iniqua. Para realizar essa realidade seria indispensavel a Federação bancaria, com attribuições de redesconto ao banco de cada região. Só assim viveriam ellas mais ou menos independentes umas das outras, sobretudo, sem essa dependencia do centro nem sempre capaz de socorrel-as no momento preciso. Complete-se essa organização bancaria com leis economicas especiaes, e teremos realizado uma Federação mais racional para o povo brasileiro, com base na terra e não no homem. Divida-se o Brasil em tres quarto, cinco regiões, para os effeitos economicos e cada uma dessas regiões em numero conveniente de Provincias, tendo em vista sempre o apequenamento destas e não o seu agrandamento, para que desappareça da vida nacional essa constante e ridicula ameaça de separatismo pelos estados mais fortes. Agrandar os que existem, sem o criterio economico, importa aggravação dos males politicos até aqui sentidos; isto é, não só o perigo da secessão, como na propria vida federativa o encontros politicos mais violentos na lucta

pelo poder. A preoccupação da unidade brasileira deve presidir toda a nossa vida politica; pois é logico que quem assim não pense já não é moralmente brasileiro. E, deante destas razões, respondemos o quarto qùesito do qùestionario:

A divisão territorial da Republica deve ser modificada no sentido da differenciação economica do país, de forma que cada grande região goze de economia e finanças autonomas; podendo ser divididas politicamente em tantas Provincias quantas indiquem os limites naturaes do territorio ou as altas conveniencias da nação.

Teriamos assim o que tantas vezes temos chamado — *uma Federação por baixo com a unidade por cima.* E, já que dessa forma ficaria o povo de cada região armado de autonomia e dos meios proprios e adequados para prover às necessidades immediatas, ficaria a consciencia brasileira conspirando contra a largueza actual da nossa Federação politica. E' este raciocinio que nos facilita a resposta ao terceiro qùesito:

Sim, deve ser restringida a ampla autonomia concedida aos Estados pela Constituição de 24 de Fevereiro, conservando-se apenas a autonomia administrativa; isto é, a faculdade de escolherem livremente os seus governantes e os meios indispensáveis para custear a sua administração e fomentar o seu progresso.

Pela mesma ordem de idéas que nos levou à fórmula — *Federação por baixo e unidade por cima* — chegamos facilmente à conclusão que pede o septimo item:

E' preferivel a unidade de justiça que pre-suppõe a unidade do direito adjectivo.

Estando o phenomeno juridico do Direito e Justiça acima do phenomeno politico, pois é o que mais de perto se acotovella com a Moral, si bem que todos elles entrem na coordenação politica e soffram essa diminuição, baixando à esphera inferior até o contacto com os economicos, não poderiamos concluir sinão que a unidade de justiça é o remate institucional de uma Federação economica. Basta que seja a Justiça o recurso supremo offerecido pelas leis ao homem, para que goze legitimamente dos bens terrenos. A instituição da Justiça é a mais

alta expressão legal de uma constituição politica; visto que a Moral e a Religião, como se processam no fôro intimo, escapam da regulamentação pela lei. Sobretudo nos governos republicanos em que falta o monarcha personificador da unidade e da Justiça, torna-se ella mesma, pela sua idealidade, o symbolo da união nacional.

CAPITULO VII

APPLICAÇÕES DESSES FUNDAMENTOS Á ECONOMIA

APPLICAÇÕES DESSES FUNDAMENTOS Á ECONOMIA

Vimos em Capitulo anterior que a propriedade na ordem da predominancia dos factores da producção pertence á natureza, que o capital vem predominando depois que cessa a primazia do meio, e que, depois de preponderar o capital, se torna mais influente o trabalho. A' dynastia do trabalho cabe, pois, o ultimo reinado da civilização; isto é, em torno delle organiza-se a ordem social. Assim foi no Eden, durante a vida dos Paes da humanidade, nesse paraiso terrestre, cuja historia ficou na Biblia como o mais completo dos symbolos economicos e sociaes. Os seus habitantes andavam nús e comiam o que a terra produzia espontaneamente no reino animal, vegetal e mineral. O pomo prohibido não é sinão a primeira era de predominio do capital, cujas conseqüencias valeram aos homens primitivos as amarguras da intranqüilidade. Foi esse pomo, usado indevidamente, que trouxe como resultado o trabalho sem remissão para a conquista do pão de cada dia. Nesse symbolo se contem não só o nascimento, a prosperidade material e a decadencia material coincidindo com a prosperidade moral de cada povo, como o nascimento, a prosperidade material e a prosperidade moral da propria humanidade. E' claro que a natureza só influe uma vez em cada região habitada, a não ser que de-repente surja uma riqueza tão abundante que nem o capital accumulado nem as penas do trabalho sejam indispensaveis para colhel-a. Seria essa era imaginada a era do manná tambem symbolizado nos livros da Revelação. Não sendo, porem, assim, a natureza já teve o seu reinado em cada país; e em todos elles já reinou o capital e já reinou o trabalho no decurso do primeiro cyclo das civilizações.

No oriente, mesmo o silencio de suas populações, até nossos dias, não significa sinão que esses povos já passaram pelos periodos anteriores antes de entrarem no longo remanso de que

estão saindo presentemente. Depois dos grandes florescimentos da Historia antiga, depois das delicias que o capital proporcionou aos Egypcios, aos Babylonios, aos Gregos e aos Romanos, entraram no sossêgo millenario que lhes impôs o Christianismo no Occidente e o Islamismo no Oriente. Cansada de dar tratos á materia, a humanidade cuidou longo tempo do espirito ou da alma.

Como já não havia logar para o predominio da natureza, re-surgiram amparados no capital que nos alenta hoje; mas com a tendencia declarada para novo imperio do trabalho repassado de espiritualismo. Não poderão os povos fugir a este imperativo social que se tornará imperativo politico. O trabalho reclama o seu logar de primaz na ordem economica. O que lhe falta ainda é a dose de espiritualismo que vivifica essa ordem de cousas, sem o qual não haverá paz nas consciencias dos homens empobrecidos ou ficarão elles bestializados por falta de finalidade elevada. Ora, o Brasil, neste momento de reorganização, não poderá fugir á incorporação do factor — trabalho — ás instituições politicas. Não como fez a Russia, excessivamente, não como fez a Italia, despoticamente; mas como deve proceder uma democracia, com o pleno conhecimento dos cidadãos da Republica. Não falo de vontade da maioria, porque politicamente ella nem sempre representa a conveniencia nacional, o bem geral. Falo, sim, do *bem-commum,* seguindo a escola de São Thomaz-de Aquino. Só o bem-commum é capaz de nortear com segurança os povos. E o bem-commum não autoriza a hypertrophiar o factor — trabalho — no organismo do Estado, porque o bem-commum se apoia no senso-commum, e este repelle todo e qualquer desequilibrio.

Entre o trabalho e o capital é facil discernir, quando se trata de indicar aquelle dos dous factores ao qual cabe a socialização, isto é, a forma coercivel de sua realização. Sendo o capital um fim immediato para o qual tende espontaneamente o homem, com todas as energias do animal que tem consciencia da felicidade, dispensa portanto, qualquer socialização, porque dispensa a coacção como meio de effectival-o. Bastam os impulsos da natureza humana para que o homem tenda naturalmente á parcimonia, á poupança, ao capital. A intervenção do Estado neste particular poderia ir até a coerção do capital alem de certo li-

mite, nunca, porem, á sua extirpação das possibilidades sociaes do individuo.

Quanto ao trabalho, é cousa muito differente; pois o trabalho não é fim, mas meio, e meio penoso, do homem attingir o capital e os bens necessarios á sua vida. Este factor, sim, exige a coacção, quer exercida pelas necessidades quer exercida pelo poder publico. Cremos que está plenamente dentro da logica da sciencia politica deixar livre o capital e fazer socializado o trabalho. Em vez de socializar a ambos e vedar o capital ás possibilidades individuaes ou privadas, entendemos que cumpre socializar quanto possivel o trabalho e collocal-o ao serviço da formação do capital particular. Para fazer com que o leitor nos comprehenda mais facilmente, entramos logo no caso concreto.

Em país immenso como o nosso, na maior parte despovoado e inculto não se justifica, sem confessarmos nossa orientação erronea baseada nos principios dominantes, erroneos tambem, o congestionamento dos centros urbanos. No Brasil ha falta de trabalho e ha fome enquanto superabundam elementos de vida no interior do país. Pois, não é, porventura, o caso de rompermos possibilidades para o escoamento dos vacantes, descongestionando as costas do país, alliviando os onus do capital accumulado ahi, e proporcionando-lhes vida mais farta? Por que não organizar o exercito do trabalho submettido á chefia militar, incumbido de apprender a defender a Patria ao mesmo tempo que a conquistar novos dominios para a cultura e o progresso? Nenhuma occasião mais propicia do que esta para romper meios de communicação com o profundo interior do Brasil. Aos vacantes que reclamam trabalho esse seria o mais indicado no momento, e os seus resultados os mais cheios de conseqüencias uteis para o futuro. Em vez de sonharmos com a protecção da desoccupação á custa de capitaes accumulados, socializando o capital que só os particulares, individuaes ou collectivos, sabem ganhar e accumular, em vez disso, socializar o trabalho, por meio da instituição do serviço obrigatorio, que comprehenderia tambem a militança obrigatoria. Primeiro, chamar ao Exercito e incorporar a elle todos os vacantes do país, enquanto não achem emprego mais bem remunerado; segundo, dar a esse Exercito a missão dupla de ir preparando-se para a defesa da Patria ao mesmo tempo que se occupe de realizações grandiosas, como

sejam a construcção de estradas-carreiras e estradas-de-ferro para o profundo interior, para as mattas virgens e fecundas, onde ainda o homem poderá viver como Adão no Eden, sob a protecção da propria natureza, colhendo seus fructos naturaes, do reino animal, vegetal e mineral. Terceiro, depois de repartidas as terras dessas regiões que esperam os braços fecundantes entre aquelles que pedem trabalho, extender a instituição do serviço obrigatorio a todas as gerações que attingirem, por exemplo, os vinte annos de edade, durante um anno somente, e distribuir esse Exercito enorme pelos centros industriosos do país, em grupos commandados sempre pelos seus officiaes, e a serviço da producção das nossas riquezas, dirigida pelo interesse particular. Todos os moços, ao desprenderem-se de suas familias, começariam sua vida publica prestando gratuitamente, durante um anno, serviços á Patria. O salario módico a que teriam direito como remuneração de trabalho prestado a particulares, seria percebido pelo Governo, que aos soldados passaria o estrictamente necessario, como o uniforme e algum sôldo para os pequenos prazeres e vicios.

Que dessa instituição resultaria grande vantagem moral para a mocidade, pelo habito da disciplina e do trabalho impostos a todos os macebos sem distincção de classe, é indiscutivel. E' facil calcular o que poderiam produzir para o Governo, sob a forma de trabalho, trezentos mil moços á razão de cinco mil réis por dia. E' facil de apreciar tambem a folga que teriam as industrias com esse trabalho barato, e a minoração enorme de impostos, decorrente da instituição de um Exercito gratuito. Delle só seriam, e poderiam ser, principescamente remunerados os officiaes incumbidos de chefiar os diversos grupos de soldados e operarios. Attingidos os vinte-um annos iriam os moços recomeçar suas carreiras interrompidas pelo interesse da Patria, com as liberdades que caracterizam as Democracias. Nas eras economicas em que predomina o capital, como na presente, todos os onus da vida dos povos organizados recaem sobre o capital sob a forma de impostos. Nas eras em que predomina o trabalho, a este cabem a responsabilidade e o encargo de fomentar o progresso. Quando predomina a natureza, os impostos são *in-natura;* e os subditos levam aos seus soberanos as primicias de suas terras; quando predomina o capital, os impos-

tos são em dinheiro; quando predomina o trabalho, constam os impostos de trabalho gratuito. Para lá se encaminham todos os povos da terra. Mas o que convem pesar é a maneira de incorporar a nova instituição ás instituições que já estão accumuladas na Historia dos povos sob a forma de capital moral. Como dissemos em Capitulo anterior, não é destruindo o passado que se cimenta o monumento do progresso, mas *accumulando* instituições, sempre incorporando as novas ás velhas. Que o trabalho predomine na nova ordem de cousas, muito bem; mas que, por isso, se elimine o passado, não comprendemos como vantagem para os povos. Já tivemos na nosso Historia nacional um periodo análogo ao que atravessamos agora, durante o qual, superabundaram os braços nos centros populosos, que então eram as fazendas de criação e os ingenhos de açucar. Pela mestiçagem das tres raças basicas da nossa população tornou-se tal o excesso de população que ia tomando as proporções de calamidade geral, pela pobreza, pelo vicio e pelo crime. Isto, que nos ensina Oliveira-Vianna, aconteceu no seculo segundo da nossa existencia colonial e prolongou-se até as primeiras décadas do terceiro. (1750) Que remedio deu ao mal o Governo da Metropole? Autorizou a organização das Entradas e das Bandeiras, que absorviam todo esse excesso de população, sobretudo a dos Mamelucos que, pelo sangue, tinham mais contacto com o Selvagem e mais resistencia ao meio. Por falta de trabalho na costa, os Brasileiros primitivos lançaram-se á conquista do interior longinquo; e deram-nos este Brasil immenso arebatado, pelo facto consummado aos direitos da Corôa espanhola. Em vez dos pequenos nucleos de outr'ora, quer fossem grandes fazendas, quer fossem pequenas villas, temos hoje grandes cidades. Mas o phenomeno é o mesmo — a falta de trabalho por falta de producção ou por producção desnecessaria. Nada mais natural do que repetir a Historia, promovendo de novo o escoamento do excesso de população para o interior que nossos heroicos antepassados nos reservaram. Não iriam transitoriamente caçar Bugres nem catar o metal precioso, mas cultivar a terra, cujos productos tambem valem ouro; não iriam levados pelas corredeiras do rios em canôas de jataí, mas em vagões sobre trilhos que o exercito do trabalho extenderia, ou deslizando, nas estradas-carreiras, sobre o ar comprimido das

rodas de borracha; não iriam viver, como mortos em vida para os prazeres da socialidade, amuralhados pelas montanhas, pelas florestas interminaveis, pelo silencio do deserto; mas sempre ligados ao resto dos homens pelos fios e pelas vibrações do nosso progresso, pelo telegrapho, pelo aeroplano, pelo radio.

Este seria o primeiro passo decisivo para a solução do nosso problema economico, e consiste no emprêgo do maior numero possivel de braços a produzirem directamente para si os bens necessarios á vida, e para a circulação dos productos que o consumo reclame. Quando uma nação possa affirmar que o maior numero possivel de cidadãos produzem riquezas e o menor numero possivel é empregado no funccionalismo, essa nação estará em vias de attingir a sua perfeição economica.

O segundo passo consiste na boa organização fiscal. Como todos os monumentos repousam sobre soccos, todas as instituições politicas suppoem um principio geral. E este, para o Brasil, não pode ser sinão o de que cumpre a protecção somente ás industrias de que temos as principaes materias primas; e o livre cambio de todas as que produzimos em condições de inferioridade economica relativamente ás outras nações. Proteger todos os productos de borracha, todos os oleos, o açucar, e os doces, o chocolate, artigos de marcinaria e carpintaria, a tesselagem do algodão, da lan e de fibras vegetaes, artefactos de coiro e a propria preparação do coiro, sobretudo guiar as forjas do progresso para as margens dos rios correntosos e das cascatas, afim de fundar a industria na ulha branca, abundantissima em nosso país.

Quanto aos outros productos da industria extrangeira, que só podemos produzir em condições de inferioridade economica, a esses cabem os onus de auxiliar apenas a administração do Estado, mediante contribuições modicas para isso. Assim, pelo trabalho obrigatorio ao serviço da producção nacional, barateaaria esta, e o Governo exigiria menos impostos; pelo livre cambio relativo ás outras riquezas, baratas tambem ficariam ellas para o consumidor brasileiro; pelo systema da producção normalizada pelo consumo, evitariamos as crises desastrosas provenientes ou da superproducção ou das valorizações absurdas.

Em terceiro logar, coroando essa ordem economica, seria

de toda vantagem unificar o poder fiscal da Federação. Um corpo fiscal só faria a arrecadação em todo o país para a União, para os Estados e para os Municipios. Aos Municipios caberiam determinados impostos a elles conferidos pela Constituição; aos Estados a terça parte da arrecadação effectivada em cada um delles respectivamente; á União os dous terços restantes.

Dentro desses principios economicos e financeiros estaria o Brasil preparado para a maxima satisfacção de suas necessidades com o minimo esfôrço e a minima despesa; isto é, teria attingido o ideal de uma organização economico-financeira. Ligando essa ordem de cousas ao systema parlamentar, de todos o mais leberal, limitado por uma rede syndical, corporativa, associativa, que o manteria ao abrigo do despotismo das maiorias convulcionadoras e dentro das raias do bem-commum, teriamos preparado o Brasil para a abundancia e os Brasileiros para a prosperidade e o orgulho de formarem a mais rica e a mais feliz das Patrias.

CAPITULO VIII

SYNTHESE-FINAL
OU
ESBÔÇO-CONSTITUCIONAL

SYNTHESE FINAL OU ESBÔÇO CONSTITUCIONAL

A) *Organização-Social*

Associacionismo livre, quer em syndicatos, quer em corporações, quer em cooperativas, quer em conselhos familiares, desde que as associações satisfaçam os fins sociaes e moraes cummulativamente ou não com os fins economicos e politicos.

Cada associação deve esforçar-se pela realização de tudo quanto esteja acima das possibilidades individuaes e não seja necessariamente da competencia do Estado; como, por exemplo a campanha pelo barateamento da vida, a educação moral dos associados e de seus filhos, a instrucção primaria e secundaria, as medidas de previdencia social, por meio de caixas organizadas com ou sem o concurso do Estado.

A associação é a entidade social intermedia entre a familia e o Estado, e tem a virtude não só de amparar os homens entre si, como de ensinal-os a realizarem um sem numero de objectivos sem a intervenção do Estado.

B) *Organização Economica*

Permittir a expansão do interesse pessoal, sem o que o progresso retrograda ou fica sem estímulo. E' preferivel que as correcções ao Individualismo sejam obtidas pela associação antes que pelo Estado.

Amparando o trabalhador nas associações, torna-se desnecessaria a perseguição ao capital, sob o pretexto de implantar

a egualdade entre os homens, e sob a forma de impostos de toda sorte, que matam todo estímulo á producção e todo prazer de accumular para as gerações futuras.

As associações podem ser de consumo, de producção e de credito, e podem adquirir a forma do syndicato, da cooperativa e da corporação, assim como podem complicar-se com fins sociaes, politicos e moraes.

Para descongestionar o Estado de tantas funcções, alem dos meios que fornecem as associações, crea-se o serviço obrigatorio cumulativamente com o serviço militar obrigatorio. Os moços, ao attingirem certa edade, vinte annos, por exemplo, serão obrigados a servir militar e operosamente a Patria. Esse exercito será distribuidos principalmente pelos centros mais industriosos do país para que cooperem na producção nacional. Os industriaes reclamarão o numero de braços que lhes sejam convenientes e o Governo destacará as unidades respectivas com os chefes militares e os sacerdotes correspondentes, para ministrarem a disciplina ao grupo, a instrucção militar e moral. Cada industrial pagaria ao Governo salario módico pelo trabalho de cada soldado; mas os soldados-operarios receberiam durante o tempo de serviço de sua classe apenas o uniforme e um sôldo mínimo.

Parte do Exercito-do-Trabalho poderia ser empregada directamente pelo Governo na construcção de estradas-carreiras e vias-ferreas para o interior do país, de modo a transformar os actuaes desertos em colonias para o excesso de população da costa do Atlantico. Depois disso, o Governo repartiria gratuitamente ou mediante fôro mínimo terras coloniaes aos vacantes das cidades litoraneas, fornecendo-lhes os primeiros auxilios.

Como orientação fiscal, praticar o proteccionismo das industrias de que temos as principaes materias-primas, como da borracha, da tesselagem, da marcinaria, da carne, da herva, do café, etc, etc.; e o livre cambio das riquezas que só podemos produzir em circumstancias de inferioridade, relativamente ás outras nações. Nada mais patriotico do que tirarmos todo o

partido possivel de nossas riquezas e importarmos barato aquillo que produzimos mal.

C) *Organização-Politica*

Forma do Estado — Federação-economica. Descentralização-administrativa. Centralização-juridica e judiciaria.
Regime Politico — Democracia-representativa-republicana.
Systema Democratico — Parlamentar-corporativo.

1) O MUNICIPIO

Para attingir essa organização, poderia proceder-se da seguinte maneira:

— Depois de organizado o povo social e economicamente em grupos, conforme ficou indicado atrás, passaria a constituir-se o Municipio com uma Camara, um Conselho e um Intendente.

A Camara eleita pelo suffragio directo dos munícipes, obedecendo ás modalidades do voto proporcional e secreto.

O Conselho, meramente cosultivo e honorifico, formado de um representante de cada associação, inclusive o do conselho-familiar que se organizaria para incumbir-se de tudo quanto diz respeito ao ensino primario e aos costumes. Os Representantes ao Conselho-Municipal seriam indicados pelas directorias de cada grupo-economico e social.

O Intendente seria nomeado pela Camara e pelo Conselho, reunidos em Assembléa electiva, por maioria absoluta de votos.

A' Camara competiria discutir e approvar o orsamento municipal e eleger os Deputados á Assembléa Provincial.

2) A PROVINCIA

O Governo das Provincias ficaria constituido por uma Assembléa orsamentaria, administrativa, formada de deputados nomeados pelas Camaras-Municipaes e de tantos quantos os Municipios, por quatro annos.

Segundo, por um Conselho-Corporativo, composto de um

representante de cada federação das associações de toda a Provincia, tambem por quatro annos.

Terceiro, por um Governador, eleito por seis annos, pelos Deputados e Conselheiros, reunidos em Congresso electivo, por maioria absoluta de votos.

A's Assembléas-Provinciaes competiria discutir e approvar os orsamentos, legislar sobre negocios da Provincia, ou sobre negocios da União, enquanto esta não o fizesse, e administrar por intermedio dos Secretarios. Competiria mais approvar ou não por maioria absoluta de votos a indicação dos Secretarios governamentaes feita pelo Governador, pedir conta de seus actos, e retirar-lhes sua confiança por meio de interpellações que só poderiam ter logar decorridos dous annos da approvação do Secretariado. A competencia legislativa e administrativa da Assembléa provincial não passaria dos negocios do Interior ou Segurança-Publica, da Justiça districtal e municipal, das Finanças das Obras-Publicas, da Hygiene, Ensino-Secundario. Formar com o Conselho o Congresso electivo que tem por funcção eleger o Governador, logo que falte este. Por fim, eleger os Deputados ao Parlamento.

Aos Conselhos-Corporativos compete a eleição do Governador em combinação com as Assembléas, conforme ficou delineado, aconselhar ao Governador, ainda que com caracter provisorio, medidas legislativas sobre Commercio, Industria, Capital, Trabalho e Instrucção-Secundaria, discutil-as e approval-as. A execução dessas medidas far-se-ia por meio de Delegados destacados para esse fim.

Compete ao Governador executar as medidas administrativas indicadas pela Assembléa, presidindo o Secretariado que elle mesmo escolher de accôrdo com os Deputados; executar, presidindo os Delegados do Conselho, as medidas approvadas por este. Em caso de conflicto da Assembléa com os outros orgams do Governo, poderá o Governador dissolvel-a, depois de previa consulta ás Camaras-Municipaes. A' soberania que a elegeu compete dissolvel-a.

3) O ESTADO OU A UNIÃO

Os orgams do Governo do Estado, isto é, da União, seriam:

Um Parlamento composto de Deputados eleitos pelas Assembléas-Provinciaes, por quatro annos.

Um Senado-Corporativo, tambem por quatro annos, formado de representantes das confederações de federações profissionaes-provinciaes.

Um Presidente eleito para uma gestão de seis annos, pelo Parlamento e pelo Senado-Corporativo, reunidos para esse fim em Congresso electivo.

Ao Parlamento compete legislar sobre materia de Justiça, Interior, Exterior, Defesa-Nacional, Finanças, Obras-Publicas, Ensino-Superior. Homologar os Decretos que forem elaborados pelo Senado-Corporativo. Eleger, combinado com o Senado, o Presidente da Republica. Approvar ou não a indicação dos Ministros que este fizer. Interpellar, os Ministros, passados dous annos da approvação da sua nomeação. Preparar o Orsamento nacional, com vistas ao Senado, para que este se pronuncie sobre a sua conveniencia aos interesses de cada grupo nelle representado. Despedir os Ministros por moções de desconfiança, passados dous annos da sua gestão.

Ao Senado-Corporativo compete legislar sobre os negocios do Trabalho, do Capital, do Commercio, da Industria, do Ensino-Primario e Secundario. Destacar os Conselheiros que devem auxiliar o Presidente da Republica na execução dos Decretos do Senado-Corporativo. Eleger o Presidente da Republica em combinação com o Parlamento, sempre que aquelle faltar ou terminar o mandato. Fazer ponderações ao Parlamento sobre o Projecto orsamentario.

Ao Presidente compete indicar os Ministros ao Parlamento. Presidir aos seus trabalhos, quando a isso seja solicitado. Sanccionar as Leis do Parlamento e os Decretos do Senado. Encaminhar as suas execuções por meio dos Ministros do Parlamento e dos Conselheiros do Senado. Dissolver o Parlamento, quando

este entre em conflicto com outros orgams do poder, depois de consulta feita ás Assembléas-Provinciaes, isto é, á mesma fonte de onde saiu o Parlamento.

D) *Vantagens desta concepção*

Pela organização da nação em associações, com attribuições economicas e sociaes, fica o Estado alliviado da funcção de providencia nacional, e o povo dos impostos correspondentes a essa funcção.

Pela organização do Exercito-do-Trabalho, fica o povo alliviado dos impostos que correspondem á receita que esse trabalho nacionalizado produz ao Governo.

A Democracia representativa directamente, acha correctivo na representação cada vez mais apurada, através das Camaras-Municipaes, das Assembléas-Provinciaes, do Parlamento. Dessa forma, o Presidente da Republica significaria o substractum nacional.

Os dous defeitos do Parlamentarismo — instabilidade ministerial e dissolução do Parlamento — encontram correctivos, o primeiro na impossibilidade das interpellações antes de dous annos; o segundo na consulta á mesma fonte electiva que constituiu o Parlamento. O defeito de arrastar toda a vida nacional nas oscillações do systema é corrigido pela subtracção á influencia parlamentar de todas as manifestações especiaes da vida nacional — as do commercio, industria, trabalho, capital, ensino secundario e primario, que devem depender dos conselhos familiares através dos Conselhos-Municipaes, Provinciaes e do Senado-Corporativo. Por esta medida, e pelas outras, ficaria o Parlamentarismo capaz de dar somente bons fructos, não operando sinão sobre os factos da vida geral da nação.

O Parlamento, como purificação das Assembléas-Provinciaes, e estas como purificação das Camaras-Municipaes, não deixaria de ser a representação da vontade popular organizada em partidos politicos e exteriorizada originariamente nas Cama-

ras-Municipaes. E' no Municipio e somente nelle, que se pode praticar a Democracia com relativa perfeição. Ficaria assim, o Municipio como a verdadeira base da organização nacional, seria verdadeiramente uma cellula politica.

A Federação, com base na natureza brasileira; isto é, realizada em torno do phenomeno economico, ficaria unida de modo indissoluvel pelas manifestações mais elevadas da vida da nação — a Politica, a Justiça, o Ensino, a Moral christan.

A dissolução moral e a versatilidade intellectual, que produzem a liberdade de cultos e de opinião ficariam corregidas pelo ensino da Moral catholica nas escolas nacionaes e em todos os grupos associativos que a acceitassem, assim como no Exercito-do-Trabalho e da Defesa-Nacional.

A separação da Egreja e do Estado continuariam, mas o Brasil incumbiria ao clero catholico de ministrar o ensino da conducta dos Brasileiros relativamente a Deus, aos seus semelhantes, á sua Patria e a si mesmos.

A Constituição não autorizaria o divorcio absoluto; attribuíria ao casamento religioso effeitos juridicos; e cassaria o voto ás mulheres, por ser claramente dispensavel.

EDIÇÃO
N.. 423

Para pedidos telegraficos deste livro, basta indicar o numero 423 *antepondo* a esse numero a quantidade.
Exemplo: para pedir 10 exemplares do presente livro basta indicar:
GLOBO — Porto Alegre — 10423

JULHO DE 1914

Do escritor alemão Emilio Ludwig, autor de importantes obras já consagradas como sejam: "Napoleão", "Guilherme II", "Bismarck", e "Goethe". Não menos consagrado foi o livro **"Julho de 1914",** pois, apenas em algumas semanas, se venderam, sómente na Alemanha, 160 mil exemplares, já estando êle traduzido em 16 linguas. Em **"Julho de 1914",** o leitor terá o resumo documentado de tudo o que movimentou as chancelarias das grandes nações no mês de Julho, ante-camara da guerra mundial. E' uma história de alto valor, porque, de permeio aos documentos, os principais personagens da Conflagração Européa aparecem dramatizados no prologo da estupenda tragedia. Em resumo: verdade, estilo brilhante, ironia, quadros palpitantes e figuras dos responsaveis pela hecatombe universal. Disputado por muitissimos, controvertido por alguns, esse livro causou sucesso, provocando todas as correntes de opiniões.

PREÇOS

1 vol. br.:.....	**7$000**
enc.:.....	**10$000**

423 — Of. Graf. da Liv. do Globo — P. Alegre